

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME**

**ELETROBRAS – CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A**

**ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2012**

## SUMÁRIO

<b>PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>		<b>11</b>
<b>1</b>	<b>PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>12</b>
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR .....	12
1.1.1	Relatório de Gestão Individual.....	12
1.2	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.....	13
1.3	ORGANOGRAMA FUNCIONAL. ....	13
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	14
1.5	MACROPROCESSOS DE APOIO .....	16
1.6	PRINCIPAIS PARCEIROS .....	17
<b>2</b>	<b>PARTE A, ITEM 2, ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>18</b>
2.1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR .....	18
2.2	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	18
2.3	EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES .....	25
2.4	INDICADORES .....	25
2.4.1	Indicadores de Desempenho da Operação .....	25
2.4.2	Outros Indicadores Insituacionais .....	39
<b>3</b>	<b>PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>41</b>
3.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA .....	41
3.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS .....	42
3.3	REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES .....	44
3.3.1	Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	44
3.3.2	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos .....	45
3.3.3	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	46
3.3.4	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores .....	47
3.4	SISTEMA DE CORREIÇÃO .....	47
3.5	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	47
<b>4</b>	<b>PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>48</b>
4.1	INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR .....	48
4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	48
4.1.1.1	Programa N020 – Energia Elétrica.....	49
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programa Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	71
4.1.3	Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	71
4.1.4	Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	71
<b>2</b>	<b>ELETROBRAS ELETRONUCLEAR - Relatório de Gestão 2012</b>	

4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	71
4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	72
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	73
<b>5</b>	<b>PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº119, DE 18/01/2012. ....</b>	<b>74</b>
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	74
5.1.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....	74
5.1.2	Análise Crítica.....	74
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	74
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. ....	74
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS .....	75
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício.....	75
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	77
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão Vigentes no Exercício de 2013 e Seguintes .....	77
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	78
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	79
5.3.6	Análise Crítica.....	80
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	81
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimentos de Fundos.....	81
5.4.1.1	Suprimento de Fundos – Visão Geral .....	82
5.5	RENÚNCIA TRIBUTÁRIA SOB A GESTÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.....	82
5.5.1	Renúncias Tributárias sob a Gestão da Eletrobras Eletronuclear .....	82
<b>6</b>	<b>PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>83</b>
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS .....	83
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Eletrobras Eletronuclear .....	83
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Eletrobras Eletronuclear .....	83
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho .....	84
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Idade .....	84
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Escolaridade.....	85
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear.....	86
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	87
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletrobras Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	87
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Eletrobras Eletronuclear.....	87
6.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	87
6.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	87
6.1.7	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e comunicação.....	88

6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	88
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico .....	89
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos .....	89
6.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	89
6.2	<b>TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....</b>	<b>89</b>
6.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	89
6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirização em Decorrência da Realização de Concurso Público .....	89
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	90
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Eletrobras Eletronuclear .....	90
6.2.5	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	91
6.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	92
<b>7</b>	<b>PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>93</b>
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS .....	93
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	100
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	100
7.2.2	Distribuição Espacial dos bens Imóveis Locados de Terceiros. ....	100
7.2.3	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear...100	
<b>8</b>	<b>PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>101</b>
8.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) .....	101
<b>9</b>	<b>PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>103</b>
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	103
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA .....	104
<b>10</b>	<b>PARTE A, ITM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.....</b>	<b>105</b>
10.1	DELIBERAÇÕES DO TCU DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO .....	105
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício. ....	105
10.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	121
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício .....	127
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	129
10.2	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	129
10.3	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93 .....	140
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	140
10.3.1.1	Análise Crítica.....	140
10.4	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV .....	141
10.4.1	Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV .....	141

<b>11</b>	<b>PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>142</b>
11.1	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA NO SETOR PÚBLICO .....	142
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Manutenção de Ativos e Passivos .....	142
11.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	142
11.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELANBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.....	142
11.4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 .....	142
11.5	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.....	142
11.5.1	Composição Acionária do Capital Social como Investida .....	142
11.6	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	142
<b>12</b>	<b>PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>142</b>
12.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.....	142
<b>PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.....</b>		
<b>143</b>		
<b>13</b>	<b>PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>144</b>
13.1	PUBLICIDADE LEGAL .....	144
<b>14</b>	<b>PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>146</b>
14.1	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO .....	146
<b>15</b>	<b>PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>146</b>
15.1	AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....	146
15.1.1	Os efeitos positivo na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial.....	148
<b>16</b>	<b>PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012 .....</b>	<b>147</b>
16.1	INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS .....	147
16.1.I	Informações sobre as entidades fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas..	147
16.1.II	Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no Disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 .....	149
<b>17</b>	<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>149</b>

**NOTA:** Este Relatório foi elaborado de forma a atender ao Art. 71 da Constituição Federal, as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012, bem como a Portaria CGU nº 2.546/2010.

## LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da Eletrobras Eletronuclear – Relatório Individual .....	12
Quadros A.1.2; A.1.3; A.1.4; “Não se aplicam à U J	
Quadro A.2.1 – Manifestações Atendidas pela Ouvidoria da Eletrobras Eletronuclear .....	40
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Eletrobras Eletronuclear .....	42
Quadro A.3.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal .....	45
Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores .....	46
Quadro A.3.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores .....	47
Quadro A.4.1 – Ações Orçamentárias de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear .....	48
Quadro A.4.2 – Dados Gerais da Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ) .....	49
Quadro A.4.3 – Metas e Resultados da Ação 4477 no Exercício .....	49
Quadro A.4.4 – Histórico de Geração de Energia Bruta em MWh – Angra 1 e Angra 2 .....	54
Quadro A.4.5 – Faturamento da Eletrobras Eletronuclear .....	56
Quadro A.4.6 – Dados Gerais da Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III RJ .....	57
Quadro A.4.7 – Metas e Resultados da Ação no 6486 no Exercício .....	57
Quadro A.4.8 – Dados Gerais da Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III. 58	
Quadro A.4.9 – Metas e Resultados da Ação 5E88 no Exercício .....	58
Quadro A.4.10 – Licenças IBAMA/CNEN / Outros .....	60
Quadro A.4.11 – Autorizações para Concretagem .....	62
Quadro A.4.12 – Dados Gerais da Ação 6508 – Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica .....	70
Quadro A.4.13 – Metas e Resultados da Ação 6580 no Exercício .....	70
Quadro A.4.14 – Dados Gerais da Ação 4102 – manutenção e Adequação de Bens, Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos .....	72
Quadro A.4.15 – Metas e Resultados da Ação 4102 no Exercício .....	72
Quadro A.4.16 – Dados Gerais da Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento .....	73
Quadro A.4.17 – Metas e Resultados da Ação 4103 no Exercício .....	73
Quadro A.5.3 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência .....	75
Quadro A.5.4 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela Eletrobras Eletronuclear nos Três Últimos Exercícios .....	77
Quadro A.5.5 – Resumo dos Instrumentos de Transferências que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes .....	77
Quadro A.5.6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela Eletrobras Eletronuclear na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse .....	78
Quadro A.5.7 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	79
Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear .....	82
Quadros A.5.14 e A.5.15 – Não se aplicaram no exercício de 2012 .....	82
Quadro A.5.16 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica .....	82
Quadros A.5.17 a A.5.23 – Não se aplicaram no exercício de 2012 .....	82
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear – Situação Apurada em 31/12 .....	83

Quadro A.6.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Eletrobras Eletronuclear - Situação em 31/12.....	83
Quadro A.6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Eletrobras Eletronuclear – Situação em 31/12 .....	84
Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12 .....	84
Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores da Eletrobras Eletronuclear por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12 .....	85
Quadro A.6.6 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de referência e nos dois Anteriores..	86
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12...	87
Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12 – “Não se Aplica à UJ” ..	87
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) .....	88
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art.3º da IN TCU 55/2007) .....	88
Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC .....	88
Quadro A.6.12 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007 “Não se Aplica à UJ”. .....	89
Quadros A.6.13; A.6.14; A.6.15 e A.6.16 “Não se Aplicam à UJ” .....	89
Quadro A.6.17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	90
Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra .....	91
Quadro A.6.19 – Composição do Quadro de Estagiários .....	92
Quadros A.7.1; A.7.2 e A.7.3” Não se aplicam à UJ” .....	100
Quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Eletrobras Eletronuclear .....	101
Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	103
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	104
Quadro A.10.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	105
Quadro A.10.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento No Exercício.....	121
Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	127
Quadro A.10.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	129
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da Eletrobras Eletronuclear, da Obrigação de Entregar a DBR .....	140

### **LISTA DE TABELAS:**

Tabela A.1.1 – Principais Parceiros da Eletrobras Eletronuclear por Natureza.....	16
Tabela A.4.1 – Valores das Parcelas Liberadas pelo BNDES .....	64
Tabela A.4.2 – Valores das Parcelas Liberadas dos Recursos da Reserva Global de Reversão....	65
Tabela A.4.3 – Progresso Físico dos Prédios / Estruturas.....	69
Tabela A.10.1 – Trabalhos de Auditoria Interna Realizados no Exercício e Principais Constatações.....	129
Tabela A.10.2 – Quantidade de Recomendações Propostas no Exercício de 2012 .....	138
Tabela B.16.1 – Valores das Contribuições de Previdência Complementar.....	148

### **ANEXOS:**

1. Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.
2. Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.
3. Demonstrações Contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social.
4. Organograma Geral.

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

AAA – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação Auxiliar  
ADR – American Depositary Receipt  
AGE – Assembleia Geral Extraordinária  
AGO – Assembleia Geral Ordinária  
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CA – Conselho de Administração  
CAEFE – Caixa de Assistência aos Empregados de Furnas  
CGE – Circular Geral  
CGU – Controladoria Geral da União  
CLO – Condições Limite de Operação  
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear  
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética  
COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos  
DA – Diretoria de Administração e Finanças  
GG – Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente  
DGD – Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel  
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica  
DO – Diretoria de Operações  
DT – Diretoria Técnica  
EBG – Energia Bruta Gerada  
EC – Elementos Combustíveis  
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras  
ELETRONUCLEAR – Eletrobras Termonuclear S.A  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
ERP – Sistema de Gestão Empresarial  
ETG – Edifício do Turbo Gerador  
ETN – Eletrobras Eletronuclear  
FD – Fundação  
FRG – Fundação Real Grandeza  
FSAR – Relatório Final de Segurança da Usina  
GAC.G – Gerência de Acompanhamento. Diretoria de Gestão  
GDU.O – Gerência de Desempenho de Sistemas e de Reator de Angra 1. Diretoria de Operações  
GOM.G – Gerência de Organização e Métodos. Diretoria de Gestão  
GTD & C – Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização  
GV's – Geradores de Vapor  
HHT – Homem Hora Trabalhado  
HSv – Homem Sieverts (unidade de dose radiológica)  
JNA – Sistema de Remoção de Calor Residual do Reator  
JND – Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão  
LAR – Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência  
LO – Licença de Operação

LOA – Lei Orçamentária Anual  
MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
MRE – Ministério de Relações Exteriores  
MWh – Megawatt hora  
NA – Não Aplicável  
NUCLEN – Nuclebrás Engenharia S.A  
ND – Não Disponível  
NÚCLEOS – Instituto de Seguridade  
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico  
OSART – Operational Safety Review Teams  
P & D + I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação  
PMA – Plano de Meta e Ações  
PMP – Pedido de Modificação de Projeto  
PPA – Programa Plurianual do Governo Federal  
PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas  
RDE – Resolução da Diretoria Executiva  
RENUCLEAR – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares  
RGR – Reserva Global de Reversão  
RH – Recursos Humanos  
RJ – Rio de Janeiro  
SAP – Sistemas, Aplicações e Produtos no Processamento de Dados  
SEE – Secretaria de Energia Elétrica  
SG.T – Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos. Diretoria Técnica  
SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais do Ministério do Planejamento  
SM.O – Superintendência de Manutenção. Diretoria de Operação e Comercialização  
SIN – Sistema Interligado Nacional  
SIS – Sistemas de Injeção de Segurança de Alta Pressão  
SOX – Lei Sarbanes – Oxley  
SP.G – Superintendência de Planejamento. Diretoria de Gestão  
SRH.A – Superintendência de Recursos Humanos. Diretoria Administração  
TI – Tecnologia da Informação  
UO – Unidade Organizacional  
Wano – World Association of Nuclear Operators

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL DO  
RELATÓRIO DE GESTÃO**

# 1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DEN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR S.A – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de vinculação</b>		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>		
Denominação Completa: Eletrobras Termonuclear S.A		
Denominação Abreviada: Eletronuclear		
Código SIORG: 60609	Código LOA: 0033	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Telefones/Fax de Contato:	(021) 2588 7000	(021) 2588 7200
Endereço eletrônico: mgomes@eletronuclear		
Página Internet: <a href="http://www.eletronuclear.gov.br">http://www.eletronuclear.gov.br</a>		
Endereço Postal: Rua da Candelária, nº 65, Centro, 2º ao 14º andar – CEP: 20291-020 – Rio de Janeiro		
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</b>		
Constituída na forma da autorização contida no Decreto nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997 e das Portarias nºs 315, de 31 de julho de 1997, e 184, 185 e 186, de 31 de julho de 1997, respectivamente, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.		
<b>Outras Normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</b>		
<p>A atual estrutura organizacional da Empresa foi aprovada pelo Conselho de Administração em sua 166ª Reunião, de 08/04/2003, e implementada a partir de 01/06/2003. Posteriormente, na 170ª reunião, de 07 de agosto de 2003, o Conselho aprovou a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG, que foi implementada após a publicação do Estatuto Social (alterado para contemplar cinco diretorias), em 27 de novembro de 2003.</p> <p>O Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004 modificou a empresa transformando-a em concessionária e comercializadora de energia e a portaria da ANEEL nº 320, de 03 de dezembro de 2004 definiu a tarifa a ser praticada pelo Decreto nº 4.899, de 26 de novembro de 2003, publicado no DOU de 27 de novembro de 2003, foi aprovado o Estatuto Social nos termos das deliberações da 61ª e 62ª Assembléias Gerais Extraordinárias da Eletronuclear, realizadas em 16 de janeiro de 2003 e 28 de outubro de 2003, respectivamente.</p> <p>A empresa, enquanto S.A é regida pelas leis 6.404/76 e 11.638/07, e pelo manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.</p>		
<b>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</b>		
Manual de Contabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

## **1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR**

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, subsidiária da ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. criada em maio de 1997 a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A e a NUCLEN - Nuclebrás Engenharia S.A. Em 16 de dezembro do mesmo ano o decreto presidencial n.º. 76803 aprovou o novo estatuto social da empresa, que recebeu a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

Como tal, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR opera as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto no município de Angra dos Reis, com capacidade instalada total de 1990 MW, e conta com um efetivo de 2.589 empregados, engajados nos processos de operação e apoio das usinas de Angra 1 e 2, e no projeto e preparação da construção da usina de Angra 3.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR alcançou em 2012 o montante de 16.040.790 MWh de energia bruta gerada, o que representa uma parcela expressiva do total da energia térmica gerada no país.

A matriz de geração de energia elétrica brasileira é um caso único no mundo, por ser eminentemente de fonte hidráulica (cerca de 92%), requerendo outras fontes para atender, com confiabilidade, às demandas da sua população. Neste contexto a geração da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR se evidencia como relevante fonte térmica dentro desta matriz, proporcionando parte da complementação necessária.

No contexto mundial, continua a perspectiva de retomada da opção nuclear como fonte adequada para atender à crescente demanda por energia elétrica por sua característica de não emissora de gases causadores de efeito estufa.

## **1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL**

**VIDE ANEXO 4 – As atribuições de cada área estão explicitadas na própria denominação no organograma.**

**Caso necessário a Empresa poderá disponibilizar aos Órgãos de Controle o seu “Manual de Organização”, onde estas estão descritas de forma abrangente.**

## 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os Macroprocessos da ELETRONUCLEAR foram integrados aos macro-processos da holding, de forma a se ter uma arquitetura unificada dos processos nas Empresas Eletrobras.

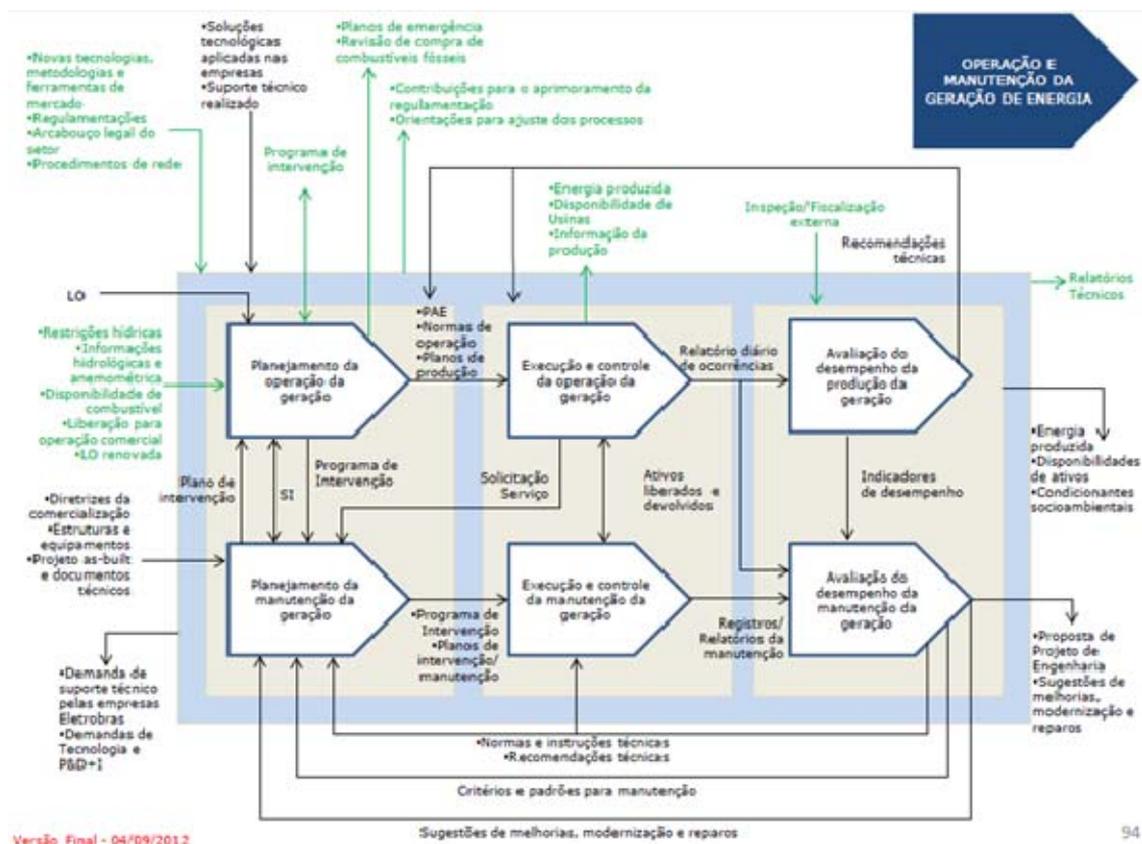
Assim, por se tratar de uma empresa exclusivamente de geração de energia, o macro processo aplicável à Eletronuclear é o Operação e Manutenção da Geração de Energia.

### Macroprocesso: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA

**Objetivo:** Maximizar a disponibilidade dos ativos de geração, atendendo aos requisitos técnicos, comerciais e regulatórios, com segurança, qualidade e economicidade.

**Descrição:** Do planejamento da produção de energia até a gestão do desempenho da produção de energia, descrito nos dois fluxogramas abaixo:





O bom desempenho desse processo traduz-se nos resultados obtidos na medição do desempenho das usinas.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) consolida anualmente os dados que de desempenho de todas as usinas nucleares do mundo. Segundo o levantamento dos fatores de disponibilidade por país, em 2012, pelo segundo ano consecutivo, o Brasil ocupou a vice-liderança no ranking, com fator consolidado de 92%, ficando atrás apenas da Romênia, com 92,6%. Esse número mede a produção efetiva de uma usina em relação à sua capacidade máxima durante um período determinado.

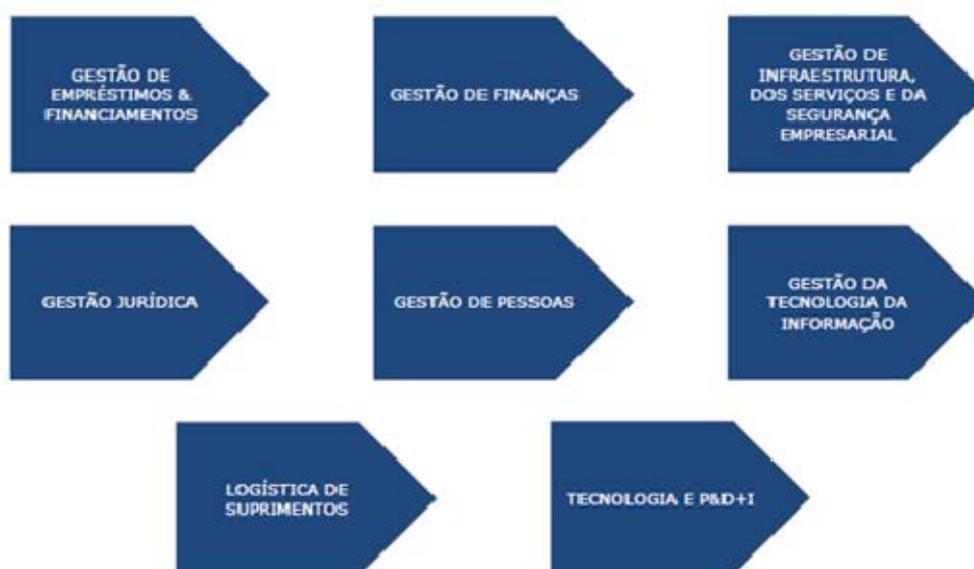
Nos últimos três anos, Angra 1 e Angra 2 bateram recorde de produção. As duas usinas fecharam o ano de 2012 gerando, juntas, mais de 16 milhões de megawatts-hora (MWh) – a melhor marca da história da central nuclear de Angra dos Reis.

## 1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

De forma análoga aos macroprocessos finalísticos, os macroprocessos de apoio, ou de suporte, foram mapeados de forma unificada com as demais Empresas Eletrobras. Assim, temos os seguintes macroprocessos identificados:

### Macroprocessos de Suporte

**Objetivo:** Processos que apoiam os processos finalísticos, de gestão e a si próprios.



Esses macroprocessos, definidos no âmbito do Sistema, ainda estão sendo internalizados na empresa. Estima-se que o trabalho de mapeamento e aprimoramento da gestão desses processos trará expressivos benefícios, sendo sua implantação um dos objetivos estratégicos da ELETRONUCLEAR.

## 1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

A tabela abaixo relaciona os principais parceiros da ELETRONUCLEAR, agrupado segundo a sua natureza. Nele estão listados os principais agentes e o tipo de interface mantido com os mesmos.

TABELA A.1.1 – PRINCIPAIS PARCEIROS DA ELETROBRA ELETRONUCLEAR POR NATUREZA

Parceiros			
Natureza	Principais Agentes	Interfaces	
1	Órgãos Públicos	Ministérios e Secretarias dos Governos Federal, Estadual e Municipal; Agências Reguladoras, TCU, CGU, Ministério Público, Defesa Civil, dentre outros.	Atendimento a regulações específicas, prestação de contas, relatório, auditorias, processos de licenciamento.
2	Comunidades Locais	Prefeituras dos Municípios no entorno da CNAEA, principalmente Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro.	Parcerias diversas em programas nas áreas de cultura, educação, saúde, meio ambiente, infra estrutura, esporte e lazer.
3	Fornecedores	A Eletronuclear dispõe de milhares de fornecedores, dentre os quais destacamos o fornecimento do combustível nuclear pela Indústria Nucleares do Brasil – INB.	Contratos Específicos para cada usina, cada recarga e tipo de serviço.
4	Cliente	Furnas Centrais Elétricas S.A. é o único cliente para a compra da energia produzida pela Eletronuclear.	Contratos de compra e venda de energia.
5	Acionistas	O principal acionista da Eletronuclear é a Eletrobras, detentora de quase a totalidade do seu capital social.	A Holding/controladora participa dos conselhos de administração e fiscal, aprova relatórios de gestão e balanços patrimoniais.
6	Empregados, Estagiários e Parceiros.	Seu corpo funcional de empregados, estagiários e colaboradores.	Estrutura organizacional da Eletronuclear e programas de trabalho e de atividades.
7	Organizações da Sociedade	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica, Associações de Moradores de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, Universidades, Associações de Classe, Associações Internacionais do Setor Nuclear.	Convênios, Contratos, Associações, filiações, projetos de P&D.

## **2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

### **2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR**

Em março de 2010 o Sistema Eletrobras divulgou o seu Plano Estratégico Corporativo, fruto de um trabalho integrado das equipes de planejamento de todas as suas empresas.

Este plano foi referendado pela Eletrobras Eletronuclear, que adotou como sua a arquitetura estratégica do mesmo, na forma que se segue:

**Missão** – Atuar nos mercados de energia de forma integrada rentável e sustentável.

**Visão** – Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

#### **Valores**

- Foco em resultados;
- Empreendedorismo e inovação;
- Valorização e comprometimento das pessoas;
- Ética e transparência.

### **2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

#### **A) Objetivos Finalísticos e Principais Estratégias Associadas**

**Objetivo 1** – Ampliar e aprimorar os negócios de geração, transmissão, distribuição e comercialização (GTD&C) de energia elétrica de forma competitiva e rentável:

1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica;
2. Aprimorar o negócio de distribuição, obtendo rentabilidade compatível com as demais empresas do mercado;
3. Atuar seletivamente na comercialização de energia Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão
4. Investir na redução das perdas não técnicas na distribuição

**Objetivo 2** – Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes alternativas, na matriz energética do Sistema Eletrobras

5. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa
6. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis

7. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos
8. Investir na redução das emissões das fontes térmicas, assegurando o retorno dos investimentos

**Objetivo 3** – Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas

9. Promover a aquisição de ativos e formar parcerias para a implantação de projetos hidrelétricos e de transmissão, com foco nas Américas
10. Intensificar a captação de recursos e a busca de incentivos fiscais para acelerar o processo de internacionalização do Sistema Eletrobras
11. Fortalecer institucionalmente a área internacional do Sistema, inclusive com a constituição de subsidiária
12. Atuar pró-ativamente junto ao MME e MRE para viabilização e proteção dos investimentos no exterior
13. Acelerar a seleção e a capacitação de pessoal para atuação específica na área internacional

**Objetivo 4** – Apoiar programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e de equilíbrio econômico-financeiro

14. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica
15. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades
16. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante

**Objetivo 5** – Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno

17. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido
18. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável

## **B) Objetivos de Gestão e Competências e Principais Estratégias Associadas**

**Objetivo 1** – Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva

1. Implementar a reestruturação societária do Sistema Eletrobras
2. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios
3. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência
4. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras

**Objetivo 2** – Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado

5. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas
6. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras
7. Implementar suportes e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras

**Objetivo 3** – Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras

8. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras
9. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras
10. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências
11. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.

**Objetivo 4** – Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias

12. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimentos
13. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras

14. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira

**Objetivo 5** – Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.

15. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento
16. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras

**Objetivo 6** – Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas

17. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições
18. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas
19. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional
20. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário

**Objetivo 7** – Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras

21. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras
22. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados
23. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I

Adicionalmente e em perfeito alinhamento com essas premissas comuns a todas as empresas do sistema, a Eletrobras Eletronuclear adotou o seguinte posicionamento, que a destaca inequivocamente e passa a orientar seus negócios e ações:

**Declaração de Posicionamento** – A Eletrobras Eletronuclear será o protagonista na expansão da geração nucleoe elétrica no Brasil, atuando de forma independente ou em parceria com outras empresas, contribuindo para a conquista da liderança global em energia limpa e segura pelo Sistema Eletrobras,

## **Atributos do posicionamento:**

### **Protagonista**

Pela sua trajetória no setor, a Eletrobras Eletronuclear concentra um inestimável capital de conhecimento em todas as fases de um empreendimento de geração nucleoeletrica, da análise de viabilidade inicial até a excelência em operação, passando por todas as fases de escolha de sítios, de tecnologia, projeto, construção, comissionamento, operação e comercialização, colocando-a numa posição única de liderança na expansão dessa fonte de energia.

### **Expansão da Geração Nucleoeletrica**

A orientação estratégica no sentido de ampliação da base de geração do Sistema Eletrobras contempla uma forte expansão da geração nucleoeletrica, reforçando o papel fundamental que a Eletrobras Eletronuclear deverá desempenhar para a realização da Visão do Sistema Eletrobras.

### **Investindo de forma independente ou em parceria**

A realização dos investimentos previstos no Plano Nacional de Energia demandará um volume de recursos bastante expressivo. A Eletrobras Eletronuclear estará aberta a alternativas de viabilização dessa expansão.

### **Energia limpa**

Energia elétrica gerada com baixa emissão de carbono e outros gases causadores de efeito estufa. As usinas nucleares, ao longo de seu ciclo de vida útil, têm uma emissão insignificante, o que as coloca no centro das soluções ambientalmente adequadas para geração de grandes blocos de energia no século 21.

### **Segurança**

A Eletrobras Eletronuclear pautará suas ações de forma consistente com sua Política de Gestão Integrada de Segurança.

No contexto da gestão empresarial, destacaram-se as seguintes ações:

- **Sustentabilidade Sócio-Ambiental** – O ano de 2011 marcou a permanência da ELETROBRAS no rol de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade da BOVESPA. A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, na qualidade de empresa controlada, teve importante destaque nesse processo em vista de suas ações de inserção social. A Eletrobras Eletronuclear emite o seu Relatório de Sustentabilidade no padrão GRI desde 2008 (ano base 2007) e em 2010 este relatório recebeu o prêmio de Sustentabilidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro e em 2011 a empresa foi vencedora do PRÊMIO BRASIL AMBIENTAL da Câmara de Comércio Americana.
- **Programa de Equidade** – No contexto das atividades do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, criado em 2005 em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”, a empresa assinou em novembro com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o novo Termo de Compromisso de Adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero 2ª Edição, comprometendo-se em continuar a execução do plano de ação para implementar políticas de equidade.

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR é detentora do Selo Pró-Equidade de Gênero concedido pela referida Secretaria Especial de Política para as Mulheres, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas e pela Organização Internacional do Trabalho na 1ª edição do programa.

### **Revisões Internacionais e Intercâmbio de Experiência**

O ano de 2012 foi mais um no qual o programa de suporte técnico e revisões, efetuadas por organismos internacionais, teve grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional de Angra 1 e 2 e na preparação para a operação de Angra 3. Foram conduzidas, no Brasil, as seguintes revisões e treinamentos por organismos internacionais:

- De 18.04 a 20.04 – WANO PC - Nuclear Oversight – Cada país participante do evento apresentou como está estruturado para realizar o Nuclear Oversight, observando-se diversas maneiras de alcançar este objetivo, seja através da utilização de uma estrutura independente, mas pertencente à própria empresa, ou através de avaliação por peritos externos;
- De 24.04 a 27.04 foi realizado, sob coordenação do INPO AC, o curso Event Investigation Course, cujo objetivo é reforçar as técnicas de análise de causa raiz, usando a metodologia da WANO;
- De 14.05 a 02.08 – WANO PC – PI Seminar + Software Evaluation – treinamento voltado para reforçar os conhecimentos sobre a operação do sistema de indicadores de desempenho desenvolvido pela WANO e adotado pelas Usinas como referência;
- 30/07/2012 a 02/08/2012 a WANO coordenou, na CNAANA, um seminário sobre Desenvolvimento de Lideranças, visando a melhoria contínua do trabalho em equipe, relacionamento interpessoal e desenvolvimento de pessoas.
- No período de 20 de agosto a 06 de setembro de 2012, Angra 1 recebeu uma equipe de auditores da AIEA em missão OSART a qual concluiu que os gestores de Angra 1 estão empenhados em melhorar a segurança operacional e confiabilidade da Usina. A equipe encontrou boas áreas de desempenho, como as seguintes:
  - Complementação do quadro de operadores licenciados de forma sistemática, onde os operadores são avaliados ao longo do treinamento, e são submetidos à rotina de retreinamento, incluindo avaliação no Simulador;
  - Utilização de software especial para o planejamento e acompanhamento de pendências;
  - Utilização de avaliação semanal eficiente das atividades de manutenção utilizando experiência de feed-back;
  - A planta opera um laboratório credenciado de Dosimetria de Radiações Ionizantes;
  - Circuito secundário equipado com um grande conjunto de instrumentos em linha para medir todos os parâmetros químicos necessários;
  - Desenvolvimento de gestão de acidentes além das bases de projeto, implementando disposições adicionais de hardware para além do âmbito dos equipamentos existentes.

Esta missão também levantou 9 Recomendações e 15 sugestões totalizando 24 propostas de melhoria em alguns setores da Usina como Experiência Operacional, Química, Gerenciamento etc, para as quais estão sendo elaborados planos de ação para atendimento.

- Dia 05.10 – WANO PC - Annual Eletronuclear WANO Review Meeting – Em 2012 foram iniciadas as reuniões de follow up (começando com a NASA e Eletronuclear) para trocar informações sobre a efetividade nos intercâmbios de missões realizadas pela WANO no exterior e no Brasil, assim como a avaliação da participação dos técnicos da ETN em missões solicitadas ou programadas pela WANO;

- De 05.11 a 09.11 – INPO AC – Organization Alignment for Maintenance – Esta missão teve como objetivo principal avaliar a nova organização de manutenção, bem como suas interfaces com as outras organizações da operação e de suporte técnico. O time composto por 3 especialistas fez diversas avaliações e entrevistas e a conclusão final resumida é que a organização de manutenção está adequadamente formada e funcionalmente eficiente. Foi elaborado e está em fase de consolidação, um Plano de Ação para as questões de interfaces e duplicidade de funções apontadas pelo time;
- De 03.12 a 07.12 Angra 2 recebeu equipe de acompanhamento da AIEA (OSART FOLLOW UP) para verificação da evolução do plano de ação para atendimento das sugestões e recomendações advindas da missão OSART realizada em 2011. A missão de acompanhamento concluiu que o resultado obtido (32% Resolvidas, 64% Progresso Satisfatório e 4 % Progresso Insuficiente) pode ser considerado excelente quando comparado ao nível de resposta da Indústria Nuclear;

Um número significativo de engenheiros da Empresa participou de missões internacionais, conduzidas pela AIEA (OSART) e WANO (Peer Review), em usinas da China, França, EUA, Inglaterra, Holanda, República Tcheca, Alemanha e Argentina.

No âmbito do TECHNICAL COOPERATION PROJECT RLA/9/060 da IAEA, que visa estimular a “Cultura de Segurança” nas Usinas Nucleares da América Latina, prosseguiram as visitas a usinas consideradas como referências, visando verificar as boas práticas nelas utilizadas e implementá-las nas usinas de Angra. Desta forma 12 engenheiros da Empresa realizaram visitas técnicas a usinas da Bélgica, Estados Unidos e Inglaterra. Adicionalmente realizaram-se dois “Regional Meeting”, o primeiro no Rio de Janeiro, em novembro, abordando-se ainda o tema “Gap Analysis” e a criação de uma plataforma na web na qual os 3 países participantes, Brasil, Argentina e México possam intercambiar informações e o segundo na usina de Laguna Verde no México, em dezembro, que aprofundou o tema da criação da referida plataforma, o desenvolvimento de um mock-up de Performance Humana, a questão do “Nuclear Oversight” (NOS) incluindo o “Corrective Action Programme” (CAP).

**Certificação SOX** – A adequação a Lei Sarbanes-Oxley é uma condição essencial para que a ELETROBRAS permaneça no patamar ADR 2 - American Depositary Receipt Nível 2, da Bolsa de Valores de Nova York, alcançado em 2008. Na qualidade de empresa controlada, a Eletrobras ELETRONUCLEAR está também sujeita a essas normas. Em 2009 a PWC foi contratada para realizar os testes dos controles internos para a Certificação SOX das Empresas do sistema Eletrobras. Em junho de 2010 a Eletrobras Eletronuclear criou a Gerência de Gestão de Riscos e Conformidade de Controles que, dentre outras, tem como atribuição efetuar o aprimoramento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras.

### **O Pacto Global e os Valores da Empresa**

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR integra o Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU (UN Global Compact), expressando o suporte da Empresa aos seus preceitos com relação a direitos humanos, trabalho, ambiental e combate à corrupção. A formalização da adesão deu-se em 6 de dezembro de 2006, através de carta recebida pela ELETROBRAS ELETRONUCLEAR do Diretor Executivo da United Nations Global Compact, Sr. Georg Kell.

A preocupação da Empresa com a consecução do desenvolvimento sustentável do País traduz-se, também, por sua participação em atividades que contribuam para atingir as denominadas Metas do Milênio da ONU.

Em demonstração de seu apoio ao Pacto Global a Eletrobras Eletronuclear apresenta a cada ano, desde 2008, seu Relatório de Sustentabilidade Socioambiental à ONU, que avalia e publica em seu site correspondente. O Relatório de Sustentabilidade Socioambiental da empresa relativo ao ano de 2010 foi classificado, após autoavaliação, como Global Compact Advanced Level, em 2011.

### **2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES**

A ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, por intermédio de sua Diretoria de Operação, estabelece ao final de cada exercício as metas a serem atingidas pelas unidades de produção (usinas) no ano seguinte. Essas metas são estabelecidas e acompanhadas por um extenso número de indicadores, que aferem desde o montante total de produção de energia até itens de gestão e segurança de trabalho além de vários outros de caráter técnico.

A evolução desses indicadores é acompanhada mensalmente, e ações corretivas são tomadas ao longo do ano para assegurar o cumprimento das metas.

No item 2.4, a seguir, apresentamos os indicadores adotados, com suas metas e comentários sobre o resultado final.

### **2.4 INDICADORES**

#### **2.4.1 Indicadores de Desempenho da Operação**

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação, conforme a programação do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico)
- A(s) parada(s) programada(s) das usinas;
- Os resultados de usinas similares em outros países (benchmarking WANO);
- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;
- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;
- Os programas de investimentos;

Na Eletrobras Eletronuclear, com a finalidade de melhor expressar a tendência de cada parâmetro monitorado, os índices são apurados mensalmente e reportam sempre os últimos doze meses de cada indicador (por exemplo, o relatório de abril reporta o período compreendido entre maio do exercício anterior e abril daquele ano).

Desta forma, para cada indicador de desempenho de operação, as tabelas a seguir trazem o valor apurado no mês e o valor **acumulado** que refletirá o período de 12 meses imediatamente anteriores.

Essa prática faz com que durante o ano, com exceção do mês de dezembro, o valor reflita disfunções ocorridas ainda no exercício anterior. Somente o indicador acumulado de dezembro reflete o resultado dos 12 meses do exercício em tela, sendo este o valor a ser confrontado com a meta.

#### 2.4.1.1 Indicadores de Desempenho no Exercício de 2012

1) Fator de Disponibilidade – Central												
A) Utilidade:		Indicar a disponibilidade de suprimento de energia das usinas da Eletrobras Eletronuclear, ou seja, sua capacidade de atender o sistema elétrico.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		≥ 90,44 %										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Energia de Referência} - \text{Perdas}}{\text{Energia de Referência}} \times 100$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	100,000	99,813	37,078	99,977	99,885	99,407	100,00	99,254	97,852	100,000	99,427	93,517
Acu.	95,976	96,683	91,441	91,441	91,431	91,494	91,494	91,438	91,461	94,195	94,290	93,762
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<b>Angra 1</b>												
<b>Janeiro:</b>												
Em 14/01 à 00:00h, foi iniciada uma redução de carga para 520 MWe, em atendimento à solicitação pelo ONS. Às 03h50min, a carga da Unidade foi estabilizada em 520 MWe, 83% no Reator, mantendo-se nesta carga conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).												
<b>Fevereiro:</b>												
No dia 04 à 00h00min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 04h42min, a carga da Unidade foi estabilizada em 98% no Reator, 620 MW. Às 08h10min, foi realizado o teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator - PP-R 22. Às 08h12min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 08h43min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 635 MWe.												
No dia 11 às 23h00min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.												
No dia 12 às 05h10min, a carga da Unidade foi estabilizada em 75% no Reator, 450 MWe. Às 11h50min, foi executado o PI-O 033 com sucesso. Às 11h55min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 19h25min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 634 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.												
<b>Abril:</b>												
No dia 01 às 07h41min, ocorreu uma queda de pressão na sucção das Bombas Principais de Água de Alimentação e abertura da válvula de desvio dos Aquecedores de Baixa Pressão (PV-1425), ocasionada por abertura indevida da válvula de recirculação (FV-1349) da Bomba de Água de Alimentação Principal FW-1B. Às 07h51min, foi iniciado uma redução de carga para 550 MWe. Às 08h23min, a carga da Unidade foi estabilizada em 90% no Reator, 550 MWe. Às 09h00min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 13h15min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 635 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.												
<b>Mai:</b>												
No dia 18 às 22h30min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.												
No dia 19 às 04h48min, a carga da Unidade foi estabilizada em 72% no Reator, 450 MWe. Às 05h45min, foi executado o PI-O 033 com sucesso. Às 06h45min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 13h55min, a carga da Unidade foi estabilizada em 98% no Reator, 620 MW. Às 15h10min, foi realizado o teste para Determinação Especial da												

Potência Térmica do Reator - PP-R 022. Às 15h38min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 16h08min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 641 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

**Junho:**

Dia 02 às 22h03min, iniciada a redução de carga para realizar a limpeza nas caixas dos Condensadores.

Dia 04 às 08h15min, iniciada a elevação de carga para 98% no Reator. Às 17h07min, a carga foi estabilizada em 624 MWe, 98% no Reator. Às 18h08min, foi realizado o teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator - PP-R 022. Às 18h10min, foi iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. Às 18h51min, a carga da Unidade foi estabilizada em 640 MWe, 100% no Reator.

Dia 10 às 20h33min, iniciada a redução de carga para atender o PO-S/T 005.2012. Às 21h20min, a carga da Unidade foi estabilizada em 620 MWe, 97% no Reator.

Dia 11 à 00h42min, iniciada a elevação de carga para 100% no Reator. À 01h42min, a carga da Unidade foi estabilizada em 642 MWe, 100% no Reator, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programado com o ONS.

**Julho:**

No dia 15 às 03h00min, foi iniciada uma redução de carga para 520 MWe, para a realização da intervenção AI 00.018.361-12, que limitou a carga na LI Angra/Cachoeira Paulista em 5.000 MW. Às 07h02min, a carga da Unidade foi estabilizada em 82% no Reator, 520 MWe. Às 17h40min, foi iniciada uma elevação de carga para 98% no Reator. Às 22h23min, foi estabilizada em 98% no Reator, 630 MWe.

No dia 16 às 00h25min, foi realizado o teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator - PP-R 022. À 01h23min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 02h22min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 642 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o ONS.

**Agosto:**

No dia 18 às 22h40min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.

No dia 19, às 06h10min, foi executado o PI-O 033 com sucesso. Às 15h25min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 18h35min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 641 MWe.

No dia 31 às 09h24min, ocorreu atuação espúria de alguns equipamentos de IS no trem A, com o fechamento das HV-1300/1301 e desarme do Reator por baixo nível no GV-2, desinterligando a Unidade do Sistema Interligado Nacional (SIN).

**Setembro:**

No dia 03 às 06h36min, foi paralisada a elevação de carga em 620 MWe, 98% no Reator para a realização do teste para Determinação Especial da Potência Térmica do Reator PP-R 22. Às 09h40min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 10h40min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 640 MWe, permanecendo neste patamar até o final do mês, conforme programação com o Operador Nacional do Sistema (ONS).

**Novembro:**

No dia 01 às 23h00min, foi iniciado uma redução de carga para 450 MWe, para a realização do Teste de Operabilidade das Válvulas da Turbina - PI-O 033.

No dia 02, às 06h19min, foi executado o PI-O 033 com sucesso. Às 06h21min, foi iniciada uma elevação de carga para 100% no Reator. Às 16h00min, a carga da Unidade foi estabilizada em 100% no Reator, 638 MWe.

No dia 22 às 20h32min, foi iniciado um programa de extensão da operação do Reator de Angra 1 com redução gradual de carga.

**Angra 2:**

**Março:**

No período de 03/03/2012 a 31/03/2012 Angra 2 esteve desligada em atendimento à Parada Programada 2P9.

**Setembro:**

No dia 29 de setembro às 00h09min a potência da Usina foi reduzida para 80% (1080 MW) para realização dos testes periódicos da turbina. Às 03h40min do mesmo dia após a realização dos testes, a potência da Usina foi elevada para 100% (1350 MW).

I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

Equipamentos reparados com sucesso.

Responsável: Diretoria de Operação – DO

<b>2) Fator de Perda de Disponibilidade não Planejada</b>												
A) Utilidade:		Contabiliza perdas forçadas (não planejadas) na geração de energia.										
B) Tipo:		Eficiência										
C) Meta ETN:		Angra 1 $\leq$ 0,82 Angra 2 $\leq$ 0,82										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: $\frac{\text{Perda de Geração de Energia não Planejada no Período}}{\text{Max. Quantidade de Energia Possível Gerada no Período}}$										
E) Método de Aferição:		Apuração mensal através de medições										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Angra 1: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	0,12	0,00	0,07	0,00	0,02	0,00	1,96	6,13	0,00	0,00	0,00
Acu.	1,39	1,05	0,79	0,80	0,80	0,51	0,51	0,67	1,18	1,18	0,75	0,69
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Angra 2: Fator de Perda não Planejada no Período (%)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Mens.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<b>Angra1:</b>												
<b>Abril:</b> Queda de pressão na sucção das Bombas Principais de Água de Alimentação ocasionada pela abertura da vv. PV-1425, devido a abertura indevida da vv. FV-1349.												
<b>Junho:</b> Redução de carga para a troca de bombas de água de alimentação para atender PO-S/T 005.2012.												
<b>Agosto:</b> Atuação de baixo nível no Gerador de Vapor 2, devido a sinal espúrio de Injeção de Segurança parcial no Trem A do Sistema de Proteção do Reator (SPR), que causou o fechamento das válvulas HV-1300 e HV-1301 e desarme da Bomba de Água de Alimentação Principal FW-1A.												
<b>Setembro:</b> Em Set/12 de 01 a 03 - Unidade desligada e elevação de carga.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

<b>3) Desligamentos Automáticos não Planejados por 7000H críticas</b>												
A) Utilidade:	Acompanhar os desligamentos forçados ocorridos com o reator em operação.											
B) Tipo:	Eficácia											
C) Meta ETN:	Central = 0 Angra 1 = 0 Angra 2 = 0											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de horas com o Reator Crítico}}$											
E) Método de Aferição:	Apuração mensal a partir de medições											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2012											
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas da Central Indicador: (Angra 1 x número de horas do reator crítico em Angra 1 nos últimos 12 meses) Angra 2 x número do reator crítico nos últimos 12 meses + número do reator crítico em Angra 2 nos últimos 12 meses)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,840	0,410	0,430	0,430	0,430	0,000	0,000	0,430	0,430	0,420	0,420	0,410
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,88	0,87	0,87	0,87	0,87	0,00	0,00	0,87	0,84	0,80	0,80	0,80
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos nos últimos 12 meses} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas com o Reator Crítico nos últimos 12 meses}}$ Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Desligamentos Automáticos não Planejados por 7.000 h Críticas de Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Acu.	0,806	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: $\frac{\text{Número de Desligamentos} \times 7000\text{h}}{\text{N}^\circ \text{ de Horas Crítico no período}}$ Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra1:</b> Desligamento não programado de Angra 1 em Agosto, conforme descrito no indicador Fator de Disponibilidade Central.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

4) Performance dos Sistemas de Injeção de Segurança (SIS) – Alta Pressão – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade de SIS, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do SIS</u> Nº de horas com o Reator Crítico x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do SIS										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Mês:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Março:</b> Falha na partida da bomba SIP#1 durante a realização do PI-O 19 A. (tempo de indisponibilidade 0,92 horas). <b>Agosto:</b> Isolamento do LI-5533 para reparo na válvula SP-101 (LT 201208821). (tempo de indisponibilidade 0,42 horas).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

5) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação (AAA) – Angra 1												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do AAA, sistema importante para a segurança de Angra 1.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,0005										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do AAA										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do AAA</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra 1:</b> <b>Jan/12</b> - Isolamento da bomba de água de alimentação auxiliar AF-1B para retorqueamento dos parafusos da carcaça da bomba (LT 201112884). (Tempo de indisponibilidade 4,00h).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

6) Performance dos Sistemas de Segurança do Grupo Gerador Diesel (GGD) – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do GGD, sistema importante para a segurança de Angra 1 e Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	Angra 1 $\leq 0,0005$ Angra 2 $\leq 0,0000$											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do GGD e posterior cálculo.											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2012											
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,005	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,0000	0,000	0,000	0,001	0,001	0,001
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Performance dos Sistemas de Segurança do Gerador Diesel – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do GGD</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<b>Angra 1:</b>												
<b>Abril:</b>												
CLO 3473 - Falha na partida do GD4 durante o teste pelo PI-O 66B. (Tempo de indisponibilidade 0,83 h).												
<b>Setembro:</b>												
CLO 3533 - Set/12- Verificado água na canaleta de cabos durante partida da bomba SW-1B, devido a falha aberta da válvula quebra vácuo, durante preparação para o teste pelo PI-O 66B.												
Executado o teste do Gerador Diesel GD-1B com sucesso. (Tempo de indisponibilidade 0,67 h).												
CLO 3534 - Falha na partida do GD-4 durante teste pelo PI-O 66B. Executado o teste do Gerador Diesel GD-1B com sucesso. (Tempo de indisponibilidade 0,87 h).												
<b>Outubro:</b>												
CLO 3566 – Out/12 - Indisponibilidade do GDD Trem B p/ atender trabalhos das LT's 201203075; 201204505. Normalizado o trem B do SAS para o GD4 após a conclusão da manutenção. (Tempo de indisponibilidade 7,83h).												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Equipamento reparado com sucesso.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

7) Performance dos Sistemas de Segurança de Injeção de Alta Pressão (JND) – Angra 2												
A) Utilidade:	Acompanhar a disponibilidade do JND, sistema importante para a segurança de Angra 2.											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 0,000											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens											
E) Método de Aferição:	Contagem direta das horas paradas do JND e posterior cálculo											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2012											
Performance dos Sistemas de Segurança JND – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do JND</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra 2:</b> Março: No período de 03/03/2012 a 31/03/2012 Angra 2 esteve desligada em atendimento à Parada Programada 2P9.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunção no período. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

8) Performance dos Sistemas de Segurança de Água de Alimentação de Emergência (LAR) – Angra 2												
A) Utilidade:		Acompanhar a disponibilidade do LAR, sistema importante para a segurança de Angra 2.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,000										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens										
E) Método de Aferição:		Contagem direta das horas paradas do LAR e posterior cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,002	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Acu.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Indicador: <u>Número de horas de indisponibilidade do LAR</u> Nº de horas com Sistema requerido x Nº de Trens Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra 2:</b> <b>Mai:</b> Em 18/05/2012 ocorreu desarme do Ventilador do Sistema de Ventilação do Edifício de Alimentação de Emergência (SAL10AN003), durante teste funcional do Gerador Diesel de Emergência 5XJ/XK, indisponibilizando este Grupo Gerador de Emergência (CLO 81/12). Em 19/05/2012 ocorreu alarme de perda da resistência de aquecimento contínuo do Gerador Diesel de Emergência 8XJ/XK, indisponibilizando o mesmo (CLO 83/12). Desta forma durante 5,2 h ficamos com dois Grupos Geradores de Emergência e duas fontes de Água de Alimentação de Emergência - LAR indisponíveis.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Equipamentos reparados com sucesso. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

9) Acidentes Industriais com Perda de Tempo por 200.000HH Trabalhadas												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear para acompanhamento da segurança industrial.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		= 0 Acidentes										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: abaixo discriminado.										
E) Método de Aferição:		Medição mensal e cálculo										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,00	1,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acu.	0,15	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15
Indicador: $\frac{\text{N}^\circ \text{ acidentes c/perda de tempo na Área Protegida nos últimos 12 meses} \times 200.000\text{HH trabalhadas}}{\text{N}^\circ \text{ HH Trabalhadas na Área Protegidas nos últimos 12 meses}}$												
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra 2:</b> Fevereiro: Em 14/02/2012 durante inspeção na Estação de Tratamento de Água (GC) Químico escorregou no piso molhado e sofreu queda fraturando 4 costelas.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Todos os acidentes são investigados para determinar e corrigir as suas causas e evitar novas ocorrências. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

10) Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
A) Utilidade:		Indicador padrão da Indústria Nuclear que visa medir a dose total de exposição à radiação dos trabalhadores das usinas.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		≤ 0,62 pessoa. Sv (Acumulado)										
D) Fórmula de Cálculo:		Indicador: É o total de Homem – Sieverts contabilizados no período										
E) Método de Aferição:		Medida direta										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Exposição Coletiva à Radiação (HSv)												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	0,001	0,003	0,132	0,004	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,003	0,003	0,005
Acu.	0,732	0,735	0,863	0,867	0,866	0,865	0,856	0,850	0,501	0,159	0,161	0,163
Indicador Angra 1 + Indicador Angra 2 Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: <b>Angra 2:</b> Março: Estão lançadas as doses da parada 2P9 em março de 2012, que ficam dentro da meta pré-estabelecida.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções. Responsável: Diretoria de Operação – DO												

<b>11) Índice de Confiabilidade do Combustível (µ Ci/g) - Angra 2</b>													
A) Utilidade:		Acompanhar a confiabilidade do combustível na geração de energia.											
B) Tipo:		Eficiência											
C) Meta ETN:		≤ 0,0005 µ Ci/g											
D) Fórmula de Cálculo:		$\left[ J1 \left( 0.047619 + \frac{J3}{0.000021} \right) - 0.0318 \times J2 \left( 0.916667 + \frac{J3}{0.00024} \right) \right] \times \left[ \left( \frac{Ln}{J5} \right) \left( \frac{100}{J4} \right) \right]$ <p>           J1 = Iodo 131 (µ Curie/g)            J2 = Iodo 134 (µ Curie/g)            J3 = Constante de Taxa de Purificação            J4 = Nível de Potência (%)            J5 = Taxa Linear de Geração de Calor (kW/foot)            Ln = 5.5 kW/foot         </p>											
E) Método de Aferição:		Através de medições e cálculos mensais											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:		2012											
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
ICC.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O													
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:		<p><b>Angra 2:</b> <b>Fevereiro:</b> O valor considerado para o mês foi obtido considerando-se o período 01/02 a 05/02. A partir de 06/02 foram feitas intervenções em equipamento do sistema LCW com vista a preparação para a Parada 2P9. Por este motivo os valores de 06/02 a 29/02 não foram considerados.</p> <p><b>Março:</b> No período de 03/03/2012 a 31/03/2012 Angra 2 esteve desligada em atendimento à Parada Programada 2P9, desta forma não houve estabilidade para o cálculo do ICC.</p>											
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.		<p>Não houve disfunções.</p>											

12) Indicador Químico – Angra 1 Angra 2												
A) Utilidade:		Indica a existência ou não de risco de alguma deterioração das linhas e equipamentos, se superior a 1 (um) ano.										
B) Tipo:		Efetividade										
C) Meta ETN:		Angra 1 = 1,00 Angra 2 = 1,00										
D) Fórmula de Cálculo:		<b>Angra 1:</b> $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + Cu)_{AAP} / VL_{Cu}$ <b>Angra 2:</b> $(Na)_{GV} / VL_{Na} + Cl)_{GV} / VL_{Cl} + SO_4)_{GV} / VL_{SO_4} + CC)_{GV} / VL_{CC} + Fe)_{AAP} / VL_{Fe} + O_2)_{AAP} / VL_{O_2}$ VL <sub>X</sub> = Valor limite para cada parâmetro GV = Gerador de vapor AAP = Água de Alimentação Principal CC = Condutividade Catiônica										
E) Método de Aferição:		Medições mensais e cálculos.										
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:		Diretoria de Operação – DO										
G) Resultado no Exercício:		2012										
Indicador Químico – Angra 1												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,05	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Acu.	1,00	1,03	1,02	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,01	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 1 – SU.O												
Indicador Químico – Angra 2												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	1,00	1,00	1,00	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,01
Acu.	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Fonte: Superintendência de Angra 2 – SD.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
<b>Angra 1:</b>												
Fevereiro:												
No dia 09/02, após a troca da resina do Leito Misto #1 do PGV, quando o sistema foi realinhado, houve contaminação química do Sistema Secundário, com elevação da condutividade catiônica e sulfato (RDO 014/2012).												
<b>Angra 2:</b>												
Dezembro:												
Este resultado foi devido a ingresso de ânion Sulfato por problemas na regeneração do GD12 em 14/12/12.												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.												
Disfunções reparadas.												
Responsável: Diretoria de Operação – DO												

<b>13) Energia Bruta Gerada – EBG (GWh)</b>	
A) Utilidade:	Medir a quantidade de energia produzida pela geração das usinas.
B) Tipo:	Eficiência
C) Meta ETN:	Não se aplica.
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Energia Bruta no Período
E) Método de Aferição:	Medição direta
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO
G) Resultado do indicador no exercício:	Produção de 16.040 GWh de energia bruta
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.	
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Meta Atingida.	

<b>14) Volume de Rejeito Sólido Gerado (m<sup>3</sup>)</b>												
A) Utilidade:	Controlar e gerenciar os rejeitos gerados pelas usinas durante suas atividades de operação e manutenção											
B) Tipo:	Efetividade											
C) Meta ETN:	≤ 100,7 m <sup>3</sup> ao ano											
D) Fórmula de Cálculo:	Indicador: Contagem direta do volume de rejeito gerado											
E) Método de Aferição:	Através de contagem direta do volume de rejeito gerado											
F) Área responsável pelo cálculo e/ou medição:	Diretoria de Operação – DO											
G) Resultado no Exercício:	2012											
Volume de Rejeito Sólido (m <sup>3</sup> ) – Central												
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Men.	13,700	7,130	5,330	1,250	3,660	0,800	0,000	5,910	0,000	1,000	0,000	4,000
Acu.	13,700	20,830	26,160	27,410	31,070	31,870	31,870	37,780	37,780	38,780	38,780	42,780
Fonte: Divisão de Planejamento – DIPL.O												
H) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:												
I) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis. Não houve disfunções Responsável: Diretoria de Operação – DO												

## 2.4.2 Outros Indicadores Institucionais

### **A) Ouvidoria**

Com a Instrução Normativa 12.03, de 11 de dezembro de 2007, a ELETROBRAS ELETRONUCLEAR formalizou a Ouvidoria como uma função vinculada a Presidência, estabeleceu diretrizes de funcionamento e ampliou sua atuação com a finalidade de aproximar a Diretoria Executiva do corpo funcional, dos prestadores de serviço e da comunidade. Em 03/07/2008, em sua 882ª Reunião a Diretoria Executiva aprovou, com vigência a partir de 1º de julho de 2008, a nomeação da Ouvidoria da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR.

#### **Indicadores**

Os principais indicadores de desempenho, utilizados pela Ouvidoria no período com destaque para Sistema Informatizado de Gestão, implantado no mês de setembro, sendo os dados dos meses anteriores apurados manualmente.

#### **Análise Quantitativa**

Durante o exercício de 2012 foram recebidas 293 manifestações, das quais, 292 (99,7%) foram atendidas.

Considerando que no ano de 2011 foram recebidas 367 manifestações, há um decréscimo de 20,2% em relação ao ano anterior.

#### **Origem da demanda**

##### **Assuntos mais frequentes, quanto a sua origem:**

- Público Externo:

- Concurso Público;
- Credenciamento Médico;
- Comunicação Social.

- Público Interno:

- Gestão de Pessoas;
- Infraestrutura, vilas, etc.

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

QUADRO A.2.1 – MANIFESTAÇÕES ATENDIDAS PELA OUVIDORIA DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Assunto	Quantidade
Administração (Infra-Estrutura, Contratos, Vilas, Transporte)	52
Comunicação Social / Imprensa	28
Concurso Público / Pedido de Emprego e Estágio	25
Construção / Novos Empreendimentos	10
Credenciamento Médico / Odontológico	24
Denúncia / Comissão de Ética	0
Gestão de Pessoas	39
Licitações / Fornecedores	15
Meio Ambiente	2
Operação das Usinas (Angra 1 e 2)	0
Patrocínio Cultural / Eventos	2
Programas de Visitas	7
Responsabilidade Social (Convênios)	9
Segurança (Física e Nuclear)	3
Outros	77
<b>Total</b>	<b>293</b>

Fonte: Coordenação de Comunicação e Segurança – CS.P

### **3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

#### **3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

A estrutura de governança da ELETRONUCLEAR inclui as seguintes instâncias:

- ***O Conselho de Administração***, constituído de seis conselheiros, todos brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de um ano e possibilidade de reeleição, sendo um deles representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro representante dos empregados eleito por voto direto dentre empregados ativos, cabendo a um dos membros, que não poderá ser o Diretor-Presidente, a presidência do Conselho, ao qual se reporta a Auditoria Interna. O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se fizer necessário.
  
- ***O Conselho Fiscal***, constituído de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, brasileiros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Entre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e o respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.
  
- ***A Diretoria Executiva***, constituída do Diretor Presidente e de até cinco diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, que exercem suas funções em regime de tempo integral, a saber:
  - Presidência;
  - Diretoria de Administração e Finanças;
  - Diretoria de Operação e Comercialização;
  - Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente; e
  - Diretoria Técnica.

A essas diretorias estão subordinadas superintendências, gerências e divisões responsáveis pelas atividades de linha da empresa.

### 3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b>					

### **3.3 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES**

#### **3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal**

A Remuneração da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal é fixada anualmente em Assembléia Geral Ordinária – AGO, onde é fixado o valor da remuneração nominal mensal dos membros da Diretoria Executiva.

Este valor é definido por negociação entre a controladora – ELETROBRAS e o Ministério do Planejamento e Orçamento, não havendo vinculação dessa remuneração a indicadores de desempenho cabendo, contudo, o direito à Participação em Lucros e/ou Resultados da empresa, nos mesmos moldes de cálculo adotados para os empregados da ELTRONUCLEAR.

A remuneração global definida para os membros da Diretoria Executiva inclui todas as verbas que compõe a remuneração, tais como honorários mensais, 13º salário, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo e seguro funeral, auxílio-refeição, cobertura de despesas médicas, auxílio moradia, ajuda de custo de transferência bem como a citada participação nos lucros e/ou resultados e a contribuição a entidade previdenciária privada da qual a empresa é mantenedora. Esses benefícios são similares não sendo, contudo repassados aos respectivos honorários os benefícios que eventualmente sejam concedidos aos empregados da empresa por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho.

A remuneração dos Conselhos é fixada como 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei no. 9.292 de 12.07.1996, não sendo computados para ambos os colegiados os demais benefícios.

Para o período de 1 abril de 2012 a 31 de março de 2013 esses valores foram estabelecidos na 36ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/3/2012.

### 3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

#### QUADRO A.3.2 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Valores em R\$1,00

<b>Conselho de Administração</b>															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Miguel Colasuonno	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Eduardo de Carolis	-	16/05/2012	2.962	2.962	2.962	3.148	3.004	-	-	-	-	-	-	-	15.037
Othon Luiz Pinheiro da Silva	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Ildo Wilson Grudtner	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Marco Aurelio de Almeida Garcia	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Jose Henrique Paim Fernandes	12/12/2011	20/06/2012	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.673	-	-	-	-	-	-	18.854
Raquel Barbosa Viana	17/05/2012	-	-	-	-	-	1.469	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	5.247	25.604
Cristina Kiomi Mori	18/09/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.364	3.148	3.148	3.935	11.595
<b>Conselho Fiscal</b>															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Luiz Augusto P de A Figueira	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Maria Betania Gonçalves Xavier	-	-	2.962	2.962	2.962	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	6.296	40.365
Eduardo de Carolis	17/05/2012	-	-	-	-	-	1.469	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	3.148	5.247	25.604

### 3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

#### QUADRO A.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$1,00

<b>Órgão: Diretoria Estatutária</b>			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2012	2011	2010
Número de membros: 05	-	-	-
I - Remuneração Fixa	2.070.026	1.933.354	1.808.569
II - Remuneração Variável	463.265	386.359	290.791
<b>III - Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>2.533.291</b>	<b>2.319.892</b>	<b>2.099.360</b>
IV - Benefícios pós - emprego	-	-	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI - Remuneração baseada em ações	-	-	-

<b>Órgão: Conselho de Administração</b>			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2012	2011	2010
Número de membros: 08	-	-	-
Honorários	232.548	215.656	214.928

<b>Órgão: Conselho Fiscal</b>			
Remuneração dos Membros	Exercício		
	2012	2011	2010
Número de membros: 03	-	-	-
Honorários	106.333	101.436	107.464

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

### 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

#### QUADRO A.3.3.4 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$1,00

<b>Órgão: Diretoria Estatutária</b>			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2012	2011	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	238.870	198.554	142.739
<b>III - Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>238.870</b>	<b>198.554</b>	<b>142.739</b>

<b>Órgão: Conselho de Administração</b>			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2012	2011	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
<b>III - Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<b>Órgão: Conselho Fiscal</b>			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	Exercício		
	2012	2011	2010
I - Bônus	0	0	0
II - Participação no Resultado	0	0	0
<b>III - Total da Remuneração (I + II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

### 3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Sistema de Correição da Eletronuclear está em fase de implantação, conforme item 3.5 a seguir.

### 3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA N° 1.043/2007 DA CGU

“Até 2012 as empresas estatais estavam desobrigadas do atendimento a esse item. Após recente revisão desse entendimento pelo TCU, a empresa está elaborando uma Instrução Normativa sobre a matéria de forma a atender a aludida portaria”.

#### 4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/01/2012.

##### 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

###### 4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

As Ações Orçamentárias da Eletrobras Eletronuclear estão incluídas no Programa de Energia Elétrica – N020 de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

As ações estão associadas a objetivos deste Programa, conforme quadro abaixo:

##### QUADRO A.4.1 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Códigos	Título Ação
<b>Programa Energia Elétrica - N020</b>	
<b>Objetivo 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.</b>	
<b>Iniciativa: Implantação da Usina Termonuclear Angra III</b>	
25.752.0296.6486.0033	Manutenção do parque de obras e equipamentos da usina de Angra III
25.752.0296.5E88.0033	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
<b>Objetivo 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.</b>	
<b>Iniciativa: Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico</b>	
25.752.N020.6508	Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica
<b>Objetivo 0437 - Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema</b>	
<b>Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia</b>	
25.752.0296.4477.0033	Manutenção do Sistema de Geração de Termonuclear de Angra I e II
<b>Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia - N123</b>	
12.122.N123.2000	Administração da Unidade

#### 4.1.1.1 Programa N020 – Energia Elétrica.

- a) Objetivo 0437 – Promover a manutenção e a modernização das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Iniciativa: Manutenção e atualização do parque gerador de energia.

Ação 4477 – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).

#### QUADRO A.4.2 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
<b>Ação:</b> 4477	<b>Denominação:</b> Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e Angra 2 (RJ).
<p><b>Finalidade da Ação:</b> Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como o atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes.</p> <p>Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infra-estrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de carácter sócio-ambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.</p>	
<p><b>Objetivo Geral:</b> As atividades requeridas para o cumprimento desta ação são de natureza contínua, ao longo de toda a vida útil das usinas, e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infra-estrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.</p>	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Olívio da Conceição Napolitano
<b>Unidades Executoras:</b>	Diretoria de Operação - DO
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Diretoria de Operação - DO
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Diretoria de Operação - DO

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

#### QUADRO A.4.3 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	224.701.210	131.403.445	58,48%
Física	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

**Justificativas:**

O Orçamento Estrutural da Diretoria de Operação em 2012, após os diversos ajustes ocorridos durante o exercício, foi de R\$ 277,9 milhões, excetuando as naturezas “pessoal” e “combustível”. Até o dia 09.01.2013 está contabilizada uma realização de R\$ 217,3 milhões, representando 78,2% do total orçado e acham-se comprometidos R\$ 17,6 milhões, representando 6,3%. Estima-se que, do montante ainda comprometido, podem ser realizados R\$ 7,6 milhões, totalizando-se R\$ 224,9 milhões, o que corresponde a uma realização de 80,9% da Proposta Orçamentária. Deste total estimado, R\$ 62,9 milhões (27,9%) referem-se aos gastos com a Parada 2P9 de Angra 2. Assim, excluindo-se os custos da Parada, as atividades de rotina da Diretoria (materiais, serviços de terceiros e outros dispêndios) consumiram cerca de R\$ 162,0 milhões (72,1%).

Quanto ao Custo Direto do Orçamento de Investimentos, no Programa de Manutenção da Geração de Angra 1 e Angra 2, sob responsabilidade da DO, em 2012, está contabilizada até 09.01.2013 uma realização de R\$ 80,03 milhões. Esse valor representa 31,2%, da Proposta Orçamentária de Investimentos, no montante de R\$ 256,48 milhões. Estima-se que do montante ainda comprometido podem ser realizados serviços da ordem de R\$ 25,0 milhões, totalizando-se R\$ 105,03 milhões, correspondendo a uma realização de 40,9% da Proposta Orçamentária (Custo Direto).

Os restantes 50,1% não foram realizados, principalmente, em função da interrupção na execução de serviços contratados e a serem contratados (Prédio da SM.O, Restaurante de Itaorna, Prédio de Informática, Almoxarifado).

**Resultados:**

No ano de 2012 consolidaram-se os melhores resultados das usinas Angra 1 e 2 nesses 30 anos transcorridos desde o primeiro sincronismo de Angra 1 em 1982.

Devido às condições hidrológicas, de poucas chuvas, as duas unidades foram despachadas à plena potência na maior parte do período. Somente por 21 dias em Angra 1 e 14 dias em Angra 2, o ONS determinou a redução de potência para 80% que é o nível de inflexibilidade das unidades.

Angra 1 não realizou parada de reabastecimento e, embora tenha ocorrido um desligamento não programado a unidade foi religada no mesmo dia e o reator permaneceu crítico por 365 dias no ano, propiciando o novo recorde de produção da unidade com a geração de 5.395.561,3 MWh de Energia Bruta.

Em Angra 2 foram produzidos 10.645.229,2 MWh de Energia Bruta e também caracteriza-se como novo recorde de produção em ano com parada de reabastecimento. Consequentemente foi também batido o novo recorde de geração anual da Central, com a produção de 16.040.790,5 MWh. A geração nuclear em 2012 apresenta um acréscimo de 2,5% quando comparada a 2011 e participou com 3,11% da energia gerada no Sistema Interligado Nacional – SIN. Esse quadro favorável permitiu que o suprimento de energia no Centro de Gravidade do SIN superasse em 200 MW médios a Energia Contratada, com reflexos extremamente positivos no faturamento da Empresa..

Como resultado do terceiro ano de implantação da Superintendência de Manutenção, que centralizou as atividades de manutenção das duas usinas, as expectativas para esta nova organização integrada vêm sendo alcançadas dia a dia.

Os “backlogs” de manutenção corretiva de ambas as usinas permaneceram em números muito baixos e dentro das metas estabelecidas, o que demonstra a efetividade da Manutenção em manter a boa confiabilidade dos equipamentos e componentes das usinas e possibilitou alcançarmos excelentes resultados em fatores de capacidade, confiabilidade e disponibilidade das usinas.

A mão de obra dos profissionais de manutenção da empresa, bem como a execução de serviços de manutenção contratados, foram bastante otimizados devido à integração e livre trânsito entre

equipes que atuam em Angra 1 e 2, principalmente durante paradas e pelos Grupos Especializados. Em 2012 foram estabelecidos mais quatro grupos (Grandes Bombas, Grandes Válvulas, Grandes Motores e Piso do Reator).

Seguindo a política da Empresa de conduzir revisões internas e externas, a estrutura e processos da manutenção de Angra 2 e de Manutenção Integrada passaram por processos de auto avaliação e planos de ações foram elaborados para solucionar as deficiências encontradas. Por solicitação da própria Eletronuclear, a nova organização de manutenção foi avaliada por um time de especialistas da WANO, durante uma Visita de Suporte Técnico, e constatado que a organização de manutenção está bem estruturada e em plena implementação, com apenas algumas deficiências no preenchimento de interfaces internas e externas, assim como algum ruído de comunicação com unidades organizacionais de outras gerências, causado prioritariamente por falta de conhecimento de atribuições e responsabilidade de cada Unidade.

No cenário internacional as atividades mais marcantes foram relacionadas com a resposta da indústria nuclear ao evento de Fukushima, ocorrido no Japão em março de 2011, com abordagens diferentes nos diferentes Países, porém com o consenso de que o controle e mitigação de situações extremas, não previstas no projeto, do tipo ocorrido em Fukushima, devem passar a ser consideradas.

No contexto da resposta a esse evento pela Eletronuclear, foi dado andamento às iniciativas compreendendo os projetos e estudos estabelecidos no Plano de Ação da Eletronuclear em Resposta ao evento de Fukushima, capitaneado pela Diretoria Técnica, através de desenvolvimento interno ou contratações externas. Foi também desenvolvido, por grupo de trabalho das Diretorias Técnica e de Operação, o chamado Relatório de Resistência (Stress Test) das Usinas de Angra 1 e Angra 2, que estima as margens de segurança das usinas, frente à ocorrência de eventos muito raros, que excedem as bases de projeto e avalia as medidas adicionais a serem tomadas nessas situações.

Os equipamentos móveis identificados no Relatório de Resistência que serão disponibilizados para fazer frente a essas situações, foram dimensionados e foi dado andamento ao seu processo de aquisição.

## **I) Principais manutenções realizadas:**

### **Angra 1**

- Angra 1 não realizou parada de reabastecimento e, embora tenha ocorrido um desligamento não programado a unidade foi religada no mesmo dia e o reator permaneceu crítico por 365 dias no ano, propiciando o novo recorde de produção da unidade com a geração de 5.395.561,3 MWh de Energia Bruta;
- Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 420, de 30 de novembro de 2010, foram realizados nos meses julho e agosto de 2012, respectivamente em Angra 2 e Angra 1, os ensaios para a determinação da “Potência Instalada” e da “Potência Líquida” das usinas, atingindo os resultados esperados;
- Atendendo as recomendações do Exercício Geral do Plano de Emergência, realizado em 2011, foram implementadas as rotas de evacuação a pé na Vila Residencial de Praia Brava. Em relação ao Plano de Emergência foi ainda efetuada a revisão geral dos procedimentos de Evento não Usual, ALERTA, Emergência de Área e Emergência Geral de Angra 1 e Angra 2;
- Todos os 11 integrantes do Grupo HOT XXIII de Angra 1, (3 Operadores Sênior de Reator e 8 Operadores de Reator) foram aprovados nos exames escrito, oral e de simulador da CNEN, sendo considerados licenciados por esse órgão regulador;
- Foi assinado o contrato com a empresa espanhola TECNATOM para o fornecimento de um Simulador de Escopo Total para a Usina de Angra 1, com previsão de início dos treinamentos para 2015;
- Foi concluída a transferência do CPD da Empresa do prédio ULD de Angra 2 para sua localização definitiva e apropriada na Vila Residencial de Mambucaba;
- Os programas de intercomparação de resultados dos Laboratórios de Dosimetria e do Laboratório de Calibração de Monitores de Radiação obtiveram 100% de acerto dentro da faixa requerida, configurando excelente desempenho na avaliação do CASEC/IRD/CNEN;
- As Doses Coletivas de Angra 1 e de Angra 2 situaram-se dentre as mais baixas já realizadas pelas usinas em regime de operação.

### **Os principais destaques relativos a Angra 1 estão relacionados à quebra dos seguintes records:**

- Recorde da Unidade em operação com o Reator Crítico sem desligamentos automáticos ou manuais totalizando 9.653,52 horas (402,23 dias) em 31.08.2012 às 09h24min;
- Recorde da Unidade em operação contínua, com o Reator Crítico, totalizando 7.213,10 horas (300,55 dias) em 31.08.2012 às 09h24min;
- Recorde de geração elétrica mensal nos meses de maio, julho e em outubro quando foi alcançada a produção 475.144,09 MWh de Energia Bruta;
- Recorde anual de geração elétrica bruta com a produção total de 5.395.561,26 MWh.

## **Angra 2**

Seguindo a política da Empresa de conduzir revisões internas e externas, a estrutura e processos da manutenção de Angra 2 e de Manutenção Integrada passaram por processos de auto avaliação e planos de ações foram elaborados para solucionar as deficiências encontradas. Por solicitação da própria Eletronuclear, a nova organização de manutenção foi avaliada por um time de especialistas da WANO, durante uma Visita de Suporte Técnico, e constatado que a organização de manutenção está bem estruturada e em plena implementação, com apenas algumas deficiências no preenchimento de interfaces internas e externas, assim como algum ruído de comunicação com unidades organizacionais de outras gerências, causado prioritariamente por falta de conhecimento de atribuições e responsabilidade de cada Unidade.

No cenário internacional as atividades mais marcantes foram relacionadas com a resposta da indústria nuclear ao evento de Fukushima, ocorrido no Japão em março de 2011, com abordagens diferentes nos diferentes Países, porém com o consenso de que o controle e mitigação de situações extremas, não previstas no projeto, do tipo ocorrido em Fukushima, devem passar a ser consideradas.

No contexto da resposta a esse evento pela Eletronuclear, foi dado andamento às iniciativas compreendendo os projetos e estudos estabelecidos no Plano de Ação da Eletronuclear em Resposta ao evento de Fukushima, capitaneado pela Diretoria Técnica, através de desenvolvimento interno ou contratações externas. Foi também desenvolvido, por grupo de trabalho das Diretorias Técnica e de Operação, o chamado Relatório de Resistência (Stress Test) das Usinas de Angra 1 e Angra 2, que estima as margens de segurança das usinas, frente à ocorrência de eventos muito raros, que excedem as bases de projeto e avalia as medidas adicionais a serem tomadas nessas situações.

Os equipamentos móveis identificados no Relatório de Resistência que serão disponibilizados para fazer frente a essas situações, foram dimensionados e foi dado andamento ao seu processo de aquisição.

## II) Geração de Energia

No quadro abaixo, apresentamos a geração bruta acumulada desde 1997, ano de criação da Eletrobras Eletronuclear, até o final de 2012 e o número de dias em operação, ano a ano.

QUADRO A.4.4 – HISTÓRICO DE GERAÇÃO DE ENERGIA BRUTA EM MWh – ANGRA 1 E ANGRA 2

Ano	ANGRA 1		ANGRA 2		CENTRAL
	Nº Dias em Operação	Geração Bruta (MWh)	Nº Dias em Operação	Geração Bruta (MWh)	Geração Bruta (MWh)
1997	261	3.161.440,0	-	-	3.161.440,0
1998	296	3.265.251,5	-	-	3.265.251,5
1999	359	3.976.943,2	-	-	3.976.943,2
2000	272	3.423.307,6	134	2.622.652,0	6.045.959,6
2001	304	3.853.499,2	349	10.498.432,7	14.351.931,9
2002	316	3.995.104,0	337	9.841.746,1	13.836.850,1
2003	273	3.326.101,3	336	10.009.936,2	13.336.037,5
2004	333	4.124.759,2	281	7.427.332,2	11.552.091,4
2005	304	3.731.189,7	235	6.121.765,3	9.852.955,0
2006	288	3.399.426,4	335	10.369.983,9	13.769.410,3
2007	232	2.708.723,5	319	9.656.675,3	12.365.398,8
2008	294	3.515.485,9	325	10.488.288,9	14.003.774,8
2009	225	2.821.494,7	338	10.153.593,5	12.975.088,2
2010	305	4.263.040,8	326	10.280.766,5	14.543.807,3
2011	334	4.654.487,0	363	10.989.764,4	15.644.251,4
2012	365	5.395.561,3	337	10.645.229,2	16.040.790,5
<b>Totais</b>	<b>4.761</b>	<b>54.220.254,0</b>	<b>4.015</b>	<b>119.106.166,2</b>	<b>178.721.981,5</b>

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

### **III) Comercialização de Energia.**

O montante de energia contratada da Eletronuclear, incluindo Angra 1 e Angra 2, para 2012, foi de 1.475 MW médios (12.956.400 MWh). A tarifa de venda de energia elétrica, aplicada em 2012, foi de 148,79 R\$/MWh até o mês de novembro (Resolução da ANEEL nº 1.235, de 22 de dezembro de 2011) e de 144,57 R\$/MWh para o mês de dezembro (Resolução da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012).

O faturamento bruto da energia contratada foi de R\$ 1.922.841.046,35. Acrescidos os desvios de suprimento, no valor de R\$ 223.169.695,85, e acrescido o valor de R\$ 73.613,12, correspondente a Encargos de Serviços do Sistema (ESS), o faturamento total da Eletronuclear, com a comercialização de energia elétrica em 2012, foi de R\$ 2.146.084.355,32, conforme detalhado no quadro abaixo, constituindo-se o maior registrado desde a criação da Empresa, em 1997.

Com relação ao faturamento bruto da energia contratada e dos desvios de suprimento, os montantes deverão ser alterados, tendo em vista as tarifas definitivas a serem aplicadas, que estão em processo de consolidação na ANEEL por conta da Audiência Pública no 092/2012.

As despesas relativas ao Uso do Sistema de Transmissão e à Conexão ao Sistema de Transmissão totalizaram, respectivamente, R\$ 56.629.468,09 e R\$ 1.527.698,16.

Com relação à comercialização da energia das usinas Angra 1 e Angra 2, a partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, definiu que a energia das usinas Angra 1 e Angra 2 será comercializada com as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, devendo ser regulamentada. Em relação à energia comercializada no período entre 2010 e 2012, a Lei nº 12.111/2009 definiu que será calculado um diferencial entre a tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência, ficando a Eletronuclear autorizada a repassar, das empresas distribuidoras definidas para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado.

Regulamentando o disposto, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, homologou as tarifas praticadas pela Eletronuclear, com vigência no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, e o diferencial entre as tarifas praticadas e as tarifas de referência. Como a Eletronuclear havia faturado a Furnas, nesses anos de 2010 a 2012, aplicando tarifas provisórias definidas pela ANEEL superiores às tarifas definitivas definidas pela Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, cabe ainda à Eletronuclear devolver a Furnas um montante a ser calculado, levando em consideração, também, que tais tarifas poderão ainda ser alteradas por conta da Audiência Pública nº 092/2012, em processo de consolidação na ANEEL.

Em 21 de dezembro de 2012, foram publicados, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, os seguintes documentos regulamentadores da referida lei:

- Resolução Homologatória nº 1.405: estabeleceu a receita fixa de venda da energia elétrica das usinas Angra 1 e 2 para o ano de 2013, fixada em R\$ 1.882.640.327,56 (um bilhão, oitocentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos) para o ano de 2013, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2, devendo ser pagas mensalmente pelas distribuidoras cotistas conforme regras dispostas em Resolução Normativa específica;
- Resolução Normativa nº 530: estabeleceu a metodologia para o cálculo das cotas-parte das usinas Angra 1 e Angra 2 pertencentes à Eletronuclear e as condições para a comercialização da energia proveniente dessas usinas;
- Resolução Homologatória nº 1.407: estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à energia das usinas Angra 1 e Angra 2 para os anos de 2013 a 2018, e os montantes de energia a serem alocados às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN em 2013;

- Resolução Normativa nº 529: aprovou o Submódulo 6.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual estabelece os procedimentos para cálculo da receita de venda de energia elétrica das Centrais de Geração Nucleoelétricas Angra 1 e 2, e altera a tabela XVI do MCPSE.

**QUADRO A.4.5 – FATURAMENTO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – 2012**

Período	SUPRIMENTO DE ENERGIA			FATURAMENTO			
	Energia Contratada	Energia Suprida	Desvios	Energia Contratada	Desvios	Encargos de Serviços do Sistema	Total
	(MWmed)	(MWmed)	(MWmed)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Jan a Nov	1.466	1.672	206	1.753.546.503	208.257.834	73.613	1.961.877.953
Dez	1.574	1.713	139	169.294.540	14.911.862	0	184.206.402
Jan a Dez	1.475	1.675	200	1.922.841.046	223.169.696	73.613	2.146.084.355
<b>Parâmetros de Comercialização</b>							
Energia Contratada			1.475 MW médios, sazonalizados em base mensal.				
Tarifa			148,79 R\$/MWh de janeiro a novembro e 144,57 R\$/MWh em dezembro.				

Fonte: Diretoria de Operação – D.O

b) Objetivo 0023 – Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Iniciativa: Implantação da usina Termonuclear Angra III

Ação 6486 – Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

#### QUADRO A.4.6 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
<b>Ação:</b> 6486	<b>Denominação:</b> Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ).
<b>Finalidade da Ação:</b> Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio ambiental e cultural.	
<b>Objetivo Geral:</b> A implementação de Angra III requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Luiz Manuel Amaral Messias
<b>Unidades Executoras:</b>	Diretoria Técnica – DT.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Diretoria Técnica – DT.
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Diretoria Técnica – DT.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

#### QUADRO A.4.7 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	870.597	70.362	8,08%
Física	N/A	N/A	N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

#### Justificativas:

A realização restringiu-se aos dispêndios relacionados à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, cujos compromissos haviam sido implementados antes da retomada do empreendimento Angra III.

#### Resultados:

As ações relativas à Manutenção do Parque de Obras da Usina Angra III compreendem as atividades relacionadas à preservação e manutenção da infraestrutura do canteiro de obras, restritas aos dispêndios cujos compromissos haviam sido implementados antes do início da retomada do empreendimento Angra III e a construção da Usina Angra 3, respectivamente.

## Ação 5E88 – Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)

## QUADRO A.4.8 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ	
<b>Ação:</b> 5E88	<b>Denominação:</b> Implantação da Usina Termonuclear de Angra 3 (RJ).
<b>Finalidade da Ação:</b> Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macro região de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, sócio-ambiental e cultural.	
<b>Objetivo Geral:</b> A implementação de Angra 3 requer o equacionamento de fontes de recursos em moeda nacional e estrangeira, prevendo-se que, até a consolidação de um modelo de engenharia financeira, que contemple inclusive a parceria com agentes privados, deverão as atividades do empreendimento estão concentradas nos seguintes itens: armazenamento e preservação dos equipamentos já adquiridos; conservação do site; gerenciamento dos contratos existentes; manutenção das equipes técnicas; atualização dos estudos de viabilidade técnico-econômica; planejamento e execução das medidas preliminares, constantes das Resoluções do CNPE, a respeito da retomada do empreendimento.	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Luiz Manuel Amaral Messias
<b>Unidades Executoras:</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Diretoria Executiva da Eletronuclear e Superintendência de Gerenciamento de Empreendimentos – SG.T

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

## QUADRO A.4.9 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	1.370.385.863	593.417.776	43,30%
Física			N/A

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

**Justificativas:**

A realização para o exercício de 2012 foi fortemente comprometida por diversos fatores, dentre os quais destacam-se como mais relevantes:

Conforme relatado no relatório do mês de julho de 2012, e comunicado formalmente à ELETROBRAS, ANEEL, MME e ao BNDES, o empreendimento apresentava, àquela data, um atraso então estimado na ordem de 7 meses, o que postergaria o início da operação comercial da usina de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016. Essa avaliação preliminar era basicamente condicionada pela diferença entre a data originalmente planejada para o início da montagem eletromecânica (mai/12) e a previsão então antevista (dez/12).

Dentre os motivos que mais vem impactando consideravelmente o cronograma do empreendimento, podemos citar: o processo de autorizações gradativas para concretagem no âmbito da CNEN; a formalização do novo arranjo financeiro para cobertura de bens e serviços no exterior originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e já agora assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF); o término das gestões junto à AREVA visando buscar a redução dos

prazos de fornecimento, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital; a efetivação dos contratos com a AREVA que dependiam do aludido financiamento para sua efetivação; o prosseguimento do processo de contratação da montagem eletromecânica, pendente de apreciação pelo TCU desde abril de 2012, e só agora liberado, o que paralisou, por um longo período, o processo de licitação; as dificuldades nos processos de renegociação de contratos com fornecedores nacionais de materiais e equipamentos; as dificuldades na viabilização dos processos para contratação de suprimentos nacionais; e ainda o baixo desempenho desses fabricantes, mormente a CONFAB e a NUCLEP, na execução dos contratos.

Assim, a despeito de todas as ações e apreciações ora sendo desenvolvidas pela ELETRONUCLEAR, o estabelecimento de um novo cronograma firme para o Empreendimento só será possível quando equacionados os principais entraves ora abstraculando essa emissão.

A ELETRONUCLEAR vem procedendo a todas as ações na busca do equacionamento desses óbices.

### **Resultados:**

Com relação a Angra 3, no que diz respeito à Diretoria de Operação e Comercialização, cabe destacar a criação da Superintendência de Angra 3 e da Gerência de Operação de Angra 3 com a designação dos responsáveis pelas respectivas Unidades Organizacionais a partir de 01.08.2012. Uma vez criada a Superintendência foi iniciado o Programa de Implantação de Cultura de Segurança na Operação de Angra 3. As demais Unidades Organizacionais que compõem a estrutura da Superintendência de Angra 3 também foram criadas e serão operacionalizadas ao longo da evolução do empreendimento em função do início da montagem eletromecânica e do comissionamento da usina.

Durante o período foi mantido o efetivo de 266 empregados contratados para a Superintendência de Angra 3. Esses empregados estão lotados na própria Superintendência de Angra 3 e também nas Superintendências de Coordenação da Operação e de Manutenção de forma a cumprir o Programa de Treinamento e Qualificação, com destaque para o Curso de Formação de Pessoal Licenciado. Ainda não foi autorizado o prosseguimento da contratação dos demais 244 empregados necessários à complementação do efetivo de referência da Superintendência.

Dentre os principais riscos identificados para a Implantação da Operação, destaca-se a contratação do Simulador de Angra 3 que se encontra ainda pendente. Estão em andamento discussões técnicas e comerciais com a Diretoria Técnica e com a AREVA. A indisponibilidade do simulador no momento adequado poderá impactar a formação do pessoal a ser licenciado pela CNEN e, conseqüentemente, afetar a linha crítica da partida da unidade.

Ao final de dezembro de 2012, considerando o progresso físico individual das disciplinas consideradas: licenciamento, engenharia, suprimentos nacionais e importados, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento e outros, o empreendimento Angra 3 apresentou um progresso físico global realizado de 42,6%, sendo que no Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (CEG-Rev.1) o percentual planejado para a mesma data corresponde a 65,2%.

## I) Licenciamentos

### a) Licenças IBAMA/CNEN/Outros

QUADRO A.4.10 – LICENÇAS DO IBAMA /CNEN/OUTROS

Licença	Ato Legal	Órgão Emissor	Data de Realização	Previsão Atual	Validade	Situação
Licença de Local	Resolução Nº 11/02	CNEN	19/09/02	Concluído	-	-
Outorga do Uso da Água	Portaria 552	SERLA	17/01/07	Concluído	10 (dez) anos	-
Licença Prévia	Nº 279/08	IBAMA	24/07/08	Concluído	2 (dois) anos	Concedida com 60 condicionantes específicas, já respondidas pela Eletronuclear.
Licença de Instalação	Nº 591/09	IBAMA	05/03/09 e 02/12/09	Concluído	6 (seis) anos	Concedida com 45 condicionantes, Parte das quais referentes a itens já contempladas na Licença Prévia Nº 279/08. Licença retificada pelo IBAMA em 02/12, pelo mesmo prazo de 6 anos e constando de 46 condicionantes. O atendimento está sendo realizado pela Eletronuclear dentro dos prazos estabelecidos.
1ª Licença de Instalação	Portaria Nº 16/09	CNEN	09/03/09	Concluído	-	Restrita à reconstituição (concretagem complementar) da área destinada à construção das edificações de segurança nuclear da instalação e à impermeabilização na região do Edifício do Reator e do Edifício Auxiliar do Reator.
Alvará de Licença para Construção	Nº 108/09	PMAR	24/06/09	Concluído	1 (um) ano	-
2ª Licença Parcial de Construção	Portaria Nº 15/10	CNEN	11/03/10	Concluído	-	Restrita à construção das seguintes estruturas classe 2: Edifício de Administração Principal e Auxiliar (UYA e UYB); Oficina e Depósito Convencional (UST); Portaria Principal (UYF); Almoxarifado Eletromecânico (4USU); Tanques Coletores e Separadores de Óleo (1UGX e 2 UGX); Estação de Tratamento de Esgoto (UGV); e Bases dos Transformadores Reservas (BAT e BBT).
3ª Licença Parcial de Construção	Portaria Nº 21/10	CNEN	29/03/10	Concluído	-	Restrita à construção do Edifício da Turbina (UMA).
Alvará de Licença para Construção Renovação	Nº 150/10	PMAR	31/05/10	Concluído	3 (três) anos	Vide item “Alvará de Licença para Construção”.

Licença de Construção	Resolução N° 77/10	CNEN	25/05/10	Concluído	-	Concedida com condicionantes, autorizando os serviços de obras civis para a Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA).
Licença para Utilização de Material Nuclear	-	CNEN	-	Set/14	-	Previsão conforme Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (Rev.)1
Licença para Operação Inicial	-	CNEN	-	Abr/15	-	Previsão conforme Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (Rev.)1
Licença de Operação	-	IBAMA	-	Nov/15	-	Previsão conforme Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (Rev.)1
Licença para Operação	-	CNEN	-	Dez/15	-	Previsão conforme Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (Rev.)1

Nota: O quadro apresentado está baseado no Cronograma Executivo Geral CEG – R.1, não considerando ainda o atraso estimado de 7 meses, que no momento o empreendimento apresenta (base junho 2012).

**b) Autorizações para Concretagem**

QUADRO A.4.11 – AUTORIZAÇÕES PARA CONCRETAGEM

<b>Estrutura</b>	<b>Autorização para Concretagem</b>	<b>Ato Legal</b>	<b>Data da Autorização</b>
Edifício do Reator Annulus (UJB)	Laje de Fundação	Of. 094/10 - CGRC	31-mai-10
	Calota Esférica, Paredes Circulares, Paredes Radiais e Pilares Livres.	Of. 207/10 - CGRC	08-dez-10
	Paredes Secundárias localizadas abaixo da Estrutura da Calota Esférica Inferior.	Of. 012/11 - CGRC	26-jan-11
	Parede Cilíndrica Externa, entre as Elevações -0,85m e +14,15m.	Of. 039/11 - CGRC	1-mar-11
	Parede Cilíndrica Secundária da Elevação +3,60m até a Elevação +11,10m; das Paredes Radiais localizadas entre os raios R=23,60m e R=29,60m; e da Laje de Elevação +3,65m.	Of. 074/11 - CGRC	3-mai-11
	Lajes de Elevação +7,15m e +11,15m e Paredes Estruturais.	Of. 101/11 - CGRC	8-jun-11
	Lajes de Elevação +1,8m, +2,1m e +2,45m e Paredes de Concreto Armado.	Of. 103/11 - CGRC	9-jun-11
	Parede Cilíndrica Externa (Parede 1100 – Contenção de Concreto) entre as Elevações +14,15m e +18,45m	Of. 224/11 - CGRC	23-dez-11
	Lajes entre as Elevações +14,15m e +17,15m; Paredes e Elementos entre as Elevações +14,15m e +17,15m.	Of. 044/12 - CGRC	01-mar-12
	Parede externa – entre as Elevações +18,45m e +28,15m.	Of. 181/12 - CGRC	10-out-12
	Lajes até Elevação +26,55m e Paredes 6102, 6103, 6105, 7101, 7102, 7103, e 1169.	Of. 214/12 - CGRC	30-nov-12
	Complementação da Estrutura.	Em análise pela CNEN.	
Edifício do Reator (UJA)	Até Elevação +17,15m.	Em análise pela CNEN.	
Edifício Auxiliar do Reator (UKA)	Laje de Fundação.	Of. 182/10 - CGRC	15-out-10
	Elementos Localizados entre as Elevações -3,85m e -0,85m	Of. 106/11 - CGRC	22-jun-11
	Elementos Localizados entre as Elevações -0,85m e +5,05m.	Of. 127/11 - CGRC	1-ago-11
	Lajes até Elevação +14,15m / Paredes até Elevação +25,95m.	Of. 13/12 - CGR	23-jul-12
Edifício de Controle (UBA)	Laje de Fundação.	Of. 168/10 - CGRC	27-set-10
	Estruturas entre a Laje de Fundação e a Face Inferior da Laje de Elevação +1,74m.	Of. 004/11 - CGRC	10-jan-11
	Laje de Elevação +1,74m.	Of. 073/11 - CGRC	03-mai-11
	Paredes e Vigas entre as Elevações +1,74m e +5,15m e Lajes de Elevação +5,15m.	Of. 137/11 - CGRC	15-ago-11

	Vigas, Paredes e Pilares localizadas entre a Elevação +5,15m e as Cotas do Fundo das Lajes situadas nas Elevações +8,15m e +8,45m.	Of. 170/11 - CGRC	30-set-11
Edifício de Controle (UBA) - continuação	Paredes e Lajes até Elevação + 10,71m / Paredes até a Face Inferior da Laje da Elevação +14,30m.	Of.084/12 - CGRC	5-abr-12
	Lajes das Elevações +14,30m / +17,35m / +20,63m e Elementos Estruturais entre as Elevações +14,30m e Face Inferior da Laje de Elevação +23,09m.	Of.197/12 - CGRC	1-nov-12
	Laje da Elevação +23,09m / Paredes até Elevação +26,45m.	Em elaboração pela ETN.	
Edifício de Alimentação de Emergência (ULB)	Laje de Fundação, Paredes e Vigas entre as Elevações - 5,45m e +0,35m.	Of. 143/11 - CGRC	29-ago-11
	Elementos Estruturais entre a Elevação +0,35m e a Face Inferior da Elevação +8,15m.	Of. 137/12 - CGRC	3-ago-12
	Laje da Elevação +8,15m até Elevação +12,70m.	Of. 167/12 - CGRC	2-out-12
Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação (UJE)	Câmara de compensação para o PEB (2/3 UQZ) e parte engrossada dos pilares de sustentação entre a laje de fundação e a elevação +4,80m.	Of. 224/11 - CGRC	28-dez-11
	Pilares P1, P2, P3, P4 e P5.	Of. 188/12 - CGRC	19-out-12
	Até Elevação +24,10m.	Em análise pela CNEN.	
	Complementação da Estrutura.	Em análise pela CNEN.	
Estrutura da Tomada d'Água Principal (UPC)	Laje de Fundação.	Of. 156/11 - CGRC	20-set-11
	Até Elevação -2,00m.	Of. 220/12 - CGRC	13-dez-12
	Até Elevação +0,50m.	Em elaboração pela ETN.	
Área Externa (UZT e demais Estruturas)	PAB - Galeria de Água de Refrigeração Principal	Of. 068/11 - CGRC	20-abr-11
	UQT/UQN – Galerias e Canais de Descarga (Área A – Juntas J74 a J86).	Of. 098/12 - CGRC	20-mar-12
	5UMZ – Galeria de Tubulações e Cabos entre UPC, 2UPZ, 3UMZ, 1UTZ e 2UTZ – Todas as Elevações.	Of. 083/12 - CGRC	5-abr-12
	5ULZ – Galeria de Tubulações e Cabos entre ULD e GHC – Todas as Elevações (Área A).	Of. 193/12 - CGRC	31-out-12
	1/4 UBZ – Galerias e Dutos de Cabos e Tubulação – Galerias de Tubulações e Cabos entre UBA e UMA (Área C).	Of. 203/12 - CGRC	12-nov-12
	2UPZ – Galeria de Tubulações e Cabos entre UPC e 1UPZ (Até a Elevação +2,05m).	Em análise pela CNEN.	
	1/4ULZ – Galerias de Tubulações e Cabos entre ULB e UJB – Todas as Elevações (Área A).	Of. 215/12 - CGRC	11-dez-12
	5/8UBZ – Galeria de Tubulações e Cabos entre UBA e UBP – Área D	Em análise pela CNEN.	
	1UMZ – galeria de Tubulações e Cabos entre UMA e UKA.	Em análise pela CNEN.	
Chaminé de Descargas de Gases (UKH)	Até Elevação +5,60m.	Of. 157/12 - CGRC	17-set-12
	Até Elevação +155,00m.	Em análise pela CNEN.	

Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico (UJF)	Até Elevação +8,75m.	Em análise pela CNEN.
	Complementação da Estrutura.	Em elaboração pela ETN.
Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada (UBP)	Laje de Fundação.	Em elaboração pela ETN.
	Paredes e lajes até Cobertura.	Em elaboração pela ETN.

Fonte: Gerência de Planejamento e Orçamento – GPO.T

## II) Financiamento do Empreendimento

As avaliações da ELETROBRAS conduziram à seguinte estruturação para o financiamento do empreendimento:

### a) Recursos BNDES - Financiamento de R\$ 6,1 bilhões (Dispêndios Internos)

Em 30 de dezembro de 2010 foi aprovado, pelo BNDES, o financiamento de R\$ 6,1 bilhões a ser amortizado em 20 (vinte) anos com mais 5 (cinco) de carência.

O contrato de financiamento foi assinado em 23 de fevereiro de 2011 pela ELETROBRAS, ELETRONUCLEAR e BNDES.

O valor do financiamento, destinado especificamente à cobertura da aquisição de materiais e equipamentos nacionais e à execução de serviços e obras no mercado interno, corresponde a 80% dos itens considerados financiáveis pelo BNDES. Este financiamento é dividido em dois sub créditos nos valores de R\$ 5,2 bilhões e R\$ 0,9 bilhão, destinados, respectivamente, aos investimentos gerais para a implantação da usina e à aquisição de máquinas e equipamentos no mercado nacional.

O contrato estabelece um prazo de vinte anos para a amortização do principal da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

A tabela a seguir apresenta as datas e os valores das parcelas liberadas por esse financiamento até o momento.

TABELA A.4.1 – VALORES DAS PARCELAS LIBERADAS PELO BNDES

Parcelas	Data	Valor (MRS)	%Correspondente
1ª Parcela	24-jun-11	200,0	3,3%
2ª Parcela	27-out-11	308,0	5,0%
3ª Parcela	22-nov-11	34,0	0,6%
4ª Parcela	17-fev-12	150,0	2,5%
5ª Parcela	17-ago-12	285,0	4,7%
6ª Parcela	26-nov-12	300,0	4,9%
<b>Total</b>		<b>1.277,0</b>	<b>20,9%</b>

## b) Recursos RGR - Financiamento de R\$ 890,0 milhões (Dispêndios Internos)

O valor deste contrato de financiamento, no montante de R\$ 890 milhões com recursos da RGR, atendendo a legislação pertinente, corresponde a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão, que ao final de 2010 apresentava um total de cerca de R\$ 9,0 bilhões.

O contrato, que a princípio permite a aquisição de bens e serviços nos mercados doméstico e internacional, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos, após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018.

Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETRONUCLEAR 23,5% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209,1 milhões.

Originalmente, as liberações subsequentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato.

Posteriormente, visando agilizar o processo de liberações das parcelas de financiamento, a ELETROBRAS e a ELETRONUCLEAR acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

A tabela a seguir apresenta as datas e os valores das parcelas liberadas por este financiamento até o momento.

TABELA A.4.2 – VALORES DAS PARCELAS LIBERADAS DOS RECURSOS DA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

Parcelas	Data	Valor (MRS)	%Correspondente
1ª Parcela	24-jan-11	209,1	23,5%
2ª Parcela	17-ago-11	157,1	17,7%
3ª Parcela	28-dez-11	228,0	25,6%
<b>Total</b>		<b>594,2</b>	<b>66,8%</b>

## c) Recursos Caixa Econômica Federal

### Fonte de Recursos

O Governo Brasileiro, através da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, decidiu pela não formalização de um contrato de financiamento externo em razão da alta taxa cobrada pela Agência Alemã de Crédito de Exportação - HERMES para o fornecimento do seguro de garantia.

Diante deste novo quadro, em maio de 2012, a AREVA fez a restituição da 1ª parcela do *Down Payment* que havia sido efetuado pela ELETRONUCLEAR em 23 de dezembro de 2011.

Fez-se necessário a busca de uma solução alternativa ao financiamento, direcionando as tratativas, primeiramente para o BNDES e posteriormente para a Caixa Econômica Federal - CEF, que irá participar do projeto mediante concessão de financiamento, em resposta à consulta prévia, encaminhada pela ELETRONUCLEAR em 11 de setembro de 2012.

A STN dará garantia soberana à CEF e como garantia à AREVA será emitida, pela ELETROBRAS, uma *Parent Company Guarantee*, válida por todo o período de vigência dos contratos.

O montante para essa linha de crédito foi definido em R\$ 3,8 bilhões e será repassado em forma de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pela ELETROBRÁS à ELETRONUCLEAR.

Assinado em 21 de dezembro de 2012, pela ELETROBRÁS e pela Caixa Econômica Federal

(CEF), o contrato de financiamento para suportar os dispêndios no mercado externo. O contrato estabelece as seguintes condições:

- Valor: R\$ 3,8 bilhões.
- Tomadora: ELETROBRAS.
- Garantia: UNIÃO, através da Secretaria do Tesouro Nacional.
- Recursos: Liberação de recursos do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal (CEF).
- Carência: 5 anos.
- Prazo de Amortização: 20 anos.
- Juros Nominais: 6,5% a.a.
- Abrangência do financiamento:
  - AREVA: Serviços e Suprimentos importados.
  - Outros contratos externos de menor monta.

### **III) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR**

Cumpridos os trâmites do processo, foi assinado, pela Presidência da República em 29 de outubro de 2012, o Decreto nº 7.832/2012 que regulamenta o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, de que tratam os artigos 14 a 17 da Lei nº12.431/2011.

O RENUCLEAR suspende o pagamento do “Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR; e do IPI, na importação, e do Imposto de Importação - II incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinados ao ativo imobilizado, quando importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR”.

No caso do Imposto de Importação, a isenção aplica-se somente a materiais de construção ou a outros bens sem similar nacional.

Ao MME compete aprovar, por meio de portarias, os projetos que se enquadrem nas disposições do decreto.

A isenção dos impostos poderá ser usufruída nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2015.

Em 26 de dezembro de 2012 foi aprovado, através da Portaria MME Nº 625, o enquadramento de ANGRA 3 no RENUCLEAR.

Em preparação, pela ELETRONUCLEAR, a documentação necessária para usufruir dos benefícios do RENUCLEAR.

#### **IV) Contrato para Suprimentos de Bens e Serviços Importados – AREVA**

Em 28 de julho de 2011 foram concluídas as renegociações com a AREVA, tendo sido assinados os contratos de Suprimentos de Equipamentos e Materiais - 9501B; Serviços de Engenharia - 9504B; e Garantias - 9502 B. Estes contratos “B” constituem aditamentos aos respectivos contratos “A” para adaptação dos mesmos à usina Angra 3, porém os mesmos ainda não se encontram efetivos.

O contrato de Suprimentos - 9501B inclui os componentes fabricados diretamente pela AREVA e aqueles fabricados por suas subcontratadas. Observe-se que os principais equipamentos de Angra 3 já foram entregues, como parte integrante do escopo do contrato para Suprimentos para Angra 2 e 3 - 9501A.

O escopo do contrato 9501B contempla a entrega dos Materiais Internos do Vaso de Pressão do Reator, da Barras de Controle, da Máquina de Recarga de Combustível, das Bombas Especiais, dos Filtros e Dampers, dos Materiais com requisitos especiais para aplicação em usinas nucleares, dentre outros. Também fazem parte do escopo todos os sistemas de instrumentação e controle da usina além dos sobressalentes e peças de desgaste referentes aos equipamentos a serem fornecidos. O valor total deste contrato é MEUR 752,1, já incluído MEUR 80,0 do Grupo Turbo-Gerador, que é passível de uma nova renegociação, ou eventualmente de seu cancelamento.

O contrato de Serviços - 9504B tem como escopo a execução dos serviços importados necessários à construção, montagem e comissionamento de Angra 3. O valor total deste contrato é MEUR 314,7, incluindo MEUR 18,4 para os serviços do Grupo Turbo-Gerador.

O contrato de Garantias - 9502B estabelece as obrigações assumidas pela AREVA em relação ao cumprimento dos contratos, além das disposições relacionadas a garantias de desempenho operacional da usina. Esse contrato não possui valor, visto que os valores referentes aos serviços e suprimentos a serem fornecidos pela AREVA estão alocados nos outros dois contratos.

Existem, atualmente, três condicionantes para a efetivação dos contratos:

- Efetivação do contrato de financiamento de dispêndios externos;
- Emissão de *Parent Company Guarantee* pela ELETROBRAS;
- Conclusão do aditamento dos contratos AREVA (referentes a alterações nas cláusulas de financiamento, *Down Payment*, faturamento e retirada do valor referente ao HERMES).

Devido ao estabelecimento do novo arranjo financeiro (vide item 5.2.3), a AREVA restituiu o valor da 1ª parcela do *Down Payment* que havia sido paga em dezembro de 2011, como uma das condicionantes impostas inicialmente para efetivação dos contratos.

Em 03 de outubro de 2012 foi enviada carta (E3/F3 - 00501) à AREVA formalizando que a nova fonte de recursos para suportar os dispêndios no mercado externo será a Caixa Econômica Federal.

Assinado em 21 de dezembro de 2012, pela ELETROBRÁS e pela Caixa Econômica Federal (CEF), o contrato de financiamento para suportar os dispêndios no mercado externo.

No momento seguem as tratativas para o estabelecimento de novas datas para fornecimento de materiais e equipamentos importados.

Estima-se que a efetivação dos contratos com a AREVA ocorra até março de 2013.

## **V) Considerações Gerais**

### **a) Modelo de Comercialização de Energia**

A Lei Nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, em seu art.10 altera os artigos 2º, 3º A e 20 da Lei Nº 10.848, de 15 de março de 2004 e estabelece que na hipótese de a energia de reserva ser proveniente de fonte nuclear, sua contratação será realizada diretamente com a ELETRONUCLEAR, constituída na forma da autorização contida no Decreto Nº 76.803, de 16 de dezembro de 1975.

A Portaria Nº 12 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, expedida em 22 de junho de 2010, define o montante da garantia física da energia de Angra 3 em 1.214,2 MW médios.

Através da Portaria Nº 980, de 21 de dezembro de 2010, que revogou a Portaria Nº 586 de 23 de Junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia autorizou a celebração de Contrato de Energia de Reserva - CER entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a ELETRONUCLEAR para contratação de até 1.184 MW médios de Energia de Reserva proveniente da Usina Angra 3, na modalidade por quantidade de energia. O prazo contratual de suprimento da Energia de Reserva será de 35 anos, com início de entrega em 1º de janeiro de 2016.

Fica estabelecido também por esta Portaria que o preço da Energia de Reserva contratada, será de R\$ 148,65 por MWh, nos termos do art. 2º da Resolução CNPE nº 3, de 25 de julho de 2007.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de Reunião Extraordinária do seu Conselho de Administração aprovou a Adesão da ELETRONUCLEAR, a partir de 1º de junho de 2011, e a operacionalização a partir de 1º de janeiro de 2013.

A ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assinaram, no dia 26 de agosto de 2011, o Contrato de Venda de Energia de Reserva (CER) para a comercialização de 1.184 megawatts MW médios provenientes da Usina Nuclear Angra 3.

O prazo de suprimento contratual será de 35 anos - com início em 1º de janeiro de 2016 - e o ponto de entrega será no submercado Sudeste/Centro-Oeste, onde está localizado o empreendimento.

O preço de venda da energia contratada, na modalidade por quantidade de energia, será de R\$ 148,65/MWh (base setembro de 2009), conforme fixado anteriormente pela portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº 980, de 21 de dezembro de 2010.

### **b) Contratação de Combustível**

Em 10 de agosto, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR aprovou e encaminhou para o Conselho de Administração a proposta de contratação do fornecimento do combustível nuclear às Indústrias Nucleares do Brasil (INB) na modalidade “por inexigibilidade”. O Conselho aprovou a proposta em 01 de setembro de 2010. Em 24 de setembro de 2010 o contrato foi assinado com a INB.

## VI) Obras Civis

### a) Progresso Físico Global da Construção Civil

O progresso físico global da Construção Civil, considerando todas as atividades de adequação de canteiro, armação, colocação de formas, posicionamento de embutidos, concretagem e outros, apresentou para dezembro de 2012 o percentual realizado de 43,4%, sendo que no Cronograma Executivo Geral do Empreendimento (CEG - Rev.1) o percentual planejado para a mesma data corresponde a 74,2%.

### b) Progresso Físico dos Prédios / Estruturas

A tabela abaixo apresenta o Progresso Físico para os principais prédios / estruturas da usina, considerando as etapas de: Superestrutura (armação e concreto), Estrutura Metálica e Acabamento.

TABELA A.4.3 – PROGRESSO FÍSICO DOS PRÉDIOS / ESTRUTURAS

Área / Prédio		Progresso %
UJB	Edifício do Reator Annulus	60,1%
UJA	Edifício do Reator	0,1%
UJF	Estrutura de Eclusa de Equipamento e do Pórtico	8,4%
UJE	Compartimento de Válvulas do Vapor Principal e Água de Alimentação	19,5%
UKA	Edifício Auxiliar do Reator	29,3%
UKH	Chaminé de Descarga de Gases	24,4%
UBA	Edifício de Controle	39,5%
UBP	Edifício dos Geradores de Emergência e Água Gelada	0,0%
ULB	Edifício de Alimentação de Emergência	49,0%
UMA	Edifício da Turbo-Gerador	76,9%
UPC	Estrutura de Tomada D'Água Principal	24,8%
ULD	Edifício de Purificação do Condensado	8,7%
UYA	Edifício da Administração	0,0%
-	Área Externa - UZT e Demais Estruturas	14,8%
-	Atividades Preparatórias da Civil	100,0%
-	Adequação do Canteiro	88,9%
-	Urbanização e Proteção Física	0,0%
<b>Total - Obras Civis</b>		<b>43,4%</b>

- c) Objetivo 0034 – Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Iniciativa: Realização de Estudos e projetos do Setor Elétrico

Ação – 6508 Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica

#### QUADRO A.4.12 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

<b>Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ</b>	
<b>Ação: 6508</b>	<b>Denominação:</b> Estudos de Viabilidade para Ampliação de Geração de Energia Elétrica
<b>Finalidade da Ação:</b> Realizar estudos de inventário e desenvolver projetos de viabilidade de empreendimentos novos e realizar estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos concessionados, visando a ampliação da capacidade de geração de energia elétrica. Realizar estudos de viabilidade e de localização de novas unidades de geração termonuclear.	
<b>Objetivo Geral:</b> Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para a escolha de sítios para localização de novas usinas nucleares em todo o território nacional, para atendimento da expansão prevista no Plano Decenal de Energia – PDE e no Plano Nacional de Energia – PNE. Incluem todos os estudos necessários para avaliação dos sítios conforme critérios técnicos, econômicos e sociais adequados.	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Marcelo Gomes da Silva
<b>Unidades Executoras:</b>	Presidência – P.
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Presidência – P.
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Presidência – P.

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

#### QUADRO A.4.13 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
			%
Financeira	9.318.707	5.118.007	54,92%
Física	Não se aplica	Não se aplica	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

#### Justificativas:

As atividades da Eletrobras Eletronuclear relativas aos novos empreendimentos nucleares pós Angra III resultaram até o presente momento na identificação de micro-regiões favoráveis ao assentamento de usinas nucleares em todos os estados das regiões brasileiras. Tais conclusões se basearam na aplicação através de sistema geográfico de informação de cerca de 20 critérios de exclusão e de evitação. O resultado obtido (pequenas áreas propícias) foram oferecidas ao MME, que, a partir de seu planejamento energético de longo prazo, se manifestará sobre os sítios potenciais nas regiões previstas para novos empreendimentos de geração. Estas micro-regiões ou sítios potenciais estão submetidos às fases finais do estudo de identificação de sitio nuclear, fases estas, a saber: adequação e escolha do sitio preferido. Nestas duas etapas finais estudos mais avançados e específicos dos sites potenciais contemplarão cerca de 50 critérios, a partir dos quais, o sitio preferido será identificado.

As atividades da Eletrobras Eletronuclear estão atualmente focadas no desenvolvimento de um sistema digital para mapeamento geográfico com emprego de imagens obtidas por satélites, deposição de informações específicas de sítios (informações nas áreas de saúde e segurança, ambiental, sócio-econômica e custos de engenharia) sobre estas imagens, resultando numa ferramenta digital, amigável e passível de acompanhamento ao longo do tempo, de todos os dados tipicamente utilizados em estudos de impacto ambiental e nos relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA). Este sistema deverá ser certificado com informações do sítio de Itaorna e áreas adjacentes circulares com raio de 50 Km e ser replicado com ganho de tempo e qualidade nos futuros EIA/RIMA dos novos empreendimentos.

**Resultados:**

A Eletrobras Eletronuclear realizou a identificação em todo território nacional das áreas adequadas a sítios para a instalação de centrais nucleares para a geração de energia elétrica e iniciou o levantamento dos dados necessários a elaboração de seu Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

4.1.2 Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

“Vide item 4.1.1”

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

“Vide item 4.1.1”

4.1.4 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

“Vide item 4.1.1”

4.1.5 Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

As Ações Orçamentárias da Eletrobras estão incluídas no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia N123 de responsabilidade do MME.

#### 4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

##### 4.1.6.1 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Minas e Energia – N123

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

#### QUADRO A.4.14 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

<b>Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ</b>	
<b>Ação: 4102</b>	<b>Denominação:</b> Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
<b>Finalidade da Ação:</b> Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
<b>Objetivo Geral:</b> Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Unidades Executoras:</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Não há coordenador vinculado

#### QUADRO A.4.15 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b>
			<b>%</b>
Financeira	2.022.500	1.713.807	84,74%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

QUADRO A.4.16 – DADOS GERAIS DA AÇÃO

<b>Identificação da Ação sob Responsabilidade da UJ</b>	
<b>Ação: 4103</b>	<b>Denominação:</b> Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
<b>Finalidade da Ação:</b> Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.	
<b>Objetivo Geral:</b> Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.	
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:</b>	Eletrobras Eletronuclear S.A
<b>Coordenador nacional da ação:</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Unidades Executoras:</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:</b>	Não definida no SIGPlan
<b>Competência institucional requerida para a execução da ação:</b>	Não há coordenador vinculado

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

QUADRO A.4.17 – METAS E RESULTADOS DA AÇÃO NO EXERCÍCIO

<b>META</b>	<b>PREVISÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO/PREVISÃO</b>
			<b>%</b>
Financeira	12.435.000	9.216.616	74,12%
Física	N.A.	N.A.	-

Fonte: Gerência de Planejamento Estratégico – GPL.G

## 4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

“Não se aplica à natureza da UJ”

**5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.**

**5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVO**

5.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.1.2 Análise Crítica

**5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.2 Análise Crítica

“Os itens acima não se aplicam à natureza jurídica da UJ”

## 5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

### 5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

#### QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR									
CNPJ: 42.540.211/0001-67					UG/GESTÃO: CR.P				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até Exercício	Início	Fim	
1	ARS.P-002/09	29.933.850/0001-60	2.309.968	-	737.939	1.390.065	11/02/10	10/02/14	1
1	ARS.O-003/09	33.370.115/0001-27 (*1)	(*1)	-	-	-	25/11/09	24/11/14	1
1	ARS.P-005/09	42.498.659/0001-60 02.395.530/0001-01 (*2)	16.180.987	-	3.864.461	10.949.212	18/11/09	17/01/14	1
1	ARS.P-CV-005/10	29.05.121/60001.68	206.610	-	63.073	158.918	01/07/10	28/02/13	1
1	ARS.P-CV-006/10	07.367.088/0001-23	3.355.002	270.200	313.671	1.226.428	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-007/10	40.254.401/0001-92	2.250.000	-	450.000	1.124.254	01/07/10	30/06/14	1
1	ARS.P-CV-008/10	29.172.467/0001-09 28.503.308/0001-79 (*3)	3.200.000	-	-	617.762	01/12/10	28/02/13	1
1	ARS.P-CV-001/11	72.060.999/0001-75	150.000	-	60.000	60.000	21/03/12	20/03/14	1
1	ARS.P-CV-002/11	29.172.475/0001-47 29.830.015/0001-69 (*4)	2.963.026	-	1.602.018	2.963.026	01/06/11	30/04/13	1
1	ARS.P-CV-003/11	03.638.124/0001-95	4.605.515	383.199	551.377	891.518	15/07/11	14/07/16	1
1	ARS.P-CV-003/12	04.128.664/0001-91	1.320.000	-	287.075	287.075	14/05/12	13/05/16	1
1	ARS.P-CV-004/12	29.172.475/0001-47	680.696	101.380	193.888	193.888	06/07/12	05/07/13	1
1	ARS.P-CV-006/12	29.172.475/0001-47	611.774	82.977	279.833	279.833	04/07/12	03/07/13	1
1	ARS.P-001/10	29.172.467/0001-09	31.700.000	-	9.766.258	20.289.179	19/02/10	18/04/12	4
1	ARS.P-CV-005/11	29.051.216/0001-68	804.244	-	361.014	361.014	04/08/11	03/03/12	4
1	ARS.P-CV-006/11	29.051.216/0001-68	213.000	-	200.731	200.731	04/08/11	02/03/12	4

1	ARS.P-CV-010/11	29.051.216/0001-68	106.500	-	69.517	69.517	04/01/12	03/09/12	4
1	ARS.P-CV-001/12	29.051.216/0001-68	547.679	15.179	302.350	302.350	15/02/12	14/08/12	4
1	ARS.P-CV-008/12	29.051.216/0001-68	440.725	-	440.725	440.725	09/05/12	08/12/12	4
4	TC-ARS.P-002/08	51.824.241/0001-96	2.500.000	-	-	(*5)	22/10/08	21/10/13	1
4	ARS.P-PI-002/09	13.031.547/0001-04	SEM VALOR	-	-	(*5)	05/03/10	04/03/15	1
4	ARS.P-PI-003/09	74.050.536/0001-34	1.000.000	-	-	(*5)	19/04/10	18/04/15	1
4	S/N	37.084.027/0001-10	5.000.000	-	-	(*5)	02/03/07	01/03/12	4
5	S/N	29.172.467/0001-09	150.444.000	-	-	(*5)	05/10/09	(*6)	1
5	S/N	29.172.475/0001-47	46.401.320	-	-	(*5)	19/02/10	(*6)	1
5	S/N	29.051.216/0001-68	14.397.935	-	-	(*5)	18/02/10	(*6)	1

<b>LEGENDA</b>	
<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Coordenação de responsabilidade socioambiental e Comunicação – CR.P

(\*1) Convênio sem repasse de valores.

(\*2) Convênio firmado com o CNPJ 42.498.659/0001-60, tendo como executor o CNPJ 02.395.530/0001-01. Os valores são transferidos para o executor.

(\*3) Convênio firmado com o CNPJ 29.172.467/0001-09, tendo como executor o CNPJ 28.503.308/0001-79. Os valores são transferidos para o executor.

(\*4) Convênio firmado com o CNPJ 29.172.475/0001-47, tendo como executor o CNPJ 29.830.015/0001-69. Os valores são transferidos para o executor.

(\*5) Os Termos de Cooperação e os Termos de Compromisso não terão valores repassados aos beneficiários, tendo, em vista que serão firmados convênios específicos para cada uma das atividades acordadas nos mesmos.

(\*6) O fim da vigência será a data de concessão da licença de operação da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, por parte do IBAMA.

### 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR						
CNPJ: 42.540.211/0001-67				UG/GESTÃO: CR.P		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	7	5	8	19.543.936	15.302.325	9.173.274
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	3	-	-	(*1)
Termo de Compromisso	-	-	2	-	-	(*1)
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>19.543.936</b>	<b>15.302.325</b>	<b>9.173.274</b>

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

Nota: (\*1) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior).

### 5.3.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.5.5 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001-67			UG/GESTÃO: CR.P		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	13	71.645.731	41.805.503	8.175.865	58,35%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	3	3.500.000	(*1)	(*1)	-
Termo de Compromisso	3	211.243.255	(*1)	(*1)	-
<b>Totais (*2)</b>	<b>19</b>	<b>286.388.986</b>	<b>41.805.503</b>	<b>8.175.865</b>	<b>58,35%</b>

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental – CR.P

Notas: (\*1) Não há repasse para os Termos de Cooperação e de Compromisso (vide quadro anterior);

(\*2) Somente referente a convênios tendo em vista a nota (\*1).

### 5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**QUADRO A.5.6 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.**

Valores em R\$1,00

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.</b>					
<b>CNPJ: 42.540.211/0001- 67</b>			<b>UG/GESTÃO: CR.P</b>		
<b>Exercício da prestação de contas</b>	<b>Quantitativos e montante repassados</b>		<b>Instrumentos</b> (Quantidade e Montante Repassado)		
			<b>Convênios</b>	<b>Termos de Cooperação</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2012</b>	Contas prestadas	Quantidade	<b>6</b>	-	-
		Montante Repassado (R\$)	2.107.565	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	<b>1</b>	-	-
		Montante Repassado (R\$)	20.289.179	-	-
<b>2011</b>	Contas prestadas	Quantidade	<b>4</b>	-	-
		Montante Repassado (R\$)	1.142.258	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-
<b>2010</b>	Contas prestadas	Quantidade	<b>3</b>	-	-
		Montante Repassado (R\$)	5.808.566	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-
<b>Anteriores a 2010</b>	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação – ARS.P

### 5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

#### QUADRO A.5.7 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOAS DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrobras Termonuclear S.A.					
CNPJ: 42.540.211/0001-67			UG/GESTÃO: CR.P		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de contas prestadas			7	-
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade de	Contas analisadas	1	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		440.725	-
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6	-
			Quantidade Reprovada	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	-	-
Quantidade			-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-		
2011	Quantidade de contas prestadas			4	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		4	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2010	Quantidade de contas prestadas			3	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		3	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Coordenação Socioambiental e Comunicação –CR.P

### 5.3.6 Análise Crítica

- Em caso de inadimplência é emitida correspondência para o convenente solicitando a regularização dos valores devidos e enquanto não é apresentada a prestação de contas, as parcelas ainda não pagas não são liberadas.
- A legislação citada não se aplica aos convênios firmados pela Eletrobras Eletronuclear
- Da análise do quadro A.5.4 depreende-se que os dispêndios são compatíveis com as atividades da empresa, notadamente no que se refere ao biênio 2011/2012 cujas despesas correspondem basicamente às obrigações decorrentes das condicionantes do licenciamento ambiental das obras da usina de Angra 3.
- Os gestores dos convênios são formalmente nomeados e são responsáveis pela administração e pela análise das prestações de contas.
- Só temos registro de uma ocorrência de prazo regulamentar de prestação de contas expirado, que teve origem na falta da entrega, por parte do fornecedor contratado pelo convenente, de equipamentos constantes do Plano de Trabalho.
- Não existem registros de atraso na análise da prestação de contas por parte da Eletrobras Eletronuclear.
- Periodicamente, nos períodos previstos nos Planos de Trabalho, é feita a fiscalização *in loco*, para verificação da execução das etapas previstas no Cronograma de Execução. O fiscal emite um relatório descritivo e/ou fotográfico, dependendo do objeto do convênio, relatando que foi observado durante as fiscalizações.
- A celebração de Convênios pela Eletrobras Eletronuclear visa simultaneamente atender às ações determinadas pelas condicionantes impostas pelos órgãos de licenciamento, e a implantação de melhores condições sociais e educacionais nos municípios situados no entorno da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, como parte de sua estratégia de integração regional.

## **5.4 SUPRIMENTOS DE FUNDOS**

### 5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

#### 5.4.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

#### 5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

#### 5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

#### 5.4.1.4 Utilização da conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito pela UJ

#### 5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

#### 5.4.1.6 Análise Crítica

“Os itens acima não se aplicam à natureza da UJ”

## 5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIA SOB A GESTÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

### 5.5.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da Eletrobras Eletronuclear

A Eletrobras Eletronuclear está habilitada aos benefícios do regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI para a construção de Angra 3. Ao final de 2010 a Construtora Andrade Gutierrez (CNPJ 17.262.213/0001-94) foi incluída neste regime na qualidade de empresa co-habilitada.

### QUADRO A.5.13 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
PASEP/COFINS	Lei 11.488/2007	Suspensão de Exigência	Implantação de Obras de Infraestrutura	Não há	13/07/2014	Não há

Fonte: Superintendência Financeira – SF.A

### 5.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

### 5.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

### 5.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

### QUADRO A.5.16 – CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

UF	2012		2011		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
RJ	19	14.964.554,60	9	4.108.297,49	2	96.811,87
SC	1	895,16	-	-	-	-
SP	3	264.554,50	3	1.109.412,75	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>15.230.004,26</b>	<b>12</b>	<b>5.217.710,24</b>	<b>2</b>	<b>96.811,87</b>

Fonte: Superintendência Financeira – SF.A

**Nota: Informamos que nos quadros abaixo relacionados não há informações a serem prestadas referentes ao ano de 2012:**

**A.5.14, A.5.15, A.5.17, A.5.18, A.5.19, A.5.20, A.5.21, A.5.22 E A.5.23.**

## 6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N° 119, DE 18/01/2012.

### 6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Eletrobras Eletronuclear

##### QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – SITUAÇÃO PURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<i>Empregados</i>		2.464	45	54
Art. 37 da CF/1988		36	0	2
Cedidos		56	0	0
Licença sem vencimentos		3	0	0
Licença Reclusão		0	0	0
Empregados Anistiados		30	25	0
<b>Empregados Próprios</b>		<b>2.589</b>	<b>70</b>	<b>56</b>
<i>Requisitados</i>		17	2	0
<i>Aposentados por Invalidez</i>		41	0	0
<i>Diretores</i>		5	0	0
<b>Total</b>	<b>2.659</b>	<b>2.652</b>	<b>72</b>	<b>56</b>

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal -GAP.A (SAP Cadastro)

#### 6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Eletrobras Eletronuclear

##### QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (<i>empregados do quadro próprio que trabalham em outras empresas</i>)</b>	<b>56</b>
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
<b>Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+6)</b>	<b>59</b>

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

### 6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

#### QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR - SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Empregados que recebem Remuneração Global (RG)</b>	114	114	4	3
<b>2. Empregados que recebem Gratificação de Função (GF)</b>	122	116	5	3
<b>3. Total de servidores com RG e GF (1+2)</b>	<b>236</b>	<b>230</b>	<b>9</b>	<b>6</b>

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

Nota: Consideramos no Quadro A.6.3:

- 1) Os empregados que recebem Remuneração Global (Superintendentes, Gerentes, Chefes de Divisão, Assessores de Diretores, Consultor Jurídico)
- 2) Os empregados que recebem Gratificação de Função (Supervisores)
- 3) 3 empregados que constam nesse número são empregados requisitados que recebem Remuneração Global

#### 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Idade

#### QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>Empregados</b>	278	650	471	811	254
<i>Art 37 da CF/1988</i>	4	4	7	11	10
<i>Cedidos</i>	0	10	5	34	7
Licença sem Vencimento	0	0	0	3	0
Licença Reclusão	0	0	0	0	0
Anistiados	0	0	1	13	16
<b>Próprios</b>	<b>282</b>	<b>664</b>	<b>484</b>	<b>872</b>	<b>287</b>
<i>Requisitados</i>	0	2	10	5	0
<i>Aposentados por invalidez</i>	1	0	4	23	13
<i>Diretores</i>	0	0	0	2	3
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>666</b>	<b>498</b>	<b>902</b>	<b>303</b>

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Empregados</b>	0	0	0	0	1.507	660	212	77	8
<b>2. Empregados em Cargo em Comissão e Função Gratificada</b>	0	0	0	0	39	138	73	11	2
<b>3. Empregados Próprios - Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.546</b>	<b>798</b>	<b>285</b>	<b>88</b>	<b>10</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A

Nota: Consideramos no Quadro A.6.5:

- 1) Neste quadro, não entraram os empregados requisitados que recebem Remuneração Global, pois não são considerados empregados próprios.

## 6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Eletrobras Eletronuclear

## QUADRO A.6.6 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$1,00

QUADRO PRÓPRIO								
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus) (*)</b>				<b>(**)</b>	<b>(**)</b>	<b>(**)</b>		
2010	2.531	253.015.513	-	6.891.774	55.063.274	16.435.660		
2011	2.576	288.131.030	-	8.044.111	64.672.599	2.587.207		
2012	2.589	308.651.669	-	9.907.388	73.737.913	2.939.429		
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo) – Diretores recebem honorários</b>								
2010	5	2.441.242	-	-	-	-	-	-
2011	5	2.636.984	-	-	-	-	-	-
2012	5	2.391.767	-	-	-	-	-	-
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2010	15	737.329	-	-	-	-	-	-
2011	16	865.537	-	-	-	-	-	-
2012	17	1.154.106	-	-	-	-	-	-
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-
QUADRO PRÓPRIO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividade de Área Fim		Estágios – Bolsa Educacional (**)	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2010	-	-	-	-	-	-	125	1.004.143
2011	-	-	-	-	-	-	139	1.084.461
2012	-	-	-	-	-	-	172	1.232.520

2.531	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.
2.576	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.
2.589	Neste nº não estão incluídos: os Diretores; Requisitados, Jovens Aprendizizes e Estagiários.

Notas:

- (\*) Nos Vencimentos e Vantagens estão inseridos: Salários e Diferenças Salariais; Salário Maternidade; Abono Salarial - ACT; 13º Salário, Abono Pecuniário/Férias e Gratificação de Férias; Adicional Noturno; Horas Extras; Repouso Semanal remunerado: Sobreaviso; Reembolso de benefícios (Auxílio Instrução e Curso de Idioma); PLR.
- (\*\*) Para composição dos Custos de Pessoal (Quadro Próprio) deverão ser considerados os valores do campo “Vencimentos e Vantagens Fixas”, mais os valores que estão lançados nos campos específicos de “Gratificações”, “Adicionais”, “Indenizações”, “Cargos de Provimentos em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)” e “requisitados com Ônus”.
- (\*\*) Nos Vencimentos e Vantagens não estão inseridos: as Gratificações, os Adicionais Fixos e Variáveis, as Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho e Salariais, Honorários de Conselheiros e Diretores, Complemento por Cessão (Requisitados) Bolsa Educacional, informados nos campos específicos.
- (\*\*\*) Não são considerados na composição dos Custos de Pessoal, os seguintes benefícios: Auxílio Creche; Auxílio Mudança (Ajuda de Custo) Complemento de Auxílio Doença; Reembolso Tratamento Excepcional; Benefícios INSS; Reembolso Medicamentos; Reembolso Auxílio Óculos; Reembolso aparelho Auditivo/Similares; 13º Benefício INSS; Diárias/Ajuda de Custos de Viagens País/Exterior; Bolsa Educacional; Salário Menor.

#### 6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Eletrobras Eletronuclear Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

#### QUADRO A.6.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Aposentados por Invalidez	41	1

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (SAP Cadastro)

##### 6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Eletrobras Eletronuclear

#### QUADRO A.6.8 – INSTITUTEORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 “Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

##### 6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- A existência de controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos; O controle da acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art.37, XVI e XVII da CRFB/88, é feito no ato da admissão do empregado, onde o mesmo preenche uma declaração de não acumulação, além da verificação da baixa na sua CTPS do seu último emprego, ou no caso de servidor público estatutário, a publicação de sua exoneração no D.O.
- Tipos de controle implementado e periodicidade de revisão; Além dos controles elencados no Item a), mensalmente enviamos informações de admissão de empregados ao SISAC, que ao detectar a duplicidade no CPF do empregado, nos retorna a informação em forma de crítica, através do relatório de Gestor de Pessoal do próprio SISAC.
- A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência; Os controles tem se mostrado eficientes, uma vez que são feitos de forma preventiva, no ato da admissão do empregado e posteriormente no envio das informações ao SISAC.
- A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada. Não existe em nosso quadro de empregados, nenhum funcionário que acumule cargo, função ou emprego público de forma indevida.

##### 6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

- O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular; Não possuímos empregados em situação irregular.
- O resultado das notificações realizadas; Não possuímos empregados em situação irregular.
- A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos. Não possuímos empregados em situação irregular.

### 6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

#### 6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Admissão</b>	70	88	70	88
<b>Totais</b>	<b>70</b>	<b>88</b>	<b>70</b>	<b>88</b>

Obs: Todos os atos sujeitos ao registro do TCU são informados através do SISAC, que são os atos de admissão e desligamento de empregados que prestaram concurso público.

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
<b>Desligamento</b>	54	51	54	51
<b>Totais</b>	<b>54</b>	<b>51</b>	<b>54</b>	<b>51</b>

Obs: Todos os atos sujeitos ao registro do TCU, são informados através do SISAC, que são os atos de admissão e desligamento de empregados que prestaram concurso público.

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	70	-	-	-
<b>Total</b>	<b>70</b>	-	-	-
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	54	-	-	-
<b>Total</b>	<b>54</b>	-	-	-

Obs: Os atos praticados pela empresa são enviados ao SISAC, por regra, em até 30 dias a contar da data da prática do mesmo.

#### 6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico

QUADRO A.6.12 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

“Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

#### 6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO A.6.13 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

“Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

#### 6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo: 0,0110
- Acidente de Trabalho: Ocorreram 28 acidentes de trabalho na Sede (RJ) e 13 em Angra no ano de 2012.
- Doenças Ocupacionais; Não houve nenhum caso no ano de 2012.
- Rotatividade (*turnover*); 0,0243
- Educação Continuada; Não se aplica
- Disciplina; Não se aplica.
- Aposentadoria *versus* reposição do quadro. Não se aplica

## **6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

#### 6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

“Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

#### 6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

“Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

### 6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

#### QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

“Não se aplica à ELETRONUCLEAR”

### 6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Eletrobras Eletronuclear

#### QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR S.A.													
UG/Gestão: SA.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	GCC.A-CT 415/10	11275539000170	28/04/11	27/04/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2011	L	O	GCC.A-CT 489/10	36541241000195	16/02/11	15/02/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2011	L	O	GCC.A-CT 490/10	36541241000195	16/04/11	15/04/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2010	V	O	GCC.A-CT 060/10	03372304000178	29/06/10	28/06/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P

Observações: (\*) – Não disponível  
 Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.

**LEGENDA**  
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual

## 6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

## QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: ELETROBRÁS ELETRONUCLEAR S.A.														
UG/Gestão:SA.A							CNPJ: 42.540.211/0001-67							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	9	O / GIR.A	GSA.A-CT 429/10	30440119000146	28/04/11	28/05/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2010	2	O / DASG.A	GCCA-CT 593/09	28500981000155	01/01/10	31/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2011	9	O / GIA.A	GCS.A-CT 087/11	32225757000170	09/06/11	08/06/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2012	8	O / DASG.A	GCS.A-CT 604/11	34043125000110	01/06/12	31/05/15	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	N
2009	9	O / GIA.A	GCC.A-CT 457/08	00277106000137	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2009	6	O / GIR.A	GCC.A-CT 464/08	05630085000105	24/03/09	23/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2009	2	O / DASG.A	GCC.A-CT 507/08	40217234000100	01/02/09	31/01/14	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2011	2	O / GIR.A	GCS.A/CT-4500146915	76669670000167	27/12/11	26/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	p
2010	12	O / DASG.A	GCC.A-CT 878/09	56599749000151	01/05/10	30/04/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	p
2010	3	O / GAL.G	GCC.A-CT 667/09	0717125531	29/03/10	28/03/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P
2008	6	O / GAL.G	GCC.A-CT 336/08	05630085000105	19/09/08	15/09/13	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	P

Observações: (\*) – Não disponível  
 Ressaltamos que tais contratos não se referem a locação de mão-de-obra e são firmados à luz das disposições do Decreto nº 2.271 de 07/07/97, onde se encontra vedada a inclusão de disposições que caracterizem o objeto como fornecimento de mão-de-obra.  
 Consideramos os contratos de prestação de serviços, hoje existentes, cujos contratados prestam serviços nas instalações da ELETRONUCLEAR.

<b>LEGENDA</b>	
<b>Área:</b>	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Segurança;	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Transportes;	<b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Informática;	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	
8. Manutenção de bens móveis	
9. Manutenção de bens imóveis	
10. Brigadistas	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
12. Outras	

Fonte: Superintendência de Aquisição e Controle Contratual

### 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	33	31	33	36	229.823
1.2 Área Meio	89	89	93	95	750.275
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	21	26	24	29	172.800
2.2 Área Meio	13	14	14	12	79.619
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>156</b>	<b>160</b>	<b>164</b>	<b>172</b>	<b>1.232.520</b>

Fonte: Gerência de Desenvolvimento e Capacitação

**7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS**

**D) Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada**

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Resposta:

Instrução Normativa 18.01.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Resposta:

**Veículos pesados - Caminhões**

Utilizados para o transporte de materiais e atendimentos ao PEL - Plano de Emergência Local.

**Veículos pesados - Ônibus**

Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

**Veículos pesados - Bombeiros**

Para combate a incêndios e acidentes nas Usinas de Angra 1, 2 e 3.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo em geral:

Resposta:

**ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS**

<b>Veículos</b>	<b>Total</b>	<b>Funcionalidade</b>
Caminhão baú	1	Transporte de materiais
Caminhão carroceria	5	Transporte de materiais
Caminhão bombeiro	3	Brigada de incêndio
Caminhão munck	2	Transporte de materiais e rejeitos nucleares
Ônibus urbanos	20	Utilizados para atendimento ao Plano de Emergência Local - PEL, transporte de empregados que prestam serviços na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

**Total da frota: 31 veículos**

**ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)**

<b>Veículos</b>	<b>Total</b>	<b>Funcionalidade</b>
Veículos leves	4	Atendimento as Diretorias e Empregados à serviço.

**Total da frota: 4 veículos**

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;

Resposta:

**ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS**

Caminhões: média de 12.946,00km/ano

Ônibus: média de 25.762,55km/ano

**ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)**

Veículos leves: média de 6.588,50km/ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Resposta:

**ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS**

Caminhões: 14,54 anos

Ônibus: 4,35 anos

**ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)**

Veículos leves: 4,5 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Resposta:

**ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS**

Custo anual total de combustível (Diesel) da frota de veículos da ETN:

> Abastecimentos internos (Posto Itaorna): R\$307.620,58

> Abastecimentos externos (Estrada): R\$3.095,25

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$282.726,77

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$71.229,72.

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$713.447,42

**Pessoal Responsável pela administração da frota:**

**Administração: 05**

**ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)**

Custo anual total de combustível da frota de veículos da ETN: R\$15.514,18

Custo anual de manutenção geral da frota de veículos ETN: R\$8.420,00

Custo anual IPVA, Seguro DPVAT, Taxa DAD (DETRAN) e Licenciamento anual (DETRAN): R\$4.150,97

Custo anual total + encargos com pessoal responsável pela administração da frota de veículos ETN: R\$142.627,97

**Pessoal Responsável pela administração da frota:**

**Administração: 1**

g) Plano de substituição da frota:

Resposta: 05 anos.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

Resposta:

Devido a necessidade da disponibilização de veículos para atendimento ao PEL-Plano de Emergência Local, faz necessário que a Empresa tenha veículos próprios e alugados para atendimento em caso de uma paralização e/ou greve da categoria (Motorista).

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de Transporte.

Resposta:

**ELETRONUCLEAR - ANGRA DOS REIS**

**Total de 05 colaboradores**

**ELETRONUCLEAR - RIO DE JANEIRO (SEDE-ETN)**

**Total de 01 colaborador**

## **II) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Resposta:

- > Disponibilidade dos veículos por tempo integral. A empresa locadora deverá providenciar a substituição imediata do veículo em caso de panes, durante as manutenções, em situações de acidentes e etc.
- > Possibilidade de substituição dos veículos a cada 02 (dois) ou 03 (três) anos.
- > Inexistência da necessidade de contratação de seguros e envolvimento da Empresa nos casos de acidentes e multas.
- > Desgaste natural dos veículos, devida a alta quilometragem mensal rodada e a constante troca de motoristas.
- > Inexistência da necessidade de controle (mão de obra) para as atividades de manutenção dos veículos.
- > Inexistência da necessidade de aquisição de peças de reposição e controle de estoque para reposição de: pneus, lâmpadas, fusíveis, óleos lubrificantes etc. (prazos de aquisição, estoque).
- > Inexistência da necessidade de contrato de manutenção, levando em consideração a dificuldade de mão de obra especializada e disponibilidade de peças de reposição na Região.
- > Inexistência da necessidade de contrato para serviços de borracharia, lavagem e lubrificação.
- > Inexistência da necessidade de mão de obra para pequenos reparos, normalmente realizados no próprio Setor.
- > Facilidade para a mobilização de veículos adicionais para atividades específicas e temporárias como exemplo: Paradas das Usinas, Transporte de Combustível Nuclear, visitas e etc.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

Resposta:

**BASE ANGRA DOS REIS**

**Empresa: Sibelly Transportes Ltda.**

CNPJ. 40.217.234/0001-00

Endereço: Rua Conde de Agrolongo, 145 - Penha - Rio de Janeiro

Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008

**Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

CNPJ. 28.500.981/0001-55

Endereço: Rua Francisco Guedes da Silva, n.º 1266 - Parque Mambucaba - Angra dos Reis

Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Empresa - Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

CNPJ - 76.669.670/0001-67

Endereço - Rua Rocha Pombo 375 - Juvevê

Contrato - n.º GCS.A/CT - 4500146915

c) Tipo de licitação efetuada, n.º do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

Resposta:

**BASE ANGRA DOS REIS**

**Licitação por Pregão Eletrônico**

**Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008 - Sibelly Transportes Ltda.**

Objeto: Locação de veículos com e/ou sem motoristas para atendimentos pertinentes à CNAAA.

Vigência: Início - 01/02/2009 / Término - 31/01/2014

Valor contratado: R\$12.548.939,11

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2012: R\$9.952.796,75

**Licitação por Pregão Eletrônico**

**Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009 - EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

Objeto: Contrato de prestação de serviços de transporte de pessoal vinculado à CNAAA - Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Vigência: Início - 01/01/2010 / Término - 31/03/2013

Valor contratado: R\$29.461.692,35

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2012: R\$9.279.721,70

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Licitação por Pregão Eletrônico**

**Contrato n.º GCS.A/CT 4500146915 -TRANSVEPAR - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

Objeto: Prestação de serviços de locação de veículos Leves e Utilitários, com e/ou sem motoristas, para atendimentos pertinentes à Sede da Eletrobras / Eletronuclear no Rio de Janeiro, Brasília e Recife.

Vigência: Início - 13/12/2011 / Término 13/03/2013

Valor do Contrato: R\$ 2.425.450,00

Valor pago até dezembro referente ao ano de 2012: R\$1.605.153,69

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Resposta:

Instrução Normativa 18.01

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Resposta:

**Veículos leves**

Utilizados para atendimento aos empregados em viagens a serviço da Empresa e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

**Veículos utilitários**

Utilizados para o transporte de materiais, compras de materiais, serviços de manutenção, transporte de equipamentos e atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local.

**Veículos pesados - Ônibus**

Utilizados para atendimento ao PEL - Plano de Emergência Local e transporte de pessoal vinculado à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA.

f) Quantidades de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

Resposta:

**BASE ANGRA DOS REIS**

**Sibelly Transportes Ltda.**

**Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008**

<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
-----------------	--------------

Veículos leves	23
----------------	----

Veículos utilitários	25
----------------------	----

**Total geral de veículos: 48 veículos**

**Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

**Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009**

<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
-----------------	--------------

Ônibus urbano	23
---------------	----

Ônibus rodoviário c/a	2
-----------------------	---

Ônibus rodoviário s/ar	12
------------------------	----

**Total geral de veículos: 37 veículos**

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

**Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915**

<b>Veículos</b>	<b>Total</b>
-----------------	--------------

Veículos leves	22
----------------	----

Veículos utilitários	2
----------------------	---

**Total geral de veículos: 24 veículos**

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra "f" supra:

Resposta:

**BASE ANGRA DOS REIS**

**Sibelly Transportes Ltda.**

**Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008**

<b>Veículos</b>	<b>Km total</b>	<b>Média km/ano</b>
Veículos leves	905.987	75.499
Veículos utilitários	722.928	60.244

**Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

**Contrato n.º GCC.A/CT-593/2009**

<b>Veículos</b>	<b>Km total/2012</b>	<b>Média km/ano</b>
Ônibus urbano e rodoviários	1.802.966	150.247

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

Veículos leves	898.793	74.899
Veículos utilitários	117.770	9.814

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

Resposta:

**BASE ANGRA DOS REIS**

**Sibelly Transportes Ltda.**

<b>Veículos</b>	<b>Idade Média</b>
Veículos leves	1,56 anos
Veículos utilitários	1,28 anos

**Eval - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

<b>Veículos</b>	<b>Idade Média</b>
Ônibus urbano	2 anos
Ônibus rodoviário	1,54 anos

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

<b>Veículos</b>	<b>Idade Média</b>
Veículos leves	2 anos

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

Resposta:

**Sibelly Transportes Ltda.**

**Contrato n.º GCC.A/CT-507/2008**

Custo anual de combustíveis gastos com a frota de veículos da Sibelly Transportes Ltda.

**Abastecimentos internos (Posto Itaorna):**

- > Gasolina: R\$303.804,17
- > Diesel: R\$81.161,52
- > Álcool: Posto interno não trabalha com álcool

**Gasto total interno: R\$384.965,69**

**Abastecimentos externos (Estrada):**

- > Gasolina: R\$1.104,91
- > Diesel: R\$10.006,80
- > Álcool: R\$92.658,89

**Gasto total externo (Estrada) R\$103.770,60**

**Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.: responsabilidade da Contratada.**

**BASE RIO DE JANEIRO - SEDE/ETN**

**Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

**Contrato n.º GCS.A-E-312/2011 - n.º GCS.A/CT-4500146915**

Custo anual total de combustíveis da frota de veículos da Transvepar: R\$203.688,79

**Revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota etc.: responsabilidade da Contratada.**

J) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Resposta:

**Empresa: Personal Service Recursos Humanos e Assessoria Empresarial Ltda.**

**Estrutura de controle:**

- 28 motoristas
- 01 supervisor

**Empresa: EVAL - Empresa de Viação Angrense Ltda.**

**Estrutura de controle:**

- 50 motoristas
- 01 preposto
- 01 substituto

**Empresa: Sibelly Transportes Ltda.**

**Estrutura de controle:**

- 29 motoristas
- 01 supervisor
- 01 preposto

**Transvepar - Transportes e Veículos Paraná Ltda.**

**Estrutura de controle:**

- 17 motoristas
- 02 prepostos

## **7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

### 7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

“Não se aplica à natureza da jurídica da UJ”

### 7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

“Não se aplica à natureza da jurídica da UJ”

### 7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da Eletrobras Eletronuclear

“Não se aplica à natureza da jurídica da UJ”

## 8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.

### 8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

#### QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
<input type="checkbox"/>	( 3 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	( 1 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	( 3 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	( 1 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	( 1 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
No item 4, ressalve-se que, embora o PDSTI 2013-2016 tenha sido aprovado pelo Comitê interno criado com este propósito, a sua publicação ainda aguarda autorização da Diretoria da empresa.	

**9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**
**9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**
**QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Critério de utilização de materiais, na execução dos serviços, produzidos com garantia de manejo florestal responsável, assim como comprovar tal condição (serviços de confecção de kits de agendas Ano 2013).</li> </ul>			X		
Utilização e descartes					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? As certificações que têm sido consideradas em alguns dos nossos procedimentos é a ISSO 9001 e a NBR ISSO 14001:2004 e NBR ISSO 19011, bem como registro no IBAMA, para licitações oriundas da Gerência de Meio Ambiente.</li> </ul>			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>					X
Em mensuração.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>		X			
Papel reciclado em alguns itens de divulgação.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> </ul>					X
Sim (X)			Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação,					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
<b>Considerações Gerais:</b> Os contratos padrão da Eletrobras Eletronuclear, no SCIJ estabelecem a seguinte condição na cláusula Obrigações da Contratada: <ol style="list-style-type: none"> <li>respeitar e fazer com que todo o seu pessoal alocado a este CONTRATO respeite e cumpra as leis, normas e regulamentos de Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Higiene e Medicina do Trabalho, vigentes no país, bem como as normas, regulamentos e procedimentos da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR relacionados a estes assuntos e à Política de Segurança da informação, disponíveis no endereço eletrônico da Empresa: <a href="http://www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governanca/PoliacuteticasEmpresariais.aspx">www.eletronuclear.gov.br/AEmpresa/Governanca/PoliacuteticasEmpresariais.aspx</a>;</li> <li>responsabilizar-se pelos atos de seus empregados e consequências cíveis e penais decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos mencionados no subitem 7.1.21 acima, não sendo aceitas alegações de desconhecimento das normas e regulamentos de Segurança, Meio Ambiente, Saúde, Higiene e Medicina do Trabalho e da Política de Segurança da informação da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, ainda que as mesmas não estejam anexas a este CONTRATO.</li> </ol>					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

### QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R\$1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	N/D					
Água	816.817	991.824	775.555	N/A (1)		
Energia Elétrica	916.325	924.558	N/D	N/A (2)		
			<b>Total</b>			

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Eletronuclear

Notas:

1 – O consumo de água inclui captação superficial própria, não havendo sem precificação.

2 – O consumo de energia inclui parcela de geração própria (usinas), sem precificação.

## 10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.

### 10.1 DELIBERAÇÕES DP TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

#### 10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	024.382/2011-6	Acórdão nº 2.018/2012 - TCU – 2ª Câmara	N/A	Arquivamento	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de monitoramento – TC 002.567/2011- 3.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em arquivar o presente processo, tendo em vista o cumprimento dos objetivos determinados, para o presente processo, no item 9.6.2 do Acórdão 1.550/2011-TCU-Plenário (relatório de monitoramento – TC 002.567/2011- 3), no sentido de acompanhar o exercício de simulação de acidente nuclear nas usinas de Angra 1 e 2, bem como o correspondente plano de emergência, e considerando o disposto no art. 40, inciso V, da Resolução-TCU 191/2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Operação e Comercialização – DO.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear acompanhou o exercício de simulação de acidente nuclear nas usinas de Angra 1 e 2, bem como o correspondente plano de emergência.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aprimorou o plano de emergência da Eletrobras Eletronuclear. <b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	002.741/2012-1	Acórdão nº 1054/2012 - TCU – Plenário	9.1 a 9.5	Recomendação /Sugestão	
Assunto objeto da deliberação:					
Solicitação formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST.					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Órgãos da Administração Direta e Indireta da União.					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação formulada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho - TST, Exmo. Senhor Ministro João Oreste Dalazen, no sentido de que esta Corte de Contas examine a possibilidade de recomendar aos órgãos da administração direta e indireta da União, em reforço à previsão legal, que passem a fazer constar dos respectivos editais de licitação a exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, instituída pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, em vigor desde 4 de janeiro de 2012.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:</p> <p>9.1. conhecer da presente Solicitação, em caráter excepcional, com amparo no art. 63 da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, para, no mérito, determinar:</p> <p>9.2. a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União que orientem os órgãos e entidades a eles vinculados no sentido de que exijam das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, atentando, em especial, para o salutar efeito do cumprimento desta nova regra sobre o novo Enunciado 331 da Súmula de Jurisprudência do TST, sem prejuízo de que a Segecex oriente as unidades técnicas do TCU nesse mesmo sentido;</p> <p>9.3. sugerir ao Presidente do TCU que, se entender pertinente, determine, entre outras medidas, a ampla divulgação deste Acórdão no sítio eletrônico do TCU, com vistas a ampliar o nível de divulgação acerca da orientação contida nesta deliberação;</p> <p>9.4. encaminhar cópia integral da presente deliberação:</p> <p>9.4.1. ao nobre Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Excelentíssimo Senhor Ministro João Oreste Dalazen, para ciência; e</p> <p>9.4.2. a todas as unidades centrais e setoriais do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, para ciência e adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 74, IV, da CF88, com vistas a garantir que a administração pública federal dê efetiva e pronta aplicação aos comandos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011; e</p> <p>9.5. arquivar os presentes autos.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Finanças – DA. Diretoria Técnica - DT					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão e adotou as providências cabíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Aprimorou os controles, pois, instituiu a obrigatoriedade da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, para liberação de pagamento a fornecedores.

**Processo solucionado.**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	014.885/2012-3	Acórdão nº 4534/2012 - TCU – 2º Câmara	N/A	Conhecimento	
Assunto objeto da deliberação:					
Atos de Admissão de servidor da Eletrobras Termonuclear S.A.					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Eletrobras Termonuclear S.A, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.</p> <p>Considerando que o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;</p> <p>Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e</p> <p>Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:</p> <p>Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produz mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se aplica.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					
<b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	018.229/2012-3	Acórdão nº 4995/2012 - TCU – 2º Câmara	N/A	Encaminhamento	
<b>Assunto objeto da deliberação:</b>					
Atos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A.					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A., encaminhado a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.</p> <p>Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectado a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;</p> <p>Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e</p> <p>Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:</p> <p>Considerar prejudicado por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzirem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se aplica.					Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não se aplica.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não se aplica.					
<b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	011.772/2010-7	Acórdão nº 1233/2012 - TCU – Plenário	9.7.3, 9.7.4 e 9.7.5	Orientação	
Assunto objeto da deliberação:					
Avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Entidade sob Jurisdição do TCU.					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>Trata-se de relatório consolidado das ações do TMS 6/2010, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.7.3. em atenção ao disposto no Decreto 7.063/2010, art. 6º, inciso XII, oriente as entidades sob sua jurisdição para que (subitem III.1):</p> <p>9.7.3.1. ao realizarem licitação com finalidade de criar ata de registro de preços atentem que:</p> <p>9.7.3.1.1. devem fundamentar formalmente a criação de ata de registro de preços, e.g., por um dos incisos do art. 2º do Decreto 3.931/2001 (Acórdão 2.401/2006-TCU-Plenário);</p> <p>9.7.3.1.2. devem praticar todos os atos descritos no Decreto 3.931/2001, art. 3º, § 2º, em especial o previsto no seu inciso I, que consiste em "convidar mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços";</p> <p>9.7.3.1.3. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo obrigatória a realização dos devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);</p> <p>9.7.3.1.4. a fixação, no termo de convocação, de quantitativos (máximos) a serem contratados por meio dos contratos derivados da ata de registro de preços, previstos no Decreto 3.931/2001, art. 9º, inciso II, é obrigação e não faculdade do gestor (Acórdão 991/2009-TCU-Plenário, Acórdão 1.100/2007-TCU-Plenário e Acórdão 4.411/2010-TCU-2ª Câmara);</p> <p>9.7.3.1.5. em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital;</p> <p>9.7.3.2. quando realizarem adesão à ata de registro de preços atentem que:</p> <p>9.7.3.2.1. o planejamento da contratação é obrigatório, sendo obrigatória a realização dos devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);</p> <p>9.7.3.2.2. devem demonstrar formalmente a vantajosidade da adesão, nos termos do Decreto 3.931/2001, art. 8º;</p> <p>9.7.3.2.3. as regras e condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços devem ser conformes as necessidades e condições determinadas na etapa de planejamento da contratação (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea d, c/c o art. 3º, § 1º, inciso I, e Lei 10.520/2002, art. 3º, inciso II);</p> <p>9.7.4. em atenção ao disposto no Decreto 7.063/2010, art. 6º, inciso XII, oriente as entidades sob sua jurisdição para que, caso possuam contratos com empresas públicas prestadoras de serviços de TI (subitem III.3):</p> <p>9.7.4.1. analisem a conformidade dos termos do contrato e do projeto básico e verifiquem se:</p> <p>9.7.4.1.1. foi realizado o adequado planejamento da contratação, consistindo na execução do processo de planejamento previsto na IN - SLTI/MP 4/2010 se for integrante do Sisp (IN - SLTI/MP 4/2010, art. 18, inciso II) ou, caso não o seja, se foram realizados os devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);</p> <p>9.7.4.1.2. as especificações do objeto são precisas e suficientes, em conformidade com a Lei 8.666/1993, art. 6º, IX;</p> <p>9.7.4.1.3. os critérios de mensuração dos serviços são precisos e suficientes, de acordo com o determinado na Lei 8.666/1993, art. 6º, IX, e (também necessários de acordo com a IN - SLTI 4/2010, art. 14, II, a);</p> <p>9.7.4.1.4. a metodologia de avaliação da adequação dos produtos é precisa e suficiente, de acordo com o</p>					

determinado na Lei 8.666/1993, art. 6º, IX, e (também necessária de acordo com a IN - SLTI 4/2010, art. 14, II, c);

9.7.4.1.5. as cláusulas de penalidades contidas na Lei 8.666/1993, art. 87, de acordo com o determinado na Lei 8.666/1993, art. 55, VII e VIII, são detalhadas e atendem aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e prudência (e também o previsto na IN - SLTI 4/2010, art. 15, III, h);

9.7.4.1.6. o modelo de pagamento é vinculado a resultados, obedecendo ao princípio constitucional da eficiência (e também ao previsto no Decreto 2.271/1997, art. 3º, § 1º, e na IN - SLTI 4/2010, art. 15, §§ 2º e 3º);

9.7.4.1.7. a justificativa dos preços contratados é adequadamente fundamentada em arrazoada pesquisa de mercado, de acordo com o determinado na Lei 8.666/1993, art. 26, III, inclusive com a análise da planilha de composição de custos dos serviços, necessária segundo a Lei 8.666/1993, art. 7º, § 2º, II;

9.7.4.2. caso a análise realizada de acordo com orientação acima indique desconformidade, elaborem plano de ação para providenciar as adequações contratuais necessárias, que deverão ser realizadas no prazo de 180 dias;

9.7.4.3. mantenham o resultado da análise de conformidade empreendida em documento formalizado, à disposição dos controles externo e interno;

9.7.4.4. informem seu órgão de assessoramento jurídico e sua unidade de auditoria interna da análise que está sendo empreendida e do resultado obtido;

9.7.5. em atenção ao disposto no Decreto 7.063/2010, art. 6º, inciso XII, oriente as entidades sob sua jurisdição que (subitem III.3):

9.7.5.1. mesmo que a execução de seus serviços de tecnologia da informação seja transferida mediante contrato ou outro acordo a outra organização pública, como as empresas públicas prestadoras de serviços de tecnologia da informação, as atividades de gestão (planejamento, coordenação, supervisão e controle) de TI devem ser cometidas a pessoas integrantes do quadro permanente, ou, excepcionalmente, a detentores de cargo em comissão, da organização contratante, não podendo ser delegadas a pessoas direta ou indiretamente ligadas à contratada;

9.7.5.2. a contratação de empresas públicas prestadoras de serviços de tecnologia da informação não afasta a necessidade de a organização contratante manter estrutura de governança de TI própria, que direcione e controle a gestão desses contratos bem como a gestão de todos os processos de TI da organização.

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG.	Não se aplica

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão e adotou as providências cabíveis.

**Síntese dos resultados obtidos**

Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Aprimorou o acompanhamento e o controle interno com relação a gestão e ao uso da tecnologia da informação, em observância a legislação e se está aderente às boas práticas de governança de TI.

**Processo solucionado.**

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	021.991/2012-0	Acórdão nº 5677/2012 - TCU – 2º Câmara	N/A	Conhecimento	
<b>Assunto objeto da deliberação:</b>					
Atos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras -MME.					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor da Eletrobrás Termonuclear S.A. - Grupo Eletrobras -MME, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.</p> <p>Considerando que para o ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme se verifica da documentação anexada, seja na base do Sisac ou Siape;</p> <p>Considerando que o desligamento do servidor dos quadros do órgão ou entidade para o qual foi admitido, tem como consequência imediata a suspensão dos pagamentos recebidos a título de salários; e</p> <p>Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU,</p> <p>em:</p> <p>Considerar prejudicada por perda de objeto, o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzir mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se aplica.					Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não se aplica.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não se aplica.					
<b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	009.713/2012-3	Acórdão 2308/2012 – Plenário	N/A	Conhecimento/ Recomendação	
Assunto objeto da deliberação:					
Autos de Representação formulada pela empresa Ipsystems Creative Network Solutions Ltda..					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Ipsystems Creative Network Solutions Ltda. em face de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Eletrônico GCS.A/PE-038/11 pela Eletrobras Eletronuclear S.A. (Eletronuclear), ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>Conhecer da presente Representação, nos termos do art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;</p> <p>Dar ciência à Eletrobras Eletronuclear S.A. que a pesquisa de preços realizada no âmbito do Pregão Eletrônico GCS.A/PE-038/11, com base em uma única empresa, não se coaduna com o disposto no art. 9º, inciso II, e § 2º do Decreto 5.450/2005 e com vasta jurisprudência deste Tribunal de Contas (Acórdãos 828/2004-TCU-2ª Câmara, 1.557/2007-TCU-Plenário, 1.272/2007-TCU-1ª Câmara e 1.720/2010-TCU-2ª Câmara);</p> <p>Recomendar à Eletrobras Eletronuclear, caso não esteja sendo realizado, que atente para o disposto nos artigos 3º, 6º, inciso IX, e 12 da Lei 8.666/1993, e 8º do Decreto 5.450/2005, fazendo constar dos projetos básicos e termos de referência atinentes a licitações que objetivem a locações de equipamentos, em especial os de informática, informações detalhadas a respeito da economicidade de se efetuar tais locações em comparação com a possibilidade de aquisição desses bens;</p> <p>Encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Eletrobras Eletronuclear S.A. e às empresas Ipsystems Creative Network Solutions Ltda. e PTLIS Serviços de Tecnologia Assessoria Técnica Ltda.;</p> <p>Arquivar os presentes autos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração e Finanças – DA.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Aprimorou o controle quanto à aquisição de equipamentos de informática.</p> <p><b>Processo solucionado.</b></p>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	012.296/2012-0	Acórdão 2401/2012 – Plenário	9.1 a 9.5	Determinação	
<b>Assunto objeto da deliberação:</b>					
Autos de Relatório de Levantamento de Auditoria referente aos créditos orçamentários alocados ao PT 25.752.2033.5E88.0033/2012 (LOA 2012).					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria referente aos créditos orçamentários alocados ao PT 25.752.2033.5E88.0033/2012 (LOA 2012), destinados às obras de implantação da Usina Termonuclear de Angra 3.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que adote as medidas cabíveis com o fito de mitigar ao máximo a incidência de custos indiretos advindos dos atrasos na execução da obra, abstendo-se de alocar recursos desnecessários ao patamar de execução das obras;</p> <p>9.2. determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear que envide esforços no sentido de prover o seu quadro funcional com os profissionais necessários ao desempenho de seu mister, inclusive por intermédio de gestões junto ao MPOG;</p> <p>9.3. dar conhecimento ao MPOG da determinação contida no item 9.2 do Acórdão, tendo em vista as providências de sua alçada;</p> <p>9.4. determinar à 3ª Secretaria de Fiscalização de Obras que, em seu próximo trabalho nas obras da Usina Termonuclear de Angra 3, dê prosseguimento à avaliação das medidas adotadas pelo ente jurisdicionado visando a mitigação dos efeitos decorrentes dos serviços realizados de forma intempestiva, notadamente os decorrentes das determinações ora endereçadas;</p> <p>9.5. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria da República em Angra dos Reis, à Comissão Nacional de Energia Nuclear, ao Ministério das Minas e Energia e à Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>Através da correspondência P-360 datada em 12 de novembro de 2012 a Eletrobras Eletronuclear informou a Eletrobras Holding a respeito das providências para fins de atendimento ao item 9.1 do citado Acórdão, encaminhando cópia da correspondência P-359.</p>					
Providências Adotadas					
<b>Sector responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnica – DT.					Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A Eletrobras Eletronuclear enviou ao TCU a correspondência P-359 datada em 12 de novembro de 2012, informando as medidas tomadas pela empresa para atendimento à recomendação contida no item 9.1 do Acórdão 2401/2012 – TCU – Plenário.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Aprimorou o acompanhamento e controle dos contratos destinados às obras de implantação da Usina de Angra 3. <b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	002.603/2012-8	Acórdão 2777/2012 – Plenário	N/A	Conhecimento	
Assunto objeto da deliberação:					
Levantamento dos contratos de Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ).					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 1º, IV; 9º, III e 41, II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, 238 e 244, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM com o encerramento do presente processo, nos termos do art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006, conforme sugerido nos pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se aplica.					Não se aplica
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					
<b>Processo solucionado.</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	011.765/2012-7	Acórdão 3238/2012 – Plenário	9.1 a 9.8	Recomendação/ Ciência	
Assunto objeto da deliberação:					
Supostas irregularidades na Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, conduzida pela Eletrobrás Termonuclear S.A., voltada à licitação de serviços de montagem eletromecânica com fornecimento de materiais e equipamentos da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA (Angra 3).					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>Vistos, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelas empresas Construcap – CCPS – Engenharia e Comércio S.A. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., noticiando supostas irregularidades na Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, conduzida pela Eletrobrás Termonuclear S.A., voltada à licitação de serviços de montagem eletromecânica com fornecimento de materiais e equipamentos da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA (Angra 3), em que se aprecia, preliminarmente, nesta deliberação, recurso de agravo interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A. contra medida cautelar que suspendeu o curso do procedimento, bem como o mérito da representação.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Ordinária do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 não conhecer do recurso de agravo interposto pela Eletrobrás Termonuclear S.A., por ser intempestivo;</p> <p>9.2 nos termos do art. 113 da Lei 8.666/93, conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;</p> <p>9.3 revogar a medida cautelar incidente neste processo, que suspendeu o curso da Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, tendo em vista o julgamento de mérito deste processo;</p> <p>9.4 com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, recomendar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que, em respeito ao princípio da economicidade e ao objetivo basilar das licitações, de obtenção da “melhor proposta”, consoante o caput do art. 3º da Lei 8.666/93, ao fixar as regras para a licitação decorrente da Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11, condicione a adjudicação do objeto à aceitação, pela adjudicatária, do menor preço oferecido entre todos os lances, à semelhança do procedimento preconizado no art. 4º, inciso XVII, da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão);</p> <p>9.5 determinar à Secob-3, nos termos dos arts. 243 e 250, inciso II, in fine, do Regimento Interno do Tribunal, que monitore o cumprimento da recomendação descrita no subitem 9.4, sem prejuízo do acompanhamento concomitante dos demais procedimentos inerentes à respectiva licitação, na forma dos arts. 241 e 242 do RI/TCU, especialmente no que tange à elaboração/finalização do projeto básico e do respectivo orçamento, submetendo os resultados, oportunamente, ao relator deste processo;</p> <p>9.6 determinar, desde logo, a inclusão do empreendimento em questão (obras e montagem eletromecânica da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA – Usina Termonuclear de Angra 3) no Fiscobras 2013;</p> <p>9.7 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:</p> <p>9.7.1 ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ciência do juízo competente, por tratar-se de matéria conexa com o objeto dos mandados de segurança MS 2012.02.01.058112 e MS 2012.02.01.067034, impetrados pelas autoras desta representação em virtude da sua inabilitação na multicitada Pré-qualificação GAC. T/CN-005/11;</p> <p>9.7.2 à Presidência da Eletrobras Termonuclear S/A, para ciência e cumprimento da determinação ora expedida;</p> <p>9.7.3 aos interessados indicados no subitem 3.1, por intermédio dos respectivos advogados, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;</p> <p>9.8 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.</p>					

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria Técnica – DT.	Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do acórdão.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Aprimorou o acompanhamento e controle do processo de contratação da montagem eletromecânica de Angra 3. <b>Processo Solucionado.</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	005.215/2011-0	Acórdão nº 2.707/2011- TCU Plenário	9.1 a 9.11	Determinação/ Recomendação	
<b>Assunto objeto da deliberação:</b>					
Relatório de Levantamento de Auditoria, realizado na Eletrobras Termonuclear S.A.					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
9.1. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que, nos termos de suas competências institucionais insculpidas no artigo 2º, incisos II, IX, "a" e "e" da Lei 6.189/1974:					
9.1.1. ultime, no prazo de trinta dias, as ações para editar e publicar as normas regulamentadoras sobre a gestão da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares brasileiras, necessárias a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);					
9.1.2. regulamente, no prazo de 120 dias, os requisitos básicos de segurança nuclear a serem atendidos durante o planejamento e a implementação do descomissionamento de usinas nucleoeletricas no país, de forma a garantir o pleno atendimento do item i do artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos, promulgada pelo Decreto 5.935/2006, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e definindo, especialmente, regramentos referentes a: (i)responsabilidades dos atores envolvidos na atividade; (ii)estratégia de descomissionamento a ser adotada pela operadora; (iii)critérios para a elaboração dos planos de descomissionamento; (iv)diretrizes para a elaboração das estimativas dos custos a serem incorridos; (v)identificação da fonte dos recursos a serem aportados ao fundo; (vi)modelo do fundo a ser constituído; (vii)critérios para revisões periódicas das estimativas de custos; (viii)condução das atividades de descomissionamento; (ix)licenciamento para o descomissionamento; e					

(x)salvuardas para o caso de descomissionamento precoce;

9.2. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/ TCU determinar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que, no prazo de 120 dias após a publicação pela Cnen das normas a serem editadas em face da determinação contida no item 9.1.2 acima,elabore:

9.2.1. estudo destinado a demonstrar, detalhadamente, as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2;

9.2.2. estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements N. WS-R-5 - Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA;

9.3. com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, determinar ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, no prazo de 120 dias, promovam levantamento destinado a verificar a existência, nas tarifas de energia anteriores à Portaria MME 320/2004, de previsão de parcela de custo específica referente à composição do fundo de descomissionamento das usinas nucleares e, com base em estudos técnicos, contábeis e financeiros sobre sua evolução, manifestem-se, conclusiva e fundamentadamente, sobre a obrigatoriedade, a oportunidade, a conveniência e a viabilidade de se descontar da previsão de montantes a arrecadar para o fundo de descomissionamento constante da Portaria 320/2004 o valor das quotas que porventura tenham sido arrecadadas pela Eletronuclear até dezembro de 2004 e incluídas na composição do saldo da conta de passivo para descomissionamento;

9.4. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) que:

9.4.1. na condição de órgão superior de orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica do setor nuclear do país, conforme inciso I do artigo 1º da Lei 6.189/1974, tão logo sejam aprovadas/homologadas as estimativas de custos de descomissionamento encaminhadas pela Eletronuclear, comunique ao Ministério de Minas e Energia (MME) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) os diversos parâmetros que devem balizar, por ocasião das revisões tarifárias anuais, o cálculo da parcela de custo referente à composição do fundo de descomissionamento, incluindo informações sobre o saldo atual da reserva financeira, o valor total previsto, o fluxo de caixa projetado e o tempo de vida útil remanescente para cada usina nuclear;

9.4.2. avalie a oportunidade e a conveniência de incluir na regulamentação a ser editada em face da determinação constante no item 9.1.2 acima, previsão de que o operador apresente estudo, planejamento e/ou estimativa de custos para o tratamento e/ou mitigação dos eventuais impactos econômicos e sociais nas comunidades circunvizinhas às centrais nucleares que advirão do futuro descomissionamento de suas usinas, observando, para tal finalidade, sempre que possível, as orientações, diretrizes e recomendações contidas nos padrões e documentos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5. com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, recomendar à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que:

9.5.1. promova, no prazo de 120 dias após editadas e publicadas pela Cnen as normas regulamentadoras nos termos da determinação proposta no item 9.1.2 acima, a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade, sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.5.2 submeta as estimativas de custos de descomissionamento, revistas em face da providência recomendada no item 9.5.1 acima, à aprovação/homologação por parte da Cnen;

9.5.3. promova, após a conclusão da reavaliação das estimativas de custos conforme proposta do item 9.5.1 acima, se for o caso, o ajuste contábil na conta de passivo para descomissionamento, observando as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como fundamentando e descrevendo detalhadamente as técnicas e os procedimentos adotados, em especial os parâmetros utilizados para o cálculo do ajuste a valor presente (valor futuro, períodos e taxa de juros

9.5.4. faça incidir no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007 a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral n.17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de, com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME n. 320/2004 e

revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

9.6. recomendar, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) que, considerando os regramentos a serem estabelecidos pela Cnen em virtude da determinação contida no item 9.1.1. acima, institua, mediante a edição de normas, mecanismos de controle e acompanhamento sobre a movimentação da conta bancária destinada a abrigar os recursos do fundo de descomissionamento das usinas nucleares, de forma que seja proibida a realização de saques para finalidades diversas às atividades para as quais foi instituído;

9.7. encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam e do relatório da equipe técnica, a Eletrobras Termonuclear (Eletronuclear), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), assim como ao Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Angra dos Reis, tendo em vista a existência da Ação Civil Pública 2008.51.11.000962- 6;

9.8. determinar à 9ª Secex que, nos termos do artigo 243 do Regimento Interno do TCU, promova o monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações exaradas;

9.9. retirar o sigilo do presente processo, com fulcro no parágrafo único do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;

9.10. classificar como sigilosa a peça 12 do presente processo, com fundamento no inciso VII do artigo 6º da Resolução-TCU 229/2009;

9.11. arquivar os autos, com fundamento no artigo 40, inciso V, da Resolução-TCU191/2006.

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Finanças – DA	Não se aplica

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

A Eletrobras Eletronuclear aguarda a regulamentação da CNEN mencionada no item 9.1.2 para estudar e determinar as ações mais propícias ao atendimento da determinação e da recomendação do referido Acórdão.

Em 08/02/2012 foi emitido o Acórdão N° 222/2012 – TCU – Plenário que alterou para 180 (cento e oitenta) dias o prazo previsto para cumprimento do subitem 9.3.

A Eletrobras Eletronuclear emitiu em 10/10/2012 a correspondência DA-074/12 à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia apresentando o histórico do recolhimento de recursos para um fundo financeiro para descomissionamento das usinas nucleares.

**Síntese dos resultados obtidos**

Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Aprimorou o acompanhamento e controle das ações de descomissionamento de usinas nucleares.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	30.703/2011-5	Acórdão 2303/2012 – Plenário	9.1 a 9.6	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Processo nº 27.911/2010-1 - Apenso.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ DEST.					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1. com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, c/c art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, que:</p> <p>9.1.1. expeça orientação formal às empresas estatais a fim de que:</p> <p>9.1.1.1. no prazo de 6 (seis) meses, efetuem levantamento no intuito de identificar e regulamentar, em todos os níveis de negócio, mediante análise criteriosa de suas rotinas e procedimentos, as atividades passíveis terceirização, de modo a separá-las de acordo com sua natureza (v.g. conservação, limpeza, segurança, informática, assessoramento, consultoria, e outras), em consonância com as disposições do Decreto nº 2.271/1997 e da Súmula TST nº 331;</p> <p>9.1.1.2. no prazo de 2 (dois) meses, contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, confrontem os objetos de todos os contratos de prestação de serviços terceirizados em andamento com as atividades identificadas a partir do levantamento acima, e identifiquem o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma das seguintes situações irregulares: ocupação de atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da empresa; exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e exercício de atividade-fim; e</p> <p>9.1.1.3. no prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano;</p> <p>9.1.2. consolide os planos apresentados pelas empresas estatais em decorrência da medida indicada no subitem 9.1.1.3 retro e encaminhe o resultado desse trabalho a este Tribunal, para apreciação, à semelhança do ocorrido no Acórdão nº 1.520/2006-Plenário - relativo à terceirização no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional;</p> <p>9.2. remeter cópia do relatório de auditoria do BNDES à 5ª Secex, para que o examine em conjunto e confronto com as próximas contas do Banco, bem como avalie a conveniência e oportunidade de promover audiências dos gestores em razão da irregularidade concernente ao provimento de funções de confiança a agentes estranhos aos quadros da estatal, sem vínculo com órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, em desacordo com o art. 37, inciso V, da Constituição Federal, e com os itens 3.1.2 e 3.1.4 do Regulamento Geral de Pessoal do Plano Estratégico de Cargos e Salários - PECS;</p> <p>9.3. determinar à Controladoria-Geral da União, em atenção ao art. 74, incisos II e IV, da Constituição Federal, que faça constar das prestações de contas anuais das empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias e controladas, observações sobre o cumprimento do cronograma para substituição de trabalhadores terceirizados por servidores concursados a que se refere o subitem 9.1.3 retro;</p> <p>9.4. com fundamento no art. 243 do Regimento Interno do TCU, determinar à Segecex que adote as medidas necessárias ao monitoramento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.1;</p> <p>9.5. dar ciência deste acórdão, acompanhado do voto e do relatório que o fundamentam, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; aos Ministros de Estado; ao Procurador-Geral da República; ao Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; ao Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST; e ao Controlador-Geral da União;</p> <p>9.6. arquivar o presente processo.</p>					

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Finanças – DA. Diretoria Técnica – DT.	Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
A Eletrobras Eletronuclear emitiu em 28/11/2012 a correspondência P-365/12 ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, informando entender não haver, na empresa, contratos de terceirização de serviços que possam ser considerados irregulares.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Foi esclarecido junto ao DEST que não existe contratação de serviços terceirizados irregulares.	

## 10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

## QUADRO A.10.2 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	024.193/2010-0	Acórdão nº 2.612/2011 - TCU – Plenário	9.1 a 9.4	Recomendação/ Alerta/ Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Relatório de auditoria realizada para avaliar controles gerais de tecnologia da informação na Amazonas Distribuidora de Energia S/A.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Amazonas Distribuidora de Energia S/A.					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base nos arts. 42, §1º, e 43, I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 245, §1º, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. recomendar à Amazonas Distribuidora de Energia S/A que, em atenção ao princípio da eficiência consagrado no art. 37 da Constituição Federal:</p> <p>9.1.1. elabore Plano Estratégico Institucional, considerando o critério de avaliação 2 do Gespública, para dar cumprimento ao Decreto-Lei 200/67, arts. 6º, I, e 7º;</p> <p>9.1.2. elabore e aprove Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observando diretrizes da Instrução Normativa 04/2008 - SLTI/MPOG, art. 4, III, no que couber, e as práticas do Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI e do Modelo de Referência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SLTI/MPOG, disponível em <a href="http://catir.softwarepublico.gov.br/dotlrn/clubs/gestodetisisp/onecommunity?page_num=2">http://catir.softwarepublico.gov.br/dotlrn/clubs/gestodetisisp/onecommunity?page_num=2</a>;</p> <p>9.1.3. implante Comitê de Tecnologia da Informação que envolva suas diversas áreas e se responsabilize por alinhar investimentos de Tecnologia da Informação com objetivos institucionais e por apoiar a priorização de projetos a serem implantados, considerando ainda as diretrizes do Cobit 4.1, PO4.2 - Comitê estratégico de TI e PO4.3 - Comitê diretor de TI;</p> <p>9.1.4. elabore estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, objetivando melhor atendimento das necessidades institucionais, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI;</p> <p>9.1.5. por ocasião do estabelecimento de seu processo de software, considere as Normas NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504;</p> <p>9.1.6. implante estrutura formal de gerência de projetos, observando as orientações do Cobit 4.1, processo PO10.2 - Estruturas de Gerência de Projetos e do PMBOK, entre outras boas práticas de mercado;</p> <p>9.1.7. implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo DS8 - Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20000 e a NBR 27002);</p> <p>9.1.8. implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20000);</p> <p>9.1.9. estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 27.002 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo AI6 - Gerenciar mudanças e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20000);</p>					

- 9.1.10. implemente Plano Anual de Capacitação, contemplando ações de capacitação voltadas para gestão de tecnologia da informação, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, processos PO7.2 - Competências Pessoais e PO7.4 - Treinamento do Pessoal, e o previsto no Guia de Orientação para Elaboração do Plano de Capacitação do SIPEC, disponível em [https://portalsipec.planejamento.gov.br/clientes/sipec/sipec/eventos/iv-encontro-nacional-de-dirigentes-de-recursos-humanos-do-sipec/arquivos/arquivo.2010-05-07.6860946339/at\\_download](https://portalsipec.planejamento.gov.br/clientes/sipec/sipec/eventos/iv-encontro-nacional-de-dirigentes-de-recursos-humanos-do-sipec/arquivos/arquivo.2010-05-07.6860946339/at_download);
- 9.1.11. estabeleça processo de avaliação da gestão de TI, observando orientações do Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 Relatórios gerenciais, ME1.6 - Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos;
- 9.1.12. na elaboração dos estudos técnicos preliminares, considere o conteúdo da "Análise da Viabilidade da Contratação", descrita como uma das etapas da fase de planejamento da contratação, conforme Instrução Normativa 04/2008-SLTI/MPOG, arts. 9º;
- 9.1.13. implemente controles que garantam que o Termo de Referência ou Projeto Básico seja elaborado a partir de estudos técnicos preliminares;
- 9.1.14. implemente controles que promovam a regular gestão contratual e que permitam identificar se todas as obrigações do contratado foram cumpridas antes do ateste do serviço;
- 9.2. alertar a Amazonas Distribuidora de Energia S/A quanto às seguintes irregularidades:
- 9.2.1. não realização de estudos técnicos preliminares anteriormente à elaboração dos termos de referência ou projetos básicos, em confronto com a Lei 8.666/1993, art. 6º, IX;
- 9.2.2. ausência, nos processos licitatórios, dos estudos técnicos preliminares que embasaram a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, em dissonância com o art. 6º, IX, da Lei 8.666/1993;
- 9.2.3. contratação por interposição de mão de obra, descumprindo o enunciado TST 331 e o acórdão TCU 786/2006 - Plenário, item 9.1.1;
- 9.2.4. não divisão do objeto, estando presentes a viabilidade técnica e econômica, decorrente do descumprimento do art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993;
- 9.2.5. pagamento não vinculado a resultados, decorrente do descumprimento dos princípios da eficiência e da economicidade e do acórdão TCU 786/2006 - Plenário, item 9.4.3;
- 9.2.6. impertinência dos critérios de habilitação referente a solicitação de CRA de licitantes, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, inciso I do § 1º do art. 30, e acórdão TCU 116/2006 - Plenário, item 9.2.4;
- 9.2.7. justificativa inadequada do preço da contratação, decorrente do descumprimento do art. 3º, III, da Lei 10.520/2002, e do art. 8º, III, Anexo I, do Decreto 3.555/2000 (acórdão TCU 3667/2009 - 2ª Câmara);
- 9.2.8. falhas na adesão a ata de registro de preços, decorrente do descumprimento do item 1.6.2 do acórdão TCU 6.511/2009 - 1ª Câmara;
- 9.2.9. projeto básico não elaborado com base nos estudos técnicos preliminares e não aprovado pela autoridade competente, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 6º, IX, e 7º, § 2º, I;
- 9.2.10. pagamento de horas-extras não trabalhadas, decorrente do descumprimento da Lei 4.320/1964, art. 63, § 1º, II;
- 9.2.11. ausência de preposto, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 68;
- 9.2.12. ausência de fiscal, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 67;
- 9.2.13. ausência de formalização da verificação dos relatórios de horas trabalhadas emitidos pela contratada;
- 9.2.14. celebração de termo aditivo sem razoável motivo justificador, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 65, caput;
- 9.2.15. aquisição de serviços desnecessários e já contratados, decorrente do descumprimento dos princípios da eficiência e economicidade;
- 9.3. determinar à Amazonas Distribuidora de Energia S/A, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, I, que:
- 9.3.1. aperfeiçoe o processo de elaboração do orçamento de TI, necessário ao cumprimento da Lei 12.017/2009 (LDO 2009/2010), art. 9º, II c/c Anexo II, XVIII, ou das que vierem a sucedê-la, de maneira a que solicitações de orçamento de despesas de TI estejam baseadas em ações que se pretende executar, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, processo PO5.3 - Orçamentação de TI e no Gespública, critério de avaliação 7.3;
- 9.3.2. em atenção à Lei 4.320/1964, art. 75, III, implante controle da execução orçamentária, a fim de obter prontamente informações acerca de gastos e da disponibilidade de recursos de TI;
- 9.3.3. em atenção à Lei 8.666/1993, art. 6º, IX, defina processo de software previamente a futuras contratações de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software, vinculando o contrato com o processo de software, sem o qual o objeto não estará precisamente definido;
- 9.3.4. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, arts. 5º, IV, e 7º, c/c a Norma Complementar 3/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.2, nomeie Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas da NBR ISO/IEC 27.002, item 6.1.3 - Atribuição de responsabilidade para segurança da informação;
- 9.3.5. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VI, c/c a Norma Complementar 3/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.3, institua Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, observando as

práticas da NBR ISO/IEC 27.002, item 6.1.2 - Coordenação de segurança da informação;

9.3.6. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, implante Política de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas da Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR;

9.3.7. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, V, institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, observando as práticas da Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR;

9.3.8. em atenção ao Decreto 4.553/2002, arts. 6º, § 2º, II, e 67, crie critérios de classificação de informações, a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, observando as práticas do item 7.2 da NBR ISO/IEC 27.002;

9.3.9. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 4/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, de maneira a que todos os ativos de informação sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, observando as práticas do item 7.1 da NBR ISO/IEC 27.002;

9.3.10. em atenção à Instrução Normativa GSI/PR 1/2008, art. 5º, VII, c/c a Norma Complementar 4/IN01/DSIC/GSIPR, implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação;

9.3.11. no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste acórdão, encaminhe plano de ação para implementação de todas as medidas acima arroladas, contendo:

9.3.11.1 para cada determinação, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.3.11.2 para cada recomendação cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;

9.3.11.3 para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentaram e do relatório de auditoria à Eletrobras, a fim de que tome conhecimento e adote providências para subsidiar os trabalhos do Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação do Sistema Eletrobras na aplicação das determinações, recomendações e alertas contidos neste acórdão, no que couberem, a todas as empresas do Sistema.

**Providências Adotadas**

<b>Sector responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG. Diretoria de Administração e Finanças – DA Diretoria Técnica - DT	Não se aplica

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento do Acórdão em questão, através da carta da Eletrobras CTA-PR-2155/2012 – circular de 21/03/2012.

**Síntese dos resultados obtidos**

Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.

**Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Contribuiu para aprimorar e subsidiar os trabalhos de Tecnologia da Informação.

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	026.099/2011-0	Acórdão nº 843/2012 - TCU – Plenário	9.1 e 9.2	Determinação	
<b>Assunto objeto da deliberação:</b>					
Acompanhamento da ação de cobrança pelo rito ordinário, ajuizada pela Eletronuclear em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe).					
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
ELETROBRAS ELETRONUCLEAR					Não se aplica
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
9.1. determinar à Eletrobrás Termonuclear S.A. que promova o acompanhamento do Processo 0384270 27.2010.8.19.0001, em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas e Eletronuclear (Caefe), o qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro (30ª Vara Cível da Comarca da Capital), fazendo constar, em seu Relatório de Gestão anual, informação a este Tribunal sobre todas as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram até decisão definitiva, encaminhando imediata comunicação a esta Corte na oportunidade do desfecho da ação de cobrança;					
9.2. arquivar os presentes autos.					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Procuradoria Jurídica - P.J.P					Não se aplica
<b>Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:</b>					
A sentença foi favorável à Eletronuclear (21.05.2012) e o acórdão (decisão de segunda instância) reformou a sentença em 08 de outubro de 2012.					
A Eletronuclear interpôs Recurso Especial ao superior Tribunal de Justiça - STJ e Recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF, ambos em 13.11.2012.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
O resultado foi desfavorável para a Eletrobras Eletronuclear.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
O fator positivo foi a ação de interpor os recursos ao STJ e ao STF, ainda pendentes de julgamento.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	015.570/2011-8	Acórdão 2523/2012 – Plenário	9.1 a 9.2	Determinação	
Assunto objeto da deliberação:					
Autos de relatório consolidado de auditorias operacionais para avaliar o uso e as práticas administrativas sustentadoras dos sistemas integrados de gestão da Eletronorte, Eletrobras, Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras Distribuidora S/A.					
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletronorte, Eletrobras, Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras Distribuidora S/A					Não se aplica
Descrição da Deliberação:					
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório consolidado de auditorias operacionais para avaliar o uso e as práticas administrativas sustentadoras dos sistemas integrados de gestão da Eletronorte, Eletrobras, Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Petrobras Distribuidora S/A;</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que exija dos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com sistemas integrados de gestão já implantados ou com implantação planejada:</p> <p>9.1.1. política de segurança da informação formalmente aprovada, em obediência à Instrução Normativa nº 1/2008, art 5º, inciso VII, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observando as diretrizes da Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR, as práticas dos itens 5.1.1 e 5.1.2 da NBR ISO/IEC 27002:2005, e à semelhança das orientações do objetivo de controle DS5.2 do Cobit 4.1;</p> <p>9.1.2. política de controle de acesso formalmente aprovada, em obediência à Norma Complementar nº 7, item 2.6, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observando as diretrizes e recomendações dessa norma e do item 11.1.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005;</p> <p>9.2. recomendar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:</p> <p>9.2.2. oriente os órgãos e entidades sob sua jurisdição, com contratos vigentes de sistemas integrados de gestão, para que verifiquem a legalidade desses instrumentos no que diz respeito:</p> <p>9.2.2.1. ao modelo de remuneração da contratada vinculado a resultados;</p> <p>9.2.2.2. aos critérios objetivos de aceitabilidade dos produtos;</p> <p>9.2.2.3. ao uso de instrumentos para rastrear os serviços executados;</p> <p>9.2.2.4. ao uso de instrumentos de controle periódico da validade, quantidade e tipo de licenças contratadas e efetivamente utilizadas;</p> <p>9.2.2.5. à vinculação dos serviços de manutenção e suporte de licenças do sistema integrado de gestão a resultados objetivos e mensuráveis;</p> <p>9.2.3. oriente os órgãos e entidades sob sua jurisdição, com sistemas integrados de gestão já implantados ou com implantação planejada, para que elaborem, aprovem formalmente e implementem:</p> <p>9.2.3.1. processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação (TI) que torne explícita a vinculação entre os objetivos a serem atendidos com o uso do sistema integrado de gestão e os objetivos de negócio do plano estratégico institucional, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO1.2 – Alinhamento entre TI e Negócio e PO1.6 – Gerenciamento do Portfólio de TI;</p> <p>9.2.3.2. regulamentos corporativos formais que orientem e normatizem a atuação das empresas e contratados para a prestação de serviços de TI, incluindo desenvolvimento, manutenção e suporte dos sistemas integrados de gestão;</p> <p>9.2.3.3. processo de gestão de riscos de TI que considere os riscos associados à gestão e ao uso do sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, PO4.8 – Responsabilidade por Riscos, Segurança e Conformidade, PO9.1 – Alinhamento da gestão de riscos de TI e de Negócios e PO9.6 – Manutenção e Monitoramento do Plano de Ação de Risco;</p>					

- 9.2.3.4. processo de avaliação de custo-benefício para a contratação de novos serviços e produtos relacionados ao sistema integrado de gestão, com indicadores de avaliação dos investimentos alinhados ao cumprimento dos objetivos estratégicos, e monitoramento periódico desses indicadores;
- 9.2.3.5. plano de capacitação de TI de modo que os treinamentos previstos no plano sejam executados de maneira efetiva e tempestiva, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS7.1 – Identificação das Necessidades de Ensino e Treinamento e DS7.2 – Entrega de Treinamento e Ensino;
- 9.2.3.6. processo de construção de novas funcionalidades no sistema integrado de gestão que contemple atividades de gestão dos requisitos da aplicação, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI1.1 – Definição e Manutenção de Requisitos Técnicos e Funcionais de Negócio, AI1.2 – Relatório de Análise de Risco e AI1.4 – Decisão e Aprovação de Requisitos e Estudo de Viabilidade;
- 9.2.3.7. processo de gestão de mudanças com controles específicos para situações de risco associadas a mudanças no sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do item 12.5.1 da Norma NBR ISO/IEC 27.002:2005 e Cobit 4.1, AI6.1 – Padrões e Procedimentos de Mudança, AI6.2 – Avaliação de Impacto, Priorização e Autorização e AI6.3 – Mudanças de Emergência, AI6.4 – Acompanhamento de Status e Relatórios de Mudanças e AI6.5 – Finalização da Mudança e Documentação;
- 9.2.3.8. processo de testes das funcionalidades implementadas no sistema integrado de gestão que contemple verificação e validação dos softwares entregues, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI7.2 – Plano de Teste, AI7.4 – Ambiente de Testes, AI7.6 – Teste de Mudanças, AI7.7 – Teste de Aceitação Final;
- 9.2.3.9. processo de gestão dos manuais de uso do sistema integrado de gestão, de modo que sejam atualizados tempestivamente após a ocorrência de mudanças nas funcionalidades do sistema, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, AI4.2 – Transferência de Conhecimento ao Gerenciamento do Negócio, AI4.3 – Transferência de Conhecimento aos Usuários Finais e AI4.4 – Transferência de Conhecimento às Equipes de Operações e Suporte;
- 9.2.3.10. processo de auditoria interna com subsídios normativos, tecnológicos e pessoais necessários para fiscalização de controles internos e de aplicação associados ao sistema integrado de gestão, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;
- 9.2.3.11. perfis de acesso específicos para auditores internos e externos para fiscalização de controles de aplicação do sistema integrado de gestão e uso de informações nele armazenadas, à semelhança do Cobit 4.1, ME2.1 – Monitoramento da Estrutura de Controles Internos;
- 9.2.3.12. plano de continuidade de TI, observando as práticas dos itens 8.7.2 da NBR ISO 15.999, 14.1.3 da NBR ISO 27.002:2005 e à semelhança das orientações do Cobit 4.1, DS4.2 – Planos de Continuidade de TI;
- 9.2.3.13. mecanismos de proteção das áreas com informações e instalações associadas ao sistema integrado de gestão, nos moldes do que estabelecem os itens 9.1 e 9.2 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;
- 9.2.3.14. controles de segurança relacionados ao acesso do sistema integrado de gestão, considerando as práticas dos itens 11.2 e 11.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;
- 9.2.3.15. mecanismos de controle sobre atividades conflitantes relacionadas ao sistema integrado de gestão, em especial, mapa que discrimine atividades e perfis de usuários conflitantes, procedimentos que garantam a efetiva aplicação das restrições do mapa, e revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários, considerando as recomendações do item 10.1.3 da NBR ISO/IEC 27.002:2005;
- 9.2.3.16. integração dos dados dos sistemas legados internos e o sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do processo PO2 – Definir a Arquitetura da Informação, objetivos de controle PO2.1 – Modelo de Arquitetura da Informação da Organização e PO2.4 – Gerenciamento de Integridade, e no requisito de negócio de TI do processo PO3 – Determinar o direcionamento tecnológico – do Cobit 4.1;
- 9.2.3.17. processo de avaliação periódica do grau de satisfação dos usuários com o sistema integrado de gestão, à semelhança das orientações do Cobit 4.1, processo ME1 – Monitorar e Avaliar o Desempenho de TI, objetivo de controle ME1.1 – Abordagem de Monitoramento;
- 9.2.3.18. avaliação de funcionalidades e módulos necessários na automatização dos processos de negócio, bem como da disponibilidade dos controles a eles associados no núcleo operacional do sistema integrado de gestão;
- 9.2.3.19. avaliação dos riscos associados às customizações no sistema integrado de gestão, caso essa alternativa seja escolhida, inclusive aqueles com impactos financeiros decorrentes do esforço adicional de migração das customizações quando da ocorrência de mudanças de versão do sistema.

**Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente – DG.	Não se aplica

**Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

A Eletrobras Eletronuclear tomou conhecimento através do Ofício nº 1105/2012/MP/SE/DEST de 5 de novembro

de 2012. Em 12/11/2012 foi emitida a COI – P-114/12 às Diretorias da Eletrobras Eletronuclear encaminhando cópia do Ofício nº 1105/2012/MP/SE/DEST e determinando a adequação, no que couber, das práticas administrativas dos sistemas de gestão às exigências citadas no referido Ofício, decorrentes do Acórdão nº 2523/2012 – TCU – Plenário.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Os resultados foram positivos para a Eletrobras Eletronuclear.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Aprimorou o acompanhamento e controle do sistema integrado de gestão.

### 10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.10.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Ordem de Serviço da CGU nº.	Ocorrências	Manifestação do Gestor/ Análise do Controle Interno	Posição da CGU
Nota de Auditoria N°. 253124/002	Previsão de pagamento de despesas no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) sem a obrigação, por parte da contratada, em prestar contas a Eletrobras Eletronuclear para fins de reembolso/ressarcimento. Recomendação: Em casos análogos, que faça constar do instrumento contratual como exigência obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios de despesas para fins de ressarcimento, promovendo-se o devido aditamento de termos de contrato que estejam em vigor.	Através da Carta C.J.P-013/10, de 17/11/2010, a empresa informou que aos casos análogos os mesmos terão o semelhante tratamento dado ao contrato auditado, acolhendo as recomendações.	Através da Nota Técnica nº 436/2012, de 27/02/2012 a recomendação foi considerada Atendida.
Nota de Auditoria N°. 201112054/01 de 22/11/2011	Atentar para a data de formalização dos contratos, a fim de evitar períodos sem cobertura contratual.	A Eletrobras Eletronuclear encaminhou a resposta através de e-mail para a CGU-RJ-NAC6, em 21/03/2012.	A recomendação foi considerada atendida.
Nota de Auditoria N°. 201203820/01 de 06/06/2012.	Adotar os procedimentos administrativos necessários à divulgação dos editais de licitação para contratações efetuadas com recursos provenientes dos orçamentos da União obedecendo aos prazos de divulgação e de manutenção da informação estabelecidos pela legislação em vigor.	A Eletrobras Eletronuclear encaminhou a resposta através da carta P-262/12, de 22/08/2012.	Através da Nota Técnica nº 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.

<p>Nota de Auditoria N°. 201203820/02 de 06/07/2012.</p>	<p>Recomendamos que a Administração da ELETROBRAS ELETRONUCLEAR determine ao seu setor de serviço de pessoal providências para obtenção e adequado armazenamento das declarações de bens e valores que integram o patrimônio privado dos agentes públicos em exercício na empresa ou das autorizações de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal pelos referidos agentes.</p>	<p>A Eletrobras Eletronuclear encaminhou a resposta através da carta P-297/2012, de 19/09/12.</p>	<p>Através da Nota Técnica n° 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.</p>
<p>Nota de Auditoria N°. 201203820/03 de 11/07/2012.</p>	<p>1 - Adotar o seguinte mecanismo de controle por ocasião dos exames das prestações de contas: exigência do n° e do nome do órgão concedente nas notas fiscais dos convênios firmados. 2 - Providenciar a identificação do número do convênio e do órgão concedente nas notas fiscais n° 000144361, 81621 e 81623.</p>	<p>Respondido através de e-mail encaminhado à CGURJ-NAC6/Chefe da Divisão Regional na data de 03/08/2012.</p>	<p>Através da Nota Técnica n° 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.</p>
<p>OS n° 201203820 Relatório de Auditoria Anual de Contas</p>	<p>Recomendação 1: Providenciar a criação de um comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Empresa no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais.</p>	<p>Respondido através da carta P-297/2012, de 19/09/2012.</p>	<p>Através da Nota Técnica n° 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.</p>
	<p>Recomendação 2: Efetuar o acompanhamento do Contrato GCS.A/CT-4500145181 de modo a que o seu objeto seja concluído no prazo previsto.</p>	<p>Respondido através da carta P-297/2012, de 19/09/2012.</p>	<p>Através da Nota Técnica n° 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.</p>
	<p>Recomendação 3: Ultimar a revisão do Procedimento Interno para Aquisição de TI contemplando a utilização de cláusula de ANS nos contratos de serviços celebrados e de sua correlação ao pagamento a ser efetivado.</p>	<p>Respondido através da carta P-297/2012, de 19/09/2012.</p>	<p>Através da Nota Técnica n° 2.880/2012, de 21/12/2012 a recomendação foi considerada Atendida.</p>

#### 10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

No quadro abaixo apresentamos a providência adotada pela Eletrobras Eletronuclear em atendimento à recomendação expedida pela Controladoria Geral da União – CGU, entretanto a mesma encontra-se pendente, pois até 31/12/2012 a CGU não havia emitido seu posicionamento.

#### QUADRO A.10.4 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTOS NO EXERCÍCIO

Ordem de Serviço da CGU n°.	Ocorrências	Manifestação do Gestor/ Análise do Controle Interno	Posição da CGU
OS n° 201203820 Relatório de Auditoria Anual de Contas	Recomendação 4: Estabelecer, nas minutas contratuais para contratação de serviços, Cláusula específica para a definição de Acordo de Nível de Serviços, bem como a sua correlação ao pagamento a ser efetivado, com parâmetros objetivos que permitam o desconto das faturas no caso de não cumprimento.	Respondido através da carta P-297/2012, de 19/09/2012.	Aguardando posicionamento da CGU.

## 10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

### a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da Empresa

A estrutura da Auditoria Interna da Eletrobras Eletronuclear é composta de 13 colaboradores, sendo 01 Auditor Chefe, 02 Supervisores, 07 Auditores e 03 Administrativos.

O posicionamento da Auditoria Interna no organograma da Eletrobras Eletronuclear está vinculado ao Conselho de Administração – CA.

### b) Trabalhos realizados no exercício e principais constatações

Apresentamos na tabela a seguir os trabalhos realizados no exercício de 2012, bem como as principais constatações:

#### TABELA A.10.1 – TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

Relatório nº	Auditoria em:	Inconformidades Observadas	Recomendações da Auditoria Interna
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Ausência de atas de eleição e de posse dos membros da CIPA-Angra referentes à gestão 2009/2010;	Localizar e arquivar as atas de eleição e de posse dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA-ANGRA, referentes à gestão 2009/2010, conforme determina o item 5.14, da norma regulamentadora NR-5 da CIPA, com o objetivo de evitar autuação do Ministério do Trabalho e Emprego em futuras fiscalizações (Item 1.1 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Reunião ordinária de novembro de 2010 não foi realizada pela CIPA-Angra;	Realizar todas as reuniões ordinárias mensais preestabelecidas no calendário anual, conforme é determinado pela NR-5, no item 5.23 da CIPA (Item 1.2 “a” da ata);

01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Não foi discutido e nem anexado ao livro de atas da CIPA-Angra, o Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO/Angra;	Discutir o Relatório Anual de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO/Angra encaminhado pela Gerência de Desenvolvimento e capacitação – GDC.A à Comissão interna de prevenção de Acidente - CIPA e anexar cópia do mesmo ao livro de atas, em atendimento ao item 7.4.6.2 da NR-7 (Item 1.3 “b” da Ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Mapas de Risco desatualizados ou inexistentes	a) Atualizar os Mapas de Risco anualmente ou quando ocorrer um fato superveniente modificar a situação de riscos, conforme determinam os itens 6.3 e 6.3.1 do Manual da CIPA (Controle de Atualização das Revisões – Volume: 1 – Sigla: PA CIPA – 05) (Item 1.4 “a” da ata); b) Elaborar os Mapas de Risco para os locais que não possuem os mesmos, conforme já observado nos Relatórios de Inspeção da CIPA (Item 1.4 “b” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Mapas de Risco elaborados utilizando fotos das instalações em detrimento das Plantas baixas;	Utilizar Plantas Baixas nas atualizações e nas elaborações de novos Mapas de Risco, em detrimento a utilização de fotos das instalações (Item 1.4 “c” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Membros da CIPA-Sede empossados fora do prazo legal;	Empossar os futuros membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA/Sede, no primeiro dia útil após o término da gestão do mandato anterior, conforme estabelece o item 5.12, da Norma Regulamentadora NR-5 (Item 2.1 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Falta de realização das reuniões ordinárias em fevereiro e dezembro de 2011 pela CIPA/Sede;	Realizar todas as reuniões ordinárias mensais preestabelecidas no calendário anual, conforme é determinado pela NR-5, no item 5.23 da CIPA (Item 2.2 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Treinamento dos novos membros da CIPA-sede, titulares e suplentes, após a posse;	Promover treinamento para os futuros membros da CIPA, titulares e suplentes, antes da posse conforme determinadas pela NR-5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Item 2.3 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Falta evidência de encaminhamento do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional para as CIPA/Sede e CIPA-Angra;	Arquivar o protocolo de encaminhamento do Relatório Anual do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO/Angra para Comissão Interna de Prevenção de Acidente CIPA/Angra (Item 1.3 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Controle manual de convocação para exames complementares dos funcionários expostos a Radiação Ionizante – RI, fora do sistema Peoplenet;	Solicitar à Gerência de Sistema de TI - GSI.G a parametrização no sistema PeopleNet dos controles de convocação para exames complementares semestrais, dos empregados expostos à Radiação Ionizante, com objetivo de fortalecer os controles internos em detrimento aos controles manuais (Item 4.1 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Relatórios de Acidente do Trabalho – RAT’s sem preenchimento do campo destinado a numeração consecutiva;	Preencher o campo destinado à numeração consecutiva dos Relatórios de Acidente do Trabalho - RAT’s, a fim de aprimorar o controle/arquivo sequencial da ocorrência dos mesmos (Item 3.1 “a” da ata);
01/2012 de 28/05/12	Segurança Industrial e Patrimonial	Ausência de adesivo de identificação nos veículos dos funcionários com acesso a área vigiada.	Fornecer o adesivo autocolante de identificação quando do cadastramento de veículos de categoria particular conduzidos por empregados das empresas lotadas na CNAEA, conforme determinado no item 8.1 do Procedimento de Proteção Física Externa – PS-A01 (Item 5.1 “a” da ata);
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Ausência de procedimentos para atualização de termos de responsabilidade de Fundo Fixo na IN 31.02;	Revisar a Instrução Normativa 31.02, com a inclusão de procedimentos para emissão de novo termo de responsabilidade quando da ocorrência de alterações do mesmo, visando evitar que as movimentações de fundo fixo não fiquem desprovidas do adequado suporte legal (Item 1.1 da Ata);
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Ausência de discriminação da natureza de gastos para os Fundos Fixos da Presidência e do Escritório de Recife na IN 31.02;	Revisar a IN 31.02 quanto ao item 3.1 que trata sobre a natureza das despesas de cada fundo, para os fundos fixos da Presidência e do Escritório de Recife (Item 1.2 da Ata).
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Descumprimento da periodicidade mínima de prestação de contas do Fundo Fixo de Informática/Sede, conforme previsto na IN 31.02;	Realizar prestação de contas do fundo fixo sempre que o montante dos pagamentos realizados atingir no máximo 30% do valor do Fundo ou ao final de cada mês, conforme determina o item 5.3 da Instrução Normativa 31.02 sobre movimentação de fundo fixo (Item 1.3 da Ata).

02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Ausência de data nos vales de adiantamento do Fundo Fixo Transportes/Sede;	Consignar as datas nos vales de adiantamento, conforme determina o item 5.2 da IN 31.02 – Movimentação de Fundo Fixo (Item 1.4 da Ata).
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Ausência de autorização e justificativa prévia de despesa cuja natureza não esteja prevista na IN 31.01 no Caixa/Angra;	Cobrar autorização e justificativa prévia de despesa cuja natureza não esteja prevista na IN 31.01 (Item 1.5 da Ata);
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Existência de <i>logins</i> com perfil de acesso à transações conflitantes no Sistema SAP/ECC;	Reavaliar a concessão de perfis do módulo FI, referente aos usuários ( <i>logins</i> ) com acesso às transações conflitantes constante da matriz de segregação de função, de acordo com o item 4.1.1 da IN nº 14.02, que dispõe sobre o acesso ao sistema SAP R/3, sendo esta, inclusive, uma determinação da Lei Sarbannes-Oxley para mitigar riscos para a Empresa (Item 3 da Ata).
02/2012 de 14/05/12	Caixa, Bancos e Contas a Pagar	Cumprimento de garantia contratual por parte de contratada fora dos prazos previstos no contrato de prestação de serviços.	Exigir doravante a apresentação de uma das modalidades de garantias contratuais nos contratos de prestação de serviços, no prazo acordado contratualmente, sob pena de suspender o pagamento ao contratado até que o mesmo apresente a garantia contratual (Item 2 da Ata).
03/2012 de 13/06/12	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	Existência de <i>logins</i> de acesso à rede corporativa de empregados que não se encontram mais na empresa;	a) Elaborar lista de empregados falecidos, empregados demitidos, estagiários que saíram antes do término do estágio e conselheiros com mandato encerrado, no período de 01/06/2010 a 01/04/2012, para posterior encaminhamento à GSE.G, visando cancelamento dos respectivos <i>logins</i> (item 1.1.1a da ata). b) Reavaliar o procedimento de comunicação à GSE.G, dos empregados afastados por licença médica, licença maternidade e cedidos, para bloqueio de <i>logins</i> (item 1.1.1b da ata). c) Avaliar a implantação de software que permita consultar determinadas informações da rede corporativa sem ser através de <i>logins</i> de administrador de rede (item 1.1.2a da ata).
03/2012 de 13/06/12	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	Necessidade de avaliar melhorias na segurança dos serviços disponíveis na rede corporativa;	a) Avaliar a implantação dos ajustes de configuração do e-PO Server e do Vírus Scan Client apresentados, visando aprimorar o grau de segurança do serviço antivírus (item 1.2.1a da ata). b) Avaliar a implantação dos ajustes de configuração do AD Domain Security e do AD Service Security apresentados, visando aprimorar o grau de segurança do serviço de AD DS (item 1.2.2a da ata). c) Avaliar a implantação dos ajustes de configuração do Exchange Server apresentados, visando aprimorar o grau de segurança do serviço de Correio Eletrônico (item 1.2.3.1a da ata). d) Avaliar o uso do programa Microsoft Exchange Best Practices Analyzer, ou similar, no rastreamento de ocorrências no servidor de Correio Eletrônico (item 1.2.3.1b da ata). e) Avaliar se as atribuições da máquina m014825.eletronuclear.gov.br devem estar instaladas em um servidor agregado ao domínio (item 1.2.3.2a da ata).
03/2012 de 13/06/12	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	Uso de componentes fora do padrão da Empresa na rede corporativa;	Substituir, usando padrão adotado pela GAL.G, a identificação dos cabamentos e pontos de rede existentes nos seguintes locais: <i>Convento, CT Mambucaba-SENAI e CT Mambucaba-SI Desenho</i> (item 2.1.1a da ata).
03/2012 de 13/06/12	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	Alteração de projetos da rede corporativa sem conhecimento da GAL.G;	a) Notificar a GAL.G sobre alterações de projeto, durante a instalação ou manutenção de segmentos da rede corporativa, incluindo os seguintes locais: Angra1-CMOP e Convento (item 2.1.1b da ata). b) Promover reunião com a Gerência de Apoio Local (GAL.G) para atualizar escopo de atuação das duas áreas, considerando a evolução tecnológica, adequação a novos padrões de segurança e futura expansão da rede corporativa em Angra, incluindo procedimentos para situações de parada e outros projetos temporários (item 2.1.1c da ata). c) Atualizar projeto existente para a rede corporativa do CIOP- Angra 3, que foi reformado pela DIPL.O (item 2.2.1d da ata).

03/2012 de 13/06/12	Segurança Física e Lógica da Rede Corporativa	e) Instalação de componentes da rede corporativa fora dos padrões de segurança.	Providenciar para que as instalações de SC.O-Secretaria , DIMT.O-Galpão1, DIMT.O-Personal, DIMT.O-Planejamento e DIMT.O-Arquivo fiquem em conformidade à Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 2.1.2a da ata).
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	O sistema contábil informatizado responsável pelo cálculo da depreciação dos bens patrimoniais, não está parametrizado para interromper os cálculos da depreciação quando a depreciação acumulada do mesmo atinge 100% do valor registrado na contabilidade.	Parametrizar o sistema informatizado responsável pelo cálculo da depreciação mensal dos bens patrimoniais, para que o sistema interrompa o mesmo, assim que o saldo da depreciação acumulada atingir o valor da aquisição dos bens sujeitos a depreciação. (item 1 da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Não foi respeitado o princípio da competência com relação à contabilização das férias.	Respeitar o princípio da competência, com relação a contabilização das férias, com base nos cálculos elaborados da Provisão de Férias, em detrimento ao controle de adiantamento para pagamento de férias proporcional ao número de dias de cada mês. (item 2 "a" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Empréstimo(s) em caráter excepcional concedido(s) a funcionário(s) sem a correspondente Proposta de Resolução do Conselho Diretor (PRCD) e Resolução do Conselho Diretor (RCD).	Nos casos excepcionais de concessão de empréstimo(s) a empregado(s) preparar a correspondente Proposta de Resolução do Conselho Diretor (PRCD) e Resolução do Conselho Diretor (RCD). (item 2 "b" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Ausência de uma data limite para "corte" com relação aos lançamentos na folha de pagamento da FEAM.	Que a área de Recursos Humanos estabeleça uma data de "corte" para receber as informações a serem lançadas na folha de pagamento de cada mês, evitando assim lançamentos contábeis complementares de informações. (item 3 "a" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Necessidade de aprimorar os cálculos da Provisão de Décimo Terceiro Salário dos empregados para o exercício.	Apropriar 1/12 (um doze avos) mensalmente de cálculo da provisão de décimo terceiro salário dos empregados para o exercício, com todas as informações necessárias, pois a somatória dos últimos 12 meses é que vai subsidiar a correspondente memória de cálculo das férias e do seu lançamento na contabilidade. (item 3 "b" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Ausência de análise da Provisão p/ Devedores Duvidosos com base em relatório detalhado com os nomes dos títulos e/ou clientes considerados incobráveis.	Constituir a análise da Provisão p/ Devedores Duvidosos com base em relatório detalhado com os nomes dos títulos e/ou clientes considerados incobráveis, com a indicação das medidas que foram adotadas para receber o valor faturado e que não surtiram efeito, em detrimento de apresentar somente o razão da conta de dezembro de 2011. (item 4 "a" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Ausência de análise da Provisão p/ Férias e Encargos com base em memória de cálculo de férias dos empregados de forma individualizada.	Constituir a análise da Provisão p/ Férias e Encargos em cada mês, 1/12 (um doze avos), com base em memória de cálculo de férias dos empregados de forma individualizada, levando em conta os salários dos empregados, acréscimos de 1/3 constitucional e mais os encargos inerentes, em detrimento de apresentar somente o razão da conta de dezembro de 2011. (item 4 "b" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Ausência de análise de Provisão p/ Contingências Fiscais com base na avaliação dos advogados da FEAM, referente aos processos.	Constituir a análise da Provisão p/ Contingências Fiscais com base na avaliação e mensuração dos processos com possibilidade de perdas, elaborada pelo(s) advogado(s) da FEAM no final de cada exercício financeiro para subsidiar o registro na contabilidade, em detrimento de apresentar somente o razão da conta de dezembro de 2011. (item 4 "c" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Lançamentos indevidos na conta de Provisão p/ Contingências Judiciais.	Analisar a conta de Provisão P/Contingências Judiciais para certificar os lançamentos contábeis feitos nas mesmas, vez que os históricos dos lançamentos na conta referem-se à contrapartida da conta de Depósitos Judiciais. (item 4 "d" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Empresa idônea considerada incobrável na conta de Provisão p/ Devedores Duvidosos.	Analisar previamente a conta Provisão p/ Devedores Duvidosos, por ocasião de levantamento dos balancetes mensais, para certificar a procedência dos lançamentos contábeis feitos nas mesmas, de forma não inserir valores de empresas idôneas com incobráveis, na conta de Provisão p/ Devedores Duvidosos. (item 5 da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Classificação indevida de valores a receber da Eletronuclear Eletronuclear registrado em Outras Contas a Receber.	Reclassificar os valores a receber da FEAM com relação ao Convênio CIRA pendente de pagamento pela Eletronuclear Eletronuclear, registrados na conta Outras Contas a Receber, para a conta nº 112.11.007 – Cliente - Convênio CIRA. (item 6 da Ata);

04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Necessidade de analisar a conta de Valores a Identificar.	Analisar a conta de Valores a Identificar para saber qual foi à origem do lançamento que "virou" o saldo da conta de credora para devedora e, conseqüentemente, proceder à reclassificação de acordo com a natureza contábil que ocasionou o lançamento. (item 7 da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Remanejamento de recursos entre grupos de contas sem Proposta de Resolução do Conselho Diretor (PRCD) e Resolução do Conselho Diretor (RCD).	Elaborar a Proposta de Resolução do Conselho Diretor (PRCD) e Resolução do Conselho Diretor (RCD) quando incorrer a necessidade de remanejar recursos entre Grupos de Contas, conforme determina o item XII, do artigo 22 do Estatuto da FEAM. (item 8 da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Quadro insuficiente de médico na Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM.	Envidar esforços para contratar médicos em substituição a excessiva quantidade de horas extras que vem sendo pagas pela FEAM. (item 9 "a" da Ata);
04/2012 de 14/08/12	Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM	Quantidade excessiva de horas extras de médicos plantonista que trabalham em regime de turno.	Não sobrecarregar médicos plantonistas que trabalham em regime de turno, com horas extras por períodos longos, a fim de não gerar contingências trabalhistas. (item 9 "b" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Falta de apresentação das apólices de seguro total e contra terceiros dos veículos da Contratada Transvepar, com as suas respectivas coberturas;	Exigir da Transvepar Ltda, a apresentação das 02 (duas) apólices de seguros faltantes, com as suas respectivas coberturas, conforme estabelecido nos itens 5.1.13 e 9.2 do contrato nº GCS.A/CT-4500146915 firmado com a Eletronuclear. (item 1 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Existência de motoristas da Contratada Transvepar sem a carteira de habilitação tipo "D" ou Superior, em desacordo com o Contrato;	Exigir da Contratada a Carteira de Habilitação dos motoristas na categoria "D" ou superior, conforme estabelece o item 5.1.15 do contrato nº GCS.A/CT-4500146915 firmado com a Eletronuclear. (item 2 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Existência de motoristas da Contratada Transvepar sem o certificado de treinamento em Direção Defensiva, em desacordo com o Contrato;	Exigir da Contratada a apresentação do certificado em direção defensiva para todos os motoristas, conforme estabelece o item 5.1.15 do contrato nº GCS.A/CT-4500146915 firmado com a Eletronuclear. (item 3 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Falta de orientação aos empregados/usuários quanto ao preenchimento dos trechos percorridos com veículo próprio a serviço, quando do pedido de reembolso de combustível;	Orientar os usuários de veículo particular a serviço da Eletronuclear, que descrevam os trechos percorridos (com origens e destinos), como forma de aprimorar o controle da utilização de veículo próprio na Empresa. (item 4 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Necessidade de avaliação prévia da disponibilidade da frota de veículo da Eletronuclear, antes da emissão de Termo de Responsabilidade /Autorização para utilização de veículo particular;	Avaliar previamente a disponibilidade de veículo da frota fixa da Eletronuclear, antes de serem emitidos os Termos de Responsabilidade /Autorização para utilização de veículo particular, conforme estabelecido no item 4 da IN 18.01 de 09/10/2006. (item 5 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Ausência do Termo de Responsabilidade/Autorização para utilização de veículo particular;	Exigir dos usuários que utilizarem veículo próprio, a apresentação do Termo de Responsabilidade / Autorização para utilização de veículo particular, conforme estabelecido no item 4 da IN 18.01 de 09/10/2006. (item 5 "b" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Ausência de acompanhamento e controle sobre o prazo de 5 (cinco) dias a partir da data de retorno do empregado, para fechamento das prestações de contas de viagem no Sistema SAP/ ECC;	Exercer acompanhamento e controle sobre o prazo de 5 (cinco) dias para fechamento das prestações de contas de viagem no Sistema SAP/ ECC, a partir da data de retorno do empregado, conforme estabelece o item 8.4 da IN 21.02 de 25/08/2005, em especial com relação às viagens de nºs 174615 (realizada em 27/01/2010) e 256802 (realizada em 08/09/2011). (item 6 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Ausência da indicação formal do Preposto da Contratada Rio Limpo Serviços de Limpeza Ltda e de seu Substituto;	Exigir da Contratada Rio Limpo Serviços de Limpeza que indique formalmente um representante investido de plenos poderes, devidamente credenciado, a representá-la em todos os atos referentes à execução do contrato GCS.A/CT-4500146915, conforme estabelecido na cláusula 7.1 do citado contrato. (item 7 "a" da Ata);
05/2012 de 29/08/12	Administração em Serviços Gerais	Obrigatoriedade de descrição dos trechos percorridos (com origens e destinos), em viagens com veículo de empregado nas respectivas Prestações de Contas.	Revisar a Instrução Normativa 18.01 de 09/10/2006 no sentido de tornar obrigatória a descrição dos trechos percorridos (com origens e destinos), em viagens com veículo de empregado nas respectivas Prestações de Contas. (item 4 "b" da Ata).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Contratação de Serviços de Digitação através da modalidade Tomada de Preços ao invés de Pregão Eletrônico, em desacordo com o Decreto 7.174/10;	Utilizar a modalidade de licitação Pregão Eletrônico para serviços considerados comuns, conforme estabelece o Parágrafo 2º do Artigo 9º. do Decreto 7.174/10 (Item 1 da Ata de Reunião).

06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Falta de apresentação de justificativa para a realização de tomada de preços em desacordo com o Decreto 5.450/05;	Justificar formalmente no processo de contratação, os casos de licitações de serviços comuns em que não for utilizada a modalidade de licitação "Pregão", sendo preferencialmente eletrônico, conforme estabelece o Decreto 5.450/05 (Item 2 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Inexistência de pregoeiro credenciado na GAC.T;	Avaliar a necessidade de credenciar um de seus colaboradores como pregoeiro, a fim de atender aos casos em que seja obrigatória a modalidade de licitação através de Pregão Eletrônico (Item 3 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Ausência da indicação de possíveis fornecedores na requisição de compra;	Indicar os possíveis fornecedores nas futuras Requisições de Bens e Serviços, conforme estabelecido no item 6.1 da Instrução Normativa 41.01 Rev. 2 (Item 4 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Falta de consulta ao cadastro de fornecedores habilitados para obtenção de um número mínimo de propostas para preços de mercado;	Consultar o cadastro de fornecedores para obtenção de um número de propostas representativo dos preços de mercado (Item 5 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Elaboração de orçamento sem a indicação da fonte de informação de preços e sem incluir a correspondente memória de cálculo;	Juntar aos futuros Relatórios de Orçamento, as fontes de informação consideradas, bem como a memória de cálculo discriminando os valores orçados, a fim de atender ao disposto respectivamente nos parágrafos 1º. e 6º. do item 4.1.1 da IN 41.16 Rev 3 (Item 6 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Relatório de Orçamento aprovado em desacordo com o limite de competência estabelecido na IN 11.01 – Poderes e Competências;	Submeter à aprovação da Superintendência de Licenciamento e Meio Ambiente – SM.G, o relatório de orçamento referente ao Processo de Contratação GAC.T – TP 006/11, a fim de atender ao parágrafo 4º. do item 4.1.1 da IN 41.16 Rev 3 (Item 7 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Ausência de folhas numeradas e rubricadas nos processos de contratação, conforme estabelecido pela Lei 8.666/93; e	Numerar e manter em arquivo cronológico com todas as folhas rubricadas a documentação que compõe os Processos Licitatórios GCS.A/DL-677/2011 referente à Compensação por Serviços Prestados na Locação de Caminhão Tanque, GCS.A/PE-348/11 referente à Manutenção Preventiva nas Salas-Cofre e GCS.A/PE-087/11 referente à Serviços de Manutenção em Edificações e Canteiros, de acordo com as Leis 8.666/93 e 9.784/99 (Item 8 da Ata de Reunião).
06/2012 de 27/09/12	Contratação de Serviços	Publicação resumida do instrumento de contrato fora do prazo estabelecido pela Lei 8.666/93.	a) Publicar os futuros Instrumentos Contratuais dentro do prazo limite, conforme determina o artigo 61, § único, da Lei 8.666/93 (Item 9a da Ata de Reunião). b) Juntar o comprovante de publicação do resumo do contrato na Imprensa Oficial, a fim de complementar o Processo de Contratação GAA.A/PE-0222/11 (Item 9b da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Exposição de empregados a regime de trabalho sem o período mínimo inter jornadas de 11 horas, em desacordo com o artigo 66 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;	Elaborar e encaminhar para os gestores das UO's um Relatório com as ocorrências dos descumprimentos da inter jornadas de 11 horas de descanso estabelecido no artigo 66 da CLT, em conformidade com a Circular Geral 031/10 de 19/05/2010, podendo gerar penalizações pelos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho (Item 1.1.a) da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Ausência de publicidade no informe da administração sobre a obrigatoriedade para cumprimento da inter jornadas de 11 horas de descanso;	Emitir informe da Administração a fim de dar publicidade ao cumprimento da Circular Geral 031/10 de 19/05/2010 e o artigo 66 da CLT, sobre a obrigatoriedade da inter jornadas de 11 horas de descanso (Item 1.1.b) da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Ausência de um sistema que informe os casos de empregados que trabalham mais de 6 (seis) dias sucessivos;	Viabilizar um sistema de controle quanto aos casos de empregados que trabalham mais de 6 (seis) dias sucessivos sem descanso de 25 horas, de forma a possibilitar um controle efetivo dos empregados e UO's que não estejam cumprindo o Artigo 67 da CLT (Item 1.2.b) da Ata de Reunião)
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Cálculo do Complemento/Adiantamento Auxílio Doença elaborado manualmente sem conferência por outro empregado;	Implementar uma rotina de conferência e aprovação dos cálculos referentes aos Complementos/Adiantamentos Auxílio Doença com a devida assinatura e identificação do aprovador, a fim de possibilitar um controle adequado sobre os valores calculados (Item 2.a da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Necessidade de avaliar os empregados cujos logins possuem transações conflitantes;	Avaliar a possibilidade de segregar as atividades dos empregados cujos logins possuem transações conflitantes, de modo a mitigar os riscos advindos da falta de segregação de funções no sistema SAP ECC (item 5.a) da Ata de Reunião).

07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Exposição de empregados a regime de trabalho por mais de 6 (seis) dias sucessivos de trabalho, em desacordo com o artigo 67 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;	Justificar as ocorrências de trabalho por mais de 6 (seis) dias sucessivos sem o descanso mínimo de 24 horas estabelecido no artigo 67 da CLT, podendo gerar penalizações pelos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho (Item 1.2.a) da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Análise das Contas do Razão relativas a eventos de Folha de Pagamento pendentes de regularização;	Providenciar a regularização das partidas em aberto nas contas da folha de pagamento referentes a exercícios financeiros anteriores (Item 3.a) da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Emissão de Relatório Mensal com a relação dos empregados que acessaram as áreas controladas no mês anterior não enviado às Diretorias da Empresa, em desacordo com o parágrafo 3º. do item 6.5 da IN 24.09/2010;	Emitir e distribuir mensalmente às Diretorias da Empresa a relação dos empregados de cada U.O. que acessaram as áreas controladas no mês anterior, conforme parágrafo 3º. do item 6.5 da IN 24.09/10 (Item 4.1.a) da Ata de Reunião).
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Necessidade de elaborar trimestralmente um relatório dos empregados que acessaram as áreas controladas por Diretoria;	Apresentar trimestralmente um relatório dos empregados que acessaram as áreas controladas por Diretoria, contendo: relação nominal por UO, CPF, número de acessos e tempo de permanência (Item 4.2.c) da Ata de Reunião.
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Necessidade de ser reavaliada a concessão dos Credenciamentos para Atividades de Risco – CAR, levando em conta as atividades desenvolvidas pelos empregados;	Reavaliar a concessão dos Credenciamentos para Atividades de Risco – CAR, levando em conta as atividades desenvolvidas pelos empregados (Item 4.2.a) da Ata de Reunião.
07/2012 de 11/10/12	Recursos Humanos	Existência de empregados da GDC.A com acesso às transações restritas "P013" e "PC00_M99_DLGA20".	Avaliar a necessidade de determinados empregados desta U.O. terem acesso a transações "PO13" e "PC00_M99_DLGA20", restritas à Gerência de Administração de Pessoal – GAP.A (Item 6.a) da Ata de Reunião).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Risco de acesso a perfis críticos e funções de administração do sistema.	Reavaliar a concessão do acesso à transação SM35 para usuários que não pertencem ao grupo de administradores do ambiente, especialmente aos que tenham atributos DELE e LOCK no campo BDCAKTI do objeto S_BDC_MONI, visando diminuir os riscos de alteração na entrada de dados em "batch" por usuários comuns (não administradores) (item 1a da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Falta de segregação de funções na administração de usuários.	Avaliar a implantação da segregação de funções ou controles alternativos nas atividades de administração de usuários, a fim de reduzir o risco de uso indevido, conforme o item 10.1.3 da Norma Brasileira de Gestão de Segurança da Informação - NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 2a da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Risco de acesso indevido ao dicionário e tabelas críticas do sistema.	a) Avaliar os perfis e autorizações dos usuários de Serviço GRCADMIN e GRCAE, retirando o acesso de atualização em tabelas críticas do sistema via transações SE16, SE16N, SM30 ou SM31, com o objetivo de reduzir o risco de modificações não autorizadas (item 3a da Ata). b) Avaliar a migração dos usuários GRCADMIN e GRCAE do tipo "Serviço" para "Sistema", com o objetivo de reduzir ao mínimo as autorizações de acesso desses usuários, visando mitigar o risco de alterações não autorizadas (item 3b da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Risco de administração de acesso remoto ao ambiente para usuário não adequado.	Desabilitar do perfil do login PCESAR, o atributo NADM no objeto de autorização S_ADML_FCD para acesso à transação SM59, visando eliminar o risco de modificações indevidas na administração do acesso (item 4a da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Risco de modificações de programas no ambiente de produção.	Avaliar a necessidade de manter o acesso dos usuários indicados à transação SE37 no ambiente de produção, com os atributos SUBMIT e BTCSUBMIT no objeto de autorização S_PROGRAM, visando preservar a integridade dos programas/funções na produção (item 5a da Ata). Avaliar a necessidade de manter os administradores do sistema com os atributos do objeto de autorização S_DEVELOP que os habilitem a criar ou modificar programas no ambiente de produção, via transações SE37, SE38 ou SA38, visando preservar a integridade dos programas em produção (item 5b da Ata).

08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Necessidade de aprimorar o monitoramento de eventos do sistema e de segurança da informação.	Avaliar a necessidade de treinamento do grupo de administração para configurar e monitorar o "log de auditoria" dentro do ambiente de produção, visando capacitar o grupo nesta atividade de controle (item 6a da Ata).
			Avaliar a necessidade de ampliação do período de 5 (cinco) dias para registro no "log do sistema", com definição do volume de informações e espaço adequado de armazenamento, conforme estabelecido no item 10.10.2 da NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 6b da Ata).
			Avaliar a necessidade de ativação permanente do registro no "log de auditoria", segundo estabelecido no item 10.10.1 da NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 6c da Ata).
			Retirar o atributo SM02 no objeto de autorização S_ADMI_FCD, para os usuários com acesso à transação SM21, visando preservar a integridade dos registros do "log do sistema" e em conformidade com o item 10.10.3 da NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 6d da Ata).
			Avaliar a melhoria do processo de monitoramento, por meio da análise crítica dos "logs" de forma regular, com definição de períodos de análise e responsabilidades funcionais, considerando os fatores de risco envolvidos, de acordo com o item 10.10.2 da NBR ISO/IEC 27002:2005 (item 6e da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Existência de 26 usuários tipo "Teste" no ambiente de produção.	Avaliar a necessidade do uso das 26 licenças do tipo "Teste" no ambiente de produção (item 7.1a da Ata).
			Obter junto à SAP, a autorização para o uso de 26 usuários do tipo "Teste" (item 7.1b da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Existência de tipo de usuário não definido.	Classificar com o tipo de identificação das licenças de uso contratadas com a SAP, os usuários cujos tipos de identificação se encontram inválidos (item 7.2a da Ata).
08/2012 de 17/12/12	Segurança Lógica no Sistema SAP ECC	Existência de logins ativos de usuários afastados	Comunicar tempestivamente, à GSE.G, os empregados que se encontram afastados por motivo de licença médica, a fim de possibilitar o bloqueio e/ou cancelamento do login, conforme estabelecido no item 4.1.3 da IN 14.02 de 05/01/2012 (item 9a da Ata).
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Documentos aceitos após a fase de habilitação.	Inabilitar as futuras empresas que não apresentarem os documentos na fase de habilitação no prazo previsto em Edital, conforme determina art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93. (Item 5 "a" da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Diligência utilizada para solicitar documentação não apresentada no período fixado no edital.	Promover diligências somente para esclarecer ou complementar a instrução do processo, em detrimento de utilizar a diligência para pedir documentação suplementar, que deveria ser apresentada na data prevista em Edital; (Item 5 "b" da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Relatório de Análise da documentação de Habilitação incompleto.	Consignar doravante no Relatório de Análise da Documentação de Habilitação, todo o procedimento realizado pela Comissão de Licitação que tenha dado suporte à adjudicação da proposta vencedora do certame. (Item 5 "c" da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Empresas não apresentaram a documentação indicando todos os Ofícios os quais são responsáveis, conforme exigido no Edital.	Exigir das empresas Proponentes a documentação requerida no processo licitatório, de forma a atender ao estabelecido nos editais de licitação. (Item 6 "a" da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Materiais de mesma natureza sendo adquiridos várias vezes em pequeno espaço de tempo durante o ano.	Agrupar as requisições de materiais de mesma natureza num mesmo processo aquisitivo, a fim de permitir maior amplitude de fornecedores e consequentemente melhor preço, através da modalidade "pregão eletrônico", conforme estabelecido na Lei 8666/93. (Item 7 "b" da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Folha de Informação - FI não respondida.	Responder as Folhas de Informações emitidas pela AI.CA tempestivamente, pois elas garantem uma análise mais criteriosa pela equipe de auditores nos seus trabalhos de campo. (Item 4 "b" da ata)

09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Requisições de compra sem a indicação de possíveis fornecedores, conforme é estabelecido na Instrução Normativa – IN 41.01 Ver. 02	Indicar os possíveis fornecedores nas futuras Requisições de Bens e Serviços, conforme estabelecido no item 6.1 da Instrução Normativa 41.01 Rev. 02. (Item 1 “a” da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Formulação da proposta de preços, tendo como referência aquisição com data superior a 1 (um) ano.	Elaborar os Relatórios de Orçamento com base em propostas de preços apresentadas por fornecedores representativos do Mercado com data de validade inferior a um ano, conforme estabelece o item 4.1.1 de Instrução Normativa – IN 41.16 Revisão 03. (Item 2 “a” da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Utilização indevida de fatores de correção no cálculo inserido no Relatório de Orçamento	Não considerar valor a título de “reajustamento de preço”, na base de cálculo do Relatório de Orçamento por ser item específico de cláusula contratual. (Item 3 “a” da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Fatores de correção na elaboração da memória de cálculo do orçamento sem a comprovação técnica;	Aplicar fatores de correção na elaboração da memória de cálculo do orçamento, com base em valores previamente comprovados tecnicamente, a fim de respaldar adequadamente os valores consignados na Requisição de Compra. (Item 3 “b” da ata)
09/2012 de 26/12/12	Suprimento de Materiais	Materiais de mesma natureza sendo adquiridos sem um prévio planejamento entre as unidades organizacionais.	Realizar um planejamento prévio de materiais comuns junto às Unidades Organizacionais, a fim de possibilitar uma compra única, visando a economicidade, conforme determina o Informe da Administração INF DA-016/08 de 24.07.08. (Item 7 “a” da ata)
10/2012 de 26/12/12	Fundação Real Grandeza	Ausência de Nota Promissória na renegociação de empréstimo.	Providenciar as Notas Promissórias junto aos tomadores de empréstimos, nos casos de contratos de renegociação da dívida, conforme previsto no item 4.4.1 da Política de Renegociação das Dívidas Resultantes do Empréstimo Pessoal (item 5 da Ata de Reunião).
10/2012 de 26/12/12	Fundação Real Grandeza	Concessão de empréstimo a participante inadimplente.	Integrar o sistema de Empréstimos e o sistema de Cobrança de modo a mitigar o risco de perda de recursos pela concessão de empréstimos a tomadores inadimplentes (item 6 da Ata de Reunião).
10/2012 de 26/12/12	Fundação Real Grandeza	Concessão de empréstimo sem considerar descontos de outras instituições.	Avaliar a inclusão no Regulamento de Empréstimo Pessoal em vigor (VI-A), que sejam deduzidos no cálculo da Margem Consignável Líquida, os descontos efetuados por outras instituições financeiras, a fim de aprimorar o critério de concessão de empréstimos (item 7 da Ata de Reunião).
10/2012 de 26/12/12	Fundação Real Grandeza	Divergência entre o saldo contábil e o saldo operacional de empréstimos.	Conciliar a diferença de R\$ 34.107,81 entre o saldo do relatório operacional e o saldo contábil, vez que já foi identificado que a matrícula 20835-7 vem ocasionando a diferença (item 8 da Ata de Reunião).
10/2012 de 26/12/12	Fundação Real Grandeza	Norma de Controle Patrimonial desatualizada.	<p>a) Revisar a Norma de Controle Patrimonial de Bens Móveis atualizando os órgãos envolvidos (item 9 “a” da Ata de Reunião).</p> <p>b) Incluir na Norma de Controle Patrimonial de Bens Móveis procedimentos para apuração de responsabilidades no caso de extravio de bens patrimoniais (item 9 “b” da Ata de Reunião).</p> <p>c) Disponibilizar a Norma de Controle Patrimonial de Bens Móveis na intranet da Real Grandeza com o seu respectivo número de identificação (item 9 “c” da Ata de Reunião).</p>

**c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;**

TABELA A.10.2 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS NO EXERCÍCIO DE 2012

Descrição	Quantidade	Percentual
Quantidade de recomendações propostas no exercício de 2012. .....	152	100%
(-) Quantidade de recomendações solucionadas no exercício de 2012. .....	69	45%
(=) Recomendações pendentes do exercício de 2012. .....	83	55%

Obs.: Das 83 recomendações pendentes informadas acima, 34 (22% do total das recomendações propostas) estavam dentro dos prazos para resposta pelas Unidades Organizacionais, pois se referem aos 03 (três) últimos trabalhos de auditoria realizados no final do exercício de 2012.

**d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;**

A Auditoria Interna acompanha os prazos pactuados para implementação das recomendações propostas às Unidades Organizacionais auditadas para corrigir as inconformidades, levantadas durante a execução dos trabalhos.

Para este acompanhamento a Auditoria Interna emite trimestralmente o documento denominado “Síntese dos Relatórios de Auditoria” atualizado com as informações prestadas pelas unidades auditadas, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, agrupados por Relatório de Auditoria, que contém as seguintes informações:

- a) Inconformidades observadas, extraídas do Relatório de Auditoria, descritas de forma resumida;
- b) Recomendações propostas para regularização dessas inconformidades e/ou melhorias dos processos;
- c) Prazos de implementação;
- d) Status em que se encontram as recomendações.

O documento Síntese dos Relatórios de Auditoria é encaminhado à Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

**e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;**

O documento Síntese dos Relatórios é encaminhado aos diretores que realizam junto às suas unidades o monitoramento com relação ao cumprimento dos prazos de implementação.

**f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;**

A certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações ocorre quando encaminhamos os relatórios de encerramento dos trabalhos de auditoria e o documento “Síntese dos Relatórios de Auditoria” atualizado aos respectivos Diretores que acusam o recebimento dos mesmos.

No exercício de 2012 não houve por parte da alta gerência assumir os riscos pela não implementação de recomendações propostas pela auditoria interna.

**g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.**

No exercício de 2012 não existiram casos em que a alta gerência decidiu não implementar as recomendações propostas da auditoria interna.

### 10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

#### 10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

<b>Detentores de Cargos e Funções obrigado a entregar a DBR.</b>	<b>Situação em relação às exigências da Lei n.º 8.730/93</b>	<b>Exercício 2012</b>
Diretores, Conselheiros Fiscal / Administração	Obrigados a entregar a DBR	<b>14</b>
	Entregaram a DBR	<b>14</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>00</b>
Cargos de Confiança Inclusive Art. 37	Obrigados a entregar a DBR	<b>257</b>
	Entregaram a DBR	<b>244</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>13</b>
Empregados	Obrigados a entregar a DBR	<b>2.319</b>
	Entregaram a DBR	<b>1.460</b>
	Não cumpriram a obrigação	<b>859</b>

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

#### 10.3.1.1 Análise Crítica

- Providências adotadas pela Eletrobras Eletronuclear em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR; A Gerência responsável pelo recebimento das DBR's, envia e-mail periódico às Diretorias com a relação dos empregados que não cumpriram a referida obrigação.
- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR; A Unidade interna responsável pelo recebimento das DBR's é a GAP.A – Gerência de Administração de Pessoal.
- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento; A entrada do documento é protocolada e lançada em planilha de Excel.
- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, e como esse acesso se dá; O recebimento tanto das DBR's quanto das Autorizações de acesso, é feito por papel. As DBR's são entregues em envelope lacrado.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida; Não é feito nenhum tipo de análise, uma vez que os envelopes são entregues lacrados para arquivo.
- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações. As DBR's são arquivadas em cofre, localizado na SH.A – Superintendência de Recursos Humanos.

Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – SH.A

## **10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV**

### 10.4.1 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

“Não se aplica à natureza da UJ”

**11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

“Não se aplica à natureza da UJ”

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos  
“Não se aplica à natureza da UJ”.

**11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

“Não se aplica à natureza da UJ”.

**11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISITAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBCT 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC nº 1.133/2008.**

“Não se aplica a natureza da UJ”.

**11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/76**

“As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas encontram-se no Anexo A”.

**11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS**

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

“A Composição Acionária do Capital Social da Eletrobras Eletronuclear é parte integrante das Notas Explicativas e encontra-se no Anexo A”.

11.5.2 Composição Acionária da Eletrobras Eletronuclear como Investidora

“Não se aplica à natureza da UJ”

**11.6 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE**

“O Parecer da Auditoria Independente encontra-se no Anexo A”.

**12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA ELETROBRAS ELETRONUCLEAR**

“Nada a informar”

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.**

### **13 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

#### **13.1 PUBLICIDADE LEGAL**

A Publicidade Legal é feita pela EBC – Empresa Brasileira de Comunicação através do contrato n.º GCC.A/CT – 260/2007. A Eletrobras Eletronuclear no exercício de 2012 efetuou pagamentos no valor de R\$1.170.981,49.

Fonte: Gerência de Controle Contratual – GCO.A

##### **13.1.2 Publicidade Institucional**

Publicidade Institucional – R\$ 2.146.494,05

Patrocínios Culturais e Esportivos – R\$ 1.330.915,00

Vigência do contrato com a Agência 3 Comunicação Integrada S.A:

Período de vigência: 10/04/2012 a 09/04/2013

Valor do contrato: R\$ 2.700.000,00

##### **13.1.3 Patrocínios Culturais e Esportivos da Eletrobras Eletronuclear Realizados em 2012**

Projeto: Orquestra Sinfônica de Angra dos Reis

Valor: R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais)

Beneficiário: Orquestra Sinfônica de Angra dos Reis

Projeto: Escolas no Teatro Espaço

Valor: R\$ 75.765,00 (setenta e cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais)

Beneficiário: Espaço Cultural Paraty

Projeto: Regata de Veleiros Clássicos

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Beneficiário: Media Mundi Ltda

Projeto: Festa da Paz

Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Beneficiário: Proson Agência d Viagens, Turismo e Eventos Ltda

Projeto: Dança Paraty – 9ª edição

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Beneficiário: Terra Molhada Eventos e Promoções

Projeto: VII Semana Cultural Maestro Galloway

Valor: R\$ 35.150,00 (trinta e cinco mil cento e cinquenta reais)

Beneficiário: Ateneu Angrense de Letras e Artes

Projeto: Festival de Música de Tarituba

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Beneficiário: Associação Artísitico Cultural Nhandeva

Projeto: XXXIII Regata do Colégio Naval  
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)  
Beneficiário: Sociedade Acadêmica Greenhalgh

Projeto: XVI Encontro Nacional de Teatro de Rua de Angra dos Reis  
Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)  
Beneficiário: Grupo Teatral Cutucurim

Projeto: Festival Internacional de Cinema de Arquivo – RECINE 2012  
Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)  
Beneficiário: Rio de Cinema Produções Culturais

Projeto: 19º Janeiro de Grandes Espetáculos  
Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)  
Beneficiário: Associação dos Produtores de Artes Cênicas de Pernambuco  
Fonte: Coordenação de Responsabilidade Socioambiental e Comunicação – CR.P

Nota: As concessões de patrocínio pela Eletrobras Eletronuclear são realizadas dentro das diretrizes previstas na Política de Patrocínios do Sistema Eletrobras.

**14 PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**14.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”**

“Não ocorreu no exercício de 2012”.

**15 PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**15.1 AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

15.1.1 Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programa Financiados com Recursos Externos, contemplando:

- a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;
- b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

“A Empresa não tem projetos e programas financiados com recursos externos para Angra 3”

**16 PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012, DE 18/01/2012.**

**16.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS**

A Eletrobrás Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: Instituto de Seguridade Social – NUCLEOS e FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA.

I) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

1. Nome

- Fundação Real Grandeza – FRG
- NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social

2. Razão Social

- Fundação Real Grandeza
- Instituto de Seguridade – NUCLEOS

3. CNPJ

- FRG – CNPJ 34269803/0001-68
- NUCLEOS – CNPJ 30022727/0001-30

4. Demonstrativo Anual, contendo:

- a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes;
- b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes;
- c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora;
- d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora;  
“Vide tabela a seguir”

TABELA B.16.1 – VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Mês	Patrocinadora				Participantes		Total (R\$)
	Núcleos		FRG		Nucleos	FRG	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
Janeiro	1.596	1.032.065,58	736	1.286.091,25	649.743,18	793.762,15	3.761.662,16
Fevereiro	1.596	926.703,94	734	1.201.905,51	575.365,37	749.779,08	3.453.753,90
Março	1.592	922.183,29	733	1.147.430,03	586.082,46	711.870,89	3.367.566,67
Abril	1.591	1.726.885,05	730	1.327.756,65	1.149.412,59	806.525,16	5.010.579,45
Mai	1.591	1.581.549,59	729	1.221.383,76	1.015.472,56	759.695,60	4.578.101,51
Junho	1.591	1.497.260,65	727	1.124.091,41	947.070,16	697.243,76	4.265.665,98
Julho	1.590	1.585.435,51	725	1.171.474,12	997.072,50	722.128,38	4.476.110,51
Agosto	1.594	2.017.815,17	726	1.536.320,81	1.260.291,07	956.728,07	5.771.155,12
Setembro	1.590	1.622.685,30	726	1.239.410,50	1.032.081,48	769.778,39	4.663.955,67
Outubro	1.591	1.619.147,96	726	1.271.780,79	1.033.515,66	791.935,66	4.716.380,07
Novembro	1.588	1.642.186,18	726	1.245.433,77	1.066.569,83	773.572,11	4.727.761,89
13º Salário	1.586	1.628.649,41	727	1.272.792,46	1.121.680,95	816.026,80	4.839.149,62
Dezembro	1.586	1.683.256,79	727	1.287.934,85	1.020.147,16	785.862,76	4.777.201,56
<b>Total</b>	-	<b>19.485.824,42</b>	-	<b>16.333.805,91</b>	<b>12.454.504,97</b>	<b>10.134.908,81</b>	<b>58.409.044,11</b>
<b>Valor Total da Patrocinadora</b>				<b>35.819.630,33</b>			
<b>Valor Total dos Participantes</b>				<b>22.589.413,78</b>			

Fonte: Gerência de Administração de Pessoal - GAPA

- e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições;  
“Sem ocorrência”
  - f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;  
“Vide anexos 2 e 3”
  - g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;  
“Vide anexos 2 e 3”
  - h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 2.792/2009, do Conselho Monetário Nacional;  
“Vide anexos 2 e 3”
5. Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;  
“Vide anexos 2 e 3”
  6. Conclusões do último estudo atuarial;  
“Vide anexos 2 e 3”

II - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreram, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

A Eletrobras Eletronuclear é patrocinadora de 2 (duas) entidades de Previdência Privada: NUCLEOS Instituto de Seguridade Social e Fundação Real Grandeza - FRG. A cada período de 2 (dois) anos, realizamos auditoria em uma das entidades.

Em 26 de dezembro de 2012, emitimos o Relatório de Auditoria nº 10/2012, que foi o resultado da avaliação da Fundação Real Grandeza - FRG, quanto ao cumprimento das obrigações legais regidas pela Secretaria Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS e as principais constatações estão apresentadas no quadro inserido na Parte A, Item 10.2, letra b, do Anexo II da DN TCU nº 19, de 18/01/2012.

## **17 ENCERRAMENTO**

Sem mais a relatar, encerramos assim o Relatório de Gestão da Eletronuclear relativo ao exercício 2012, colocando-nos à disposição dos Órgãos de Controle para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2013.

---

Othon Luiz Pinheiro da Silva  
Diretor – Presidente

PÁGINA EM BRANCO

## ANEXO 1

Demonstrações Contábeis da Eletrobras Eletronuclear, incluindo Parecer dos Auditores e do Conselho Fiscal.

PÁGINA EM BRANCO

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM</b>			
<b>( em milhares de reais )</b>			
<b>A T I V O</b>	<b>NOTA</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	131.354	124.432
Títulos e valores mobiliários	5b	513.492	259.973
Clientes	6	475.524	266.657
Impostos e contribuições sociais	7	81.977	6.734
Estoque de combustível nuclear	8	360.751	388.663
Almoxarifado	9	64.925	33.788
Outros	10	63.872	20.439
		<b>1.691.895</b>	<b>1.100.686</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	11	230.670	163.226
Clientes	6	400.212	91.710
Estoque de combustível nuclear	8	481.495	435.633
Cauções e depósitos vinculados	12	39.726	35.000
Outros	10	17.021	40.709
		<b>1.169.124</b>	<b>766.278</b>
<b>Imobilizado</b>	14	8.413.775	7.285.965
<b>Intangível</b>	15	34.330	32.006
		<b>9.617.229</b>	<b>8.084.249</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.309.124</b>	<b>9.184.935</b>
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)			

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM</b> ( em milhares de reais )			
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	NOTA	31/12/2012	31/12/2011
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	16	443.648	184.374
Financiamentos e empréstimos	17	53.590	91.695
Impostos e contribuições sociais	18	111.267	94.938
Obrigações estimadas	19	68.001	62.686
Encargos setoriais	20	3.664	13.430
Benefícios pós-emprego	21	7.736	33.868
Outros		56.771	11.074
		<b>744.677</b>	<b>492.065</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	16	546.854	-
Financiamentos e empréstimos	17	2.395.394	1.640.938
Impostos e contribuições sociais	18	-	20.082
Provisões para riscos	22	67.359	49.347
Benefícios pós-emprego	21	214.078	47.155
Obrigações para desmobilização de ativos	23	988.490	408.712
Outros		852	470
		<b>4.213.027</b>	<b>2.166.704</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	24	6.607.258	6.607.258
Prejuízos acumulados		(69.992)	(89.733)
Outros resultados abrangentes		(185.846)	8.641
		<b>6.351.420</b>	<b>6.526.166</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.309.124</b>	<b>9.184.935</b>
(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)			

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**( em milhares de reais )**

	NOTA	2012	2011
<b>Receita Operacional Líquida</b>	25	2.360.036	1.814.736
<b>Custo Operacional</b>	26	(1.847.161)	(1.141.928)
<b>Lucro Operacional Bruto</b>		<b>512.875</b>	<b>672.808</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	27	(389.083)	(238.645)
<b>Resultado do Serviço de Energia Elétrica</b>		<b>123.792</b>	<b>434.163</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	28	(32.420)	(26.584)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>91.372</b>	<b>407.579</b>
Imposto de renda e contribuição social	29	(71.631)	(100.866)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>19.741</b>	<b>306.713</b>
Resultado atribuível aos acionistas controladores		19.741	306.713
Lucro básico e diluído por ação (em reais)		0,0008	0,0117

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

( em milhares de reais )

	NOTA	2012	2011
Lucro do período		19.741	306.713
Outros resultados abrangentes			
Perda em benefícios pós-emprego	21	(198.938)	(22.509)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego		4.451	7.653
		<u>(194.487)</u>	<u>(14.856)</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>(174.746)</b>	<b>291.857</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

( em milhares de reais )

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>3.296.032</b>	<b>(396.446)</b>	<b>23.497</b>	<b>2.923.083</b>
Lucro líquido do exercício	-	306.713	-	306.713
Capitalização - 82ª AGE de 12/12/11	3.311.226	-	-	3.311.226
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(22.509)	(22.509)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	-	-	7.653	7.653
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>6.607.258</b>	<b>(89.733)</b>	<b>8.641</b>	<b>6.526.166</b>
Lucro líquido do exercício	-	19.741	-	19.741
Perda em benefícios pós-emprego	-	-	(198.938)	(198.938)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	-	-	4.451	4.451
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>6.607.258</b>	<b>(69.992)</b>	<b>(185.846)</b>	<b>6.351.420</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
( em milhares de reais )**

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>91.372</b>	<b>407.579</b>
<b>Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado</b>		
Depreciação de ativo imobilizado	256.608	245.340
Baixas e outros ajustes de imobilizado	(650)	(259)
Amortização do intangível	7.564	7.587
Baixas e outros ajustes de intangível	(129)	(75)
Consumo de matéria-prima e material do estoque	352.301	327.089
Variações monetárias e cambiais - financiamentos e empréstimos	4.543	6.497
Variações monetárias e cambiais - fornecedores e outras	12.634	8.113
Encargos - financiamentos e empréstimos	38.707	46.954
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(27.939)	(21.669)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	19.812	3.396
Participação nos lucros e resultados	(10.459)	(8.623)
Provisão de férias	3.007	5.695
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	92.496	1.813
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	22.438	21.242
Outros ajustes	51.297	(31.744)
	<b>913.602</b>	<b>1.018.935</b>
<b>Variação - (acrécimo) e decréscimo - nos ativos operacionais</b>		
Clientes	(517.369)	(89.785)
Estoques	(401.388)	(322.776)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP, COFINS, IRPJ, CSLL e outros	(75.243)	34.702
Fundo para desmobilização de ativos	(39.505)	(38.944)
Outras variações nos ativos operacionais	(53.719)	23.519
	<b>(1.087.224)</b>	<b>(393.284)</b>
<b>Variação - acréscimo e (decrécimo) - nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	793.494	(10.041)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	(6.472)	(34.904)
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	2.308	2.755
Participação nos lucros e resultados	10.406	5.222
Benefícios pós-emprego	158.292	22.509
Obrigações para desmobilização de ativos	557.340	11.502
Outros resultados abrangentes	(194.487)	(14.856)
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(69.623)	(51.329)
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(37.313)	(35.315)
Outras variações nos passivos operacionais	(35.332)	(105.367)
	<b>1.178.613</b>	<b>(209.824)</b>
<b>Recursos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>1.004.991</b>	<b>415.827</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decrécimo)</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	735.000	1.147.886
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(87.398)	(55.792)
<b>Recursos provenientes das atividades de financiamentos e empréstimos</b>	<b>647.602</b>	<b>1.092.094</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decrécimo)</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.394.020)	(1.197.318)
Aquisição de ativo intangível	(9.888)	(7.848)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(241.763)	(257.694)
<b>Recursos aplicados nas atividades de investimento</b>	<b>(1.645.671)</b>	<b>(1.462.860)</b>
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>6.922</b>	<b>45.061</b>
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	124.432	79.371
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	131.354	124.432
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>6.922</b>	<b>45.061</b>

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS</b>		
<b>( em milhares de reais )</b>		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Receitas de venda de energia e serviços	2.536.387	1.934.079
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	720.956	1.124.135
Provisão para devedores duvidosos	(92.496)	(1.813)
	<b>3.164.847</b>	<b>3.056.401</b>
<b>MENOS:</b>		
<b>INSUMOS</b>		
Serviços de terceiros	227.979	195.994
Serviços de terceiros - usina Angra 3	523.643	437.133
Materiais	42.629	32.263
Materiais - usina Angra 3	15.961	409.557
Combustível para produção de energia	309.672	294.826
Energia Elétrica comprada	581.431	-
Encargos da rede de transmissão	58.157	53.266
Seguros das usinas Angra 1 e 2	7.747	6.990
Luz, telefone, água e esgoto	13.054	12.625
Outros custos operacionais	8.233	7.489
Juros/Encargos sobre capitais de terceiros - usina Angra 3	73.899	37.255
Seguros de instalações e equipamentos - usina Angra 3	(219)	168.415
Outros custos - usina Angra 3	5.607	8.051
	<b>1.867.793</b>	<b>1.663.864</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.297.054</b>	<b>1.392.537</b>
<b>RETENÇÕES</b>		
Depreciação e amortização	(263.393)	(252.593)
	<b>1.033.661</b>	<b>1.139.944</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>		
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas financeiras	78.348	56.222
	<b>1.112.009</b>	<b>1.196.166</b>
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
Remuneração do trabalho	439.590	394.792
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	102.065	63.724
Impostos, taxas e contribuições	349.454	316.553
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	110.768	82.806
- Aluguéis	21.539	20.900
- Outras	68.852	10.678
Remuneração de capitais próprios		
- Lucro líquido do período	19.741	306.713
	<b>1.112.009</b>	<b>1.196.166</b>
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO</b>		
	<b>1.112.009</b>	<b>1.196.166</b>
<b>(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)</b>		

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoeletrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA.

A energia elétrica gerada pela Companhia, até 31 de dezembro de 2012, foi fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO
		INICIAL	ATUAL	
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985
ANGRA 2	1.350 MW	Exp.Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	

A partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no art.11, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, o pagamento da receita da geração de energia elétrica da ELETRONUCLEAR será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Através da Resolução Normativa nº 530, editada em de 21 de dezembro de 2012, a ANEEL estabelece a metodologia para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado a cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Também, em 21 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Homologatória 1.407/2012, estabelece as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2013 a 2018, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN.

## **NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **a) Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2013.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, estando certos os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.1.

### **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior, salvo disposição em contrário.

### **3.1 - Estimativas contábeis críticas**

#### **a) Benefícios pós-emprego**

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

#### **b) Obrigação para desmobilização de ativos**

O valor atual dessa obrigação depende de uma série de fatores, como a taxa de desconto, determinada ao final de cada exercício, conforme mencionado acima, e nas condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

Se a taxa de desconto estimada, após o imposto, aplicada na apuração do valor presente da obrigação para desmobilização de ativos fosse 1% maior que a estimativa da administração (5,98 % em substituição a 4,98%), a Companhia teria reconhecido uma redução do passivo de R\$ 54 milhões em contrapartida do ativo imobilizado.

#### **c) Impairment de ativos**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 14c).

Não foram identificadas perdas (*impairment*) no exercício de 2012.

Se a taxa de desconto estimada, antes do imposto, aplicada aos fluxos de caixa descontados das usinas Angra 1 e Angra 2 fosse 1% maior que as estimativas da administração (5,98% em substituição a 4,98%), mesmo assim, a Companhia não teria reconhecido perda (*impairment*) em 31 de dezembro de 2012.

### **3.2 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo**

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras são capitalizados no ativo imobilizado.

### **3.4 - Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza do instrumento e da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante.

#### **b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia estão detalhados na Nota 4.3.

#### **3.4.1 - Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que, fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

### **3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.4.3 - *Impairment* de ativos financeiros**

#### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, no final de exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento, mantido até o vencimento, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.5 - Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía somente duas operações com derivativos (compra de dólar no mercado futuro e operação com swap), não denominada como instrumento de *hedge de fluxo de caixa*, conforme detalhado na Nota 11.

#### **a) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge de fluxo de caixa*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira".

### **3.6 - Clientes**

A conta de clientes corresponde a uma parcela a receber de FURNAS Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de FURNAS são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo, na prática, normalmente reconhecidas ao valor faturado.

A outra parcela da conta de clientes corresponde ao diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, homologado pelo art. 2º, da Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, emitida pela ANEEL, a ser cobrado das concessionárias de distribuição de energia elétrica, nos anos de 2013 a 2015.

As contas a receber das distribuidoras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sendo ajustadas a valor presente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, conforme detalhado na Nota 6.

### **3.7 - Estoque de combustível nuclear e almoxarifado**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, são apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Nota 8);
- c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Nota 9).

### **3.8 - Paradas programadas**

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos.

### **3.9 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)**

A Companhia possui com o Banco do Brasil, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, classificados como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante, realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na Nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

### **3.10 - Depósitos vinculados**

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados, no ativo não circulante e estão detalhados na Nota 12.

### **3.11 - Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações.

Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio, na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial, verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

### **3.12 - Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 (item 111), sendo 3,3% ao ano para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2 e 10% ao ano para os ativos utilizados administrativamente. Essas taxas refletem adequadamente a estimativa da administração quanto à vida útil-econômica desses bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que, o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

**Obrigações especiais** - As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Nota 14).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União Federal e que não possui prazo para finalização, diferentemente do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01 e, portanto, não está inserida em seu alcance.

### **3.13 - Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* ao final de cada exercício contábil e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **3.14 - Intangível - Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O Software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

### **3.15 - Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano.

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.16 - Financiamentos e empréstimos**

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### **3.17 - Provisões**

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual, incluído na mesma classe de obrigações, seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.18 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

### **3.19 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria**

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Nota 21).

A Companhia tem planos de benefício definido que são diferentes de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores: como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação aos planos de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

### **3.20 - Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)**

A Companhia revisa periodicamente os valores da provisão para o passivo para descomissionamento.

Mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

### **3.21 - Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

### **3.22 - Participação nos lucros e resultados**

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou, quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia, após certos ajustes.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo uma provisão contábil passiva para pagamento de participação nos lucros e resultados aos seus empregados. Essa provisão decorre de uma obrigação construtiva, configurada pela prática frequente desse benefício, realizada em diversos exercícios anteriores, não tendo ocorrido no presente qualquer alteração dessas características.

### **3.23 - Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

### **3.24 - Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

## **NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO**

### **4.1 - Fatores de risco**

Com o auxílio da empresa de consultoria contratada pela controladora ELETROBRAS, a Companhia elaborou a sua matriz de riscos. Os principais fatores considerados nesse levantamento são monitorados permanentemente, a saber:

#### **a) Riscos socioambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor, observadas as questões detalhadas na Nota 14(item d).

A Companhia está sujeita a diversas leis e normas ambientais que disciplinam atividades envolvendo o uso de matéria-prima radioativa e a guarda de seus dejetos, para que os efeitos sobre o meio ambiente das suas operações devam ser por ela evitados, mitigados ou corrigidos, quando necessário.

Seguem abaixo, os principais eventos aqui tratados, com as suas devidas descrições, que se não observados atentamente podem causar: atrasos na execução de obras ou paradas não programadas das usinas, com conseqüente aumento de custos e perda de rentabilidade nos empreendimentos, perda de imagem, sanções e penalidades aplicadas pelos órgãos reguladores/fiscalizadores, processos judiciais, mobilizações sociais, acidentes socioambientais e redução no valor de mercado da Companhia.

Todos esses eventos estão sob rígido controle e são permanentemente monitorados pela Companhia, estando pendente apenas a renovação do Licenciamento Ambiental, que será liberado pelo IBAMA em março de 2013, a saber:

- Licenciamento ambiental (Nota 14, item “d”) - atraso na renovação da licença ambiental dos empreendimentos Angra 1 e Angra 2;

- Impactos na biodiversidade - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na fauna e flora das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Impacto socioeconômico - ausência de medidas mitigadoras e compensatórias necessárias para reduzir os impactos causados na comunidade das regiões aonde a Companhia possui operações;
- Controles ambientais - controles inadequados relacionados à gestão de resíduos, lançamentos de efluentes, emissões atmosféricas e uso e manuseio de produtos perigosos, não perigosos ou proibidos;
- Passivos ambientais - tratamento inadequado dos passivos ambientais identificados na Companhia;
- Contaminação radiológica - contaminação radiológica do meio ambiente e população e/ou aumento do nível de radiação acima dos limites permitidos;
- Emissão de CO<sub>2</sub> - incapacidade de reduzir o volume de CO<sub>2</sub> emitido pelas operações da Companhia;
- Trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório - utilização de trabalho infantil e/ou forçado ou compulsório nas operações, realizadas direta ou indiretamente pela Companhia.

#### **b) Risco trabalhista**

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

#### **c) Risco de taxa de câmbio**

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo para descomissionamento) e ao euro (empréstimos e financiamentos).

Com exceção de compra de dólar futuro e a operação de swap, detalhados na Nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRAS.

Uma variação de 10% do real, em relação ao euro, resultaria em um aumento ou redução de aproximadamente R\$ 1.854 mil no patrimônio líquido da Companhia.

#### **d) Outros fatores de riscos**

Outros principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

• **Risco de crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 6, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica em 2012 comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRAS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no país.

• **Risco de liquidez**

A Administração da ELETRONUCLEAR entende não haver exposição ao risco de liquidez corrente e liquidez geral, uma vez que:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente positivo de 2,27; e,
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral positivo de 0,58.

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO				
DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2011 (i)				
- Empréstimos	192.363	115.023	35.512	2.914.744
- Fornecedores (iii)	256.403	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>448.766</b>	<b>115.023</b>	<b>35.512</b>	<b>2.914.744</b>
Em 31 de dezembro de 2012 (i)				
- Empréstimos	115.554	113.033	534.658	4.329.010
- Fornecedores (iii)	443.648	273.427	273.427	-
<b>TOTAL</b>	<b>559.202</b>	<b>386.460</b>	<b>808.085</b>	<b>4.329.010</b>

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pelas normas, e sim baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

**4.2 - Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRIPTIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17)	2.448.984	1.732.633
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(131.354)	(124.432)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(513.492)	(259.973)
Dívida líquida	1.804.138	1.348.228
Total do patrimônio líquido	6.351.420	6.526.166
Total do capital total	8.155.558	7.874.394
Índice de alavancagem financeira - %	22	17

#### 4.3 - Instrumentos financeiros por categoria

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2012			
R\$ MIL			
DESCRIPTIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
Ativos conforme o balanço patrimonial			
- Dólar comercial futuro (i)	-	852	852
- Contas a receber de clientes	875.736	-	875.736
- Caixa e equivalentes de caixa	131.354	-	131.354
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	513.492	-	513.492
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	229.818	-	229.818
Em 31 de dezembro de 2012	1.750.400	852	1.751.252

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA - 31/12/2011			
R\$ MIL			
DESCRITIVO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	ATIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	TOTAL EM 31/12/2012
<b>Ativos conforme o balanço patrimonial</b>			
- Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.196	10.196
- Dólar comercial futuro (i)	-	470	470
- Contas a receber de clientes	358.367	-	358.367
- Caixa e equivalentes de caixa	124.432	-	124.432
- Títulos e valores mobiliários de curto prazo	259.973	-	259.973
- Títulos e valores mobiliários de longo prazo	162.756	-	162.756
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>905.528</b>	<b>10.666</b>	<b>916.194</b>

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

#### 4.4 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Administração entende que os valores justos de seus passivos financeiros são próximos dos seus valores contábeis, tendo em vista a disponibilidade de instrumentos financeiros similares no mercado e, portanto de juros e condições equivalentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo por meio de resultado, estão incluídos nos níveis 1 e 2, ou seja, a determinação é efetuada através de técnicas de avaliação, conforme quadro a seguir:

ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO			
DESCRITIVO	R\$ MIL		
	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	152.560	-	152.560
Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	10.196	10.196
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	470	470
<b>Total de ativos em 31/12/2011</b>	<b>152.560</b>	<b>10.666</b>	<b>163.226</b>
Títulos e valores mobiliários	229.818	-	229.818
Derivativos (dólar futuro BMF) (i)	-	852	852
<b>Total de ativos em 31/12/2012</b>	<b>229.818</b>	<b>852</b>	<b>230.670</b>

(i) Compõe a carteira de ativos dos títulos de valores mobiliários relativos ao fundo para descomissionamento, conforme detalhado na Nota 11.

## NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

Assim, as aplicações financeiras da Companhia, apresentadas nos quadros abaixo (“a” e “b”) representam recursos mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, em Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa que, oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são aquelas cujos recursos são destinados ao atendimento das atividades de operação da Companhia. Aquelas aplicações de recursos, que são de comprometimento nas atividades de investimentos, são classificadas como títulos e valores mobiliários.

### a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	2.377	2.873
Aplicações financeiras	128.977	121.559
<b>SALDO</b>	<b>131.354</b>	<b>124.432</b>

### b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras:		
Recursos BNDES para usina Angra 3	220.570	213.096
Recursos ELETROBRAS / RGR para usina Angra 3	292.922	46.877
<b>TOTAL</b>	<b>513.492</b>	<b>259.973</b>

## NOTA 6 – CLIENTES

- a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base no contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001 até 31 de dezembro de 2012.
- b) Em dezembro de 2012, está sendo constituída uma provisão para liquidação duvidosa, correspondente ao valor de R\$ 91.710 mil, relativo ao desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, que vinha sendo registrada no ativo não circulante e refere-se ao suprimento de energia do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais, movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento à FURNAS.

Essa provisão foi feita considerando que a expectativa de recebimento é remota, conforme entendimentos acordados entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, quando da reunião havida para acertos de contas relativas ao encerramento do contrato de venda de energia.

- c) Conforme previsto no parágrafo 4º, do art. 12, da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e da tarifa de referência (definida no parágrafo 1º da citada Lei) a ser repassado para FURNAS, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia registrou em dezembro de 2012, um contas a receber contra diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 640.695 mil, tendo como contrapartida uma receita de suprimento de energia de R\$ 581.431 mil e um passivo de Contribuições do PASEP e COFINS de R\$ 59.264 mil, na conta de Impostos e Contribuições – ver Notas 25.c e 18 respectivamente.
- d) De acordo com o disposto no parágrafo 1º, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias à ELETRONUCLEAR, nos anos de 2013 a 2015, assim, o registro desse ativo a valor presente em 31 de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 608.249.mil, sendo R\$ 208.037 mil registrado no ativo circulante e R\$ 400.212 mil no ativo não circulante.

A seguir, quadro demonstrativo das contas a receber:

CLIENTES - CONTAS A RECEBER					
BALANÇO	R\$ MIL				
	FURNAS			DISTRIB.	TOTAL
	Energia contratada	Desvio positivo	Energia não despachada	Diferencial RH 1406 de 2012	
Ativo circulante	257.433	9.224	-	-	266.657
Ativo não circulante	-	67.022	24.688	-	91.710
31/12/2011	257.433	76.246	24.688	-	358.367
Ativo circulante	225.435	42.052	-	208.037	475.524
Ativo não circulante	-	-	-	400.212	400.212
31/12/2012	225.435	42.052	-	608.249	875.736

A ELETRONUCLEAR possui R\$ 7.649 mil em faturas caucionadas correspondentes à venda de energia elétrica, em função de processos tributários movidos contra a Companhia, os quais se encontram detalhados na Nota 22.

## NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2012	31/12/2011
IRRF sobre aplicações financeiras	117	575
IRRF sobre serviços prestados a terceiros	2.378	1.865
CSLL retida sobre serviços prestados a terceiros	1.982	1.822
Saldo de antecipações de IRPJ do exercício	40.155	1.679
Saldo de antecipações de CSLL do exercício	14.374	621
IRRF sobre serviços prestados Exterior pago a maior	13.681	-
CIDE sobre serviços prestados Exterior pago a maior	9.121	-
Outros	169	172
TOTAL	81.977	6.734

## NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários a sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo

circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.

Abaixo, quadro com a composição do saldo do combustível nuclear:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Concentrado de urânio	Elementos prontos	Serviços em curso	TOTAL
Ativo circulante	-	388.663	-	388.663
Ativo não circulante	130.575	133.894	171.164	435.633
<b>TOTAL EM 31/12/2011</b>	<b>130.575</b>	<b>522.557</b>	<b>171.164</b>	<b>824.296</b>
Ativo circulante	-	360.751	-	360.751
Ativo não circulante	143.116	109.153	229.226	481.495
<b>TOTAL EM 31/12/2012</b>	<b>143.116</b>	<b>469.904</b>	<b>229.226</b>	<b>842.246</b>

## NOTA 9 - ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo diário das usinas no curto prazo, assim como os adiantamentos efetuados a fornecedores, para a aquisição dos correspondentes materiais, totalizando R\$ 64.925 mil (R\$ 33.788 mil em 31 de dezembro de 2011).

## NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R\$ MIL		R\$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE		ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios de seguros	8.063	2.460	-	-
Partes relacionadas	13.806	8.038	-	-
Adiantamentos a fornecedores	7.435	2.014	-	-
Furnas - Contingência trabalhista	-	-	15.732	15.732
DNIT - Ressarcimento de despesa	10.108	-	-	23.903
Confab - multa contratual	5.336	-	-	-
Inepar - multa contratual	4.141	-	-	-
Desativações em curso	9.683	1.224	-	-
Devedores diversos	5.300	6.703	1.289	1.074
<b>TOTAL</b>	<b>63.872</b>	<b>20.439</b>	<b>17.021</b>	<b>40.709</b>

## **NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO**

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 23.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à ELETROBRAS.

A ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRAS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo, com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.

Em 15 de janeiro de 2008, a ELETROBRAS fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRAS, para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2. A titularidade deste fundo pertence à ELETROBRAS, conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento da carteira do mencionado fundo:

DERIVATIVOS FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Conta-corrente	16	15
Operações compromissadas	-	-
Letra Financeira do Tesouro	230.648	152.076
Ajuste Mercado Futuro:		
- Swap	-	11.136
- Dólar Comercial Futuro	(852)	(470)
- Outros	6	(1)
Subtotal	229.818	162.756
Dólar Comercial Futuro	852	470
<b>TOTAL</b>	<b>230.670</b>	<b>163.226</b>

As margens negativas das operações com dólar futuro estão classificadas no passivo não circulante – Outros. O valor do ajuste, em 31 de dezembro de 2012, monta R\$ 421 mil (R\$ 470 mil em 31 de dezembro de 2011).

A ELETROBRAS fixou o montante a ser depositado no exercício de 2012 em R\$ 35.433 mil.

Mensalmente, a ELETROBRAS informa à ELETRONUCLEAR, os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do imposto de renda na fonte.

Nesse exercício de 2012, o fundo apresenta um rendimento financeiro de R\$ 27.939 mil (Nota 28), (R\$ 21.669 mil no exercício de 2011), em função da variação cambial do dólar norte-americano em relação ao real, ocorrida nos períodos.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	39.322	30.836
Quotas de 2008 a 2012	156.587	121.155
Total de quotas recolhidas	195.909	151.991
Ganhos líquidos auferidos acumulados	33.909	10.765
Patrimônio líquido do fundo	229.818	162.756
Ajuste da carteira de aplicações a realizar	852	470
<b>Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo</b>	<b>230.670</b>	<b>163.226</b>

## NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

### a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	11.199	9.791
Contingências tributárias	18.307	15.846
Contingências cíveis	3.411	3.240
	32.917	28.877
Outros depósitos	723	16
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	6.086	6.107
<b>TOTAL</b>	<b>39.726</b>	<b>35.000</b>

### b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS - R\$ MIL				
Composição	SALDO EM 31/12/2011	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2012
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Depósitos judiciais	28.877	(4.319)	8.359	32.917
Outros depósitos	16	(16)	723	723
Atualização monetária s/depósitos judiciais	6.107	(21)	-	6.086
<b>TOTAL</b>	<b>35.000</b>	<b>(4.356)</b>	<b>9.082</b>	<b>39.726</b>

## NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.409.722 mil (R\$ 1.527.105 mil em 31 de dezembro de 2011) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.608.248 mil (R\$ 1.725.015 mil em 31 de dezembro de 2011).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa em função de vários fatores, a saber:

- Não há histórico consistente de rentabilidade.

- Com a instituição do Plano de Sucessão Programada da ELETRONUCLEAR – PSPE, que tem previsto para início de adesão em meados do ano de 2013, consta do fluxo financeiro de caixa da Companhia para o 2º semestre de 2013, o início dos desembolsos por conta dos desligamentos, conforme aprovação na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012. Na forma da legislação societária, tão logo o PSPE seja implantado, há de se reconhecer seus efeitos como um todo, o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2013 e possivelmente 2014, quando do reconhecimento contábil das obrigações a ele vinculadas.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, bem como a composição dos impostos diferidos ativos e passivos, encontram-se detalhados nas Notas 18 e 29.

## NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

### a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	IMOBILIZADO			
		31/12/2012			31/12/2011
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO Angras 1 e 2	3,3	8.567.566	(3.034.097)	5.533.469	5.111.709
		8.567.566	(3.034.097)	5.533.469	5.111.709
EM CURSO Angras 1, 2 e 3		2.880.400	-	2.880.400	2.174.374
		2.880.400	-	2.880.400	2.174.374
TOTAL BRUTO		11.447.966	(3.034.097)	8.413.869	7.286.083
Obrigações especiais	3,3	(237)	143	(94)	(118)
VALOR LÍQUIDO		11.447.729	(3.033.954)	8.413.775	7.285.965

**b) Movimentação do imobilizado**

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2012 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2011	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	2.174.374	1.394.020	(687.561)	(433)	2.880.400
Em serviço: custo	7.896.945	-	687.561	(16.940)	8.567.566
depreciação	(2.785.236)	(256.632)	-	7.771	(3.034.097)
Total em serviço	5.111.709	(256.632)	687.561	(9.169)	5.533.469
TOTAL BRUTO	7.286.083	1.137.388	-	(9.602)	8.413.869
Obrigações especiais	(118)	24	-	-	(94)
TOTAL	7.285.965	1.137.412	-	(9.602)	8.413.775

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2011 - R\$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2010	ADIÇÕES / DEPRECIÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS	SALDO EM 31/12/2012
Em curso	1.132.213	1.197.318	(157.530)	2.373	2.174.374
Em serviço: custo	7.710.826	-	157.530	28.589	7.896.945
depreciação	(2.547.147)	(245.365)	-	7.276	(2.785.236)
Total em serviço	5.163.679	(245.365)	157.530	35.865	5.111.709
TOTAL BRUTO	6.295.892	951.953	-	38.238	7.286.083
Obrigações especiais	(142)	24	-	-	(118)
TOTAL	6.295.750	951.977	-	38.238	7.285.965

No mês de maio de 2012, em virtude de negociações contratuais entre a ELETRONUCLEAR e o fornecedor AREVA, empresa a ser contratada para o fornecimento de equipamentos para a Usina Angra 3, tendo como destaque nestas negociações, impasses sobre a taxa cobrada pela "Export Credit Agencies (ECA)" alemã HERMES, para a concessão do Seguro de Crédito de Exportação, foi efetuada a devolução dos adiantamentos "Down Payment" realizados em dezembro de 2011, no valor de R\$ 270.436 mil. Tal fato teve reconhecimento em registro contábil com reflexo na redução integral dos valores originalmente adicionados ao Ativo Imobilizado.

**c) Análises para fins de *Impairment***

A Administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada à mensuração de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando for impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa, a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, por taxa de desconto posterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados nos últimos estudos desenvolvidos, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2012, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "*impairment*" na ELETRONUCLEAR.

#### **d) Licenciamento das usinas Angra 1 e 2**

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, expedido pelo IBAMA e Licenciamento Nuclear, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente (AOP), emitida pela CNEN, em 1994 e renovada em 17 de setembro de 2010, válida por 14 anos. Não possui licença emitida pelo IBAMA, pois na época da sua construção não havia a exigência do licenciamento ambiental. Para regularizar esta situação, foi elaborado um Plano de Controle Ambiental (PCA), que está em análise pelo IBAMA.

A Usina Angra 2, por sua vez, possui uma Autorização para Operação Permanente (AOP), concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos, com Revalidação Periódica de Segurança – RPS, a cada 10 anos. Em 1999, o IBAMA emitiu a Licença de Operação LO n.º 047/99, exclusivamente para o comissionamento da usina (testes de funcionamento dos equipamentos). Essa licença foi renovada em 2000, porém uma segunda renovação não foi ainda concedida devido a um questionamento do Ministério Público Federal (MPF). Em consequência, foi assinado em 2001, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC).

De acordo com o setor de Meio Ambiente da ELETRONUCLEAR, bem como pela interpretação do Parecer Técnico do IBAMA acima referenciado, o TCAC já foi cumprido na íntegra. Entretanto, somente em 2011 o Ministério Público se pronunciou sobre o assunto, o que permitiu a emissão da AOP, pela CNEN, em 15/06/2011 e o início das análises pelo IBAMA. Em função dessa análise, em conjunto com a análise do PCA de Angra 1, o IBAMA emitirá uma Licença Operacional Unificada, na qual estarão contempladas as usinas nucleares Angra 1 e Angra 2. Conforme exposto pelo próprio órgão licenciador, a emissão dessa Licença está prevista para o mês de março de 2013.

#### **e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos**

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em passivos, aprovada pela Deliberação CVM 621, de 22 de dezembro de 2009, determina que a alteração de taxa de desconto

aplicada em passivo de desativação deve refletir como atualização do ajuste a valor presente desse passivo, devendo tal alteração ser adicionada ao ativo correspondente.

No presente exercício, foi contabilizado ajuste a valor presente, decorrente de diferença da taxa de 5,49% ao ano para 4,98% ao ano, sobre o Passivo para Descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O valor registrado no Passivo Não Circulante de R\$ 39.344 mil, teve como contrapartida o Ativo Imobilizado.

A taxa de desconto atual para ajuste a valor presente é de 4,98% ao ano, estabelecida para aplicação por todas as Empresas do Sistema ELETROBRAS.

### **f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado**

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

Para atendimento ao previsto no CPC 27, a Companhia reclassificou em 31 de dezembro de 2011, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, o valor de R\$ 301.252 mil do almoxarifado para o ativo imobilizado.

### **g) Empreendimento Angra 3**

O projeto da usina termonuclear Angra 3 teve início na década de 1980. As obras civis foram licitadas e adjudicadas à Construtora Andrade Gutierrez, através de contrato assinado em junho de 1983. A construtora foi mobilizada em junho de 1984, dando início às obras, instalando-se no canteiro e executando serviços iniciais de cortes de rocha e de abertura de cavas para os blocos de fundações das edificações da usina. O material retirado no desmonte foi utilizado na construção do molhe de proteção do sítio de Itaorna.

Em função de restrições orçamentárias que foram impostas ao empreendimento, fruto do forte recrudescimento da crise econômica por que passou o país na década de 1980, as obras foram paralisadas em abril de 1986, permanecendo nessa situação até fins de 2009.

No momento, as obras de construção da usina Angra 3 encontram-se em pleno desenvolvimento, apresentando, resumidamente, a presente situação:

- **Processo de licenciamento ambiental**

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já foram expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em julho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental.

É importante ressaltar que devem ser cumpridos todos os condicionantes presentes na Licença de Instalação, não somente para evitar eventuais autuações e embargos das obras, mas também, para a obtenção da Licença de Operação.

- **Processo de licenciamento nuclear**

Também em março de 2009, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN emitiu a 1ª Licença Parcial de Construção, o que permitiu que a ELETRONUCLEAR iniciasse as atividades preparatórias no local de construção da usina, quais sejam: a execução do concreto de regularização da cava de fundações das edificações, da planta e a impermeabilização das fundações do edifício do reator (UJB) e do edifício auxiliar do reator (UKA).

Em 2010, a CNEN emitiu uma série de licenças e autorizações, permitindo à ELETRONUCLEAR iniciar a execução de diversas atividades do cronograma executivo das obras, a saber:

- 2ª Licença Parcial de Construção: expedida em 11 de março de 2010; autorizando a construção de estruturas não nucleares;
- 3ª Licença Parcial de Construção: expedida em 29 de março de 2010; autorizando a construção do edifício da turbina;
- Licença de Construção: expedida em 31 de maio de 2010, autorizando a concretagem da laje de fundação do edifício do reator (UJB), condicionada à submissão, por parte da ELETRONUCLEAR a CNEN, de projetos e cálculos para as etapas seguintes da obra. Nesse contexto, até 31 de dezembro de 2012, a CNEN emitiu 38 autorizações para serviços de concretagem.

- **Comercialização da energia a ser gerada pela usina**

A regulamentação dos mecanismos de comercialização da energia, a ser gerada por Angra 3, foi um importante marco alcançado no tocante à estruturação do empreendimento, haja vista que tal regulamentação era uma das principais condicionantes para a obtenção de financiamento junto a agentes financeiros nacionais e internacionais.

Em 22 de junho de 2010, a Secretaria de Planejamento do Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria SP-MME nº 12/2010, que fixou a garantia física de Angra 3 em 1.214,2 MW médios, tendo por base a potência bruta da usina em 1.405 MW.

Em 23 de junho de 2010, o Ministério de Minas e Energia (MME) expediu a Portaria nº 586/2010, que autorizou a celebração de contrato de venda de energia entre a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e estabeleceu o seguinte:

- Tipo de contrato: energia de reserva;
- Energia contratada: 1.184 MW médios;
- Início de entrega de energia: 2016;
- Preço da energia: não superior a R\$ 148,65 / MWh (Base: Dez-2009).

No final de 2010, o MME expediu novo documento relativo à comercialização da energia de Angra 3: Portaria MME nº 980/2010, de 21 de dezembro de 2010, detalhando a portaria anterior, estabelecendo a data de entrega de energia em 1º de janeiro de 2016 e mantendo o preço de venda.

Em 26 de agosto de 2011, a ELETRONUCLEAR e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com base na portaria acima referida, assinaram o contrato de Venda de Energia de Reserva com um prazo de suprimento de 35 anos e com início de venda em 1º de janeiro de 2016.

- **Contrato de longo prazo para fornecimento do combustível nuclear**

Em 24 de setembro de 2010, após um longo período de negociações, que teve início em janeiro de 2009, a ELETRONUCLEAR e a Indústrias Nucleares do Brasil – INB assinaram o contrato de longo prazo para o fornecimento do combustível nuclear para Angra 3. É importante destacar que o estabelecimento desse contrato também era condicionante para a obtenção de financiamentos para o empreendimento. Os principais valores finais deste contrato na base maio de 2009 são:

- 1º Núcleo de combustível: R\$ 634.000 mil;
- 29 Recargas: R\$ 5.400.000 mil;
- Custo médio do combustível: R\$ 18,64 / MWh.

- **Estrutura de financiamento**

A composição de recursos para o financiamento do empreendimento prevê a seguinte distribuição:

- **Recursos BNDES:**

Em 22 de março de 2011, foi protocolado em cartório do Rio de Janeiro, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 10.2.2032.1, no valor de R\$ 6.146.256 mil e assinado em 23 de fevereiro de 2011, pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela ELETRONUCLEAR, com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, destinado à implantação da UTN Angra 3.

Essa fonte destina-se à cobertura de 80% dos itens financiáveis pelo agente, envolvendo serviços de engenharia e consultoria no mercado nacional, fornecimentos de equipamentos, componentes e materiais do escopo nacional de suprimentos e, se for o caso, os impostos incidentes sobre aquisições de equipamentos e materiais do escopo importado.

O contrato estabelece uma taxa de juros de 1,72% ao ano, acrescido da TJLP, com um prazo de vinte anos para a amortização do principal e dos juros da dívida, sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2016.

Até 31 de dezembro de 2012, foram liberados R\$ 1.277.000 mil desta linha de crédito.

- **Recursos RGR:**

Empréstimo de R\$ 890.000 mil da ELETROBRAS, correspondendo a 10% da disponibilidade da Reserva Global de Reversão – RGR, de cerca de R\$ 9.000.000 mil ao final de 2010.

O contrato, assinado em 24 de janeiro de 2011, estabelece um prazo de amortização de 20 anos após o término do período de carência, a encerrar-se em janeiro de 2018.

Com a assinatura do contrato, foi disponibilizado à ELETROBRAS 2,35% do valor do mesmo, ou seja, R\$ 209.000 mil.

Originalmente, as liberações subsequentes dar-se-iam mediante comprovações das execuções física e financeira dos eventos previstos no eventograma do contrato.

Posteriormente, visando agilizar o processo de liberação das parcelas de financiamento, a ELETROBRAS e a ELETROBRAS acordaram que as futuras liberações serão realizadas baseadas em uma projeção de dispêndios para o trimestre vindouro, concomitantemente à prestação de contas dos gastos realizados no trimestre anterior.

Até 31 de dezembro de 2012, foram liberados R\$ 594.200 mil desta linha de crédito.

#### **- Recursos da Caixa Econômica Federal:**

Em 21 de dezembro de 2012, foi assinado pela ELETROBRAS e pela Caixa Econômica Federal (CEF), o contrato de financiamento para suportar os dispêndios no mercado externo. O contrato estabelece as seguintes condições:

- Valor: R\$ 3,8 bilhões.
  - Tomadora: ELETROBRAS.
  - Garantia: UNIÃO, através da Secretaria do Tesouro Nacional.
  - Recursos: Liberação de recursos do Tesouro Nacional à Caixa Econômica Federal (CEF).
  - Carência: 5 anos.
  - Prazo de amortização: 20 anos.
  - Juros nominais: 6,5% a.a.
- Abrangência do financiamento:
- AREVA: Serviços e Suprimentos importados.
  - Outros contratos externos de menor monta.

Até 31 de dezembro de 2012, não houve liberação de recursos pela CEF.

#### **• Isenção de tributos federais**

Cumpridos os trâmites do processo, foi assinado pela Presidência da República, em 29 de outubro de 2012, o Decreto nº 7.832/2012 que regulamenta o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, de que trata os artigos 14 a 17 da Lei nº 12.431/2011.

O RENUCLEAR suspende o pagamento do “Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR; e do IPI, na

importação, e do Imposto de Importação - II incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura, destinadas ao ativo imobilizado, quando importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR”.

No caso do Imposto de Importação, a isenção aplica-se somente a materiais de construção ou a outros bens sem similar nacional.

Ao MME compete aprovar, por meio de portarias, os projetos que se enquadrem nas disposições do decreto.

A isenção dos impostos poderá ser usufruída nas aquisições e importações realizadas até 31 de dezembro de 2015.

Em 26 de dezembro de 2012, foi aprovado através da Portaria MME Nº 625, o enquadramento de ANGRA 3 no RENUCLEAR.

No momento, encontra-se em preparação, pela ELETRONUCLEAR, a documentação necessária para usufruir dos benefícios do RENUCLEAR.

- **Atrasos na construção de Angra 3**

Em junho de 2012, a ELETRONUCLEAR comunicou à sua empresa controladora - ELETROBRAS que, com base em avaliações ainda preliminares, o empreendimento Angra 3 apresentava atrasos irreversíveis da ordem de 7 meses, o que postergaria o início de operação comercial da usina, de 01 de dezembro de 2015 para 01 de julho de 2016.

Dentre os motivos que mais vêm impactando consideravelmente o cronograma do empreendimento, podemos citar: o processo de autorizações gradativas para concretagem no âmbito da CNEN; a formalização do novo arranjo financeiro para cobertura de bens e serviços no exterior, originalmente através de bancos estrangeiros, posteriormente através do BNDES e agora, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF); o término das gestões junto à AREVA, visando buscar a redução dos prazos de fornecimento, mormente aqueles associados à entrega da instrumentação e controle digital; a efetivação dos contratos com a AREVA que dependiam do aludido financiamento para sua efetivação; o prosseguimento do processo de contratação da montagem eletromecânica, pendente de apreciação pelo TCU desde abril de 2012, e só agora liberado, o que paralisou, por um longo período, o processo de licitação; as dificuldades nos processos de renegociação de contratos com fornecedores nacionais de materiais e equipamentos; as dificuldades na viabilização dos processos para contratação de suprimentos nacionais; e, ainda, o baixo desempenho desses fabricantes, mormente a CONFAB e a NUCLEP, na execução dos contratos.

Assim, a despeito de todas as ações e apreciações ora sendo desenvolvidas pela ELETRONUCLEAR, o estabelecimento de um novo cronograma firme para o Empreendimento só será possível quando equacionados os principais entraves ora impedindo essa emissão.

A ELETRONUCLEAR vem procedendo a todas as ações na busca do equacionamento desses óbices.

## h) Implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE

Em dezembro de 2012 a ELETRONUCLEAR, concluiu a implantação do MCPSE.

## NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e a de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL					
DESCRIPTIVO	SALDO 31/12/2011	ADIÇÃO / OUTROS	TRANSF P/SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO	SALDO 31/12/2012
Em curso	9.022	9.889	(4.905)	-	14.006
Em serviço - custo	61.277	-	4.905	-	66.182
amortização	(38.293)	(7.565)	-	-	(45.858)
Total em serviço	22.984	(7.565)	4.905	-	20.324
TOTAL LÍQUIDO	32.006	2.324	-	-	34.330

## NOTA 16 - FORNECEDORES

- a) O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.
- b) Também está composto da provisão do valor de R\$ 224.906 mil, a ser pago a FURNAS, correspondente à diferença da tarifa cobrada a FURNAS em relação à tarifa definitiva homologada pela ANEEL, bem como do valor de R\$ 581.431 mil correspondente ao diferencial de que se refere o art. 12, da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, que será cobrado das concessionárias de distribuição e repassado a FURNAS, todos de acordo com a Resolução Homologatória 1.406 de 21 de dezembro de 2012.
- c) A variação cambial destacada, refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras processadas desde seus registros até a data do balanço.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES				
BALANÇO	R\$ MIL			
	Faturas processadas	Varição cambial	Provisões	TOTAL
Circulante - nacional	58.028	-	64.345	122.373
Circulante - exterior	30.908	581	30.512	62.001
<b>TOTAL EM 31/12/2011</b>	<b>88.936</b>	<b>581</b>	<b>94.857</b>	<b>184.374</b>
<u>Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	61.221	61.221
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	188.793	188.793
Fornecedores - nacional	57.829	-	72.112	129.941
Fornecedores - exterior	18.539	493	44.661	63.693
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>76.368</b>	<b>493</b>	<b>366.787</b>	<b>443.648</b>
<u>Não Circulante</u>				
Furnas - devolução de tarifa	-	-	183.661	183.661
Furnas - diferencial distribuidoras	-	-	363.193	363.193
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>546.854</b>	<b>546.854</b>
<b>TOTAL EM 31/12/2012</b>	<b>76.368</b>	<b>493</b>	<b>913.641</b>	<b>990.502</b>

## NOTA 17 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos são:

### Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Tratam-se de financiamentos captados com a ELETROBRAS para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da Usina Angra 1.

Não existem covenants e garantias financeiras fornecidas pela ELETRONUCLEAR, sendo a própria ELETROBRAS a garantidora desses financiamentos.

Os recursos em moeda estrangeira foram contraídos pela ELETROBRAS, junto aos bancos alemães Dresdner Bank e KFW, sendo a última parcela paga em 2012.

### Aplicações nas Usinas Angra 3

Em 24 de janeiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº ECF-2878/2010 entre a Companhia e a ELETROBRAS, com interveniência do Banco do Brasil, com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, na ordem de R\$ 890.000 mil, para retomada do empreendimento de implementação da usina nuclear Angra 3.

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o contrato de financiamento nº 10.2.2032.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a

ELETRONUCLEAR, com interveniência da ELETROBRAS, com abertura de um crédito de R\$ 6.146.256 mil, destinados à implantação da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R\$ 1.277.000 mil até 31 de dezembro de 2012.

### a) Quadro dos financiamentos e empréstimos por moeda

DESCRIÇÃO	R\$ MIL							
	31/12/2012				31/12/2011			
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
<b>EM REAL</b>								
ANGRAS 1 e 2	2.790	44.133	455.414	502.337	1.559	39.696	494.248	535.503
ANGRA 3:								
ELETROBRAS	2.724	-	594.250	596.974	1.678	-	594.250	595.928
BNDES	3.943	-	1.345.730	1.349.673	1.843	-	552.440	554.283
Total	9.457	44.133	2.395.394	2.448.984	5.080	39.696	1.640.938	1.685.714
<b>EME EURO</b>								
Bancos alemães	-	-	-	-	144	46.775	-	46.919
Total	-	-	-	-	144	46.775	-	46.919
<b>TOTAL GERAL</b>	9.457	44.133	2.395.394	2.448.984	5.224	86.471	1.640.938	1.732.633

### b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	R\$ MIL			
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA	TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	44.776	1.640.938	46.919	1.732.633
Ingressos	-	735.000	-	735.000
Encargos - resultado	34.651	-	4.056	38.707
Encargos - investimento	95.122	-	-	95.122
Varição monetária e cambial	-	-	4.543	4.543
Transferência para o circulante	40.759	(40.759)	-	-
Incorporação de encargos ao principal	(60.215)	60.215	-	-
Amortização	(101.503)	-	(55.518)	(157.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	53.590	2.395.394	-	2.448.984

### c) Principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos com as respectivas variações percentuais

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS - VARIAÇÕES DOS INDICADORES			
MOEDAS E INDICADORES	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	2,6954	2,4342	10,73%
IGPDI	499,989	466,331	7,22%
INPC	3687,78	3480,52	5,95%
IGPM2	658,857	611,081	7,82%

**d) Dívida total com seus vencimentos programados**

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	91.503
2013	53.397	40.750
2014	40.968	40.971
2015	40.968	40.971
2016	58.226	46.672
2017	76.513	52.220
Após 2017	2.178.912	1.419.546
<b>TOTAIS</b>	<b>2.448.984</b>	<b>1.732.633</b>

**NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO**

A seguir, a composição das obrigações com tributos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante, e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R\$ MIL			
	31/12/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
PASEP e COFINS - diferidos	13.111	-	14.941	-
PASEP e COFINS - distribuidoras	51.055	-	-	-
PASEP E COFINS- parcelamento	9.413	-	13.993	7.218
IPTU CNAAB - parcelamento	-	-	15.986	-
Taxas de importação	1.874	-	493	-
IRRF - juros ELETROBRAS	-	-	756	-
Cosirf	2.117	-	2.506	-
CIDE s/serviços no exterior	2.125	-	11.607	-
IRRF - Folha de pagamento	13.772	-	13.327	-
INSS	11.459	-	12.357	805
FGTS	3.550	-	1.966	-
Outros	2.791	-	7.006	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>111.267</b>	<b>-</b>	<b>94.938</b>	<b>8.023</b>
IR e CSLL diferidos	-	-	-	12.059
<b>TOTAL</b>	<b>111.267</b>	<b>-</b>	<b>94.938</b>	<b>20.082</b>

A Companhia constitui IRPJ e CSLL Diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos a adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em 2012, geraram uma posição Ativa de IRPJ e CSLL Diferidos no montante total de R\$ 128.445 mil, contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO FISCAL DIFERIDO - R\$ MIL							
	31/12/2012				31/12/2011			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente descomissionamento	798.675	71.881	199.669	271.550	824.115	74.170	206.029	280.199
Provisão para participações de empregados	(44.497)	(4.005)	(11.124)	(15.129)	-	-	-	-
Corr.monetária imobilizado 1995 a 1997	206.494	18.584	51.624	70.208	217.932	19.615	54.483	74.098
Imobilizado do descomissionamento-AVP	(17.551)	(1.580)	(4.388)	(5.967)	18.418	1.658	4.605	6.263
Imobilizado do descomissionamento-Custo	17.451	1.571	4.363	5.933	-	-	-	-
Outros ajustes CPC	(3.001)	(270)	(750)	(1.020)	-	-	-	-
Baixa despesas administrativas	(236.591)	(21.293)	(59.148)	(80.441)	(247.338)	(22.260)	(61.835)	(84.095)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(45.096)	(4.059)	(11.274)	(15.333)	(32.351)	(2.912)	(8.088)	(11.000)
Receita financ.capitalizada no Imobilizado	(22.279)	(2.005)	(5.570)	(7.575)	(2.707)	(244)	(677)	(921)
Provisão para benefícios pós emprego	1.499	135	375	510	(15.919)	(1.432)	(3.979)	(5.411)
Provisão para devedores duvidosos	(92.670)	(8.340)	(23.168)	(31.508)	(173)	(16)	(43)	(59)
Provisão p/atualização depósitos judiciais	4.202	378	1.051	1.429	4.202	378	1.051	1.429
Provisão para contingências judiciais	(67.840)	(6.106)	(16.960)	(23.066)	(43.485)	(3.914)	(10.871)	(14.785)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Sub-total	(191.933)	(17.274)	(47.983)	(65.257)	31.965	2.876	7.993	10.869
Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	-	-	-	(9.590)	(862)	(2.398)	(3.260)
<b>SUB-TOTAL</b>	(191.933)	(17.274)	(47.983)	(65.257)	22.375	2.014	5.595	7.609
(-)Ativo Diferido	191.933	17.274	47.983	65.257	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	185.846	16.726	46.462	63.188	13.093	1.178	3.272	4.450
(-) Outros resultados abrangentes	(185.846)	(16.726)	(46.462)	(63.188)	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	35.468	3.192	8.867	12.059

Os valores de IRPJ e CSLL Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se a constituição integral de IRPJ e CSLL Diferidos Passivos e Ativos. Como em 31/12/2012 os referidos tributos resultaram em Ativo Diferido, no montante de R\$ 65.257 mil, em respeito ao CPC 32, a Eletronuclear só contabilizou o Ativo Diferido no limite do Passivo Diferido que foi de R\$ 349.629 mil.

## NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de férias e gratificação de férias	44.960	41.773
Encargos sociais sobre provisão de férias	23.041	20.913
<b>TOTAL</b>	<b>68.001</b>	<b>62.686</b>

## NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
RGR	2.887	12.645
Taxa de fiscalização da Aneel	777	785
<b>TOTAL</b>	<b>3.664</b>	<b>13.430</b>

## **NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

### **I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA**

A Real Grandeza tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e, em ambos, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

A ELETRONUCLEAR apropriou, no exercício, o valor de R\$ 3.716 mil (R\$ 2.936 mil - 31 de dezembro de 2011) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

### **II) NUCLEOS**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.

Considerando, ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para a entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da Patrocinadora e dos participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrada:

DADOS POPULACIONAIS	2012		2011	
	Real Grandeza	Nucleos	Real Grandeza	Nucleos
<b>1. Participantes ativos</b>				
1.1. Participantes - nº	732	1.621	740	1.636
1.2. Idade Média	54,1	43,5	53,5	42,7
1.3. Serviço Creditado (total)	26,1	13,3	25,1	12,5
1.4. Tempo para Aposentadoria	6,9	16,0	7,8	17,7
1.5 Salário Médio em R\$	10.191	7.396	9.204	7.273
<b>2. Aposentados</b>				
2.1. Participantes Aposentados - nº	310	156	302	166
2.2. Idade Média	62,2	67,8	61,3	66,8
2.3. Benefício Médio em R\$	6.008	4.958	5.346	4.297
<b>3. Pensionistas</b>				
3.1. Participantes Pensionistas - nº	51	57	66	43
3.2. Idade Média	56,2	55,6	55,4	57,5
3.3. Benefício Médio em R\$	1.765	3.007	1.686	2.746
População Total	1.093	1.834	1.108	1.845

## 21.1 Termos de compromissos

### a) Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas

Em 14 de dezembro de 2000, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um "Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças", no valor de R\$ 84.510 mil - base 31 de dezembro de 1999, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2001.

A remuneração da obrigação foi fixada em 6% ao ano e a última parcela possuía vencimento em 26 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas correspondia a R\$ 26.939 mil, classificados no passivo circulante. Essa dívida foi totalmente liquidada durante o ano de 2012.

### b) Contrato de reserva a amortizar

Em 13 de outubro de 2003, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Esse montante, corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2012, monta R\$ 24.374 mil (R\$ 29.823 mil - 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$ 7.736 mil estão classificados no passivo circulante (R\$ 6.929 mil - 31 de dezembro de 2011) e R\$ 16.638 mil no passivo não circulante (R\$ 22.894 mil - 31 de dezembro de 2011).

### c) Dívida total por vencimento

Os contratos têm o seguinte perfil de vencimento:

ANO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	33.868
2013	7.736	7.191
2014	8.077	7.623
2015	8.561	8.080
TOTAL	24.374	56.762

## 21.2 Outros benefícios pós-emprego – seguro-saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o aos inativos e pensionistas. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente.

## 21.3 Efeitos dos planos BD e assistência saúde

### 21.3.1 Hipóteses Econômicas e Atuariais

Hipóteses Econômicas			
	2012		2011
	Nucleos	Real Grandeza	
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,45%	3,43%	5,55%
Taxa anual de inflação projetada	4,89%	4,89%	4,50%
Taxa esperada de retorno nos ativos	3,45%	3,43%	10,30%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	98%	100%
Hipóteses Atuariais			
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos de cada plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano Real Grandeza foi de R\$ 4.560 mil (R\$ 35.218 mil em 2011) e do plano Nucleos foi de R\$ 142.502 mil (R\$ 1.729 mil em 2011).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

### 21.3.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

Descritivo	R\$ MIL 2012			
	Real Grandeza	Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	756.238	626.671	17.920	1.400.829
Custo do serviço corrente	13.864	18.713	-	32.577
Contribuições de participantes	1.905	6.134	-	8.039
Custo dos juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Benefícios pagos/adiantados	-38.403	-17.678	-578	-56.659
(Ganhos) ou perdas atuariais	467.085	235.664	-2.791	699.958
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	1.273.890	928.222	16.397	2.218.509

<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do exercício	914.644	620.330	-	1.534.974
Retorno esperado dos investimentos	92.704	63.321	-	156.025
Contribuições patronais	18.851	19.486	578	38.915
Contribuições de participantes do plano	16.992	12.446	-	29.438
Benefícios pagos/adiantados	-38.403	-17.678	-578	-56.659
Ganhos ou (perdas) atuariais	214.821	79.181	-	294.002
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.219.609	777.086	-	1.996.695
Estado de cobertura no final do exercício	-54.281	-151.136	-16.397	-221.814

<b>Custo Periódico Líquido (resultado)</b>				
Custo do serviço corrente	13.864	18.713	-	32.577
Custo dos juros	73.201	58.718	1.846	133.765
Retorno esperado dos ativos financeiros	-92.704	-63.321	-	-156.025
<b>Total do Custo Periódico Líquido</b>	<b>-5.639</b>	<b>14.110</b>	<b>1.846</b>	<b>10.317</b>

Descritivo	R\$ MIL 2011			
	Real Grandeza	Nucleos	Saúde	Total
<b>Alterações nas obrigações</b>				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	761.365	577.948	34.494	1.373.807
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	31.580
Contribuições de participantes	-	-	-	-
Custo dos juros	74.515	57.692	3.715	135.922
Benefícios pagos/adiantados	-40.534	-15.807	-893	-57.234
(Ganhos) ou perdas atuariais	-53.573	-8.897	-20.776	-83.246
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	756.239	626.670	17.920	1.400.829

<b>Alterações nos ativos financeiros</b>				
Valor justo dos ativos no início do exercício	891.042	615.581	-	1.506.623
Retorno esperado dos investimentos	90.306	63.580	-	153.886
Contribuições patronais	17.284	10.512	893	28.689
Contribuições de participantes	11.634	8.314	-	19.948
Benefícios pagos/adiantados	-40.534	-15.807	-893	-57.234
Ganhos ou (perdas) atuariais	-55.088	-61.851	-	-116.939
Valor justo dos ativos no fim do exercício	914.644	620.329	-	1.534.973
Estado de cobertura no final do exercício	158.405	-6.341	-17.920	134.144
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	-158.405	-	-	-158.405
Termo de consolidação de dívidas com a FRG	-56.792	-	-	-56.792
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-56.792	-6.341	-17.920	-81.053

<b>Custo Periódico Líquido (resultado)</b>				
Custo do serviço corrente	14.466	15.734	1.380	31.580
Custo dos juros	74.515	57.692	3.715	135.922
Retorno esperado dos ativos financeiros	-96.106	-67.107	-	-163.213
Total do Custo Periódico Líquido	-7.125	6.319	5.095	4.289

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	R\$ MIL 2012			R\$ MIL 2011		
	Real Grandeza	Nucleos	Total	Real Grandeza	Nucleos	Total
Renda fixa	3.273	12.547	15.820	53	20	73
Renda variável	1.148.883	728.785	1.877.668	854.633	593.481	1.448.114
Imóveis	39.817	19.314	59.131	37.503	6.338	43.841
Empréstimos	29.070	5.074	34.144	26.599	12.693	39.292
Outros	-1.434	11.367	9.933	-4.145	7.798	3.653
Total dos ativos	1.219.609	777.087	1.996.696	914.643	620.330	1.534.973

### 21.3.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Real Grandeza	132.547	77.377
Nucleos	52.872	-97.299
Programa de Saúde	4.041	6.832
Programa de Seguro	-3.614	-3.614
<b>Total</b>	<b>185.846</b>	<b>-16.704</b>

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Ganhos (perdas) atuariais do exercício		
Real Grandeza	55.170	185.209
Nucleos	150.171	-141.924
Programa de Saúde	-2.791	-20.776
<b>Total</b>	<b>202.550</b>	<b>22.509</b>

### 21.3.4 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 32.569 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

### 21.3.5 O histórico dos ajustes pela experiência no plano de benefício definido está apresentado a seguir:

Real Grandeza	R\$ MIL			
	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.273.890	756.238	761.365	636.188
Valor justo dos ativos do plano	-1.219.609	-914.643	-891.042	-653.678
Déficit (Superávit)	54.281	-158.405	-129.677	-17.490
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	467.085	-53.574	70.497	-32.603
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	-88.144	-55.088	171.500	16.545

Nucleos	R\$ MIL			
	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	928.223	626.671	577.948	525.819
Valor justo dos ativos do plano	-777.087	-620.330	-615.581	-555.479
Déficit (Superávit)	151.136	6.341	-37.633	-29.660
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	235.664	-8.897	-5.079	41.582
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	79.182	-61.851	1.866	127.926

### 21.3.6 Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

Variação nas taxas de custos médicos	R\$ MIL 2012
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1%	78
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1%	-67
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	939
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	-806

### NOTA 22 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:

#### a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>TRABALHISTAS</b>				
Data-Base dos Engenheiros	15.732	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	9.667	4.982	5.922	3.664
Planos Bresser, Collor, etc.	4.491	2.393	4.668	2.380
Outras	2.127	561	974	444
	32.017	7.936	27.296	6.488
<b>TRIBUTÁRIAS</b>				
Tributos Federais	8.461	80	122	80
INSS	10.386	17.892	8.920	11.406
	18.847	17.972	9.042	11.486
<b>CÍVEIS</b>				
Desapropriações	1.954	2.120	1.260	226
Responsabilidade civil	5.647	1.277	5.647	3.014
Outros	1.568	-	2.276	-
	9.169	3.397	9.183	3.240
<b>AMBIENTAL</b>				
Contecioso	7.326	-	3.826	-
	7.326	-	3.826	-
<b>TOTAL</b>	<b>67.359</b>	<b>29.305</b>	<b>49.347</b>	<b>21.214</b>

Os depósitos judiciais apresentados no quadro acima são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

Do montante da provisão de tributos federais, a parcela de R\$ 8.070 mil refere-se à alteração feita pelos advogados da Companhia, da expectativa de perda possível para provável de processo relativo à PASEP/COFINS.

A ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR.

Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS, em 23 de maio de 1997, estando, portanto, correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros" no ativo não circulante.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia, e, portanto, não provisionados, montam R\$ 79.044 mil, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 88.728 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 8.084 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 8.099 em 31 de dezembro de 2011), R\$ 67.949 mil de ações tributárias (R\$ 76.072 mil em 31 de dezembro de 2011) e outros de natureza cível no valor de R\$ 3.011 mil (R\$ 4.557 mil em 31 de dezembro de 2011).

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo processo monta R\$ 47.504 mil. A ELETROBRAS concedeu, em garantia a essa execução, ações de sua propriedade e que totalizam R\$ 44.601 mil.

Adicionalmente, a Companhia vem questionando um auto de infração, cujo objeto trata de despesas de descomissionamento consideradas como dedutíveis no ano base de 2005. O valor total do auto de infração é de R\$ 6 milhões e os advogados da Companhia avaliam a sua probabilidade de perda em relação a essa causa como possível.

Vale ressaltar que, a Companhia manteve o critério de deduzir as despesas de descomissionamento das suas bases de apuração de imposto de renda e contribuição social.

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, somam R\$ 6.093 mil (R\$ 8.124 mil - 31 de dezembro de 2011), referentes a processos tributários federais.

## b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTIGÊNCIAS JUDICIAIS - R\$ MIL				
Composição	SALDO EM 31/12/2011	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM 31/12/2012
		BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	27.296	(1.253)	5.974	32.017
Tributárias	9.042	-	9.805	18.847
Cíveis	9.183	(19)	5	9.169
Ambiental	3.826	-	3.500	7.326
<b>TOTAL</b>	<b>49.347</b>	<b>(1.272)</b>	<b>19.284</b>	<b>67.359</b>

## NOTA 23 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

### a) Descomissionamento

#### a.1) Constituição do Passivo para descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.234.645 mil (R\$ 408.712 em 31 de dezembro de 2011).

## **a.2) Ajuste a valor presente do descomissionamento**

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema ELETROBRAS é de 4,98% ao ano.

## **b) Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado - Constituição do Passivo**

A Diretoria executiva da Companhia aprovou, através da resolução RDE nº 1112.002/13 de 17/01/2013 (reunião 1112<sup>a</sup>), o Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pela GCE 037/10 de 01/06/2010, para determinar as estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

**b.1)** Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R\$ 225.900 mil (Base DEZ/2012).

**b.2)** Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria CNAAA, a estimativa está representada pelo valor de R\$ 542.700 mil (Base DEZ/2012), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irrradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a ELETRONUCLEAR contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

c) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

DESCOMISSONAMENTO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	511.523	(226.036)	285.487	255.340
ANGRA 2	709.801	(524.794)	185.007	153.372
TOTAL	1.221.324	(750.830)	470.494	408.712
REJEITOS DE BAIXA E MÉDIA ATIVIDADE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR USADO - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	381.954	(123.038)	258.916	-
ANGRA 2	382.197	(123.116)	259.081	-
TOTAL	764.151	(246.154)	517.997	-
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - R\$ MIL				
USINA	31/12/2012			31/12/2011
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	893.477	(349.074)	544.403	255.340
ANGRA 2	1.091.998	(647.910)	444.088	153.372
TOTAL	1.985.475	(996.984)	988.491	408.712

## NOTA 24 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R\$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	20.394.839.086	5.703.210.901	26.098.049.987	99,91	6.601.248
Depto de Águas E. Elétrica Est.SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,05	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,02	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,02	1.217
TOTAL	20.401.976.042	5.719.179.505	26.121.155.547	100,00	6.607.258

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

## NOTA 25 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	2.120.138	1.933.895
Devolução tarifa a Furnas - RH 1406/12	(224.906)	-
Diferencial distribuidoras - RH 1406/12	640.695	-
Outras receitas	513	467
Impostos sobre vendas		
PASEP	(22.891)	(12.570)
COFINS	(105.550)	(58.017)
Outros	(92)	(95)
	(128.533)	(70.682)
Reserva global de reversão - RGR	(47.871)	(48.944)
<b>TOTAL</b>	<b>2.360.036</b>	<b>1.814.736</b>

### - Suprimento de energia elétrica

O suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e 2, fornecida à FURNAS, de 14.715.295 MWh (14.350.893 MWh - 2011), corresponde a uma receita no exercício de 2012 de R\$ 2.120.138 mil (R\$ 1.933.895 mil - 2011).

### a) Tarifas praticadas pela ELETRONUCLEAR

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR, praticadas nos períodos de 2011 e 2012, foram os seguintes:

- De 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011 > R\$ 136,91 /MWh – Resolução Homologatória 1406, de 21 de dezembro de 2012;
- De 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 > R\$ 144,57 /MWh - Resolução Homologatória 1406, de 21 de dezembro de 2012.

## **b) Diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias**

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, homologou em seu art.1º, as tarifas definitivas praticadas pela ELETRONUCLEAR nos exercícios 2010, 2011 e 2012, ou seja, no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, que resultou em uma diferença de R\$ 224.906 mil a ser devolvido à FURNAS. Dessa forma, a Companhia está registrando em dezembro de 2012, um débito a receita de suprimento de R\$ 224.906 mil, tendo como contrapartida uma obrigação de igual valor lançada à conta de Fornecedores – Ver nota 16b.

## **c) Diferencial entre a tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência**

Também através da Resolução nº 1.406/2012, a ANEEL homologou no caput do art. 2º, o diferencial de que trata o art.12, da Lei nº 12.111/2009, em R\$ 581.431 mil. Trata-se da diferença verificada, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência. A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da ELETRONUCLEAR, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011 – Ver nota 6c.

No parágrafo primeiro do art. 2º dessa mesma, dispõe a ANEEL que esse diferencial deverá ser pago à ELETRONUCLEAR (em duodécimos) pelas concessionárias de distribuição, nos anos de 2013 a 2015.

## **d) Nova regulamentação de comercialização**

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1405, de 21 de dezembro de 2012, estabeleceu a receita fixa de R\$ 1.882.640 mil para o ano de 2013, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2.

## **e) Medida Provisória Nº 579 de 11 de setembro de 2012**

Essa medida provisória dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e dá outras providências.

As unidades geradoras da ELETRONUCLEAR, Usinas Angra 1 e 2, não representam concessão, portanto, não estão enquadradas no escopo da mencionada medida provisória.

Como a regulação da geração de energia termonuclear tem caráter específico, entendemos que não há qualquer impacto nos negócios da sociedade como resultado do advento da medida provisória em tela.

## NOTA 26 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	411.719	356.482
Material	41.991	31.361
Serviços de terceiros	160.220	131.961
Depreciação e amortização	252.547	242.614
Encargos de uso da rede de transmissão	58.157	53.266
Combustível para produção de energia elétrica	309.672	294.826
Diferencial Furnas - RH 1406/12 (*)	581.431	-
Outros	31.424	31.418
<b>TOTAL</b>	<b>1.847.161</b>	<b>1.141.928</b>

(\*) Conforme previsto no art.12, da Lei nº 12.111/2009, fica a ELETRONUCLEAR autorizada a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, e em consonância ao disposto no art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, a Companhia está registrando a débito da conta de resultado como custo operacional de energia elétrica comprada para revenda o valor de R\$ 581.431 mil, tendo como contrapartida, um contas a pagar a FURNAS de igual valor registrado a conta de Fornecedores – Ver Nota 16b.

## NOTA 27 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal - (a)	92.172	110.433
Material	638	902
Serviços de terceiros	67.759	64.033
Depreciação e amortização	10.846	9.979
Aluguéis	15.055	13.212
Provisão contingenciais, atuariais e outras - (b)	37.838	9.306
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - (c)	92.496	1.813
Outras provisões	50.825	6.205
Outras	21.454	22.762
<b>TOTAL</b>	<b>389.083</b>	<b>238.645</b>

- a) **Pessoal** – A variação negativa foi, na sua maior parte, em decorrência dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 11.415 mil.
- b) **Provisão contingências, atuarias e outras** – A variação positiva foi em decorrência dos acréscimos nas contingências judiciais no valor de R\$ 13.552 mil e dos ajustes atuariais das fundações no valor de R\$ 14.980 mil.
- c) **Provisão p/créditos de liquidação duvidosa** – A variação positiva foi em decorrência da provisão do valor de R\$ 91.710 mil, relativa ao contas a receber de FURNAS, conforme descrito na Nota 6b.

## NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Ajuste a valor presente diferencial a pagar a Furnas	29.445	-
Aplicações financeiras	18.793	24.985
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo - fundo para descomissionamento (Nota 11)	27.939	21.669
Outras	2.171	9.568
	<u>78.348</u>	<u>56.222</u>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Encargos sobre financiamentos - ELETROBRAS	(38.707)	(46.954)
Variaç.monetárias e cambiais s/dívidas com fornecedores e outros	(12.634)	(8.113)
Variações monetárias e cambiais s/financiamentos - ELETROBRAS	(4.543)	(6.497)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(22.438)	(21.242)
Ajuste a valor presente diferencial a receber das distribuidoras	(32.446)	-
	<u>(110.768)</u>	<u>(82.806)</u>
<b>TOTAL</b>	<b>(32.420)</b>	<b>(26.584)</b>

## NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

### a) Síntese das despesas de imposto de renda e contribuição social

SÍNTESE DAS DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
DESPESA	R\$ MIL					
	Imposto de renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Corrente	(58.177)	(70.085)	(21.061)	(25.210)	(79.238)	(95.295)
Diferido	5.593	(4.096)	2.014	(1.475)	7.607	(5.571)
TOTAL	(52.584)	(74.181)	(19.047)	(26.685)	(71.631)	(100.866)

### b) Imposto de renda e contribuição social corrente – efeito no resultado

A Companhia optou pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	91.372	407.579	91.372	407.579
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação para desmobilização	54.884	21.242	54.884	21.242
Varição cambial ativa liquidada - temporária	-	1.912.120	-	1.912.120
Provisão para participações dos empregado	44.497	-	44.497	-
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	36.613	29.862	36.613	29.862
Provisão atuarial benefício pós-emprego	20.000	68.927	20.000	68.927
Provisão para Devedores Duvidosos	92.496	-	92.496	-
Receita financeira Angra 3 transferida para o imobilizado	19.572	-	19.572	-
Provisão para contingências	25.626	13.373	25.626	13.373
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	35.080	31.343	35.080	31.343
Outras	3.277	5.040	1.392	4.354
	332.045	2.081.907	330.160	2.081.221
Exclusões				
Varição cambial passiva liquidada - temporária	-	1.965.310	-	1.965.310
Provisão atuarial - resultados abrangentes	45.761	101.667	45.761	101.667
Ajuste a valor presente - obrigação para desmobilização	29.445	-	29.445	-
Reversão de provisão para devedores duvidosos	-	672	-	672
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	10.747	10.747	10.747	10.747
Reversão de provisão para contingências	1.272	2.696	1.272	2.696
Outras	13	3	13	3
	87.238	2.081.095	87.238	2.081.095
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	336.179	408.391	334.294	407.705
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	100.853	122.516	100.288	122.312
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	235.326	285.875	234.006	285.394
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do exercício	58.177	71.444	21.061	25.683
Ajuste de exercício anterior	-	(1.359)	-	(473)
TOTAL	58.177	70.085	21.061	25.210

**c) Imposto de renda diferido e contribuição social diferido – efeito no resultado**

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2012	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Receita financeira capitalizada no imobilizado	2.707	244	679	923
Ajuste a valor presente do descomissionamento	(824.115)	(74.170)	(206.029)	(280.199)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	32.351	2.912	8.088	11.000
Imobilizado do descomissionamento	(18.418)	(1.658)	(4.605)	(6.263)
Baixa de despesas da administração central	247.338	22.260	61.835	84.095
Provisão para benefício pós-emprego	24.261	2.183	6.065	8.248
Ajuste CPC - Baixa despesas administrativas	689.197	62.028	172.299	234.327
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(217.932)	(19.614)	(54.483)	(74.097)
Provisão para desvalorização de título	1.532	138	383	521
Provisão para devedores duvidosos	173	16	43	59
Provisão para atualização depósitos judiciais	(4.202)	(378)	(1.051)	(1.429)
Provisão encargos Fundação Real Grandeza	(8.342)	(751)	(2.086)	(2.837)
Provisão para contingências judiciais	43.485	3.913	10.872	14.785
Sub-total	(31.965)	(2.877)	(7.990)	(10.867)
Reversão de Compensação com prejuízos fiscais de exercícios anteriores	9.589	863	2.397	3.260
Total em 31 de Dezembro de 2012	(22.376)	(2.014)	(5.593)	(7.607)

Os valores de CSLL e IRPJ Diferidos, contabilizados no resultado de 2012, referem-se aos estornos das Provisões Passivas de 31 de dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, os cálculos dos referidos impostos passaram para Provisões Ativas e não foram contabilizadas pela Eletronuclear, em conformidade com o CPC 32 artigo 24.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS NO RESULTADO DE 2011	R\$ MIL			
	VALOR BASE	Contribuição Social	Imposto de Renda	TOTAL
Ajuste a vr presente de obrigação para desmobilização de a	(21.242)	(1.912)	(5.311)	(7.223)
Varição cambial passiva não realizada - líquida	53.190	4.787	13.298	18.085
Baixa de despesas da administração central	10.747	967	2.687	3.654
Baixa de imobilizado - correção monetária 1995 a 1997	(11.438)	(1.029)	(2.860)	(3.889)
Baixa de imobilizado - ajuste a valor presente	(967)	(87)	(242)	(329)
Depreciação sobre o estoque transferido para o Imobilizado	(12.745)	(1.147)	(3.186)	(4.333)
Provisão para encargos FRG	8.341	751	2.085	2.836
Provisão para previdência privada - Nucleos e FRG	10.233	921	2.558	3.479
Receitas financeiras transferidas para o Imobilizado	(2.706)	(244)	(677)	(921)
Provisão para perda em Investimentos	(1.265)	(114)	(316)	(430)
Provisão para devedores duvidosos	672	60	168	228
Provisão para contingências Judiciais	(9.412)	(846)	(2.353)	(3.199)
Sub-total	23.408	2.107	5.851	7.958
Compensação com prejuízos fiscais exercícios anteriores	(7.022)	(632)	(1.755)	(2.387)
SUB-TOTAL	16.386	1.475	4.096	5.571
Total em 31 de dezembro de 2011	16.386	1.475	4.096	5.571

## NOTA 30 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ENCARGOS FINANCEIROS E SUAS TRANSFERÊNCIAS		
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	
	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras contabilizados no resultado	38.365	27.692
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(19.572)	(2.707)
Efeito na receita financeira	18.793	24.985
Encargos financeiros contabilizados no resultado	133.829	86.954
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(95.122)	(40.000)
Efeito na despesa financeira	38.707	46.954
Efeito líquido no resultado	(19.914)	(21.969)

## NOTA 31 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto à controladora ELETROBRAS.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R\$ MIL										
SALDOS	31/12/2012									31/12/2011
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	TOTAL	TOTAL
<b>Ativo</b>										
Concessionárias	-	267.487	-	-	-	-	-	-	267.487	358.367
Diferencial distrib RH 1406/12 c/ AVP	-	-	-	-	-	219	14.909	12.026	27.154	-
Fundo descomissionamento	230.670	-	-	-	-	-	-	-	230.670	163.226
Outras contas a receber	9.451	4.334	21	-	-	-	-	-	13.806	8.038
<b>Passivo</b>										
Fornecedores	-	(1.453)	(150)	(112)	(129)	-	-	-	(1.844)	(2.267)
Fornecedores - Provisão	-	(782)	(470)	(349)	(404)	-	-	-	(2.005)	(1.970)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(176.519)	-	-	-	-	-	-	(176.519)	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12 c/ AVP	-	(551.986)	-	-	-	-	-	-	(551.986)	-
Financiamentos captados	(1.099.311)	-	-	-	-	-	-	-	(1.099.311)	(1.178.350)
Saldo Líquido	(859.190)	(458.919)	(599)	(461)	(533)	219	14.909	12.026	(1.292.548)	(652.956)
TRANSAÇÕES	31/12/2012									31/12/2011
	Eletrobras	Furnas	Chesf	Eletrosul	Eletronorte	Eletroacre	Ceal	Cepisa	TOTAL	TOTAL
<b>Receita</b>										
Venda de energia	-	2.120.138	-	-	-	-	-	-	2.120.138	1.933.895
Devolução tarifa de energia RH 1406/12	-	(168.283)	-	-	-	-	-	-	(168.283)	-
Diferencial distribuidoras RH 1406/12	-	-	-	-	-	231	15.704	12.668	28.603	-
AVP - Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	29.445	-	-	-	-	-	-	29.445	-
Remuneração do fundo financeiro	27.939	-	-	-	-	-	-	-	27.939	21.669
<b>Despesa</b>										
RGR	(55.397)	-	-	-	-	-	-	-	(55.397)	(48.944)
AVP - Diferencial distrib RH 1406/12	-	-	-	-	-	(12)	(795)	(642)	(1.449)	-
Diferencial FURNAS RH 1406/12	-	(581.431)	-	-	-	-	-	-	(581.431)	-
V.Monet. - Devolução tarifa RH 1406/12	-	(8.236)	-	-	-	-	-	-	(8.236)	-
Encargos uso da rede elétrica	-	(9.440)	(5.600)	(4.193)	(4.802)	-	-	-	(24.035)	(22.365)
Encargos financeiros	(38.707)	-	-	-	-	-	-	-	(38.707)	(46.954)
Cessão de funcionários	(163)	-	-	-	-	-	-	-	(163)	(1.441)
Auditoria externa	(817)	-	-	-	-	-	-	-	(817)	(266)
Saldo Líquido	(67.145)	1.382.193	(5.600)	(4.193)	(4.802)	219	14.909	12.026	1.327.607	1.835.594

A taxa de juros praticada nas captações de recursos com a ELETROBRAS encontra-se detalhada na Nota 17.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na Nota 21.

### NOTA 32 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o exercício, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR classificada como retificadora da receita operacional	47.871	48.944
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS classificada como retificadora da receita operacional	82	78
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE classificada como despesa operacional - outras	8.986	9.073
<b>TOTAL</b>	<b>56.939</b>	<b>58.095</b>

### NOTA 33 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 15.877.907 mil e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
SEGUROS - RAMOS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO CORRESPONDENTE
Riscos nucleares	30/11/2013	<b>2.841.282</b>	<b>8.645</b>
- Danos materiais		2.043.500	6.034
- Responsabilidade civil		797.782	2.611
Riscos de Engenharia	01/12/2015	<b>12.419.075</b>	<b>171.046</b>
- Construção		10.415.487	152.966
- Armazenamento de equipamentos		2.003.588	18.080
Diversos	Diversas	<b>617.550</b>	<b>796</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15.877.907</b>	<b>180.487</b>

## NOTA 34 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, foram de R\$ 42.181,14 e R\$ 2.225,03 (R\$ 31.629,76 e R\$ 2.087,27 – dezembro de 2011), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 32.726,63 (R\$ 29.616,32 – dezembro de 2011).

Nos exercícios de 2012 e de 2011, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração, conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R\$ MIL	
	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos Diretores e Conselheiros (*)	2.389	2.247
Encargos Sociais	808	760
Benefícios	688	645
Participação nos Lucros e Resultados (*)	239	217
Outros	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.125</b>	<b>3.870</b>

(\*) Inclui o chefe da Auditoria Interna, vinculado ao Conselho de Administração.

## NOTA 35 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possuiu outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos, e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 2012. Tratam-se de contratos e termos de compromissos referentes: à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica; aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3; e aquisição de bens e serviços para substituição em seu ativo imobilizado, a saber:

### 35.1 – Compra de energia elétrica

Conforme previsto no art.12, da Lei nº 12.111/2009, fica a ELETRONUCLEAR autorizada a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, e em consonância ao disposto no art. 2º, da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, a Companhia possui uma obrigação com FURNAS no valor de R\$ 581.431 mil.

EMPRESA	R\$ MIL	
	2013	2014 / 2015
Furnas	193.810	387.621

### 35.2 – Venda de energia elétrica

#### a) Devolução de faturamento da diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1406, de 21 de dezembro de 2012, em seu artigo 1º, estabelece as tarifas definitivas para a venda da energia elétrica da ELETRONUCLEAR à FURNAS, para os exercícios de 2010 (R\$131,41/ MWh), 2011 (R\$ 136,91/MWh) e 2012 (R\$ 144,57/MWh).

As diferenças entre essas tarifas definitivas e as tarifas provisórias praticadas pela ELETRONUCLEAR, no período em questão, representam um crédito a favor de FURNAS de R\$ 224.906 mil, que ajustado pelo IPCA para 31 de dezembro, monta R\$ 244.882 mil, a ser pago em 48 parcelas mensais.

EMPRESA	R\$ MIL		
	2013	2014 / 2015	2016 / 2017
Furnas	61.220	122.440	61.222

#### b) Diferencial entre a tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1406, de 21 de dezembro de 2012, em seu artigo 2º, homologou o diferencial de que trata o art. 12, da Lei nº 12.111/2009, em R\$ 581.431 mil. Trata-se da diferença verificada, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela ELETRONUCLEAR e a da tarifa de referência, conforme descrito na nota 25.b.

No parágrafo primeiro desse mesmo artigo da resolução, a ANEEL homologa que esse diferencial será pago à ELETRONUCLEAR (em duodécimos) pelas concessionárias de distribuição, nos anos de 2013 a 2015, acrescidos das contribuições PASEP e COFINS, fecham uma venda de R\$ 640.695 mil.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL	
	2013	2014 / 2015
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A - AES Sul	1.929	3.857
Ampla Energia e Serviços S.A.	10.202	20.404
Bandeirante Energia S.A	3.406	6.812
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	2	4
Caiuá Distribuição de Energia S.A	544	1.087
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	5.558	11.116
CEB Distribuição S.A.	3.936	7.872
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica -CEEE	7.103	14.205
Celesc Distribuição S.A. - CELESC	1	2
CELG Distribuição S.A. - CELG	9.027	18.054
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	11.801	23.602
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	5.671	11.343
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	957	1.915
Companhia Energética do Maranhão -CEMAR	8.787	17.575
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	272	543
CEMIG Distribuição S.A	11.390	22.780
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	4.483	8.966
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	310	620
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	18.663	37.327
Companhia Energética do Ceará - COELCE	6.858	13.716
COPEL Distribuição S.A. - COPEL	24.155	48.310
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	3.866	7.732
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista	3.103	6.205
Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga	663	1.326
Companhia Luz e Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz	687	1.374
Companhia Sul Paulista de Energia - CPFL Sul Paulista	9	19
Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - ELEKTRO	12.754	25.508
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	82	163
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. -ELETROPAULO	25.527	51.054
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA BORBOREMA	714	1.428
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia. S.A. -ENERGISA MINAS	230	460
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A - ENERGISA PARAIBA	4.710	9.419
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA SERGIPE	2.744	5.489
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	2.588	5.176
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA	5.214	10.428
Light Serviços de Eletricidade S.A.	15.017	30.035
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	353	706
Rio Grande Energia S.A. -RGE	250	501
<b>TOTAL</b>	<b>213.565</b>	<b>427.130</b>

### c) Receita de faturamento de 2013 a 2018

O contrato entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. Entretanto, com a regulamentação da ANEEL para o dispositivo do art.12, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1405, de 21 de dezembro de 2012, estabeleceu a receita fixa de R\$ 1.882.640 mil para o ano de 2013, relativa à geração de energia das centrais geradoras Angra 1 e 2, e a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.407, de 21 de dezembro de 2012, estabelece as cotas-partes para os anos de 2014 a 2018. Desta forma a ELETRONUCLEAR tem garantida a receita da geração das usinas Angra 1 e 2 para os anos de 2013 a 2018.

CONCESSIONÁRIA	R\$ MIL		
	2013	2014 / 2015	2016 / 2017
AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A	49.590	99.181	99.181
Ampla Energia e Serviços S.A.	54.731	109.462	109.462
Bandeirante Energia S.A	57.036	114.071	114.071
Caiuá Distribuição de Energia S.A	6.335	12.669	12.669
CEB Distribuição S.A.	33.947	67.894	67.894
Celesc Distribuição S.A.	98.279	196.557	196.557
CELG Distribuição S.A.	62.283	124.566	124.566
CEMIG Distribuição S.A	150.077	300.154	300.154
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	15.871	31.742	31.742
Centrais Elétricas do Pará S.A.	39.111	78.223	78.223
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.	33.442	66.885	66.885
Companhia de Eletricidade do Acre	4.741	9.482	9.482
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	91.292	182.583	182.583
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins	9.443	18.886	18.886
Companhia Energética de Alagoas	17.457	34.914	34.914
Companhia Energética de Pernambuco	61.715	123.430	123.430
Companhia Energética do Ceará	52.393	104.785	104.785
Companhia Energética do Maranhão	28.460	56.921	56.921
Companhia Energética do Piauí	15.324	30.648	30.648
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	25.211	50.421	50.421
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	47.636	95.271	95.271
Companhia Força e Luz do Oeste	1.675	3.350	3.350
Companhia Jaguarí de Energia	2.655	5.311	5.311
Companhia Luz e Força Mococa	1.257	2.515	2.515
Companhia Luz e Força Santa Cruz	5.363	10.725	10.725
Companhia Nacional de Energia Elétrica	3.218	6.435	6.435
COPEL Distribuição S.A.	141.054	282.107	282.107
Companhia Leste Paulista de Energia	1.632	3.264	3.264
Companhia Paulista de Força e Luz	126.447	252.894	252.894
Companhia Piratininga de Força e Luz	55.431	110.861	110.861
Companhia Sul Paulista de Energia	2.217	4.434	4.434
DME Distribuição S.A. - DMED	2.402	4.804	4.804
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	73.582	147.164	147.164
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	227.532	455.064	455.064
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	4.940	9.880	9.880
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	4.102	8.204	8.204
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.	22.959	45.917	45.917
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.	3.860	7.720	7.720
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.	6.656	13.312	13.312
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A	20.659	41.319	41.319
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.	15.350	30.699	30.699
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	37.221	74.442	74.442
Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda	1.323	2.645	2.645
Light Serviços de Eletricidade S.A.	121.024	242.048	242.048
Rio Grande Energia S.A.	45.711	91.422	91.422
<b>TOTAL</b>	<b>1.882.640</b>	<b>3.765.281</b>	<b>3.765.281</b>

### 35.3 - Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das usinas Angra 1 e Angra 2, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	370.000
2014	370.000
2015	201.279
APÓS 2015	6.403.772
TOTAL	7.345.051

### 35.4 - Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA, conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	20.598
2014	7.507
2015	4.047
APÓS 2015	127.085
TOTAL	159.237

### 35.5 - Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra 1 e Angra 2, necessários à garantia de performance operacional desses ativos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R\$ MIL
2013	197.746
2014	132.281
2015	112.877
APÓS 2015	86.890
TOTAL	529.794

**Eletrobras Termonuclear  
S.A. - Eletronuclear**

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2012**



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores e Acionistas  
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear

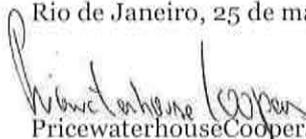
### Opinião

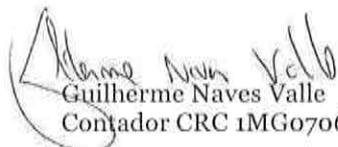
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos - informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

  
Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

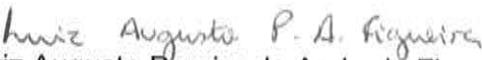
  
Alexandre Vinícius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC 1RJ092563/O-1

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: o Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo), a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Com base no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 25 de março de 2013, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

  
Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira  
Presidente

  
Eduardo De Carolis  
Conselheiro

  
Maria Betânia Gonçalves Xavier  
Conselheira

PÁGINA EM BRANCO

## ANEXO 2

Demonstrações Contábeis da Fundação Real Grandeza.

PÁGINA EM BRANCO

**Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as  
Informações Contábeis e Financeiras  
para fins específicos**

**Demonstrações Contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2012 e 2011**



## ÍNDICE

1. Relatório Revisão Limitada dos Auditores Independentes	3-6
2. Demonstrações Contábeis:	
Balanço Patrimonial (Consolidado)	
2.1. Ativo	7
Passivo	8
2.2. Demonstração da Mutaç�o do Patrim�nio Social	9
2.3. Demonstrac�o do Plano de Gest�o Administrativa (Consolidada)	10
Demonstra�o do Ativo L�quido – Plano BD	11
2.4. Demonstrac�o da Muta�o do Ativo L�quido – Plano BD	12
Demonstra�o das Obriga�es Atuariais – Plano BD	13
Demonstra�o do Ativo L�quido – Plano CD	14
2.5. Demonstrac�o da Muta�o do Ativo L�quido – Plano CD	15
Demonstra�o das Obriga�es Atuariais – Plano CD	16
3. Notas Explicativas �s demonstra�es cont�beis	17-46

***Carta-Relatório dos auditores independentes  
sobre as Informações Financeiras para fins específicos***

**Aos Conselheiros, Administradores e Participantes.  
Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social**

## **1. Introdução**

De acordo com a solicitação de V.Sas, informamos que na qualidade de auditores independentes da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (Fundação) estamos conduzindo, e, portanto, não finalizamos os trabalhos de exame das demonstrações contábeis de 2012, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais, para o exercício findo naquela data. O objetivo dessa carta-relatório é descrever a situação dos trabalhos de auditoria até essa data.

## **2. Responsabilidade da administração**

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

## **3. Responsabilidade dos auditores independentes**

O exame das demonstrações contábeis do exercício de 2012, mencionado no primeiro parágrafo, está sendo conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nessas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### **4. Procedimentos de auditoria pendentes**

Dentre os principais procedimentos de auditoria ainda não completados até a presente data, destacamos os seguintes:

- a) Revisão do Parecer Atuarial dos Planos de Benefícios – até o momento não disponibilizado para apreciação dos auditores independentes.
- b) Verificação do Patrimônio Social – Por conta da ausência do Parecer Atuarial dos Planos de Benefícios, as Reservas Matemáticas não estão constituídas na sua forma definitiva.
- c) Verificação do equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, por conta da indefinição do cálculo das Provisões Matemáticas.

#### **5. Procedimentos de auditoria finalizados**

Os seguintes procedimentos de auditoria foram concluídos sem exceção:

- Valorização dos ativos financeiros, componentes dos Recursos Garantidos;
- Revisão analítica patrimonial, das receitas de investimentos, receitas administrativas, receitas previdenciais, despesas de investimentos, despesas administrativas e despesas previdenciais;
- Circularização de advogados, bancos, patrocinadora, custodiante e fundos de investimentos; confronto com os registros e conciliação para análise;

- Fidedignidade do cadastro para fins de circularização, envio das cartas por AR-ECT;
- Movimentação financeira das operações contratadas com os Patrocinadores;
- Movimentação financeira das contribuições participantes e patrocinadores;
- Testes de provisões para perdas de investimentos, históricas e correntes.
- Testes de atualização monetária das operações com participantes
- Testes de operações com investimentos imobiliários

## **6. Conclusão restrita**

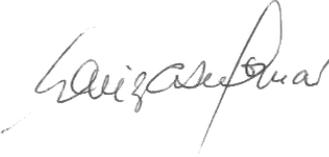
Devido à limitação representada pelos trabalhos ainda em andamento, descrita no parágrafo 4, a extensão do nosso exame ainda não é suficiente para nos possibilitar emitir opinião sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, e, portanto, não expressamos opinião sobre essas demonstrações. Entretanto, até a data desta carta-relatório, não temos conhecimento de quaisquer ajustes relevantes necessários para que as informações financeiras estejam preparadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis. Todavia, a finalização do processo de auditoria poderá revelar novos assuntos, bem como necessidades que nos levem a efetuar outros procedimentos por questões emergentes ou não, que poderão mudar essa nossa conclusão.

## **7. Restrição de uso e distribuição**

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas somente para permitir às Patrocinadoras preparar suas demonstrações contábeis e não para apresentar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos de caixa da Fundação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, devido a não apresentação definitiva dessas demonstrações, contemplando os valores definitivos das Provisões Matemáticas e o Equilíbrio dos Planos de Benefícios, por conta da ausência do Parecer Atuarial e os novos cálculos das Provisões Matemáticas. Desta forma, as notas explicativas, integrantes às demonstrações contábeis também não estão na sua forma definitiva, portanto, as referidas demonstrações no seu conjunto ainda não estão aprovadas pela Diretoria Executiva.

Esta carta-relatório é para uso exclusivo da Patrocinadora da Fundação e seus auditores independentes em conexão com o exame de suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e não deve ser utilizado para qualquer outro propósito, bem como não deve ser publicada nem apresentada ou distribuída a outras partes.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2013.



**FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS**  
**Auditores Independentes**  
**CRCMG – F – 757 – RJ**  
**Luiz Alberto Rodrigues Mourão**  
**Sócio Diretor**  
**CRC RJ 46.114 - O**

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>ATIVO</b>		
DISPONÍVEL	1037	622
REALIZÁVEL	12.092.984	10.085.464
Gestão Previdencial	306.366	515.408
Gestão Administrativa	5.452	3.927
Investimentos	11.781.166	9.566.129
Créditos Privados e Depósitos	30.322	28.046
Ações	11.857	16.167
Fundos de Investimento	11.061.468	8.849.292
Investimentos Imobiliários	368.897	375.142
Empréstimos	308.512	297.372
Depósitos Judiciais	110	110
PERMANENTE	3.345	3.950
Imobilizado	2.300	2.357
Diferido	1.045	1.593
GESTÃO ASSISTENCIAL	131.895	124.156
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>12.229.261</u></b>	<b><u>10.214.192</u></b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de reais)**

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
EXIGÍVEL OPERACIONAL	38.193	18.319
Gestão Previdencial	31.610	11.629
Gestão Administrativa	6.444	6.354
Investimentos	139	336
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	135.750	141.704
Gestão Previdencial	113.093	120.916
Gestão Administrativa	1.994	669
Investimentos	20.663	20.119
PATRIMÔNIO SOCIAL	11.923.423	9.930.013
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.798.004	9.821.702
Provisões Matemáticas	9.414.330	8.325.987
Benefícios Concedidos	5.353.919	4.376.787
Benefícios a Conceder	4.060.411	3.949.200
Equilíbrio Técnico	2.383.674	1.495.715
Superávit Técnico Acumulado	2.383.674	1.495.715
Fundos	125.419	108.311
Fundos Administrativos	62.854	58.931
Fundos dos Investimentos	62.565	49.380
GESTÃO ASSISTENCIAL	131.895	124.156
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.229.261</b>	<b>10.214.192</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>10.032.841</b>	<b>9.093.940</b>
<b>1. Adições</b>	2.681.023	1.556.760
Contribuições Previdenciais	286.648	275.760
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.159.033	1.094.377
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	7.823	-
Receitas Administrativas	54.510	50.711
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.633	5.564
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	-	8
Constituição de Fundos de Investimento	13.184	9.481
Receitas Assistenciais	155.192	120.859
<b>2. Destinações</b>	(675.577)	(617.859)
Benefícios	(477.202)	(407.216)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(32.626)
Despesas Administrativas	(53.896)	(48.722)
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1.324)	-
Despesas Assistenciais	(143.155)	(129.295)
<b>3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo líquido (1+2)</b>	2.005.446	938.901
Provisões Matemáticas	1.088.343	617.693
Superávit (Deficit) Técnico do Exercício	887.959	312.602
Fundos Administrativos	3.923	7.561
Fundos dos Investimentos	13.185	9.481
Gestão Assistencial	12.036	(8.436)
<b>B) Patrimônio Social - final do semestre (A+3)</b>	<b>12.038.287</b>	<b>10.032.841</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011**

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>58.931</b>	<b>51.370</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<u>59.143</u>	<u>38.711</u>
1.1. Receita	<u>59.143</u>	<u>38.711</u>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	37.503	23.669
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	581	420
Resultado Positivo dos Investimentos	4.633	4.133
Reembolso da Gestão Assistencial	16.426	10.489
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<u>(55.220)</u>	<u>(32.984)</u>
2.1. Administração Previdencial	<u>(25.923)</u>	<u>(14.943)</u>
Pessoal e encargos	(15.985)	(9.138)
Treinamentos/congressos e seminários	(67)	(76)
Viagens e estadias	(77)	(74)
Serviços de terceiros	(2.835)	(1.965)
Despesas gerais	(5.166)	(3.350)
Depreciações e amortizações	(469)	(340)
Contingências	(1.324)	-
2.2. Administração dos Investimentos	<u>(13.014)</u>	<u>(7.655)</u>
Pessoal e encargos	(9.252)	(5.300)
Treinamentos/congressos e seminários	(41)	(56)
Viagens e estadias	(64)	(53)
Serviços de terceiros	(938)	(623)
Despesas gerais	(2.457)	(1.438)
Depreciações e amortizações	(262)	(185)
2.3. Administração Assistencial	(16.283)	(10.386)
<b>3. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)</b>	3.923	5.727
<b>4. Constituição/Reversão do fundo Administrativo (3)</b>	3.923	5.727
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b><u>62.854</u></b>	<b><u>57.097</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011  
(Em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>1. Ativos</b>	11.661.681	9.774.660
Disponível	878	526
Recebível	348.078	556.010
Investimento	11.312.725	9.218.124
Créditos Privados e Depósitos	30.322	28.046
Ações	10.776	14.666
Fundos de Investimento	10.633.299	8.534.088
Investimentos Imobiliários	368.897	375.142
Empréstimos	269.321	266.072
Depósitos Judiciais	110	110
<b>2. Obrigações</b>	170.458	158.169
Operacional	36.715	17.146
Contingencial	133.743	141.023
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	111.283	96.084
Fundos Administrativos	49.986	47.523
Fundos dos Investimentos	61.297	48.561
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	11.379.940	9.520.407
Provisões Matemáticas	8.996.266	8.024.692
Superávit	2.383.674	1.495.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO DO PLANO BD**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b><u>9.520.407</u></b>	<b><u>8.658.314</u></b>
<b>1. Adições</b>	2.368.549	1.332.649
Contribuições Previdenciais	268.411	261.396
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.092.315	1.071.253
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	7.823	-
<b>2. Destinações</b>	<u>(509.016)</u>	<u>(470.556)</u>
Benefícios	(474.267)	(406.145)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(32.626)
Custeio Administrativo	(34.749)	(31.785)
<b>3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo líquido (1+2)</b>	<u>1.859.533</u>	<u>862.093</u>
Provisões Matemáticas	971.574	549.491
Superávit	887.959	312.602
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b><u>11.379.940</u></b>	<b><u>9.520.407</u></b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<u>111.283</u>	<u>96.084</u>
Fundos Administrativos	49.986	47.523
Fundos dos Investimentos	61.297	48.561

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO BD**
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**
**(Em milhares de reais)**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>11.379.940</b>	<b>9.520.407</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>8.996.266</b>	<b>8.024.692</b>
1.1 Benefícios Concedidos	5.346.950	4.372.298
Benefício Definido	5.346.950	4.372.298
1.2 Benefícios a Conceder	3.649.316	3.652.394
Benefício Definido	3.649.316	3.652.394
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>2.383.674</b>	<b>1.495.715</b>
2.1 Resultados Acumulados	2.383.674	1.495.715
Superavit Técnico Acumulado	2.383.674	1.495.715
Reserva de Contingência	2.249.067	1.495.715
Reserva Especial para Revisão do Plano	134.607	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>1. Ativos</b>	432.706	314.089
Disponível	104	54
Recebível	21.171	18.337
Investimentos	411.431	295.698
Ações	1.081	1.501
Fundos de Investimentos	371.159	262.897
Empréstimos	39.191	31.300
<b>2. Obrigações</b>	506	567
Operacional	506	567
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	14.136	12.227
Fundos Administrativos	12.868	11.408
Fundos dos Investimentos	1.268	819
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	418.064	301.295
Provisões Matemáticas	418.064	301.295

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>A) Ativo Líquido- início do exercício</b>	<b>301.295</b>	<b>233.093</b>
<b>1. Adições</b>	122.458	72.086
Contribuições Previdenciais	55.739	48.963
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	66.719	23.123
<b>2. Destinações</b>	(5.689)	(3.884)
Benefícios	(2.935)	(1.071)
Despesas Administrativas	(2.754)	(2.813)
<b>3. Acréscimos/Decréscimos no Ativo líquido (1+2)</b>	116.769	68.202
Provisões Matemáticas	116.769	68.202
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<u>418.064</u>	<u>301.295</u>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	14.136	12.227
Fundos Administrativos	12.868	11.408
Fundos dos Investimentos	1.268	819

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**REAL GRANDEZA - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO CD**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>418.064</b>	<b>301.255</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>418.064</b>	<b>301.255</b>
1.1 Benefícios Concedidos	6.970	4.489
Contribuição Definida	1.659	757
Benefício Definido	5.311	3.732
1.2 Benefícios a Conceder	411.094	296.766
Contribuição Definida	394.513	284.033
Saldo de Cotas - Patrocinador	169.731	121.103
Saldo de Cotas - Patroicipantes	224.782	162.930
Benefício Definido	16.581	12.733

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **NOTAS EXPLICATIVAS AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS PARA FINS ESPECÍFICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social é uma entidade fechada de previdência complementar, restrita aos empregados, inclusive aos em cargos de direção, das suas patrocinadoras Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear e da própria Real Grandeza. A Fundação, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo conceder e manter os benefícios de aposentadoria, pensão e pecúlio a que têm direito os seus participantes e assistidos, bem como seus beneficiários e dependentes, conforme previsto nos Regulamentos dos seus Planos de Benefícios.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios previdenciários, um estruturado na modalidade de benefício definido, denominado Plano de Benefício Definido (BD), instituído desde a sua criação, e outro na modalidade de contribuição variável, denominado Plano de Contribuição Definida (CD), o qual foi aprovado à época pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 406/SPC/CGAJ, em 20 de março de 2002.

Em 9 de abril de 2003, a então Secretaria de Previdência Complementar, por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida, o que possibilitou a adesão ao referido plano, a partir de 1º de maio de 2003, dos empregados do quadro próprio da Fundação.

A Real Grandeza também opera, por meio do sistema de autogestão, dois planos de assistência à saúde: o Plames (Plano de Assistência Médico Suplementar), disponibilizado aos participantes e pessoas a eles vinculadas, sendo custeado por meio de contribuições específicas dos participantes; e o Plano de Assistência Médica da Real Grandeza, destinado aos seus empregados e dependentes, o qual é custeado pela própria Fundação.

#### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas para atender à solicitação dos órgãos colegiados da Real Grandeza com o objetivo de apresentar a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2012 e estão sendo comparadas com os saldos de 31 de dezembro de 2011.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Real Grandeza e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Social – CGPC.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A estrutura da planificação contábil tem por objetivo atender ao disposto na legislação vigente para o setor, no sentido de efetuar a contabilização em separado das atividades exercidas pela Fundação, visando à autonomia patrimonial entre os planos. Assim, o plano de contas segregava as contas patrimoniais e de resultados em gestão previdencial, administrativa e assistencial, além do fluxo dos investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

A gestão assistencial, constituída por planos de assistência médica com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), terá suas demonstrações financeiras elaboradas à parte, seguindo as normas específicas para o setor de saúde, sendo nestas demonstrações financeiras, apresentados os valores consolidados de ativo, passivo e a variação patrimonial.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a.** As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

- b.** As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, bem como as variações patrimoniais da gestão assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.
- c.** As aplicações em renda fixa são registradas pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos que a Real Grandeza pretende manter até o vencimento, ou pelo valor de mercado obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação para títulos classificados para negociação.
- d.** Para os títulos de renda fixa, os ágios e deságios ocorridos na aquisição de títulos são apropriados mensalmente pelo método exponencial à despesa ou receita *pro rata* dia, pelo prazo que decorrer da aquisição até o vencimento do título.
- e.** As ações de companhias abertas estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.
- f.** As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.
- g.** As ações que não tenham sido negociadas por período superior a 6 (seis) meses são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.
- h.** Os empréstimos concedidos aos participantes estão registrados pelo valor atualizado conforme previsto nos regulamentos, *pro rata* dia até a data do balanço.
- i.** A provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foi constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo 'A', da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, adotando os seguintes percentuais:
- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento)
  - 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
  - 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Para os empréstimos com três ou mais prestações em atraso, a provisão para perdas é constituída em 100% dos valores vencidos e a vencer, uma vez que está previsto no regulamento a suspensão do empréstimo e a execução imediata da dívida.

- j.** O imobilizado, em atendimento à legislação pertinente, está contabilizado no Plano de Gestão Administrativa, sendo depreciado pelo método linear, de acordo com a estimativa de vida útil econômica do bem. Para instalações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, é adotada a taxa de 10% ao ano, e para equipamentos de informática é aplicada a taxa de 20% ao ano.
- k.** Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009 permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil. Os custos de programas computacionais registrados no grupo "Diferido" estão sendo amortizados no prazo de 60 meses. Os demais itens registrados nesse grupo de contas, tais como projetos para melhoria da parte operacional da Fundação, estão sendo amortizados no prazo de 120 meses.
- l.** As provisões matemáticas são apuradas por meio de cálculos atuariais realizados por consultoria atuarial contratada pela Real Grandeza, com base em hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, quando lhe for pertinente.

#### **4. DISPONÍVEL**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	2	7
Bancos	1.034	609
Vinculado	<u>1</u>	<u>6</u>
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b><u>1.037</u></b>	<b><u>622</u></b>

O Vinculado representa o valor da liquidação de cobrança, ainda não creditado pelo banco na conta corrente.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **5. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL**

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 30 de setembro de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

<b>Realizável – gestão previdencial</b>	<b>Plano</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contribuições do mês	BD/CD	28.814	31.454
Contribuições contratadas		<u>255.850</u>	<u>471.827</u>
Furnas Centrais Elétricas S.A.	BD	231.592	415.207
Eletrobrás Termonuclear S.A.	BD	24.258	56.620
Outros valores a receber	BD	42	21
Depósitos Judiciais	BD	<u>21.660</u>	<u>12.106</u>
<b>Total (R\$ mil)</b>		<b><u>306.366</u></b>	<b><u>515.408</u></b>

Para atendimento de seu objetivo básico, a Real Grandeza recebe recursos oriundos de contribuições dos participantes, assistidos e autopatrocinados (vinculados contribuintes), e das patrocinadoras, com base nos planos de custeio dos planos de benefícios.

#### **A. Benefício definido**

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC por meio da Portaria nº3.256, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 655, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- Participantes e assistidos*

<u>Parcelas do salário real de contribuição</u>	<u>Taxa (%)</u>
Até a metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	2,4
Da metade do maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social até o valor teto do salário de benefício da Previdência Social	4,6
Parcela excedente ao maior valor teto do salário de benefício da Previdência Social	13,0

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

- *Patrocinadoras*

Montante igual ao aportado pelos participantes.

Percentual eterno de 2,85% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência da adequação do plano à Lei nº 6.435/77.

Percentual eterno de 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, em decorrência do Plano Especial de Custeio.

Por determinação da então Secretaria de Previdência Complementar, através do relatório de Fiscalização nº006/2007/ESRJ, os percentuais acima foram convertidos em contratos financeiros no montante de R\$79.929 mil, conforme indicado no parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda., cabendo a patrocinadora Furnas a importância de R\$61.458 mil e a Eletronuclear a importância de R\$18.471 mil, sendo os valores referenciados a 31.12.2010.

- *Custo suplementar de provisões matemáticas*

Após o reconhecimento e contratação das dívidas das patrocinadoras para com o Plano de Benefício Definido, em 14 de dezembro de 2000, o valor do déficit remanescente, referido a 31 de dezembro de 2000, era de R\$380,1 milhões, a ser coberto pela constituição de uma contribuição amortizante para as patrocinadoras e de um aumento nas contribuições dos participantes e assistidos, questionado pela Associação dos Aposentados de Furnas.

Merece registro o fato de que existe uma discussão judicial específica em trâmite na 28ª Vara Federal, na qual a mencionada Associação dos Aposentados de Furnas alega que há uma dívida da patrocinadora instituidora para com a Real Grandeza no valor de R\$1.208 milhões, referida a janeiro de 1999, e, dependendo do seu desfecho, o mencionado déficit apurado em dezembro de 2000 seria coberto pelos recursos provenientes do pagamento da dívida em demanda.

O aporte dessas contribuições amortizantes mencionadas e o aumento das contribuições foram diferidos por diversas vezes, desde 2001, em face das tentativas que visavam à migração para novos planos que não lograram êxito até o momento, tendo em vista as liminares concedidas no âmbito da referida ação judicial.

Em 13 de outubro de 2003, por determinação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), foi firmado um contrato com Furnas e outro com a Eletronuclear, para garantir a cobertura da contribuição amortizante de responsabilidade das patrocinadoras.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

Em face das incertezas em relação ao custeio amortizante específico, os aumentos de contribuição foram registrados em 2008 como “Provisões matemáticas a constituir”, por recomendação do atuário responsável. Na ação anteriormente referida, houve uma nova antecipação de tutela concedida à Após-Furnas, em 21 de outubro de 2008, impedindo a aplicação de reajuste na contribuição dos participantes e assistidos do Plano BD.

Em 5 de maio de 2009 o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, amparado por parecer atuarial e jurídico baseado no Art. 4º da Resolução GCPC nº 26, aprovou a liquidação da provisão matemática a constituir de responsabilidade dos participantes e assistidos, utilizando parte dos recursos alocados no fundo previdencial, e a reversão do saldo remanescente para o resultado do plano.

### *Fechamento do plano de benefício definido*

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza, na 59ª reunião extraordinária realizada em 7 de julho de 2005, por meio da RC nº 003/59, aprovou o fechamento do Plano de Benefício Definido, não permitindo a entrada de novos participantes, sem, contudo, considerá-lo saldado.

### **B. Contribuição definida**

De acordo com o Regulamento aprovado pela SPC, por meio da Portaria nº3.255, de 24 de dezembro de 2009, e pela Previc, por meio da Portaria nº 654, de 27 de agosto de 2010, com vigência a partir de 29 de dezembro de 2009, a Real Grandeza recebe os seguintes percentuais de contribuição de seus participantes e patrocinadoras:

- *Participantes*

Contribuição básica composta pelas seguintes parcelas:

- (a) Contribuição básica de 2% sobre o salário de contribuição;
- (b) Contribuição adicional, entre 4,5% e 10,0%, sobre a parcela do salário de contribuição excedente a 7 UR (Unidade de Referência);
- (c) Contribuição voluntária, incidente sobre o salário de contribuição, até o limite de 10%; e
- (d) Contribuição extraordinária, efetuada a qualquer tempo, em valor não inferior a 3 UR, nem superior a cinco vezes o salário de contribuição.

- *Patrocinadoras*

A contribuição das patrocinadoras divide-se em três partes, a saber:

- (a) Contribuição específica para cobertura dos benefícios de risco, calculada atuarialmente sobre o salário de contribuição (de 0,64% até março de 2011, alterada para 0,23% até março de 2012 e a partir de abril de 2012 para 0,29%);

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

- (b) Contribuição complementar para cobertura das despesas administrativas, calculada sobre a contribuição básica (de 10,67% até março de 2011, alterada para 11,11% até março de 2012 e a partir de abril de 2012 para 9,93%); e
- (c) Contribuição regular, em nome de cada participante, sendo seu valor igual ao da contribuição básica efetuada pelo participante menos as contribuições específica e complementar efetuadas pela patrocinadora.

A soma das contribuições regular, específica e complementar de patrocinadoras, efetuadas em nome de todos os participantes ativos deste plano, estará, a qualquer tempo, limitada à soma dos percentuais 'a' e 'b', aplicada sobre a folha mensal total do salário de contribuição desses participantes, sendo:

1. 9,4%; e
2. soma, para o período de 12 meses anteriores ao mês em questão, da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das contribuições regular, específica e complementar.

### **C. Contribuições contratadas**

As contribuições contratadas refletem a composição dos valores devidos pelas patrocinadoras à Real Grandeza.

Conforme Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas assinados por Furnas e Eletronuclear em 14 de dezembro de 2000, o valor de R\$704.253, a preços de dezembro de 1999, será pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2001.

A Real Grandeza e as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear, tendo o Banco do Brasil S.A. como anuente, assinaram os Contratos de Constituição da Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações para com os respectivos compromissos acima firmados, tendo como objeto de garantia uma conta especial que será movimentada única e exclusivamente pelo banco, a qual suportará os débitos para efetuar a liquidação financeira das parcelas a partir do momento da caracterização da inadimplência.

Em 13 de outubro de 2003, as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram novos termos para a contratação do déficit remanescente de 2000, consignado como Provisões Matemáticas a Constituir, no valor de R\$273.123, a preços de novembro de 2001, a serem pagos em 144 parcelas mensais e sucessivas, com juros de 6% ao ano, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com defasagem de um mês, tendo a primeira amortização ocorrida em janeiro de 2004.

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**


---

Em 01 de outubro de 2012, a patrocinadora, Furnas, em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados, assinou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$61.458 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$876 mil, a preço de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Os valores repassados pela patrocinadora, Furnas, a título de contribuições eternas foram atualizados nos moldes do contrato e compensados contra as prestações do mesmo desde janeiro de 2011 a novembro de 2012. Este encontro de contas resultou em saldo credor a favor de Furnas no valor de R\$13.979 mil, registrado em Recursos Antecipados conforme nota explicativa 8.1.

**Patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A.  
Plano de Benefício Definido**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<hr/>		
Serviço Passado - Contrato em 14/12/2000		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>197.551</b>	<b>363.685</b>
Parcelas do período	(209.724)	(199.529)
Atualização	12.173	33.395
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>197.551</b>
<hr/>		
Déficit Técnico - Contrato em 13/10/2003		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>217.656</b>	<b>249.197</b>
Parcelas do período	(62.685)	(59.481)
Atualização	22.909	27.940
<b>Saldo Final</b>	<b>177.880</b>	<b>217.656</b>
<hr/>		
Déficit Técnico - Contrato em 01/10/2012		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>61.458</b>	-
Parcelas do período	(21.402)	-
Atualização	13.656	-
<b>Saldo Final</b>	<b>53.712</b>	-

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**


---

**Patrocinadora Eletrobrás Termonuclear S.A.  
Plano de Benefício Definido**
Serviço Passado - Contrato em 14/12/2000

<b>Saldo Inicial</b>	<b>26.939</b>	<b>49.593</b>
Parcelas do período	(28.765)	(27.208)
Atualização	1.826	4.554
<b>Saldo Final</b>	<b>-</b>	<b>26.939</b>

Déficit Técnico - Contrato em 13/10/2003

<b>Saldo Inicial</b>	<b>29.681</b>	<b>33.982</b>
Parcelas do período	(8.548)	(8.111)
Atualização	3.124	3.810
<b>Saldo Final</b>	<b>24.257</b>	<b>29.681</b>

**6. REALIZÁVEL GESTÃO ADMINISTRATIVA**

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentados a seguir:

<b>Realizável Gestão administrativa</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CONTAS A RECEBER	2.795	2.900
Responsabilidade de empregados	144	207
Outros recursos a receber	2.651	2.693
Contas a receber de patrocinadoras	4	12
Imposto de renda a compensar	11	3
Valores a receber do assistencial	2.619	2.661
Outros Valores a Receber	17	17
DESPESAS ANTECIPADAS	13	231
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.644	796
Depósito judicial Ações Trabalhista	1.938	90
Depósito judicial PIS	99	99
Depósito judicial Cofins	607	607
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>5.452</b>	<b>3.927</b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

Valores a Receber do Assistencial, representa o custo administrativo da Gestão Assistencial a ser repassado ao Plano de Gestão Administrativa.

Os depósitos judiciais PIS E COFINS referem-se às reversões das provisões constituídas em virtude do Mandado de Segurança impetrado pela Real Grandeza, postulando a inaplicabilidade da cobrança de PIS e COFINS nos moldes estipulados pela Lei nº 9.718/98, que foram revertidas com base no parecer da assessoria jurídica externa tendo em vista a manutenção do resultado favorável quando do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Em observância ao item 21 “K” do anexo “A” da Instrução SPC nº34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos a composição das contas com a denominação – “Outros”.

### **7. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS**

#### **7.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Com o objetivo de aprimorar a governança e os controles internos, a Real Grandeza mantém a maior parte de seus investimentos em fundos de investimentos exclusivos categorizados como multimercado, os quais também são monitorados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<b>Investimentos</b>	<b>Em 2012</b>			
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano CD</b>	<b>PGA</b>	<b>Total</b>
Créditos privados e depósitos	30.322			30.322
Companhias abertas	30.322			30.322
Certificados de recebíveis imobiliários	30.322			30.322
Ações	10.776	1.081		11.857
Companhias abertas	10.776	1.081		11.857
Fundos de investimento	10.633.299	371.159	57.010	11.061.468
Multimercado	10.506.719	362.920	57.010	10.926.649
Participações	89.059	280		89.339
Imobiliário	37.521	7.959		45.480
Investimentos imobiliários	368.897			368.897
Edificações de uso próprio	32.399			32.399
Edificações locadas às patrocinadoras	310.127			310.127
Edificações locadas a terceiros	23.171			23.171
Alugueis a Receber	3.200			3.200
Empréstimos e financiamento	269.321	39.190		308.511
Depósitos Judiciais	110			110
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>11.312.725</b>	<b>411.430</b>	<b>57.010</b>	<b>11.781.165</b>

<b>Investimentos</b>	<b>Em 2011</b>			
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano CD</b>	<b>PGA</b>	<b>Total</b>
Créditos privados e depósitos	28.046			28.046
Companhias abertas	28.046			28.046
Certificados de recebíveis	28.046			28.046
Ações	14.666	1.501		16.167
Companhias abertas	14.666	1.501		16.167
Fundos de investimento	8.534.088	262.897	52.307	8.849.292
Multimercado	8.425.983	262.897	52.307	8.741.187
Participações	108.105			108.105
Investimentos imobiliários	375.142			375.142
Edificações de uso próprio	32.954			32.954
Edificações locadas às patrocinadoras	315.780			315.780
Edificações locadas a terceiros	23.346			23.346
Alugueis a receber	3.062			3.062
Empréstimos e financiamento	266.072	31.300		297.372
Depósitos Judiciais	110			110
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>9.218.124</b>	<b>295.698</b>	<b>52.307</b>	<b>9.566.129</b>

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Composição patrimonial dos Fundos de Investimentos Exclusivos.

	2012			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
<b>Renda Fixa</b>	<b>8.249.754</b>	<b>251.359</b>	<b>51.724</b>	<b>8.552.837</b>
Letras do Tesouro Nacional	382.230	96.197	46.515	524.942
Notas do Tesouro Nacional	7.190.627	133.917		7.324.544
Títulos de Dívida Agrária	3.975	43		4.018
Letras Financeiras	482.077	13.280	5.209	500.566
Debêntures não Conversíveis	190.845	7.922		198.767
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>25.855</b>	<b>2.585</b>	<b>-</b>	<b>28.440</b>
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios	25.855	2.585	-	28.440
<b>Renda Variável</b>	<b>2.224.826</b>	<b>108.622</b>	<b>5.271</b>	<b>2.338.719</b>
Ações	2.224.826	108.622	5.271	2.338.719
<b>Outros Valores</b>	<b>6.284</b>	<b>354</b>	<b>15</b>	<b>6.653</b>
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.281	353	14	6.648
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>10.506.719</b>	<b>362.920</b>	<b>57.010</b>	<b>10.926.649</b>

	2.011			
	Plano BD	Plano CD	PGA	Total
<b>Renda Fixa</b>	<b>6.841.313</b>	<b>198.120</b>	<b>52.309</b>	<b>7.091.742</b>
Letras do Tesouro Nacional	58.217	2.646		60.863
Notas do Tesouro Nacional	6.461.488	181.712	52.309	6.695.509
Títulos de Dívida Agrária	5.514	60		5.574
Letras Financeiras	136.094	6.372		142.466
Debêntures não Conversíveis	180.000	7.330		187.330
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>25.901</b>	<b>2.590</b>	<b>-</b>	<b>28.491</b>
Cotas de Fundo de Direito Creditório	25.901	2.590	-	28.491
<b>Renda Variável</b>	<b>1.552.378</b>	<b>61.937</b>	<b>-</b>	<b>1.614.315</b>
Ações	1.552.378	61.937		1.614.315
<b>Outros Valores</b>	<b>6.391</b>	<b>250</b>	<b>(2)</b>	<b>6.639</b>
Caixa	3	1	1	5
Valores a pagar/receber	6.388	249	(3)	6.634
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>8.425.983</b>	<b>262.897</b>	<b>52.307</b>	<b>8.741.187</b>

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**


---

**7.2 CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores demonstramos a seguir os títulos classificados por categorias: “para negociação” e “mantidos até o vencimento”, detalhados por tipo e prazo.

<b>Plano de Benefício Definido</b>	<b>2.012</b>	
	<b>Custo Atualizado</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Títulos para negociação</b>		
Por natureza de títulos		
<b>Carteira Própria</b>	<b>32.616</b>	<b>30.322</b>
Certificado de Recebíveis Imobiliários	32.616	30.322
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>4.574.333</b>	<b>6.276.838</b>
Letras do Tesouro Nacional	382.230	382.230
Notas do Tesouro Nacional	3.551.337	5.217.711
títulos da Dívida Agrária	3.813	3.975
Letras Financeiras	457.912	482.077
Debêntures não conversíveis	179.041	190.845
<b>Total da Carteira</b>	<b>4.606.949</b>	<b>6.307.160</b>
Por prazo de vencimento		
Até 1 ano	410.678	410.754
Entre 1 a 5 anos	507.168	552.320
Apartir de 5 anos	3.689.103	5.344.086
<b>Total da Carteira</b>	<b>4.606.949</b>	<b>6.307.160</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		
Por natureza de títulos		
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>1.972.916</b>	<b>2.841.729</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.972.916	2.841.729
Por prazo de vencimento		
Apartir de 5 anos	1.972.916	2.841.729

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**


---

<b>Plano de Contribuição Definida</b>	<b>2.012</b>	
	<b>Custo Atualizado</b>	<b>Valor de Mercado</b>
<b>Títulos para negociação</b>		
Por natureza de títulos		
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>214.106</b>	<b>251.359</b>
Letras do Tesouro Nacional	97.873	133.917
Notas do Tesouro Nacional	96.197	96.197
títulos da Dívida Agrária	42	43
Letras Financeiras	12.469	13.280
Debêntures não conversíveis	7.525	7.922
<b>Total da Carteira (R\$ mil)</b>	<b>214.106</b>	<b>251.359</b>
<b>Por prazo de vencimento</b>		
Até 1 ano	97.528	97.531
Entre 1 a 5 anos	16.548	17.447
Apartir de 5 anos	100.030	136.381
<b>Total da Carteira (R\$ mil)</b>	<b>214.106</b>	<b>251.359</b>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Títulos para negociação</b>		
Por natureza dos títulos		
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>51.726</b>	<b>51.724</b>
Letras Financeiras	5.211	5.209
Letras do Tesouro Nacional	46.515	46.515
<b>Por prazo de vencimento</b>		
Até 1 ano	46.515	46.515
Entre 1 a 5 anos	5.211	5.209
<b>Total da Carteira (R\$ mil)</b>	<b>51.726</b>	<b>51.724</b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

As aplicações em cotas do fundo de investimento em Direitos Creditórios representam um patrimônio de R\$28.440 mil (2012) e R\$28.481 mil (2011).

Fundo de Participação representam um patrimônio de R\$89.339 (2012) e R\$108.105 (2011)

Fundo Imobiliário representam um patrimônio de R\$45.480 mil.

Os títulos componentes deste patrimônio estão classificados em “para negociação”.

O valor financeiro do patrimônio é representado pelo valor unitário da cota na data do balanço.

### **7.3 PROVISÃO PARA PERDAS**

A Real Grandeza mantém provisão, no montante de R\$ 131.810 mil (R\$ 131.810 mil em 2011), para fazer face à perda nos investimentos realizados em Certificado de Depósito Bancário do Banco Santos S.A., tendo em vista que, após intervenção do Banco Central do Brasil, foi decretada a liquidação extrajudicial em 4 de maio de 2005 e a seguir confirmada sua falência em 20 de setembro de 2005. O valor provisionado está deduzido do realizável do programa de investimentos.

No exercício de 2010 foram realizados dois rateios referentes aos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., sendo o primeiro creditado em julho de 2010, no montante de R\$ 16.458 mil, e o segundo em 5 de janeiro de 2011 no valor de R\$ 29.623 mil.

Os créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$46.081 mil, representam uma recuperação de 15,58% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575 mil.

Existe ainda provisão no valor de R\$ 231 mil referente a uma parcela de juros não recebida da Ulbra Recebíveis S.A., que está registrada na carteira própria. O principal referente a essa aplicação no montante de R\$23.496 mil também está provisionado como perda no fundo de investimento do Plano BD.

A Real Grandeza e outros debenturistas contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para que procedesse às medidas judiciais cabíveis para cobrança de valores devidos.

Foi mantido provisão no valor de R\$4.167 mil (2012) e R\$2.263 (2011) para fazer face às possíveis perdas com os empréstimos, assim segregados: Para o Plano BD R\$4.012 mil (2012) e R\$2.220 mil (2011) e para o Plano CD R\$155mil (2012) e R\$43 (2011).

## REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 7.4 REAVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Em 2011, a Real Grandeza procedeu à reavaliação de todos os imóveis por intermédio dos avaliadores independentes, Instituto Urbano Métrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda e Câmara de Consultores Associados Ltda – CCA, atendendo as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O resultado positivo da reavaliação, R\$181.054, foi registrado em dezembro de 2011, como receita do mercado imobiliário no exercício.

Localização dos Imóveis	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Resultado da Reavaliação	Empresa Avaliadora
Rua Real Grandeza, 219 Bloco A – RJ	51.378	110.460	59.082	UrbanoMétrica
Rua Real Grandeza, 219 Bloco B – RJ	32.788	63.114	30.326	UrbanoMétrica
Rua Real Grandeza, 219 Bloco C – RJ	65.455	132.415	66.960	UrbanoMétrica
Rodovia Presidente Dutra, 238 – RJ	3.301	5.650	2.349	UrbanoMétrica
Rua Omar T. Castro, L88/90 Q5 – Angra dos Reis	2.660	4.613	1.953	CCA
Av. Imperatriz Leopoldina, 845 – SP	20.302	23.360	3.058	CCA
Rua Mena Barreto, 143 – RJ	15.674	33.000	17.326	UrbanoMétrica
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>191.558</b>	<b>372.612</b>	<b>181.054</b>	

### .8. GESTÃO ASSISTENCIAL – ATIVO

Apresentamos a seguir a composição do ativo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

ATIVO	2012	2011
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>130.139</b>	<b>117.238</b>
Disponível	90	49
Realizável	130.049	117.189
Aplicações	124.999	113.543
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.899	1.519
Títulos e Créditos a Receber	3.151	1.850
Outros Valores e Bens	-	277
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>851</b>	<b>851</b>
Realizável a Longo Prazo	851	851
Valores e Bens	851	851
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>130.990</b>	<b>118.089</b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **9. EXIGÍVEL OPERACIONAL**

#### **9.1 GESTÃO PREVIDENCIAL**

Consiste em registrar os benefícios a pagar assumidos pelos planos de benefícios, bem como as provisões para garantia mínima e tributos retidos, vide composição abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar	2.733	1.986
Retenções a Recolher	14.735	9.510
Recursos Antecipados	13.979	
Outras exigibilidades	<u>163</u>	<u>133</u>
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b><u>31.610</u></b>	<b><u>11.629</u></b>

#### **9.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela EFPC com fornecedores, provisões para 13º salários e férias dos empregados, inclusive os encargos.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar	5.385	5.854
Retenções a Recolher	878	319
Outras exigibilidades	<u>181</u>	<u>181</u>
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b><u>6.444</u></b>	<b><u>6.354</u></b>

#### **9.3 INVESTIMENTOS**

Registra os compromissos dos Investimentos, inclusive dos valores referentes à concessão de empréstimos e financiamentos solicitados pelos participantes e não creditados.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Investimentos Imobiliários	1	35
Empréstimos e financiamentos	<u>138</u>	<u>301</u>
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b><u>139</u></b>	<b><u>336</u></b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **10. CONTINGENCIAL**

#### **10.1 GESTÃO PREVIDENCIAL**

Estão ajuizadas, por diversos assistidos da Fundação, ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, já científicas pela Real Grandeza à patrocinadora Furnas, cujo desfecho, se a eles favorável, deverá ser absorvido por aquela patrocinadora. Existem outras ações judiciais em que a Furnas e a Real Grandeza foram condenadas solidariamente, diante de um determinado elenco de reclamantes. Todavia, dentro da estrita relação entre a Real Grandeza e aquela patrocinadora, a eventual participação da Real Grandeza na citada solidariedade ainda não apresenta indicadores suficientes de procedência, dado o caráter especialíssimo do objeto das mencionadas ações, motivo pelo qual a questão está sendo reexaminada sob todos os aspectos jurídico-atuariais, visando à confirmação definitiva dos indicadores de improcedência da solidariedade.

Existe ainda, um terceiro segmento de ações judiciais contra a patrocinadora Furnas e/ou a Real Grandeza, ajuizadas por diversos assistidos, cujo desfecho poderá gerar reflexos nas complementações de suas aposentadorias. A responsabilidade da Real Grandeza e de Furnas será delimitada em função das determinações constantes das respectivas decisões judiciais. Relativamente às condenações que majorem o benefício complementar, há possibilidade jurídica de a Real Grandeza discutir em regresso a responsabilidade da referida patrocinadora pelos impactos das reservas decorrentes de tais condenações, caso não tenha havido a condenação da patrocinadora nesse sentido.

E por fim, a provisão constituída no programa previdencial no montante de R\$ 113.093 (2012) e R\$ 120.916 (2011), refere-se as diversas ações judiciais postulando:

- Diferença de complementação de aposentadoria em razão de aumentos reais, concedidos pela Lei nº 9.032/95 e MP nº 1.415/96, nos meses de maio de 1995 e maio de 1996;
- Inaplicabilidade do redutor na complementação de aposentadoria imposto para concessão do SB-40; e
- Inaplicabilidade do limitador imposto, anteriormente a maio de 2000, pelo Art. 82.2 do Regulamento nº 001.C, com redação conferida pelo plano especial, instituído em 1995.

#### **10.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA**

A provisão constituída no montante de R\$1.994 mil (2012) e R\$669 mil (2011) refere-se em quase sua totalidade a ações trabalhistas promovidas por ex-empregados, à exceção de uma ação por danos morais.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **10.3 INVESTIMENTOS**

A provisão relativa aos investimentos, no montante de R\$ 20.663 mil (2012) e R\$20.119 mil (2011), refere-se a quatro autos de infração emitidos pela SRF e a duas demandas judiciais com as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro onde se discute os valores de IPTU:

- Pelo não recolhimento da COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$5.879 mil (2012) e R\$5.734 mil (2011);
- E Pelo não recolhimento de IOF, efetuado pelas instituições financeiras nas operações de aquisição de títulos e valores mobiliários, inclusive fundos de investimentos, realizados entre 24 de janeiro e 16 de junho de 1999, em função do trânsito em julgado do processo nº 90.005424-6, que tramitou na 6ª Vara de Justiça Federal do Rio de Janeiro, no valor de R\$8.910 mil (2012) e R\$8.702 (2011);
- Pelo não recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros de capital próprio, recebidos no período compreendido entre janeiro e agosto de 2001, no valor de R\$3.561 mil (2012) e R\$3.421 mil (2011);
- Pelo não recolhimento do PIS (Contribuição para Programa de Integração Social) sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de janeiro de 1997 a maio de 2002, no valor de R\$2.203 mil e R\$2.152 (2011);
- Pelo não recolhimento da COFINS sobre os rendimentos do mercado imobiliário no período de fevereiro de 1999 a maio de 2002, no valor de R\$5.879 mil e R\$5.734 (2011);
- A provisão para o IPTU no valor de R\$ 110 mil refere-se a diferenças de impostos e a cobrança de valores passados onde se discute a prescrição, sendo R\$93 mil com a prefeitura do Rio de Janeiro e R\$ 17 mil com a de São Paulo.

A Real Grandeza impugnou os referidos autos de infração na Secretaria da Receita Federal.

### **10.4 CONTINGÊNCIAS ATIVAS**

A Real Grandeza, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987. Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP (processo n. 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs. Decorridos dois anos da decisão, a Real Grandeza constituiu um contas a receber no montante de R\$ 92.294 mil, com base em laudo técnico elaborado por consultoria especializada. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, esta rubrica "Contas a Receber" foi revertido em 2011, por determinação da PREVIC.

Esclarecemos que em 30 de junho de 2011 foi protocolada a petição de início da execução da ação em referência, onde se optou por alterar a metodologia de caçulo do valor a receber, passando a considerar como data inicial da atualização e da incidência dos juros o mês seguinte ao da ocorrência do expurgo.

## **11. PATRIMÔNIO SOCIAL**

### **11.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas estão registradas de acordo com o parecer da Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. e apresentam-se divididas como a seguir:

- Benefícios concedidos - totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela Real Grandeza aos seus filiados, já em gozo de benefícios, abatido das respectivas contribuições futuras; e
- Benefícios a conceder - registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, abatido do valor atual das respectivas contribuições futuras.

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**11.2 COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

<b>Plano de Benefício Definido</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Benefícios concedidos	4.437.251	4.299.648
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	4.437.251	4.299.648
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	4.088.564	3.988.590
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	348.687	311.058
Benefícios a conceder	4.042.914	3.684.996
Benefício definido estrut. em regime de capitaliz. programado	3.952.505	3.597.266
Valor atual dos benefícios futuros programados	4.226.139	3.878.657
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(169.765)	(173.552)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(103.869)	(107.839)
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	90.409	87.730
Valor atual dos benefícios futuros não programados	95.336	93.394
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(3.220)	(3.688)
Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(1.707)	(1.976)
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>8.480.165</b>	<b>7.984.644</b>

<b>Plano de Contribuição Definida</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Benefícios concedidos	6.515	3.981
Contribuição definida - saldo de contas	1.481	767
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	5.034	3.214
Valor atual dos benefícios futuros programados- assistidos	1.471	861
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	3.563	2.353
Benefícios a conceder	377.774	271.061
Contribuição definida	363.248	259.671
Saldo de contas - parcela patrocinadores	156.037	110.478
Saldo de contas - parcela participantes	207.211	149.193
Benefício definido estrut. em reg. de capitaliz. não programado	14.526	11.390
Valor atual dos benefícios futuros não programados	20.270	15.049
Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(5.744)	(3.659)
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>384.289</b>	<b>275.042</b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

### **11.3 PREMISSAS ATUARIAIS**

A tabela a seguir apresenta, em síntese, as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida.

Hipóteses atuariais	Benefício Definido	Contribuição Definida
Taxa real anual de juros	6,00%	6,00%
Projeção de crescimento real:		
De salário		
Furnas	2,00%	2,00%
Eletronuclear	2,00%	-
Real Grandeza	-	2,50%
Do maior salário de benefício do INSS	0%	0%
Dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real:		
Dos salários	100,00%	100,00%
Dos benefícios da Fundação	100,00%	100,00%
Dos benefícios do INSS	100,00%	100,00%
Rotatividade de pessoal	T-1 Service Table (- 20%) RP – 2000 Geracional	T-1 Service Table RP – 2000 Geracional
Tábua de mortalidade geral	(segregada por sexo) RP – 2000 Disabled	(segregada por sexo) RP – 2000 Disabled
Tábua de mortalidade de inválidos	(segregada por sexo) Wyatt – 85 Class 1	(segregada por sexo) Wyatt – 85 Class 1
Tábua de entrada em invalidez	(segregada por sexo) 90% casados e esposa 4 anos mais jovem	(segregada por sexo) 90% casados e esposa 4 anos mais jovem
Hipótese familiar dos participantes	Família Informada	Família Informada
Hipótese familiar dos assistidos		
Hipótese de aposentadoria:		
No 1º ano de elegibilidade	50%	50%
No 2º ano de elegibilidade	20%	20%
No 3º ano de elegibilidade	100%	100%

Os atuários não apresentaram até então a Avaliação Atuarial de 2012, contemplando as premissas atuariais adotadas para cálculo das provisões matemáticas pertinentes a cada plano de benefícios.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **11.4 FUNDOS**

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados para suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Real Grandeza:

- Fundo administrativo - é formado pelo resultado entre os valores recebidos para o custeio administrativo da Real Grandeza, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O montante do fundo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 62.153 (R\$ 57.097 em 2011).
- Fundo dos Investimentos - é formado por meio de uma contribuição mensal sobre o saldo devedor do empréstimo pessoal e destina-se à cobertura de inadimplências, depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança e a quitação do empréstimo na eventualidade de falecimento do participante. O montante do fundo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 59.644 (R\$ 45.531 em 2011).

### **12. GESTÃO ASSISTENCIAL – PASSIVO**

Apresentamos a seguir a composição do passivo da gestão assistencial de acordo com a planificação da ANS.

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
PASSIVO CIRCULANTE	<u>16.390</u>	<u>20.670</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	<u>13.210</u>	<u>12.745</u>
Provisão de Eventos a Liquidar	1.318	330
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	11.892	12.415
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	487	5.214
Tributos e Contribuições a Recolher	23	25
Débitos Diversos	2.670	2.686
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	<u>641</u>	<u>658</u>
Exigível a Longo Prazo	<u>641</u>	<u>658</u>
Provisões	641	658
PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>114.864</u>	<u>102.828</u>
Patrimônio Social	114.864	102.828
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>131.895</u></b>	<b><u>124.156</u></b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **13. CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

#### **13.1 BASE DE APURAÇÃO**

Tendo como base o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa que estabeleceu o limite de 1% dos Recursos Garantidores para realização das despesas administrativas e o orçamento, ambos aprovados pelo Conselho Deliberativo, a Real Grandeza atendendo à legislação vigente, apura o seu custo administrativo segregando-o entre as atividades previdencial (BD e CD), assistencial e de investimentos. Para este fim, foi realizado um estudo para determinar, em cada setor, o percentual para alocação das despesas administrativas em cada uma dessas atividades. As despesas com serviços de terceiros, quando diretamente vinculadas a uma atividade específica, são apropriadas a esta; quando não vinculadas diretamente a uma atividade, são rateadas entre as várias atividades utilizando-se a mesma base de rateio apurada para o setor responsável pelo contrato. Após a alocação por atividade, as despesas administrativas referentes à atividade de investimentos foram transferidas aos Planos de Benefícios (BD, CD e Assistencial) com base no volume de recursos aplicados.

As despesas administrativas do Plano de Benefício Definido são custeadas pelas patrocinadoras desde a sua instituição, e as do Plano de Contribuição Definida pela contribuição complementar. As despesas administrativas assistenciais depois de apuradas são reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa pela gestão assistencial.

#### **13.2 ALOCAÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS**

Apresentamos a seguir a alocação das despesas administrativas por plano de benefícios.

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<b>Despesas administrativas</b>	<b>PREVIDENCIAL</b>		<b>ASSISTENCIAL</b>	<b>TOTAL</b>
	<b>BD</b>	<b>CD</b>		
Custo direto da gestão	(22.839)	(1.760)	(16.283)	(40.882)
Despesas comuns	(20.775)	(1.706)	(14.797)	(37.278)
Pessoal e encargos	(14.725)	(1.260)	(10.845)	(26.830)
Treinamentos/congressos	(62)	(5)	(48)	(115)
Viagens e estadias	(72)	(4)	(56)	(132)
Serviços de terceiros	(1.549)	(120)	(489)	(2.158)
Despesas gerais	(3.930)	(285)	(3.038)	(7.253)
Depreciação e amortização	(437)	(32)	(321)	(790)
Despesas específicas	(2.064)	(54)	(1.486)	(3.604)
Serviços de terceiros	(1.145)	(21)	(976)	(2.142)
Despesas gerais	(919)	(33)	(510)	(1.462)
Depreciação e amortização				-
Administração dos investimentos	(12.442)	(428)	(144)	(13.014)
Despesas comuns	(12.209)	(418)	(144)	(12.771)
Despesas específicas	(233)	(10)	-	(243)
Serviços de terceiros	(233)	(10)	-	(243)
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>(35.281)</b>	<b>(2.188)</b>	<b>(16.427)</b>	<b>(53.896)</b>

A diferença de R\$1.324 mil para o total das despesas administrativas refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas diretamente pelo fundo administrativo.

### 13.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados tendo como base dezembro de 2012, foram R\$19.668,45 e R\$1.587,65, respectivamente. Esses valores incluem salário, adicional por tempo de serviço e gratificação de função conforme política salarial da entidade.

Apresentamos abaixo o custo com a remuneração da administração, composta pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, e Diretoria Executiva. O custo de cessão representa os valores reembolsados às patrocinadoras pelos empregados cedidos que exercem cargos na diretoria executiva.

**REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Conselhos Deliberativo e Fiscal	1.251	1.004
Honorários	1.021	820
Encargos	230	184
Diretoria Executiva	3.687	3.372
Honorários	1.035	1.041
Custo de Cessão	2.409	2.077
Encargos	243	254
<b>Total (R\$ mil)</b>	<b>4.938</b>	<b>4.376</b>

**14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES**

Na consolidação dos balancetes são desconsiderados os lançamentos referentes à participação dos Planos Previdenciários BD e CD no Plano de Gestão Administrativa, respectivamente no montante de R\$49.986 mil e R\$12.868 mil, os valores a serem repassados pelos Planos Previdenciários BD e CD para o Plano de Gestão Administrativa, referentes ao custeio administrativo e demais valores, no valor de R\$5.442 mil e o valor de R\$ 29 mil a ser repassado pelo plano BD ao Plano CD.

**CONSOLIDAÇÃO DOS BALANCETES**

	Plano BD	Plano CD	PGA	Ajustes de Consolidação		Saldo Consolidado
				Débito	Crédito	
Disponível	878	104	55	-	-	1.037
Realizável	11.660.803	432.602	67.905	-	68.326	12.092.984
Gestão Previdencial	298.092	8.303	-	-	29	306.366
Gestão Administrativa	49.986	12.868	10.895	-	68.297	5.452
Investimentos	11.312.725	411.431	57.010	-	-	11.781.166
Permanente	-	-	3.345	-	-	3.345
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	131.895
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.661.681</b>	<b>432.706</b>	<b>71.305</b>	<b>-</b>	<b>68.326</b>	<b>12.229.261</b>
Exigível Operacional	36.715	506	6.444	5.472	-	38.193
Gestão Previdencial	36.610	472	-	5.472	-	31.610
Gestão Administrativa	-	-	6.444	-	-	6.444
Investimentos	105	34	-	-	-	139
Exigível Contingencial	133.743	-	2.007	-	-	135.750
Gestão Previdencial	113.093	-	-	-	-	113.093
Gestão Administrativa	-	-	1.994	-	-	1.994
Investimentos	20.650	-	13	-	-	20.663
Patrimônio Social	11.491.223	432.200	62.854	62.854	-	11.923.423
Patrimônio de Cobertura	11.379.940	418.064	-	-	-	11.798.004
Fundos	111.283	14.136	62.854	62.854	-	125.419
Administrativos	49.986	12.868	62.854	62.854	-	62.854
Investimentos	61.297	1.268	-	-	-	62.565
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	131.895
<b>Total do Passivo</b>	<b>11.661.681</b>	<b>432.706</b>	<b>71.305</b>	<b>68.326</b>	<b>-</b>	<b>12.229.261</b>

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **15. FISCALIZAÇÃO DA SPC**

A Real Grandeza, ao final de agosto de 2007, recebeu o Relatório de Fiscalização nº 006/2007/ESRJ, resultante da inspeção realizada na Fundação entre os meses de fevereiro e agosto de 2007. O exame, que compreendeu o período de janeiro de 2002 a fevereiro de 2007, abordou diversos assuntos, tendo como ênfase os ligados ao Plano de Benefício Definido (BD) e ao Plames.

O relatório estabeleceu recomendações e determinações que, se implementadas de imediato, poderiam se traduzir em aumento de contribuição para os participantes e assistidos do Plano BD, como também para todos os usuários do Plames.

Seguindo o rito definido pelo órgão fiscalizador, a Real Grandeza encaminhou uma manifestação inicial, em setembro de 2007, contendo razões, argumentos e, quando necessário, inserindo novos documentos visando elucidar a equipe de fiscalização quanto a divergências de interpretação de legislação e regulamento, buscando, assim, evitar os citados aumentos.

Em 17 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio do Ofício nº 176/ERRJ/Previc, deu como encerrada a ação fiscal acatando os argumentos da Fundação, à exceção dos itens relacionados ao plano de custeio do Plano BD e a paridade contributiva para as despesas administrativas, cujo efetivo cumprimento será objeto de acompanhamento por parte do órgão fiscalizador em uma próxima ação fiscal ou avaliado em processo apartado, devido à necessidade de se aguardar decisão definitiva na ação judicial movida pela Associação dos Aposentados de Furnas (Após-Furnas), a qual questiona a paridade contributiva nas despesas administrativas.

### **16. NOVO PLANO DE CUSTEIO**

Levando-se em consideração as exigências no citado Relatório de Fiscalização, com referência ao Plano BD, o Conselho Deliberativo aprovou em 23/11/2009, por meio da RC nº 001/172, um novo plano de custeio definido em regulamento, visando equacionar o equilíbrio financeiro-atuarial e outros aspectos identificados pelo grupo de trabalho designado para avaliação de questões legais e atuariais observadas historicamente no plano.

O novo plano de custeio e a alteração regulamentar foram encaminhados as Patrocinadoras e ao DEST para análise e aprovação.

As negociações para aprovação junto ao DEST estenderam-se até o exercício de 2011, mas não obtiveram êxito.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

Em virtude da não aprovação pelo DEST do plano de custeio apresentado em 2009, a REAL GRANDEZA elaborou novo plano de custeio para o Plano BD com novas taxas de contribuição, preservando-se, entretanto, a busca pelo equacionamento do equilíbrio financeiro-atuarial e das questões legais e atuariais identificadas pelo grupo de trabalho designado pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo, em 27/12/2011, através da RC nº 002/229 aprovou o novo plano de custeio do Plano BD onde as principais alterações são:

- Redução de contribuição para Participantes, Assistidos e Patrocinadoras, visando eliminar o excesso de contribuição em relação ao custo normal.
- Transformação das contribuições eternas de 2,85% e 2,24% sobre os salários reais de contribuição, em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza.

A contratação acima foi concluída conforme Notas Explicativas nº5.4 e nº17.2.

No decorrer do exercício o novo plano foi aprovado pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e também submetido à avaliação do DEST que condicionou a sua aprovação a algumas recomendações, as quais foram cumpridas. No entanto ainda não pode ser implantado, pois nem todos os trâmites para aprovação junto a PREVIC foram concluídos.

Cabe ressaltar que se o plano de custeio proposto fosse aplicado de imediato, reduziria o superávit acumulado do Plano BD em R\$ 677.346, tendo em vista a redução das contribuições futuras.

## **17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

### **17.1 BANCO SANTOS**

Em 14 de janeiro de 2013, a Real Grandeza recebeu a importância de R\$10.630 referente ao terceiro rateio dos créditos recuperados da massa falida do Banco Santos S.A., totalizando até momento R\$57.711, o que representa uma recuperação de 18,5% em termos reais, atualizado pelo CDI, sobre o valor do crédito apurado pela massa falida em 20 de setembro de 2005, que foi de R\$164.575.

## **REAL GRANDEZA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

### **17.2 CONTRATO DE PACTUAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA**

Em 23 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da Eletronuclear aprovou o contrato de pactuação de obrigação financeira, no montante de R\$18.471 mil para pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$263 mil, a preços de dezembro de 2010, com juros de 6% ao ano e atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em substituição as contribuições eternas de 2,85% e 2,24% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes que forem seus empregados.

### **17.3 REDUÇÃO GRADUAL DA TAXA DE JUROS**

Conforme previsto na Resolução CNPC nº9/2012 a taxa real juros utilizada para calculo das provisões matemáticas deverá ser reduzida gradualmente para 4,5% a.a. até 2018. As estimativas iniciais projetam uma necessidade de aumento das provisões matemáticas de aproximadamente R\$1.200 milhões, além dos 240 milhões incorporados na avaliação atuarial do exercício.

A resolução em questão permite a adoção de taxa real de juros superior aos limites estipulados, mas limitada a 6% a.a., desde que autorizada anualmente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com base em estudo que comprove a sua plena adequação e aderência.

Portanto, o valor real do impacto nas provisões matemáticas será calculado à medida que as reduções da taxa real de juros forem aplicadas como previsto na legislação.

\* \* \*

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARISTIDES LEITE FRANÇA**, Diretor Presidente  
**WILSON NEVES DOS SANTOS**, Diretor de Administração e Finanças  
**ROBERTO DE CARVALHO PANISSET**, Diretor de Seguridade  
**EDUARDO HENRIQUE GARCIA**, Diretor de Investimentos  
**TANIA VERA DA SILVA ARAÚJO VICENTE**, Diretora de Ouvidoria

### **CONTADOR RESPONSÁVEL**

**MARCOS AURÉLIO NAVES MARTINS**  
Contador – CRC 75077-O/6-RJ

## ANEXO 3

Demonstrações Contábeis do Nucleos – Instituto de Seguridade Social.

PÁGINA EM BRANCO



**NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social**

Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2012 e 2011

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações das mutações do patrimônio social	6
Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	7
Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido	8
Demonstrações do plano de gestão administrativa	9
Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



**KPMG Auditores Independentes**  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º  
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888  
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400  
Fax 55 (21) 3515-9000  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela PREVIC.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho  
Contador CRC ISP197193/O-6

## NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Disponível	4	81	46	<b>Exigível operacional</b>	9	1.124	1.126
<b>Realizável</b>		<u>1.979.451</u>	<u>1.591.580</u>	Gestão previdencial		192	300
Gestão previdencial	5	335.184	317.608	Gestão administrativa		882	676
Gestão administrativa	6	165	120	Investimentos		50	150
Investimentos:	7	<u>1.644.102</u>	<u>1.273.852</u>	<b>Exigível contingencial</b>	10	7.456	11.743
Créditos privados e depósitos		26.464	25.825	Gestão previdencial		2.351	1.173
Fundos de investimento		1.542.934	1.170.816	Gestão administrativa		152	119
Investimentos imobiliários		40.738	40.992	Investimentos		4.953	10.451
Empréstimos		10.702	12.896	<b>Patrimônio social</b>		1.971.549	1.579.103
Depósitos judiciais/recursais		7.116	6.570	<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>		1.845.494	1.574.296
Outros realizáveis		16.148	16.753	<b>Provisões matemáticas</b>	11	1.845.494	1.574.296
<b>Permanente</b>	8	<u>597</u>	<u>346</u>	Benefícios concedidos		424.424	355.880
Imobilizado		494	263	Benefícios a conceder		1.471.443	1.273.321
Intangível		55	-	(-) Provisões matemáticas a constituir		(50.373)	(54.905)
Diferido		48	83	<b>Equilíbrio técnico</b>		-	-
				Resultados realizados		-	-
				<b>Fundos</b>	12	126.055	4.807
				Fundos previdenciais		119.392	-
				Fundos administrativos		5.508	3.965
				Fundos dos investimentos		1.155	842
<b>Total do ativo</b>		<u>1.980.129</u>	<u>1.591.972</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>1.980.129</u>	<u>1.591.972</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

### Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
<b>Patrimônio social - Início do exercício</b>	<u>1.579.103</u>	<u>1.420.873</u>	11,14
<b>Adições</b>	<u>547.955</u>	<u>282.794</u>	93,76
Contribuições previdenciais	196.177	150.882	30,02
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
Receitas administrativas	12.068	9.957	21,20
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	894	486	83,95
Constituição de fundos de investimento	313	193	62,18
<b>Destinações</b>	<u>(155.509)</u>	<u>(124.564)</u>	24,84
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Despesas administrativas	(11.385)	(9.922)	14,75
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(34)	(35)	(2,86)
<b>Acréscimo no patrimônio social</b>	<u>392.446</u>	<u>158.230</u>	148,02
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Fundos administrativos	1.543	486	217,49
Fundos dos investimentos	313	193	62,18
<b>Patrimônio social - Final do exercício</b>	<u>1.971.549</u>	<u>1.579.103</u>	24,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

### Demonstrações das mutações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
<b>Ativo líquido - Início do exercício</b>	<u>1.574.296</u>	<u>1.416.745</u>	11,12
<b>Adições</b>	<u>545.184</u>	<u>277.983</u>	96,12
Contribuições previdenciais	206.681	156.707	31,89
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	338.503	121.276	179,12
<b>Destinações</b>	<u>(154.594)</u>	<u>(120.432)</u>	- 28,37
Benefícios	(143.001)	(114.391)	25,01
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(1.089)	(216)	404,17
Custeio administrativo	(10.504)	(5.825)	80,33
<b>Acréscimo no ativo líquido</b>	<u>390.590</u>	<u>157.551</u>	147,91
Provisões matemáticas	271.198	156.365	73,44
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00
Superávit técnico do exercício	-	1.186	(100,00)
<b>Ativo líquido - Final do exercício</b>	<u>1.964.886</u>	<u>1.574.296</u>	24,81
<b>Fundos não previdenciais</b>	<u>6.663</u>	<u>4.807</u>	38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

### Demonstrações dos ativos líquidos do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
<b>Ativos</b>	<u>1.979.095</u>	<u>1.591.177</u>	24,38
Disponível	75	40	87,50
Recebível	340.692	321.573	5,95
Investimento:	<u>1.638.328</u>	<u>1.269.564</u>	29,05
Créditos privados e depósitos	26.464	25.825	2,47
Fundos de investimento	1.537.160	1.166.528	31,77
Investimentos imobiliários	40.738	40.992	(0,62)
Empréstimos	10.702	12.896	(17,01)
Depósitos judiciais/recursais	7.116	6.570	8,31
Outros realizáveis	16.148	16.753	(3,61)
<b>Obrigações</b>	<u>7.546</u>	<u>12.074</u>	(37,50)
Operacional	242	450	(46,22)
Contingencial	7.304	11.624	(37,16)
<b>Fundos não previdenciais</b>	<u>6.663</u>	<u>4.807</u>	38,61
Fundos administrativos	5.508	3.965	38,92
Fundos dos investimentos	1.155	842	37,17
<b>Ativo líquido</b>	<u>1.964.886</u>	<u>1.574.296</u>	24,81
Provisões matemáticas	1.845.494	1.574.296	17,23
Fundos previdenciais	119.392	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

## Demonstrações do plano de gestão administrativa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
<b>Fundo administrativo do período anterior</b>	<u>3.965</u>	<u>3.479</u>	13,97
<b>Custeio da gestão administrativa</b>	<u>12.962</u>	<u>10.443</u>	24,12
<b>Receitas</b>	<u>12.962</u>	<u>10.443</u>	24,12
Custeio administrativo da gestão previdencial	10.504	5.825	80,33
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821	(63,31)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	88	180	(51,11)
Receitas diretas	52	15	246,67
Resultados positivos dos investimentos	894	486	83,95
Outras receitas	22	116	(81,03)
<b>Despesas administrativas</b>	<u>11.419</u>	<u>9.957</u>	14,68
<b>Administração previdencial</b>	<u>6.821</u>	<u>5.631</u>	21,13
Pessoal e encargos	4.093	2.924	39,98
Treinamentos/congressos e seminários	80	57	40,35
Viagens e estadias	90	62	45,16
Serviços de terceiros	959	1.045	(8,23)
Despesas gerais	1.497	1.440	3,96
Depreciações e amortizações	68	68	-
Contingências	34	35	(2,86)
<b>Administração dos investimentos</b>	<u>4.598</u>	<u>4.326</u>	6,29
Pessoal e encargos	2.716	2.580	5,27
Treinamentos/congressos e seminários	53	42	26,19
Viagens e estadias	59	46	28,26
Serviços de terceiros	731	636	14,94
Despesas gerais	994	976	1,84
Depreciações e amortizações	45	46	(2,17)
<b>Sobra da gestão administrativa</b>	<u>1.543</u>	<u>486</u>	217,49
<b>Constituição do fundo administrativo</b>	<u>1.543</u>	<u>486</u>	217,49
<b>Fundo administrativo do exercício atual</b>	<u>5.508</u>	<u>3.965</u>	38,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

### Demonstrações das obrigações atuariais do plano de benefício definido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011	Variação (%)
<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>	17,23
<b>Provisões matemáticas</b>	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>	17,23
Benefícios concedidos:			
Benefício definido	<u>424.424</u>	<u>355.880</u>	19,26
	424.424	355.880	19,26
Benefícios a conceder:			
Benefício definido	<u>1.471.443</u>	<u>1.273.321</u>	15,56
	1.471.443	1.273.321	15,56
Provisões matemáticas a constituir	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
(-)Serviço passado:	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
(-)Patrocinadores	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>	(8,25)
<b>Equilíbrio técnico</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	-
<b>Resultados realizados</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)*

### **1 Contexto operacional**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“NUCLEOS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS.

O NUCLEOS opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, conta com 3.628 participantes ativos (3.473 em 31 de dezembro de 2011) e 1.002 assistidos (992 em 31 de dezembro de 2011).

Nos termos da legislação em vigor, as fontes de custeio do plano são a totalidade das contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados. As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pelo MPAS, por meio da PREVIC.

Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas Entidades, inclusive e especialmente o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (IN RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

### **2 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela –PREVIC, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga NBC

TE 11), assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2013.

### **3 Principais práticas contábeis**

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **a. Resultado das operações**

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

#### **b. Gestão previdencial - Realizável**

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições dos participantes e contribuições contratadas ou não contratadas devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou regulamento do plano de benefícios até a data das demonstrações contábeis.

#### **c. Gestão administrativa - Realizável**

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

#### **d. Investimentos - Realizável**

##### ***Créditos privados e depósitos***

Os créditos privados e depósitos são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, para os títulos mantidos até o vencimento, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, ou ajustados ao valor de mercado, na data do balanço, para os títulos classificados em títulos para negociação, para aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

##### ***Fundos de investimento***

Os fundos de investimento de renda fixa, de renda variável e de participações são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado com base no valor da cota do último dia útil do mês, informado pelos administradores dos fundos.

### **Investimentos imobiliários**

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **Empréstimos**

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### **e. Depósitos judiciais e recursais**

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do NUCLEOS classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

#### **f. Permanente**

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

#### **g. Exigível operacional**

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

#### **h. Exigível contingencial**

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerado provável, de acordo com avaliação das consultorias jurídicas, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

#### **i. Provisões matemáticas**

São calculadas pelo atuário externo, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

#### **j. Fundos**

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros

adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

**k. Uso de estimativas**

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

**4 Disponível**

Os saldos das disponibilidades, no total de R\$ 81 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2011), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

**5 Gestão previdencial**

Os valores a receber da gestão previdencial são compostos como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contribuições normais do mês	4.623	2.229
Contribuições extraordinárias do mês	1.024	1.015
Contribuições sobre 13º salário	-	2
Contribuições “contratadas”	328.281	312.989
Depósitos judiciais e recursais	1.140	965
Outros realizáveis	<u>116</u>	<u>408</u>
<b>Total</b>	<u><u>335.184</u></u>	<u><u>317.608</u></u>

As contribuições advindas dos contratos com patrocinadoras estão detalhadas a seguir:

	<b>2012</b>			<b>2011</b>
	<b>INB</b>	<b>NUCLEP</b>	<b>Total</b>	
Contribuições em atraso				
Anteriores a 31 de agosto de 1988	-	12.707	12.707	11.244
Posteriores a 31 de agosto de 1988	<u>-</u>	<u>25.369</u>	<u>25.369</u>	<u>22.449</u>
<b>Total de contribuições em atraso</b>	<u>-</u>	<u>38.076</u>	<u>38.076</u>	<u>33.693</u>
Contribuições “contratadas”				
Parcelas a vencer	<u>152.938</u>	<u>175.343</u>	<u>328.281</u>	<u>312.989</u>

	2012			2011
	INB	NUCLEP	Total	
Parcelas vencidas				
Contribuições previdenciárias	-	115.309	115.309	90.663
Recursos assistenciais	-	332.900	332.900	261.746
Total de parcelas vencidas	-	448.209	448.209	352.409
Total de contribuições	152.938	661.628	814.566	699.091
(-) Provisão para perda				
Contribuições em atraso	-	(38.076)	(38.076)	(33.693)
Contribuições “contratadas” - Parcelas vencidas	-	(448.209)	(448.209)	(352.409)
Total da provisão para perda	-	(486.285)	(486.285)	(386.102)
Total a vencer	152.938	175.343	328.281	312.989

**a. Contribuições em atraso**

Referem-se a contribuições não recolhidas e não “contratadas” pela patrocinadora NUCLEP relativas aos períodos abaixo descritos:

- Anteriores a 31 de agosto de 1988 - O valor a receber em 31 de dezembro de 2012 é equivalente a R\$ 12.707 (R\$ 11.244 em 31 de dezembro de 2011);
- Janeiro de 1995 a dezembro de 1996 - Refere-se ao montante do recálculo do salário de participação, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, corresponde a R\$ 2.852 (R\$ 2.524 em 31 de dezembro de 2011); e
- Junho de 1995 a dezembro de 2000 - Valores correspondentes às contribuições da patrocinadora que, em 31 de dezembro de 2012, são equivalentes a R\$ 22.517 (R\$ 19.925 em 31 de dezembro de 2011).

Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado na Nota Explicativa nº 5.b.

**b. Contribuições “contratadas”**

Registram o montante da dívida “contratada” com as patrocinadoras INB e NUCLEP referente a contratos firmados em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, como segue:

***Patrocinadora INB (parcelas a vencer)***

Em maio de 2006, conforme acordo judicial, o total da dívida da patrocinadora INB foi renegociado, tendo sua provisão para perda revertida e refletida no resultado daquele exercício. O registro contábil ocorreu após a homologação em juízo da transação, em novembro de 2006. O valor da dívida, na data da assinatura do acordo, era de R\$ 119.568, que devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de

juros de 6% ao ano e considerando as amortizações no período, monta a R\$ 152.938 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 145.394 em 31 de dezembro de 2011).

***Patrocinadora NUCLEP (parcelas vencidas)***

Registra o montante da dívida “contratada” com a patrocinadora NUCLEP referente a contrato firmado em 31 de dezembro de 1994, como se segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 115.309 (R\$ 90.663 em 31 de dezembro de 2011);
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 332.900 (R\$ 261.746 em 31 de dezembro de 2011);
- Por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 2007, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006. Em 21 de novembro de 2007 e em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, que atualizada para a data referida era de R\$ 265.204. O valor equacionado, em 31 de outubro de 2007, era de R\$ 120.111, que atualizado pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano e consideradas as parcelas de amortização, monta a R\$ 175.343 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 167.595 em 31 de dezembro de 2011). Os pagamentos começaram a ser efetuados em novembro de 2009, por conta da carência de dois anos prevista no acordo firmado entre as partes.
- Em 13 de julho de 2011, foi julgado o recurso da Apelação nº 2007.001.65700 interposta pela Nuclep, no qual se discutia a existência ou não de um saldo remanescente da dívida. O recurso foi parcialmente acolhido pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para determinar que o valor pactuado com o NUCLEOS, em 21 de novembro de 2007, de R\$ 120.111 corresponde ao total da referida dívida, no âmbito do processo nº 2002.001.153437-3. Contra a decisão proferida na apelação foram interpostos Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de origem. Aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial interposto pelo NUCLEOS.
- Portanto, o restante da dívida ainda está pendente do trânsito em julgado da decisão judicial de segunda instância ocorrida em 2011, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, monta a quantia de R\$ 486.285 (R\$ 386.102 em 31 de dezembro de 2011) e está totalmente provisionado para perda, conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contribuições não recolhidas até 31 de agosto de 1988	12.707	11.244
Contribuições não recolhidas posterior a 31 de agosto de 1988	25.369	22.449
Contribuições contratadas (Previdencial)	115.309	90.663
Contribuições contratadas (Assistencial)	332.900	261.746
 Total da provisão para perda	 486.285	 386.102

**c. Depósitos judiciais e recursais**

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade do primeiro dia útil do mês da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 1.140 (R\$ 965 em 31 de dezembro de 2011).

**d. Outros realizáveis**

Correspondem principalmente aos valores pendentes a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS por conta de convênio com o INSS, já encerrado em 2009. O saldo da rubrica “outros realizáveis”, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 116 (R\$ 408 em 31 de dezembro de 2011).

**e. Cobrança judicial**

Em 16 de dezembro de 2002, a Entidade ajuizou contra a NUCLEP ação de cobrança no montante de R\$ 147.493, apurado à época, relativa às contribuições em atraso, contratadas e não “contratadas”, conforme demonstrado no quadro apresentado no início da Nota Explicativa nº 5.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5b, em 21 de novembro de 2007, foi homologado acordo judicial para pagamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP, no montante de R\$ 120.111, referente à parte incontroversa e reconhecida pela patrocinadora, ficando pendente de julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o saldo residual da dívida, que já havia sido reconhecido por meio de sentença de primeira instância. A controvérsia reside no critério de correção/remuneração desse saldo residual da dívida.

**6 Gestão administrativa**

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e o saldo do almoxarifado. A composição é como segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contas a receber	79	38
Despesas antecipadas	20	13
Depósitos judiciais/recursais	66	69
Total	165	120

**7 Investimentos**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Créditos privados e depósitos		
Certificado de depósito bancário (i)	5.100	-
Debêntures não conversíveis	21.364	25.825
Total de créditos privados e depósitos	26.464	25.825
Fundos de investimento		
Renda fixa		

	2012	2011
Cotas de fundos de renda fixa	826.410	586.269
Cotas de fundos de multimercado	466.524	420.157
Renda variável		
Cotas de fundos de investimento em ações	220.128	136.582
Investimentos estruturados		
Cotas de fundos de investimento em participações	29.872	27.808
Total dos fundos de investimento	<u>1.542.934</u>	<u>1.170.816</u>
Investimentos imobiliários		
Terreno e edificações	40.230	40.252
Direitos em alienação de investimento imobiliário	<u>508</u>	<u>740</u>
Total de investimentos imobiliários	<u>40.738</u>	<u>40.992</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	<u>10.702</u>	<u>12.896</u>
Depósitos judiciais e recursais	<u>7.116</u>	<u>6.570</u>
Outros realizáveis	<u>16.148</u>	<u>16.753</u>
Total dos investimentos	<u><u>1.644.102</u></u>	<u><u>1.273.852</u></u>

(i) Transferido da carteira do fundo Nucleos II em 15 de junho de 2012 para a carteira própria, cuja aquisição ocorreu em 05 de outubro de 2006. O valor de mercado do título em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 4.674.

#### **Títulos de renda fixa**

Conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários de renda fixa foram classificados como:

#### ***Títulos mantidos até o vencimento***

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelos custos de aquisição e acréscidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

<u>2012</u>		<u>2011</u>	
Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado

#### **Títulos privados**

Debêntures não conversíveis

*NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social*  
*Demonstrações contábeis em*  
*31 de dezembro de 2012 e 2011*

	2012		2011	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Triunfo Participações (TRFP)	6.108	6.108	11.352	11.352
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	4.201	4.201	3.964	3.964
Sanesalto Saneamento	11.055	11.055	10.509	10.509
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	29.635	-	24.451	-
Provisão para perda (ULBRA)	(29.635)	-	(24.451)	-
Textil Renaux (TXRX)	15.111	-	14.888	-
Provisão para perda (TXRX)	(15.111)	-	(14.888)	-
<b>Total</b>	<b>21.364</b>	<b>21.364</b>	<b>25.825</b>	<b>25.825</b>

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento

	2012	2011
Por faixa de vencimento:		
Até 360 dias	6.108	-
Entre 361 dias e 1.080 dias	4.201	15.316
A partir de 1.081 dias	11.055	10.509
	<b>21.364</b>	<b>25.825</b>

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados ao valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

**Provisão para perdas**

Em 31 de agosto de 2006, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 7.477, referente à posição de 6.991 debêntures da empresa Têxtil Renaux, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 15.111 (R\$ 14.888 em 31 de dezembro de 2011). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda o desfecho do processo.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda no valor de R\$ 15.749, referente à posição de 26.829 debêntures da empresa ULBRA, equivalente a 100% do ativo em questão. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 29.635 (R\$ 24.451 em 31 de dezembro de 2011). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela ULBRA na escritura de emissão de debêntures, e aguarda o desfecho do processo.

**Títulos para negociação**

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo

de Investimento Multimercado, Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Votorantim Fundo de Investimento em Ações e Nucleos V - Votorantim ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado.

Os fundos de investimento são registrados pelo valor de mercado apurado e ajustados pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e pela Resolução MPS/CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, líquidos dos efeitos tributários, até a alienação ou imparidade (*impairment*) dos respectivos títulos.

	<b>Valor de mercado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Créditos privados e depósitos</b>		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.100	-
<b>Fundos de investimento</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.341	24.028
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	33.594
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - Série B	979.178	706.175
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - Série C	103.748	80.544
NTN-F - Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.010
Operação compromissada	35.833	18.392
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	39.184
Debêntures	78.526	46.065
Ações	154.837	121.816
Letras financeiras subordinadas	92.111	74.757
Cotas de fundos de investimentos	60.172	587
Outros/Direitos e obrigações dos fundos	316	(3.144)
Subtotal	1.513.062	1.143.008
Cotas de fundos de investimento em participações: (7.a)		
CRT FIP	23.948	23.655
Energia PCH FIP	5.924	4.153
Total de cotas	29.872	27.808
Total de fundos de investimento	1.542.934	1.170.816
<b>Total de títulos para negociação</b>	1.548.034	1.170.816

(7.a) Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pela cota do último dia útil do mês, informada pelo administrador do respectivo fundo.

O NUCLEOS possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP, que, por sua vez, tinha 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A., bem como aproximadamente 1% do Energia PCH FIP, que, por sua vez, possui em carteira, principalmente, adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e ações da referida empresa, representando 42,21% e 53,05% do total da carteira do PCH FIP, respectivamente.

Quanto ao CRT FIP, o NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas semestrais, através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até a data do balanço, não houve interessados. Para 2013, as ofertas públicas serão realizadas trimestralmente, visando a aumentar a possibilidade de alienação da parte excedente.

### **Investimentos imobiliários**

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos deduzidos da depreciação, exceto de terrenos. O quadro a seguir demonstra a posição da carteira de imóveis com data-base em 31 de dezembro de 2012:

Imóvel	Data da última avaliação	Valor		Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
		antes da reavaliação	última avaliação		
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	12/2011	7.218	11.100	11.063	11.100
Rua Victor Civita, 66 - Barra	12/2011	3.633	5.415	5.376	5.415
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011	-	11.940	11.637	11.682
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011	-	12.000	11.807	11.853
Aluguéis e outros valores a receber				347	202
Direitos em alienação				508	740
<b>Total</b>				<b>40.738</b>	<b>40.992</b>

As avaliações foram realizadas pelas empresas Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09, e Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber monta a R\$ 508 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2011).

### **Empréstimos**

Representam o montante dos empréstimos concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do “mínimo atuarial” (rentabilidade mínima dos ativos da Entidade), INPC acrescido de 6% ao ano

para os contratos assinados até fevereiro de 2010 e de INPC mais 7% a.a. para os contratos assinados a partir de março de 2010.

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	2012	2011
Principal e encargos contratuais	12.163	13.083
(-) Provisão para perda	<u>(1.461)</u>	<u>(187)</u>
Total	<u>10.702</u>	<u>12.896</u>

A Entidade adotou medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos créditos com a inscrição dos mutuários no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito e o ingresso com ações monitorias e de execução contra os devedores.

#### Depósitos judiciais e recursais

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos a investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, atingindo o saldo, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 7.116 (R\$ 6.570 em 31 de dezembro de 2011).

#### Outros realizáveis

	2012	2011
RET	34	34
IOF a recuperar	5.107	5.712
BACEN	6.069	6.069
INSS	<u>4.938</u>	<u>4.938</u>
Total	<u>16.148</u>	<u>16.753</u>

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que está sendo utilizado para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

IOF a recuperar - Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007. Em 2012, foi recebida a sexta parcela, no valor de R\$ 1.299.

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o BACEN (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico "cruzados novos". A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

## 8 Permanente

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios e 20% para computadores e periféricos.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

	31/12/2011	Depreciação/amortização	Adições	Bai	31/12/2012
Imobilizado					
Móveis e utensílios	95	(17)	2	(2)	78
Computadores e periféricos	168	(60)	308	-	416
Total do imobilizado	263	(77)	310	(2)	494
Intangível	-	(1)	56	-	55
Diferido	83	(35)	-	-	48
<b>Total do ativo permanente</b>	<b>346</b>	<b>(113)</b>	<b>366</b>	<b>(2)</b>	<b>597</b>

## 9 Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável.

	2012	2011
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	1	2
Retenções a recolher	191	298
Total	192	300
Gestão administrativa		
Contas a pagar	595	489
Retenções a recolher	287	187
Total	882	676
Investimentos	50	150
<b>Total do exigível operacional</b>	<b>1.124</b>	<b>1.126</b>

## 10 Exigível contingencial

### a. Contingências passivas

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos advogados dos escritórios que patrocinam as ações em que a Entidade é parte. As provisões para contingências são como segue:

	2012	2011
<b>Provisões para contingências</b>		
Gestão previdencial	2.351	1.173
Gestão administrativa	152	119
Investimentos	<u>4.953</u>	<u>10.451</u>
Total das contingências passivas	<u>7.456</u>	<u>11.743</u>

Em dezembro de 2012, foi reclassificado o montante de R\$ 2.045 das provisões para contingências dos investimentos para a gestão previdencial referente à ação de natureza cível-previdenciária.

O valor envolvido (estimado) nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pelos consultores jurídicos, monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 3.075 (R\$ 188 em 31 de dezembro de 2011).

O NUCLEOS contesta judicialmente a cobrança de débitos tributários referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), IOF, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela SRF e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos autos da Execução Fiscal nº 0512599-61.2008.4.02.5101, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pela consultoria jurídica da Entidade. O valor do débito envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1767 (R\$ 1.695 em 31 de dezembro de 2011) e está garantido por depósito judicial, efetuado em 30 de outubro de 2008, no valor de R\$ 1.703, que atualizado monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 2.395 (R\$ 2.250 em 31 de dezembro de 2011).

### b. Contingências ativas

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos do Instituto. Contudo, a ação movida pela ABRAPP (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em novembro de 2010 decisão ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o NUCLEOS efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela ABRAPP. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela PREVIC, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos.

Em janeiro de 2012, a União ingressou com Ação Rescisória com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela ABRAPP no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela ABRAPP e aguarda-se o julgamento da Ação.

## **11 Patrimônio de cobertura do plano**

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2012, a R\$ 1.845.494 (R\$1.574.296 em 31 de dezembro de 2011), representando o valor necessário para a cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade, calculados na data do balanço.

### **a. Provisões matemáticas**

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>424.424</u>	<u>355.880</u>
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.411.190	1.219.784
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>60.253</u>	<u>53.537</u>
Total de benefícios a conceder	<u>1.471.443</u>	<u>1.273.321</u>
(-) Provisões matemáticas a constituir		
(-) Serviço passado	<u>(50.373)</u>	<u>(54.905)</u>
Total das provisões matemáticas	<u>1.845.494</u>	<u>1.574.296</u>

***Benefícios concedidos***

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano em relação aos atuais assistidos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

***Benefícios a conceder***

Registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros do Plano para com os participantes ativos e o valor atual das contribuições futuras destes participantes.

***Provisões matemáticas a constituir***

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do Plano (Serviço Passado). Essa provisão reflete o custo com os participantes que já se encontravam em atividade na empresa patrocinadora na data de criação do plano.

O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

***Premissas atuariais***

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2012 e 2011 estão resumidas a seguir:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 desagravada em 10%	AT-2000 desagravada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%	AT-1949, segregada por sexo, agravada em 100%
Tábua de entrada em invalidez	Alváro Vindas	Alváro Vindas
Crescimento real de salários	2,01% a.a.	2,01% a.a.
Taxa anual de juros	6% a.a.	6% a.a.

**b. Equilíbrio técnico**

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	-	(1.186)
No exercício atual	-	1.186
	<hr style="width: 100%;"/>	<hr style="width: 100%;"/>
Superávit/déficit técnico acumulado	<hr style="width: 100%;"/>	<hr style="width: 100%;"/>

O resultado realizado no exercício atual pode ser assim apresentado:

<b>Gestão previdencial</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Adições</b>		
Contribuições previdenciais	69.071	38.628
Remuneração das contribuições em atraso	4.383	4.149
Provenientes de contribuições contratadas	<u>133.227</u>	<u>113.930</u>
<b>Total das adições</b>	<u>206.681</u>	<u>156.707</u>
<b>Deduções</b>		
Benefícios de prestação continuada	(37.287)	(32.161)
Institutos	(242)	(289)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(105.180)	(81.938)
Outras despesas	<u>(292)</u>	<u>(3)</u>
<b>Total das deduções</b>	<u>(143.001)</u>	<u>(114.391)</u>
Constituição de contingências	<u>(1.089)</u>	<u>(216)</u>
Custeio administrativo previdencial	<u>(10.504)</u>	<u>(5.825)</u>
Resultado dos investimentos do PBB	<u>338.503</u>	<u>121.276</u>
Constituição de provisões matemáticas	<u>(271.198)</u>	<u>(156.365)</u>
Constituição de fundo previdencial	<u>(119.392)</u>	<u>-</u>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>	<u>-</u>	<u>1.186</u>

O resultado da gestão administrativa no exercício é apresentado como segue:

<b>Gestão administrativa</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receitas</b>		
Custeio administrativo previdencial	10.504	5.825
Custeio administrativo dos investimentos	1.402	3.821
Taxa de administração de empréstimos	88	180
Receitas diretas	<u>74</u>	<u>131</u>
<b>Total das receitas</b>	<u>12.068</u>	<u>9.957</u>
<b>Despesas</b>		
Pessoal e encargos	(6.809)	(5.504)
Treinamento/congressos e seminários	(133)	(99)
Viagens e estadias	(149)	(108)
Serviços de terceiros	(1.690)	(1.681)
Despesas gerais	<u>(2.491)</u>	<u>(2.416)</u>

<b>Gestão administrativa</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Depreciação/amortização	<u>(113)</u>	<u>(114)</u>
Total das despesas	<u>(11.385)</u>	<u>(9.922)</u>
Constituição de contingências	<u>(34)</u>	<u>(35)</u>
Resultado dos investimentos do PGA	<u>894</u>	<u>486</u>
Constituição de fundo administrativo	<u>1.543</u>	<u>486</u>

O resultado dos investimentos no exercício é apresentado como segue:

<b>Investimentos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Rendas/variações líquidas		
Títulos públicos	-	6
Créditos privados e depósitos	3.847	4.652
Fundos de investimento	327.678	102.953
Investimentos imobiliários	3.141	17.645
Empréstimos a participantes	109	1.765
Outros investimentos	<u>381</u>	<u>1.147</u>
Total das rendas/variações líquidas	<u>335.156</u>	<u>128.168</u>
Reversão/(constituição) de contingências	<u>6.044</u>	<u>(2.392)</u>
Custeio administrativo dos investimentos	<u>(1.490)</u>	<u>(3.821)</u>
Constituição de fundos de investimentos	<u>(313)</u>	<u>(193)</u>
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	<u>339.397</u>	<u>121.762</u>

## 12 Fundos

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Fundos previdenciais	119.392	-
Fundos administrativos	5.508	3.965
Fundos dos investimentos	<u>1.155</u>	<u>842</u>
Total	<u>126.055</u>	<u>4.807</u>

### Fundo previdencial

O fundo previdencial é o fundo previsto em nota técnica atuarial, constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício e é destinado a corrigir desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das

provisões matemáticas. O fundo será atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios.

#### **Fundo administrativo**

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados.

#### **Fundos de investimento**

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos; e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

### **13 Custeio administrativo e rateio das despesas administrativas**

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e a rentabilidade do fundo administrativo, conforme definido no Regulamento PGA.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e de investimentos é precedido da análise da natureza, e a atividade envolvida podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou investimentos, dependendo da especificidade, ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

\* \* \*

Norman Victor Walter Hime  
Presidente e Diretor de Benefícios interino  
CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

PÁGINA EM BRANCO

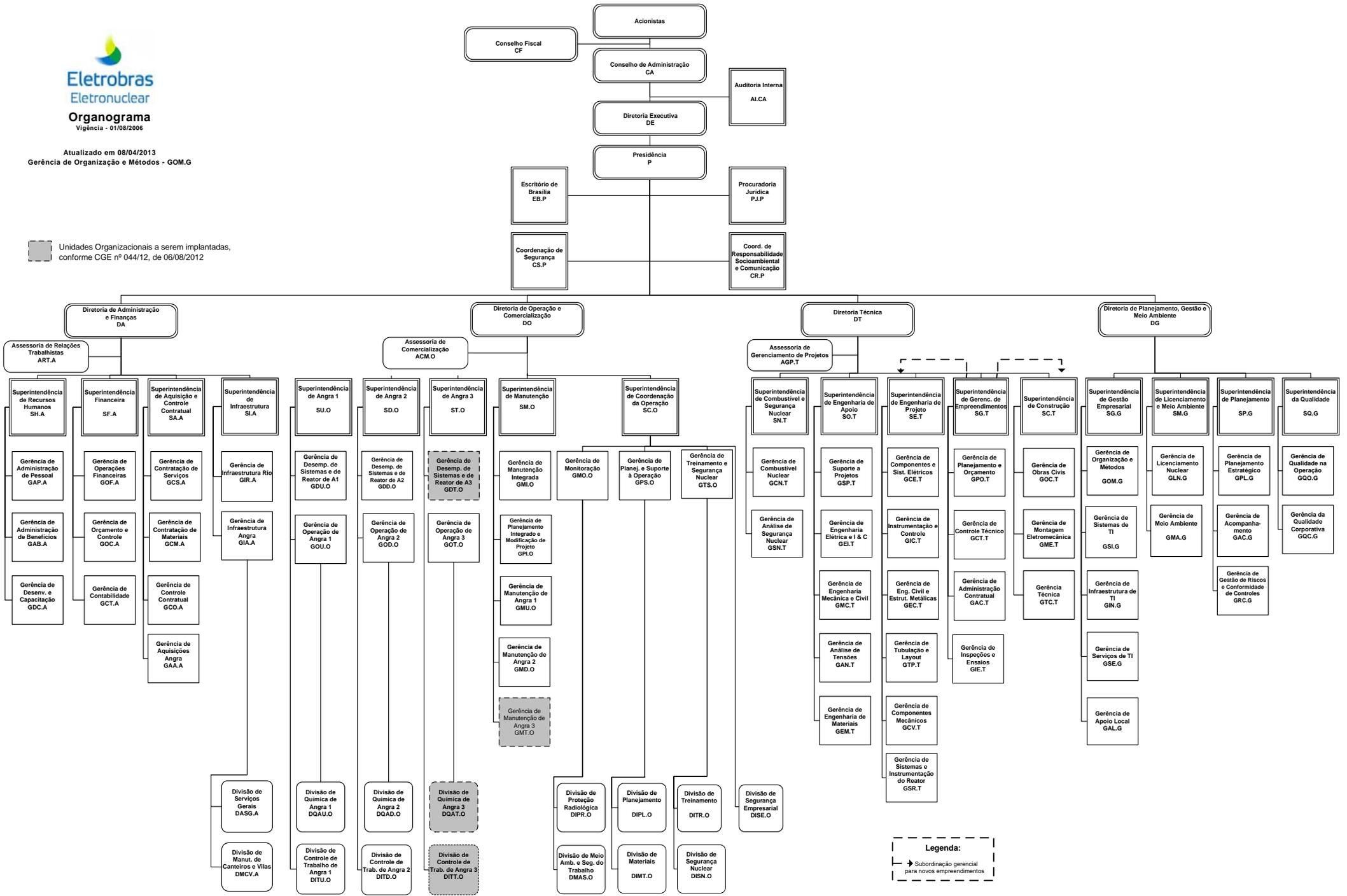
## ANEXO 4

### Organograma Geral

.

PÁGINA EM BRANCO

Unidades Organizacionais a serem implantadas,  
conforme CGE nº 044/12, de 06/08/2012



**Legenda:**  
 → Subordinação gerencial para novos empreendimentos

PÁGINA EM BRANCO